

REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA E DE INFORMAÇÃO
AGOSTO ■ SETEMBRO ■ OUTUBRO 1994 Nº 34 R\$ 5,10

PRINCÍPIOS

ESPECIAL
Racismo no Brasil



Lula X FHC

**EMBATE DE
DIMENSÃO HISTÓRICA**

Revista Teórica, Política
e de Informação

**Diretor e
Jornalista Responsável**
João Amazonas

Editor
Olival Freire Jr.

Comissão Editorial
Olival Freire Jr.
Pedro de Oliveira
José Carlos Ruy
Walter Sorrentino
Edvar Bonotto

Conselho Editorial
Aldo Arantes
Bernardo Joffily
Fernando Pupo
Haroldo Lima
Helena de Freitas
Jô Moraes
José Carlos Ruy
José Reinaldo de Carvalho
Luís Fernandes
Luís Paulino
Luiz Manfredini
Madalena Guasco
Olival Freire Jr.
Pedro de Oliveira
Rogério Lustosa (1943-1992)
Umberto Martins
Walter Sorrentino

Colaboradores
Agenor Silva
Altamiro Borges
Ana Maria Rocha
Ary Normanha
Carlos Pompe
Clóvis Moura
Guiomar Prates
Luciana de Souza Bento
Luís Marcos Gomes
Loreta Valadares

Secretário de Edição
Edvar Bonotto

Edição de Texto
Vania Zeballos

Capa:
Flávio Nigro
Foto de Clóvis Ferreira

Administração e Distribuição
Divo Guisoni

Assessor de Marketing
Eder de Araujo Santos

Assinaturas
Claudia de Medeiros

Editores Eletrônicos
LIMIAR

PRINCÍPIOS é uma publicação da
Editora Anita Ltda.
Rua dos Bororós, 51 - 1º andar
01320-020 - São Paulo - SP
Tel.: (011) 605-8150

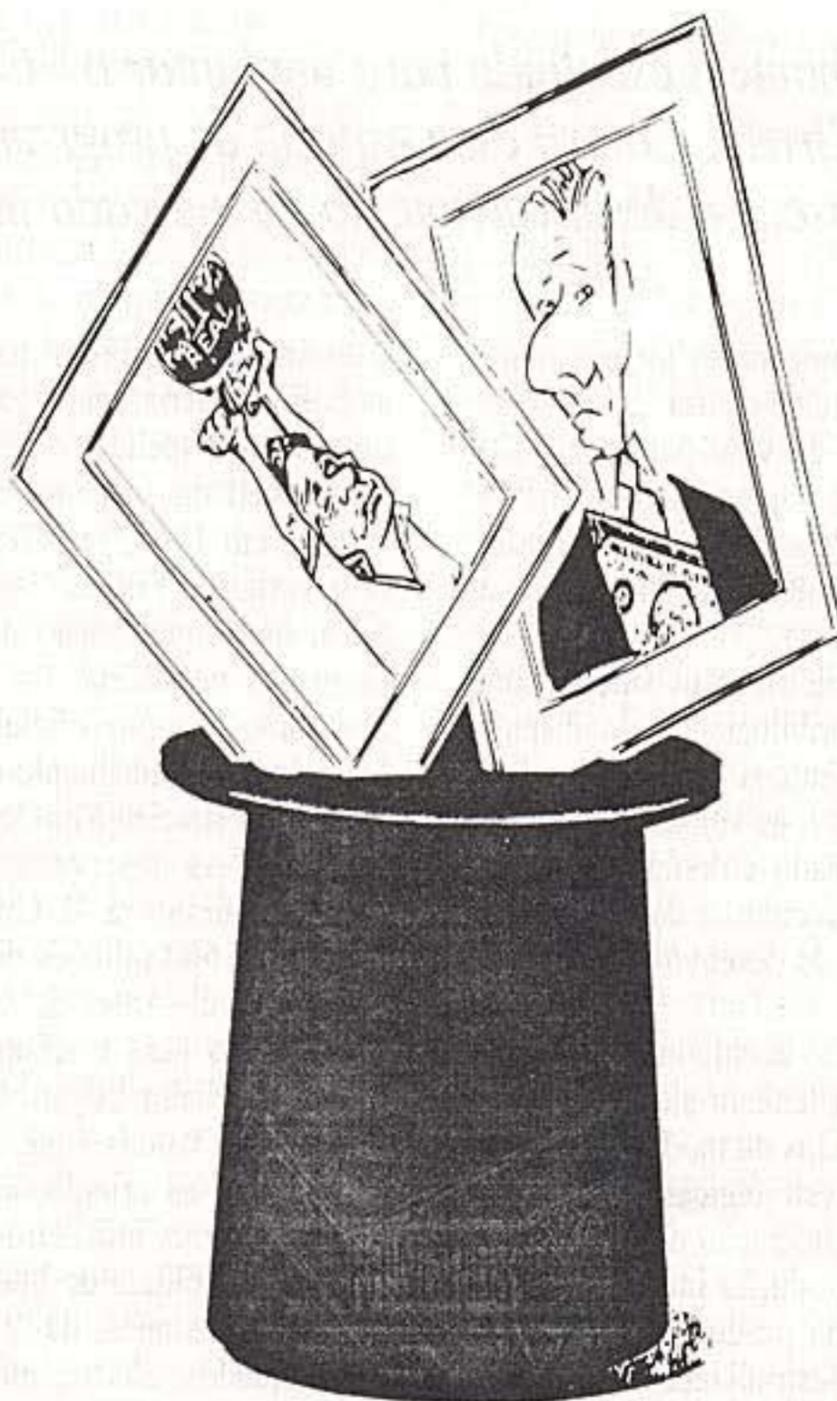
Í N D I C E

A POLARIZAÇÃO NA BATALHA DE OUTUBRO Olival Freire Jr.	3
AS DIFERENÇAS ENTRE OS PROGRAMAS DE LULA E DE FERNANDO HENRIQUE José Carlos Ruy	4
NÃO HÁ NAÇÃO SOBERANA SEM ESTADO NACIONAL João Amazonas	9
A QUESTÃO NACIONAL E A CRISE Miguel Arraes	11
A DIGNIDADE DO ESCRITOR Gilvan Lemos	17
HISTÓRIA NOVA DO BRASIL Ricardo Maranhão	22
ESPECIAL: RACISMO, ARMA DE DOMINAÇÃO	27
O RACISMO COMO ARMA IDEOLÓGICA DE DOMINAÇÃO Clóvis Moura	28
RELAÇÕES RACIAIS E PODER Dennis de Oliveira	39
CULTURA, POLÍTICA E RACISMO Arim Soares do Bem	44
ORIGENS, MODALIDADES E FORMAS DE RACISMO Martiniano J. Silva	52
O ESTADO, A ÉTICA E A POLÍTICA Roland Corbisier	59
A LINGUAGEM COMO TRAÇO DISTINTIVO DO HUMANO Maria Lourdes Motter	68
OS PARADOXOS DO REGIME MILITAR J.W. Bautista Vidal	73
RESENHAS	81

A polarização na batalha de outubro

No mundo da nova ordem imperialista tornou-se primordial, na agenda dos centros financeiros internacionais, o ajuste das diversas economias nacionais para atingir o objetivo de inseri-las no mercado internacional. Entretanto os ajustes não ocorrem sem luta onde os interesses nacionais defrontam com os interesses dos países imperialistas, atualmente agrupados no chamado "Grupo dos Sete Ricos". Tais lutas têm sido mais agudas nos países em que há certo grau de desenvolvimento econômico, nos quais os ajustes propugnados representam uma dilapidação mais expressiva dos parques industriais já constituídos.

Nos países americanos subordinados diretamente à influência norte-americana, este ajuste recebeu o batismo de "Consenso de Washington" e contempla a privatização das estatais estratégicas e lucrativas, a indiscriminada abertura aos produtos e capitais estrangeiros, o corte do déficit público e a estabilização da moeda. Tais providências foram implementadas, no Brasil, já pelo governo Collor, mas encontraram em Fernando Henrique, ministro e candidato a presidente, sua expressão mais viável – e também mais concentrada. Para que não parem dúvidas, o próprio criador da expressão *Washington Consensus*, o economista John Williamson, veio ao Brasil, a convite de Marcílio Marques Moreira, ex-ministro de Collor, para



atestar que o Plano Real e a candidatura FHC são "consistentes" com o "Consenso de Washington" (Folha de S. Paulo, 7-8-94).

No Brasil, a resistência a tal ajuste de caráter antinacional e antipopular tem assumido formas diversas, expressando-se hoje, principalmente, na candidatura popular de Luiz Inácio Lula da Silva. Só por este prisma é que podemos compreender a polarização aguda que tomou conta da disputa eleitoral em curso. Esta candidatura constituiu-se objetivamente no desaguadouro das resistências populares aos projetos neoliberais de ajustes na economia brasileira com vistas à integração na suposta "modernidade".

A eventual vitória de Lula consistirá, assim, em um fato político de significado histórico, que irá transcender as ambigüidades que cercam esta candidatura e representar um dique de contenção à execução de tais projetos. As elites oligárquicas brasileiras já demonstraram

consciência desta possibilidade e tudo fazem para viabilizar a vitória da candidatura Fernando Henrique Cardoso. Resta às camadas nacionais, democráticas e populares, demonstrarem igual, ou superior, compreensão sobre o significado da batalha eleitoral de outubro vindouro.

Olival Freire Jr.

As diferenças entre os programas de Lula e de Fernando Henrique

JOSÉ CARLOS RUY

FHC é o homem escolhido para implantar o “Consenso de Washington” no Brasil. Contra essa espécie de programa neoliberal, Lula quer basear o desenvolvimento do mercado interno

Desde o último dia 15 de julho, quando os jornais anunciaram que Lula tinha 34 pontos contra 25 de Fernando Henrique nas intenções de voto para a eleição de 3 de outubro, ficou claro que o jogo eleitoral havia começado de verdade. Esses números desfizeram a ilusão de um *passeio eleitoral* rumo ao Palácio do Planalto, e a realidade da luta de classes impôs-se.

As eleições presidenciais brasileiras têm sido – com escassas exceções – momentos privilegiados de disputa entre projetos diferentes para os destinos do país. Desde a proclamação da República, em 1889, as velhas oligarquias agromercantis, enraizadas no passado colonial e fortalecidas durante o Império, aliadas seculares dos interesses externos, se chocam com projetos de desenvolvimento autônomo para a nação.¹

Depois de 1930, esse conflito se acentuou. Embora os velhos interesses colonialistas não tenham sido completamente derrotados, setores interessados na modernização do país passaram a ocupar posições estratégicas no governo federal e conseguiram influir na construção de um modelo de desenvolvimento baseado na produção industrial destinada ao mercado interno, e não na produção agrícola de exportação. Tratava-se de uma industrialização ainda imatura, destinada a fabricar produtos antes importados. Por isso esse modelo também é conhecido como de “substituição de importações”. Produzia, fundamentalmente, bens de consumo; os chamados bens de capital (as máquinas usadas na produção) eram importados, e não fabricados no país.

Essas mudanças significaram um aprofundamento no desenvolvimento capitalista brasileiro. Foram acompanhadas por uma modernização nas relações de classe, mesmo sob as condições da ditadura. O Estado brasileiro passava

a ter um papel decisivo na promoção do desenvolvimento; as políticas econômica, cambial, industrial e agrícola destinavam-se a atender os interesses da burguesia brasileira.

O final do Estado Novo e o afastamento de Getúlio Vargas, em 1945, representaram um golpe nesse modelo. O governo de Eurico Gaspar Dutra foi, em todos os sentidos, uma antecipação daquilo que hoje se considera o *programa neoliberal*. As importações foram praticamente liberadas, o apoio oficial ao desenvolvimento industrial foi nulo e o alinhamento do Brasil com os países ricos (o chamado Primeiro Mundo) deu o tom das políticas interna e externa. As reservas que o Brasil havia acumulado duramente durante a II Grande Guerra, e que atingiam a quantia de 600 milhões de dólares, foram gastas de forma irresponsável. Antes de sua queda, Getúlio Vargas planejava usá-las para a recuperação tecnológica da indústria, diz o historiador Edgard Carone. Mas, seguindo o Acordo de Bretton Woods (que criou o Fundo Monetário Internacional) e as orientações de Eugênio Gudin, o patrono dos neoliberais brasileiros, o governo Dutra praticou uma desastrosa política de liberdade cambial. “A consequência é que, nestes anos, dá-se importação livre de bugigangas – brinquedos, eletrodomésticos, bebidas, automóveis.”²

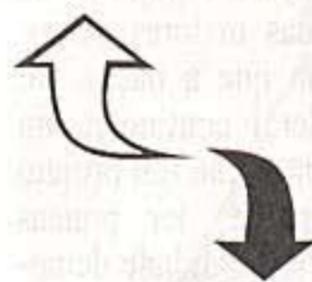
Vargas voltou à presidência, eleito em 1950, com a idéia de retomar o impulso perdido em 1945. Mas as condições internas e externas eram mais difíceis. Não havia saldo em dólares; a reação interna fora fortalecida sob Dutra, que manietou os sindicatos, perseguiu os comunistas e impediu, diligentemente, o reaparecimento de qualquer forma de organização popular. Externamente, o imperialismo já se refazia do impacto da guerra, se fortalecia, e a Guerra Fria estava no auge.



Com a volta de Vargas à presidência, a disputa entre os modelos de desenvolvimento para o país assumiu sua feição moderna. O choque entre o imperialismo e o nacional-desenvolvimentismo se aprofundou. O modelo de substituição de importações floresceu. Getúlio tentou dar-lhe uma feição autônoma, mas foi derrotado. Com Juscelino Kubitschek e, depois, com os militares, ele foi a base do chamado modelo dependente-associado. Na verdade, a substituição de importações, como padrão de desenvolvimento industrial, só funcionou bem no período em que o capitalismo estava em expansão pelo mundo. De qualquer forma, ele permitiu que a indústria se tornasse, definitivamente, o mais importante setor da economia brasileira. O velho país agrário deixou de existir, e uma nação moderna, urbanizada e industrializada emergiu – mesmo que essa industrialização fosse dependente e, em seus setores principais, baseada no capital estrangeiro.

Esse modelo importou os fabricantes para substituir a importação dos produtos. Para a classe dominante brasileira, foi um verdadeiro achado; a modernização conservadora unificou seus vários setores, deu-lhes um *projeto nacional*, ligou-os aos interesses do imperialismo e, ao

mesmo tempo, promoveu a modernização sem alterar as arcaicas estruturas sociais que sobrevivem no país desde o período colonial. Seu sucesso fez com que Juscelino Kubitschek, o presidente que consolidou esse modelo, fosse visto, na mitologia política da elite, como o grande modernizador do país.



O “Consenso de Washington” resume a receita do Banco Mundial e do FMI

Apesar de suas limitações, o modelo de substituição de importações foi positivo para o progresso do país. Ele está em crise há muito tempo. O país, hoje, está prestes a dar um novo passo em seu desenvolvimento e precisa de um novo modelo. O esgotamento desse modelo decorre dos novos rumos que os países ricos deram a seu desenvolvimento, mas também ao amadurecimento das contradições dentro da própria sociedade brasileira.

Contudo, o modelo dependente-associado ainda tem fôlego e procura uma formulação adequada para o país e uma nova base em que apoiar-se. As tentativas neoliberais – aceleradas depois de 1990, quando se definiu o chamado “Consenso de Washington” – são parte dessa busca. O “Consenso de Washington” resume a receita do FMI e do Banco Mundial para estabilizar e ajustar as economias dos países periféricos, entre eles o Brasil, e adaptá-los à nova realidade do capitalismo mundial. A expressão foi criada pelo economista anglo-americano John Williamson, em 1990, em um seminário promovido pelo governo norte-americano. Ela designa uma estratégia de ajustamento econômico que prevê três passos a serem dados, nessa ordem: 1) estabilização da economia (combate à inflação); 2) realização das reformas estruturais (privatizações, desregulamentação de mercados, liberalização financeira e comercial); e 3) retomada dos investimentos estrangeiros para alavancar o desenvolvimento.³

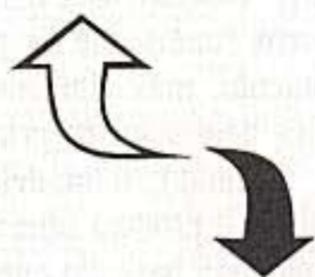
Essa estratégia esbarra em fortes resistências na sociedade brasileira, que contrapõe o imperialismo e seus aliados internos a um bloco heterogêneo formado por industriais e agricultores voltados para o mercado interno; pela classe média, que, se deseja quinquilharias importadas, precisa também de empregos capazes de sustentar esses sonhos; por uma classe operária enorme, treinada, concentrada na região Sudeste, mas espalhada pelo país todo, capaz de aplicar seus conhecimentos seja em grandes indústrias, seja em pequenos empreendimentos que atendem às demandas internas; pelos proletários rurais, que, acumulando-se nas cidades, concentram pressões de todo tipo em busca de meios de vida. Afinal, trata-se de uma população de 150 milhões de pessoas que precisam morar, comer, trabalhar, educar os filhos, viver.

Os sinais das dificuldades do neoliberalismo são inúmeros. Seu campeão, o presidente Collor de Mello, foi escorraçado do poder, juntamente com sua *troupe*. Sob

Itamar, a insistência em seguir a agenda neoliberal também não vai bem. O modelo de parlamentarismo pretendido pelas elites brasileiras foi derrotado em abril passado; a revisão constitucional naufragou; o próprio programa de privatizações segue sem o êxito que seus promotores gostariam de exhibir.

Na eleição presidencial de outubro, cem milhões de eleitores, que fazem do Brasil uma das maiores democracias do mundo, vão decidir o rumo que a nação vai seguir no futuro. Ou o governo federal continuará no impasse, tentando enfiar goela abaixo da nação um projeto que contraria tantos interesses, e parece ter poucas chances de emplacar numa situação de normalidade democrática (afinal, entre os países que implantaram o projeto neoliberal, as democracias são raras). Ou haverá uma chance de o país enveredar – com o governo federal à frente – por uma via de desenvolvimento empenhada em atender aos interesses de sua população.

FHC não é um mero neoliberal. É o homem escolhido para viabilizar esse projeto no país



O cientista José Luís Fiori indicou, com argúcia, o papel que as elites conservadoras esperam de Fernando Henrique. O que a nova aliança de FHC se propõe, diz ele, é “remontar a tradicional coalizão em que se sustentou o poder conservador no Brasil. É este o verdadeiro significado direitista de sua decisão, que não é de hoje, mas data de maio de 1991, quando apoiou a reorganização do governo Collor em aliança com o próprio PFL de ACM e Bornhausen”. Por isso, diz ele, “o Plano Real não foi concebido para eleger FHC, foi FHC que foi concebido para viabilizar no Brasil a coalizão de poder capaz de dar sustentação e permanência ao programa de estabilização do FMI, e dar viabilidade política ao que falta ser feito das reformas preconizadas pelo Banco Mundial.”⁴

Fiori tem razão. Fernando Henrique diz que seu governo vai “mudar o patamar do capitalismo brasileiro”.⁵ E o rumo preconizado, indicado pela aliança com o PFL, fica claro no elogio que FHC fez a Collor de Mello por ter derrubado as barreiras protecionistas no Brasil. “Era uma coisa que tinha de ser feita. Não há dúvidas. (...) Ele inovou pontos da agenda econômica. Botou pontos novos na agenda.”⁶ Foi para cumprir esse programa que Fernando Henrique se uniu ao PFL. O PFL não foi apenas o partido do período final da aventura de Collor. Ele é, principalmente, o partido do projeto neoliberal, que reúne as forças que, desde o passado colonial, defendem a integração subordinada do Brasil numa economia mundial dominada, antes, pelas metrópoles coloniais, e hoje pelas nações imperialistas.

Nesse sentido, é eloqüente a profunda semelhança entre os programas do PSDB, partido de Fernando Henrique, e do PFL, partido de Antonio Carlos Magalhães, Marco

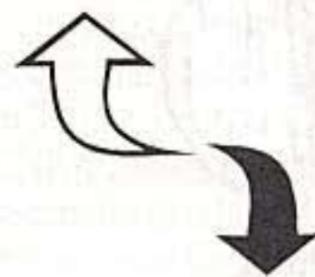
Maciel, Antonio Carlos Bornhausen e tantos outros antigos expoentes da ditadura militar.

A elaboração de ambos foi comandada pela lógica do grande capital; enfeixam mudanças institucionais para garantir o cenário para um novo padrão de desenvolvimento adequado aos interesses do grande capital brasileiro e de seus sócios estrangeiros.

Fernando Henrique, que personifica esses programas, quer reeditar o feito de Juscelino Kubitschek. “Nosso desafio”, disse ele recentemente, “é igual ao que teve Juscelino: colocar o país num caminho de desenvolvimento”.

Como Juscelino, FHC quer aprofundar a modernização conservadora, sem mexer na velha estrutura social. E, da mesma forma, como nos anos 50, quer basear o desenvolvimento no capital estrangeiro – um objetivo que, esclareceu, faz parte do programa do PSDB.

O PSDB diz, em seu programa,⁷ que os investimentos estrangeiros virão se a inflação for contida: haverá, garante, “uma verdadeira avalanche de capitais que virão do exterior ou serão transferidos da especulação financeira para a produção”. E a receita para conter a inflação é a velha ortodoxia monetarista recomendada pelo FMI: “assegurar o equilíbrio fiscal, impedir o descontrole monetário e manejar adequadamente a política cambial”.⁸



A lógica do grande capital comandou a elaboração dos programas do PSDB e do PFL

O Programa do PFL,⁹ coordenado pelo deputado e ex-ministro de Itamar Franco, Gustavo Krause, fala, por sua vez, em “incorporar as idéias do moderno liberalismo”. Querem um novo pacto federativo que favoreça o poder local – isto é, o poder dos grotões que formam as bases do PFL, um partido herdeiro dos velhos coronéis que infestaram a política brasileira. Falam também em consolidar “uma economia de mercado, onde os agentes econômicos possam exercer plenamente as liberdades de produzir, investir e consumir”. Ou seja, uma situação onde os detentores do capital terão liberdade ampla para agir, impondo seus interesses ao conjunto da sociedade.

Ambos os programas querem reduzir o papel do Estado no desenvolvimento; cortar impostos para as empresas; falam em reduzir os encargos sociais sobre os salários (dito de outra forma, querem cortar benefícios trabalhistas que resultaram de décadas de lutas dos trabalhadores); defendem a continuidade e aprofundamento do programa de privatizações; prometem retomar o processo de revisão da Constituição, que foi derrotado este ano no Congresso Nacional; eliminar as barreiras à entrada e saída do capital estrangeiro do país e suprimir da Constituição a diferenciação entre empresa brasileira e empresa brasileira de capital nacional (outra mudança exigida pelas multinacionais); pretendem liquidar com os monopólios estatais sobre telecomunicações e petróleo; anunciam também que

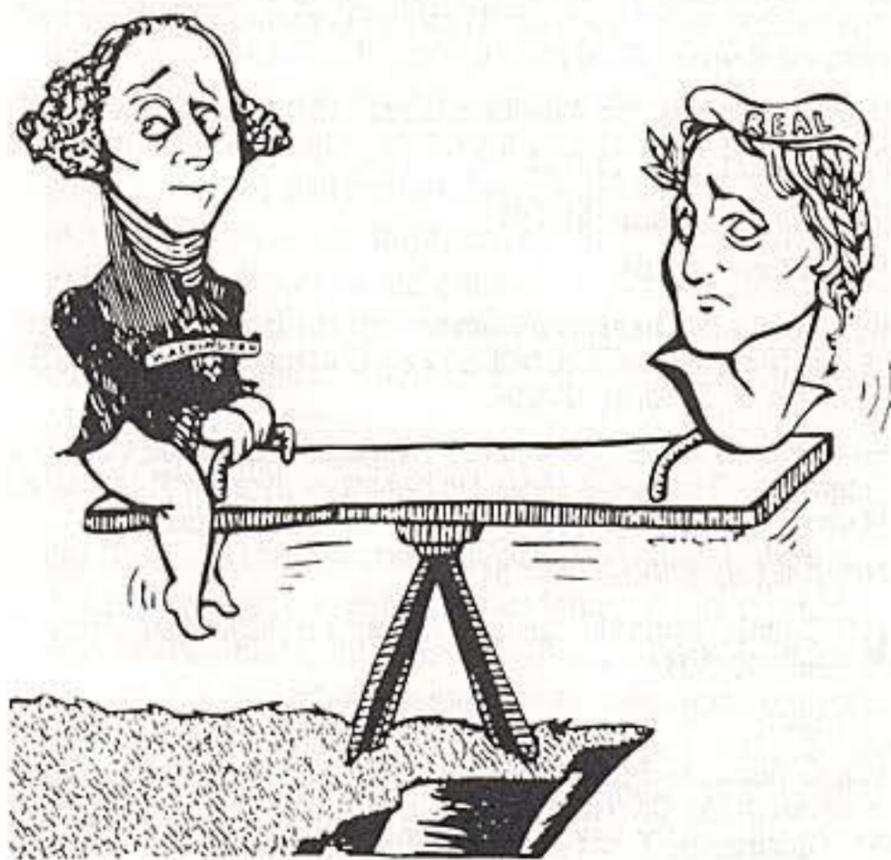
vão consolidar o processo de abertura do mercado brasileiro iniciado por Collor.

Além disso, o PSDB quer adotar uma política fiscal que favoreça a agricultura e a agroindústria – que considera essencial para a geração de empregos nesses setores – “e todas as exportações de produtos elaborados, semi-elaborados e não elaborados”. Por outro lado, fala em reforma agrária para resolver conflitos no campo – uma promessa repetida desde o governo do general João Baptista Figueiredo. O PSDB quer também o voto distrital misto, abrir a mineração e a exploração da energia elétrica ao capital estrangeiro e – em relação aos trabalhadores – suprimir da Constituição a “unidade sindical, as contribuições sindicais obrigatórias e o papel normativo da Justiça do Trabalho”.

O Programa do PFL completa esta lista de medidas de interesse das elites brasileiras. Quer eliminar a aposentadoria por tempo de serviço; privatizar os serviços públicos; implantar a Lei de Patentes imposta pelo imperialismo e rejeitada pela sociedade brasileira; acabar com o ensino superior gratuito.

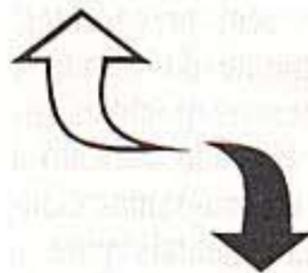
Os programas do PFL e do PSDB se completam nos detalhes, e são idênticos no essencial. Expressam o programa de uma classe dominante ciosa de seus interesses e decidida a defendê-los. Expressão desses dois programas na disputa eleitoral, Fernando Henrique Cardoso não aceita caracterizar seu projeto como neoliberal. Diz que é social-democrata.

Em parte, ele tem razão. No caso do Brasil, a aplicação pura e simples do projeto neoliberal, como ocorreu em países como a Argentina, o Chile, o México, por exemplo, parece ter poucas chances de medrar. O destino de Collor de Mello e as dificuldades do governo Itamar são ilustrativos. O Brasil não é um mero país do chamado Terceiro Mundo, mas algo entre a oitava e a décima economia mundial. Aqui, mais do que em qualquer outro país pobre, os interesses conjugados de amplos setores das classes dominantes brasileiras e do imperialismo estão intimamente interligados.



As candidaturas de Orestes Quéricia e Leonel Brizola aglutinam, por exemplo, alguns setores da elite brasileira, e setores populares, que rejeitam total ou parcialmente o programa neoliberal. Apresentam-se como uma alternativa entre a esquerda, representada pela Frente Brasil Popular e por Lula, e a direita neoliberal, articulada em torno de Fernando Henrique Cardoso e da aliança PSDB/PFL.

Brizola reivindica a herança histórica do nacionalismo de Vargas e do PTB, o nacional-desenvolvimentismo dos anos 50 e 60. Quéricia também se apresenta como nacionalista, embora fale em flexibilizar alguns monopólios estatais e em reintroduzir os contratos de risco na prospecção de petróleo.¹⁰



Quéricia e Brizola não entendem que o papel do Estado na acumulação mudou; hoje é financeiro

Ambos querem a intervenção do Estado para fomentar o desenvolvimento. Por sua voz, falam os interesses daquele setor da burguesia brasileira que teve no Estado seu principal cliente e impulsionador. Saudosos do padrão de acumulação capitalista baseado na intervenção estatal, não compreendem que hoje impera a lógica do grande capital, que faz do Estado o principal agente financeiro no padrão de acumulação. No modelo que Quéricia, Brizola e os que pensam como eles tentam reanimar, o Estado transferia recursos para a classe burguesa através de investimentos produtivos, seja em infra-estrutura, amparando empreendimentos em dificuldades, ou transformando-se no comprador preferencial de muitas empresas. Agora, o Estado transfere recursos para a classe burguesa através de mecanismos financeiros, e passa ao largo da produção. Essa é uma mudança essencial, que impõe soluções diferentes daquelas experimentadas no passado.

As dificuldades enfrentadas pelo neoliberalismo no Brasil fazem os interesses coligados do grande capital brasileiro e estrangeiro buscar outra versão, mais palatável, daquele mesmo programa.

É essencial, para a credibilidade desse pacto e de sua expressão eleitoral, a convicção de que a a globalização da economia “existe como consequência de uma nova forma (até tecnológica) de produzir”, como diz Fernando Henrique, e que o grande desafio é a inserção do Brasil no sistema produtivo internacional.¹¹ Isto é, ele pretende nos fazer crer que estamos imersos em uma realidade da qual não escapamos; que esse é o único caminho para o desenvolvimento do país e que, se soubermos explorar suas possibilidades, poderemos até nos beneficiar com ele.

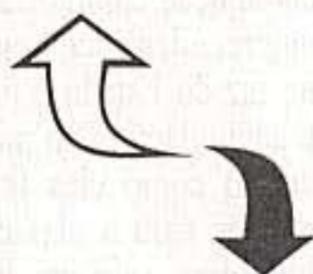
Embora não diga nada sobre política industrial, FHC – no espírito do velho liberalismo manchesteriano, o liberalismo das vantagens comparativas – diz que devemos “aproveitar nossas vantagens estratégicas: metas audaciosas na agricultura, programas intensivos de treinamento de mão-de-obra, expansão dos setores de serviços, especial-

mente no turismo etc. E muito investimento (privado, local e internacional, junto ao que seja possível no setor público) em energia, portos e transportes.”¹²

Esse é o sentido da integração subordinada do Brasil no sistema produtivo mundial que ele defende. Transformar o país num balneário para as férias de estrangeiros endinheirados; fazer o país voltar a ser um mero fornecedor de serviços, matérias-primas e produtos agrícolas. Afinal, essa era, diziam os antepassados dos neoliberais de hoje, nossa vocação, a agricultura.

Fernando Henrique se dispõe, sob o comando do grande-capital brasileiro e estrangeiro, a completar a obra iniciada por Collor de Mello. Mas não diz qual o custo dessa *modernização*. Tivemos uma amostra com Collor – desemprego; arrocho salarial em níveis sem precedentes; obstáculos à produção industrial; desmonte do Estado e abandono das políticas públicas de interesse popular, como saúde, educação, saneamento etc; atentado violento à soberania da Nação, com o abandono de programas científicos, tecnológicos e produtivos fundamentais para a autonomia do país; sucateamento e venda aviltada de empresas estatais, cuja construção custou o sacrifício de gerações de brasileiros. Tudo isso para integrar o Brasil no Primeiro Mundo, de acordo com as normas definidas pelos países capitalistas dominantes.

A Frente Brasil Popular e Lula querem um desenvolvimento alavancado no mercado interno



A polarização da disputa presidencial em torno de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva demonstra o interesse da sociedade brasileira em romper o impasse. As propostas de Fernando Henrique Cardoso e de Lula e da Frente Brasil Popular são, nesse sentido, as duas alternativas mais articuladas para responder aos desafios contemporâneos. As classes dominantes tradicionais, o grande capital brasileiro e estrangeiro e seus aliados internos, costumam, em torno de Fernando Henrique, a grande aliança de proprietários que vai desde a Fiesp aos coronéis *renovados* do Nordeste, e sua bandeira é a modernização conservadora, a atualização da velha inserção subordinada do Brasil no jogo das potências imperialistas.

Lula e a Frente Brasil Popular articulam não só os assalariados da cidade e do campo, os intelectuais, os profissionais liberais, os setores populares organizados da sociedade brasileira. Articulam também expressivos setores empresariais cuja situação social os coloca em contradição com o grande capital brasileiro e estrangeiro, e que pretendem usar o mercado interno como uma plataforma para alcançar o mercado mundial. O eixo principal do programa da Frente Brasil Popular é a defesa do povo contra a exclusão social, contra o desemprego, o arrocho salarial, a miséria; a defesa da democracia, contra as ameaças de rompimento da ordem constitucional; e a defesa da sobe-

rania nacional, ameaçada pelas imposições imperialistas que se acentuaram nos últimos anos.

Numa entrevista recente, Lula diz que vai priorizar o mercado interno e buscar um crescimento sustentável baseado na distribuição de renda e no aumento da capacidade de consumo dos brasileiros. Seu governo, garante, vai estimular setores de consumo popular – alimentos, tecidos e brinquedos – com o objetivo de criar um mercado interno de massas; ao mesmo tempo, vai tratar de forma diferenciada o grande capital e as pequenas e médias empresas, para as quais adotará uma política de benefícios fiscais e de crédito facilitado. Além disso, diz Lula, a recuperação do salário mínimo será a base para a “revolução capitalista do mercado interno brasileiro.”¹³

A questão que está no centro do debate político dos últimos anos é o papel do Estado no desenvolvimento. Os programas de modernização apregoados pelas elites na última década, e o projeto neoliberal é o principal deles, são marcados por uma lógica de classe transparente. Para a classe dominante, trata-se de manter o Estado subordinado ao grande capital, servindo a seus interesses.

Para os setores populares, neste momento, a força do governo deve ser usada para induzir o crescimento econômico, fazer com que a produção da indústria e da agricultura brasileira destinem-se, primeiro, a atender às necessidades de nosso povo. Estes são, fundamentalmente, os dois programas que se recolocam outra vez em uma sucessão presidencial em nosso país.

Notas

- (1) Ruy, José Carlos, “Sucessões presidenciais no Brasil, uma história que se repete”, *Debate Sindical* nº16, abril/maio/junho de 1994. Ver também Ruy, J.C., “Do escravo ao metalúrgico”, in *Retrato do Brasil*, vol. I (coleção), Política Editora, São Paulo, 1984; Ruy, J.C., “A modernização conservadora de 64 e o projeto neoliberal”, *PRINCÍPIOS* nº 33, maio/junho/julho de 1994.
- (2) Carone, Edgard, *A república liberal*, vol. I, *Instituições e classes sociais (1945/1964)*, São Paulo, Difel, 1985.
- (3) Silva, Fernando de Barros e, “O real divide a sucessão a traz à tona o debate sobre a adesão do país ao Consenso de Washington”, *Folha de S. Paulo*, 3-7-94.
- (4) Fiori, José Luís, “Os moedeiros falsos”, *Folha de S. Paulo*, 3-7-94.
- (5) *Jornal do Brasil*, 27-6-94.
- (6) *Folha de S. Paulo*, 11-6-94.
- (7) *O Globo*, 26-7-94.
- (8) *Proposta de Programa de Governo do PSDB*. Divulgada na Convenção Nacional do PSDB, realizada em Contagem, MG, em 17-5-94. *O Estado de S. Paulo*, 18-5-94.
- (9) Partido da Frente Liberal (PFL), Comissão Nacional de Estudos e Programas, *Princípios e Metas Fundamentais para um Programa de Governo*, Eleições de 1994, 1ª versão (versão para debate).
- (10) *Folha de S. Paulo*, 27-7-94.
- (11) Cardoso, Fernando Henrique, “Reforma e imaginação”, *Folha de S. Paulo*, 10-7-94.
- (12) Idem.
- (13) *O Globo*, 25-7-94. Ver também *Programa de governo – Projeto para discussão*. Comissão Nacional de Programa de Governo do PT 94. *Cadernos de Teoria e Debate*, São Paulo, 1994.

Não há nação soberana sem Estado nacional

JOÃO AMAZONAS

Depois das derrotas sofridas pelo socialismo, o debate sobre o tema Estado e modernidade ganhou relevância mundial. A questão principal da discussão é o caráter de classe que o Estado deve ter

Depois das derrotas sofridas pelo socialismo, como o desaparecimento da União Soviética e a derrocada dos países do Leste europeu, o debate alcançou maior relevância e tem sido alvo de intensa controvérsia em todo o mundo. Supostamente teria ficado patente a incompatibilidade do Estado socialista com a liberdade política, o desenvolvimento econômico e o progresso social. O fracasso das primeiras experiências de edificação do socialismo atestaria, segundo esse ponto de vista, a ineficácia e a inutilidade do planejamento econômico, ao qual se atribuía qualidade inata de burocrático.

Também o panorama de intensa e prolongada crise econômica e social nos países capitalistas desenvolvidos, onde inelutavelmente o chamado Estado de bem-estar social entrou em bancarrota, projeta o assunto. Naqueles países, argumenta-se, seria necessário promover cortes nos benefícios sociais adquiridos pelas classes trabalhadoras, reformular as legislações laborais, reduzir salários, redimensionar os direitos previdenciários.

A redução do Estado como fator de "modernidade" é invocada com particular ênfase em relação aos países dependentes do Terceiro Mundo. Estes só teriam condições de vencer os obstáculos ao seu desenvolvimento, superar os fatores de crise e ultrapassar o estágio de pauperização em que se encontram se promovessem a "reforma do Estado", tornando-o *mínimo*.

As forças renovadoras da sociedade, sobretudo as classes trabalhadoras, interessadas na construção de uma nova sociedade de progresso, liberdade e justiça social, submetem o Estado burguês à rigorosa crítica, conscientes de que o primeiro passo decisivo para promover a transição do capitalismo ao socialismo é a conquista do poder político e a construção de um Estado profundamente democrático, de base popular. A secular experiência de lutas das classes trabalhadoras permite a generalização do princípio de que o poder político é indispensável para proceder às mudanças

que se fazem necessárias ao progresso da humanidade. A crítica necessária ao Estado burguês atual, do ponto de vista das forças revolucionárias, volta-se contra seu conteúdo de classe e as formas de dominação política. Cada vez mais as instituições políticas da burguesia elitizam o poder, excluem as massas populares da vida pública, reprimem as justas reivindicações populares, recorrem à violência e até ao fascismo, confirmando a tese enunciada por Lênin de que na época do imperialismo, do capitalismo monopolista, predomina na vida política a reação em toda a linha. Somente nesse sentido a crítica ao Estado é justa e se conforma à modernidade.



A campanha contra o Estado é a expressão política da chamada nova ordem mundial

Não é esse, porém, o escopo da crítica ao Estado presente em aparatosas campanhas publicitárias, em certas teses acadêmicas e no discurso político dos representantes das classes dominantes. A par de ser profundamente anti-socialista, a campanha contra o Estado é a expressão política da realidade objetiva do mundo no quadro da chamada nova ordem. Nesse sentido, é componente essencial da estratégia de dominação do imperialismo sobre os povos e nações dependentes.

Na fase atual de seu desenvolvimento, em que predomina a internacionalização da economia, o imperialismo erige um sistema de dominação neocolonial que atenta contra a existência dos Estados nacionais. O combate às eventuais barreiras ao domínio dos países poderosos sobre os mercados e fontes de matérias-primas e energéticas dá lugar a uma forte pressão pela reestruturação profunda

dos Estados nacionais, verdadeira operação-desmonte dos resquícios da soberania desses países, responsável pela implantação de um sistema ainda mais elitista, concentrador, centralizado, autoritário e inteiramente vulnerável à dominação estrangeira.

Sob o fraudulento pretexto de extinguir o Estado obeso, burocrático e ineficiente, de livrá-lo de encargos tidos como supérfluos, os arautos do neoliberalismo visam a converter os Estados nacionais dos países dependentes em meros aparelhos administrativos com funções secundárias, sem nenhum compromisso com o fomento ao desenvolvimento nacional e a defesa da soberania, o que inexoravelmente os transforma em presas fáceis dos potentados imperialistas. A vasta ofensiva contra as soberanias nacionais inclui a desnacionalização das economias, a desindustrialização de setores fundamentais, a abertura indiscriminada dos mercados internos à penetração dos produtos estrangeiros e se estende às esferas territorial e da defesa. Os países do chamado Primeiro Mundo não consentem que as nações do Terceiro Mundo se potencializem economicamente. A lógica de ferro da internacionalização atua no sentido de transformá-las em dependências ou economias anexadas, complementares, num processo de divisão internacional do trabalho no qual a essas nações está reservado o papel de importadoras e meras produtoras de determinados artigos ditados pela demanda internacional.

No Brasil, pretende-se transformar o Estado num aparelho administrativo de tipo colonial



No caso específico do Brasil, faz-se sistemática propaganda solapando as bases do Estado nacional, que estaria assumindo desnecessariamente atividades que poderiam ser desempenhadas pelo setor privado. O que se pretende, no entanto, é tirar funções do Estado relacionadas com o desenvolvimento do país e com o fortalecimento da soberania nacional. Transformá-lo num simples aparelho administrativo de tipo colonial destinado tão-somente a gerir os serviços de saúde, educação, habitação, meio ambiente, além de coletor de impostos e repressor policial dos movimentos sociais e progressistas.

Faz-se ainda campanha insidiosa tentando demonstrar que as Forças Armadas não têm papel importante a realizar. Seriam parasitárias e onerosas aos cofres públicos. Cortam-se verbas necessárias à manutenção das Três Armas e ao reforçamento da defesa nacional. Sob pressão norte-americana, desativam-se empresas que produzem meios de defesa, com tecnologia própria, ou permite-se que passem ao controle das multinacionais armamentistas. Desse modo, desarma-se a nação brasileira face a prováveis agressões externas visando o domínio de território nacional rico em minérios.



Apesar do fracasso do processo golpista da revisão constitucional, o patrimônio nacional continua ameaçado pela privatização de empresas estatais essenciais ao desenvolvimento do país. A par da política privatizacionista, adotam-se medidas que liquidam a reserva de mercado para setores fundamentais ao desenvolvimento nacional, como o da informática, ao passo que o governo e a maioria conservadora do Congresso capitulam diante das pressões norte-americanas para o reconhecimento de patentes, o que atingirá de morte a indústria brasileira dos fármacos e a biodiversidade da qual é rica a região amazônica.

Opor-se decididamente a tal orientação não significa deixar de assinalar que o Estado brasileiro é antiquado e que as Forças Armadas possuem forte componente autoritário e antidemocrático em sua formação. Mas é ineludível que sem Estado Nacional e sem Forças Armadas Nacionais não pode haver nação soberana, assim como sem a preservação do patrimônio econômico do país, do seu mercado, das suas empresas e da sua integridade territorial não haverá independência.

JOÃO AMAZONAS é presidente nacional do PCdoB. Esta opinião-síntese foi apresentada no debate sobre o tema "O Estado e a modernidade", realizado no seminário organizado pelo IPAS, no Rio de Janeiro, em 1994.

A questão nacional e a crise

MIGUEL ARRAES

A queda de Collor não foi acompanhada pelo abandono de suas teses neoliberais. Lutou-se contra a corrupção. Agora é preciso exigir uma nação livre, soberana, popular e democrática

O impeachment do presidente Collor, o mais visível defensor dos princípios do neoliberalismo no país, poderia levar à conclusão de que essa escola de pensamento estaria banida entre nós. A postura adotada pelo presidente Itamar Franco de contestação de vários de seus princípios reforça esta impressão. Entretanto, várias vezes de inegável importância política e econômica insistem em afirmar que a queda de Collor deu-se exclusivamente devido à corrupção, defendendo que o atual governo deva retomar a estratégia econômica de Collor, voltada, como se sabe, para a chamada liberalização da economia.

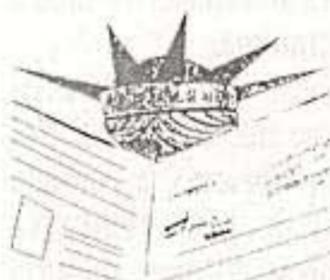
É, portanto, fundamental que, neste momento, as forças sociais e políticas do país, comprometidas com a maioria de nossa população, conheçam a fundo a que interesses se vincula o projeto neoliberal, se posicionem face a ele e saibam formular uma saída para a crise. Para que, com isso, as vozes das ruas que levaram à saída de Collor sejam plenamente atendidas, já que clamavam não apenas contra a corrupção, mas a favor de uma nação livre, soberana, popular e democrática.

A atualidade da questão nacional

Os arautos do neoliberalismo tentam escamotear a questão nacional. Na sua pregação, eles salientam alguns aspectos das transformações internacionais mais recentes, escondendo outros, para defender uma internacionalização sem limites, embora as barreiras do almejado Primeiro Mundo permaneçam, apesar de décadas de negociação entre os países que o compõem. Segundo eles tudo se resolveria com a adesão a uma modernidade abstrata e indefinida, que tiraria os povos do inferno para o paraíso, onde o progresso técnico e o crescimento econômico, por um simples efeito da livre competição, pudessem vir a ser comumente partilhados.

Falar em nação, de nacionalismo ou de interesses nacionais seria, dentro dessa perspectiva, sinal de atraso, de

recuo a tempos ultrapassados. E, não obstante, o fato é que a questão das nacionalidades coloca-se cada vez com mais ênfase, sobretudo pela necessidade de definição das formas de relacionamento entre elas, nas condições atuais do mundo. Afinal, as nações são algo de concreto, parte de um processo histórico longo e acidentado, no qual cada uma adquiriu características próprias, face às circunstâncias internas e também internacionais que plasmaram as diferentes sociedades no curso do tempo. Ignorar essa realidade é lidar com números e abstrações, desconsiderando a luta dos povos pela sua sobrevivência e pela formação de sua própria identidade. É possível afirmar que o fracasso do Leste europeu se deve inclusive a essa deformação, que levou a um extremado centralismo e aos exageros dogmáticos. O economicismo neoliberal contém esses erros em sentido oposto. Aqueles levaram a uma desmedida centralização com a conseqüente burocratização das instituições, enquanto esses marcham para a ausência de objetivos estratégicos nacionais, transformadas as nações em simples territórios, pela via de um dogmatismo tão inaceitável quanto o outro.



Os países ricos vivem uma fase de concorrência interna e busca de unidade política

O mundo atual assiste a toda uma gama de velhos e novos conflitos políticos e econômicos entre nacionalidades, nos quais os países e as economias mais poderosas buscam conservar, com novos instrumentos, o seu domínio sobre as outras. Emergem, nesse quadro, conflitos nacionalistas dentro das antigas fronteiras do Leste enquanto perduram outros, sobreviventes do antigo sistema

colonial. Vimos, assim, multiplicarem-se, na ex-União Soviética, diversos movimentos promovidos por etnias ou por territórios que muitas vezes, no passado, gozavam de autonomia. Várias repúblicas ganharam independência enquanto, diariamente, a imprensa registra episódios da guerra civil que se desenrola na Iugoslávia. Observadores internacionais especulam que serão necessárias duas ou três décadas para reacomodar essas populações atingidas pela queda de um poder central que as trazia submissas ou pelo menos ajustadas, debaixo de um regime que, com as virtudes que possa ter tido, acabou fracassando.

Ao mesmo tempo, prossegue a luta dos palestinos, nação sem território, em busca das áreas tomadas por Israel. Outras lutas ocorrem no mundo e nem sequer são divulgadas, como a de Timor, que ainda resiste, apesar da imensa diferença entre o poder da Indonésia e do pequeno enclave de língua portuguesa perdido no Extremo Oriente.

A nova conjuntura caracteriza-se, portanto, pelas iniciativas para reordenar o sistema internacional de poder. O esfacelamento dos blocos ideológicos gerou nos países desenvolvidos a necessidade de criar mecanismos centralizados de controle político e militar, para conter, nos países mais fracos, movimentos ou perturbações que contrariem os seus interesses. Foi assim que, pela primeira vez, depois da guerra da Coréia, um estado-membro ou um grupo deles recebeu uma delegação das Nações Unidas, agora praticamente sob a égide americana, para que pudessem intervir militarmente em outro estado-membro, como aconteceu no caso do Iraque e pode ocorrer no Haiti.

Em nome da "política de integração" exige-se que países dominados sacrifiquem seus ativos



Premidos pelos problemas decorrentes da situação criada no Leste Europeu, sofrendo as conseqüências de uma recessão econômica que se arrasta, partilhando os efeitos do déficit financeiro americano, o bloco ocidental de países industrializados, a chamada "aliança tripartite", da Comunidade Européia, Japão e Estados Unidos, passa por uma fase acirrada de concorrência interna e de busca ansiosa de seus interesses políticos comuns.

Afloram, entre esses países, conflitos comerciais e financeiros, em que a questão nacional se faz manifesta. Foi assim que a Dinamarca recusou, por plebiscito, a moeda européia única, proposta no Tratado de Maastricht. Na França, esse mesmo tratado foi aprovado por maioria insignificante, partindo-se ao meio o povo francês. Recente acordo em torno da redução de subsídios agrícolas franceses deu-se a partir da violenta ameaça americana de sobretaxar produtos franceses e fez eclodir protestos de rua na França.

Com a possível exceção de algumas poucas economias de pequenos ou médios países, como os "tigres asiáticos" ou o Chile, que conseguiram, graças às políticas dirigistas

de seus governos, alguns nichos secundários de integração com setores dinâmicos da economia internacional, o quadro dominante na maior parte das regiões subdesenvolvidas é desolador. Nessa "década perdida", como ela foi denominada pelas Nações Unidas, nós assistimos desde a destruição de Estados ou de sociedades, como atualmente no "chifre da África" (Etiópia, Somália), até os efeitos da estagnação econômica dos países relativamente mais desenvolvidos, afogados em dívidas e estrangulados em sua capacidade de investir e crescer. Para os países dependentes, que certamente não se situam no momento atual entre as mais altas prioridades do mundo industrializado, exige-se que sacrifiquem os seus parques ativos acumulados em décadas de esforços de suas comunidades em nome de uma política dita de integração internacional, política que vem acompanhada do receituário habitual do sistema financeiro controlado pelos países centrais.

Neste momento, em que a reestruturação da nova ordem internacional de poder está em pauta, os governos nacionais dos países desenvolvidos tentam auscultar os interesses de suas sociedades, fazer valê-los face aos outros e se posicionar dentro da nova ordem que se constrói. Para eles, cuidar da questão nacional nada tem de retrógrado, como pretendem os neoliberais, que por sinal apenas repetem, com nova roupagem, velhos conceitos da fase do colonialismo clássico. Ao contrário, acham fundamental, como para nós também deveria sê-lo, que ela seja discutida e delineados os seus contornos atuais.

O nacionalismo, como é bem sabido, assume aspectos os mais diversos, e a ele recorreram as mais diferentes correntes políticas no decorrer deste século.

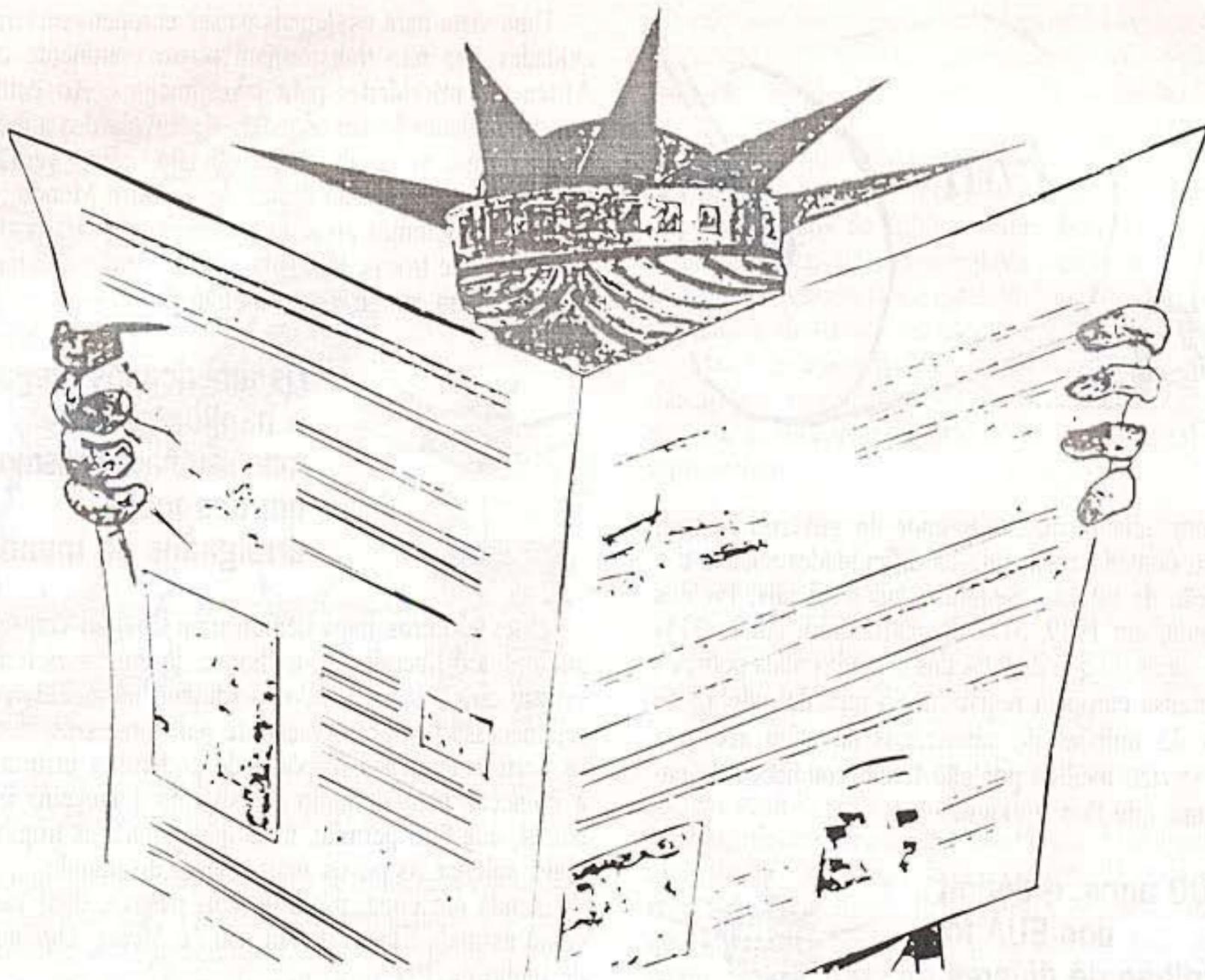
A consolidação das nações na fase da Revolução Industrial, sob a hegemonia das burguesias que assumiram o controle desse processo, criou uma polarização, ficando do outro lado as correntes políticas que representavam o operariado nascente.



O nacionalismo já foi uma exigência da burguesia. Hoje é a bandeira dos povos dominados

A internacionalização era bandeira das esquerdas, simbolizada nas palavras de Marx: "Proletários de todos os países, uni-vos!" O nacionalismo confundiu-se com a ordem burguesa, interessada em preservar os mercados cativos que cada país havia conquistado e os espaços coloniais e neocoloniais entre eles repartidos e consagrados pela Conferência de Berlim no fim do século passado.

Ocorre que, na I Guerra Mundial, os proletários lutaram em defesa de suas respectivas nações, deixando de se unir, como desejado no pensamento do século anterior. Apenas as circunstâncias conhecidas favoreceram a vitória da União Soviética, onde as divergências se acentuaram em torno da questão de definir a possibilidade da sobrevivência, ou não, do socialismo num só país.



O fascismo italiano e o nacional-socialismo alemão firmaram um nacionalismo de extrema direita, como forma de defesa dos interesses das burguesias locais, contidas pelos impérios britânico e francês, ampliados com a vitória da I Guerra Mundial.

O repúdio ao nacionalismo pelas forças de esquerda acentua-se, portanto, inclusive em decorrência do caráter repressivo daqueles movimentos.

Apesar disso, correntes nacionalistas à esquerda começaram a se manifestar no início dos anos 20 deste século. O primeiro questionamento partiu de Ho Chi Minh, membro do PC francês, que no célebre Congresso de Tours levantou a questão colonial e defendeu a necessidade da autonomia das lutas dos povos dominados, como o seu, o Vietnã, então colônia francesa.

Na II Guerra Mundial, depois do ataque alemão à União Soviética, Stálin estabeleceu o hino nacional – até então substituído pela Internacional – e convocou a população para defender a pátria e não apenas o regime comunista. Considerou necessário, portanto, restabelecer os símbolos e apelar para o sentimento nacional, como forma de enfrentar os alemães.

A partir de então, o nacionalismo, mesmo que sua bandeira fosse carregada por movimentos marxistas, passou a constituir o apelo principal das lutas de libertação. Assim ocorreu no sudeste asiático – Vietnã, Camboja, Laos – na Argélia, nas colônias portuguesas e noutros lugares.

Mas, é de notar, sobretudo, que a guerra prolongada travada na China por Mao Tsetung teve como apelo prin-

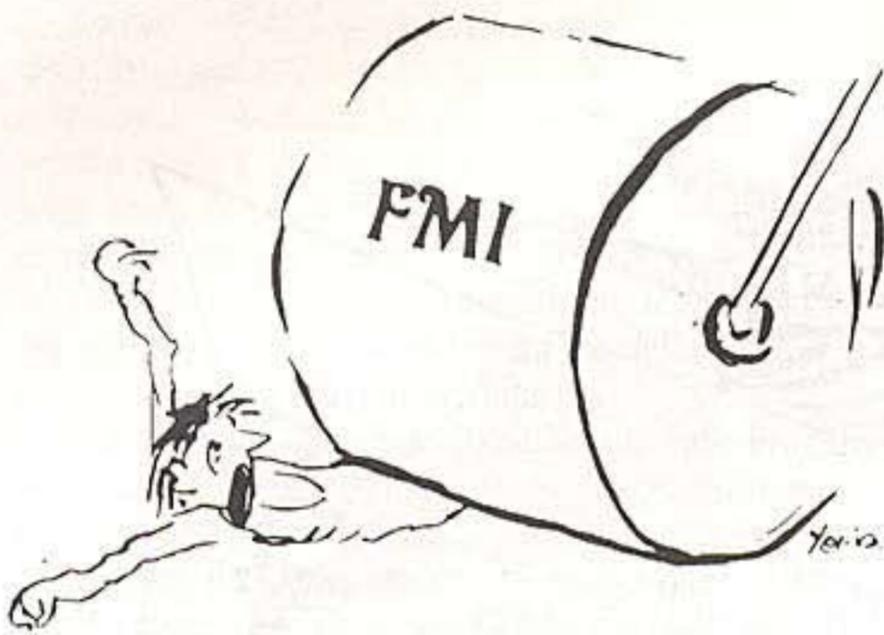
cipal a resistência ao invasor japonês, que o nacionalista Chiang Kaishek, então chefe do governo, recusava-se a enfrentar. O Partido Comunista chinês cresceu nestas condições, seja sob a doutrinação marxista, seja através do apelo à defesa do território nacional ocupado.

Nessas condições, o conteúdo do nacionalismo deixava de ser apenas o que lhe deram as burguesias européia e americana, para ganhar outro bastante diferente, representativo da revolta dos povos dominados.

As dificuldades dos ricos

Seria demasiado afirmar que os Estados Unidos estão em decadência, sobretudo quando o chanceler alemão, Helmut Kohl, afirma que eles “são o país mais poderoso do mundo e continuarão a sê-lo”. Entretanto, figuras não menos importantes, como Arthur Schlesing, antigo conselheiro do presidente Kennedy, declarou em maio de 1992: “A situação dos Estados Unidos é paradoxal. É uma superpotência militar mas incapaz de custear suas próprias guerras. Não pode ter um grande futuro como superpotência. Não está em condições de dirigir o mundo”.

Na verdade, segundo Marie France Toinet, diretora de pesquisa da Fundação Nacional de Ciências Políticas de Paris (*Le Monde Diplomatique*, junho de 1992): “O declínio econômico é inegável, mesmo que não seja o mais chocante. Em 1969, a participação dos Estados Unidos no PNB mundial era de 40%. Em 1990, decaiu para menos de um quarto”.



A autora adianta que: “Os anos do governo Reagan acentuaram consideravelmente as dificuldades sociais e a concentração de riqueza. Segundo dados oficiais, 1% dos ricos possuía, em 1989, 37% do patrimônio, contra 31% em 1983 – mais do que os 90% das camadas mais pobres”.

A imprensa européia registrou, no mês de outubro de 1992, que 35 milhões de americanos não têm acesso a qualquer serviço médico por não terem condições de pagar o seguro que lhes é exigido.

Em 200 anos, o déficit dos EUA foi a 1 trilhão de dólares. Desde 1981, ele pulou para 4 trilhões!



Por isso mesmo o presidente americano Bill Clinton, do Partido Democrata, fez constar, de seu programa como candidato, ou bem o pagamento de tais despesas pelas empresas, ou o recolhimento de uma taxa de 7,5% sobre a massa salarial, para que o governo federal possa fazer frente a essas necessidades.

Não é sem razão que ocorreram os levantes de Los Angeles e de outras cidades, nem que estejam sendo previstas medidas para impedir a entrada de mercadorias que, concorrendo com as americanas, reduzam o trabalho das indústrias nacionais, agravando o desemprego. Há um pessimismo que a simples realização de eleições não chega a eliminar. Um assessor do presidente Bush afirmou, no começo de 1992, ser inútil fazer jogo de palavras: a recessão não havia terminado e estava se agravando, sem que se soubesse quanto tempo iria durar.

Tendo de fazer frente a problemas internos e à concorrência de seus aliados, além de premidos pelos problemas decorrentes da situação criada no Leste Europeu, os Estados Unidos não estão em posição cômoda que lhes permita largueza nas decisões. A simples escolha de um democrata para a presidência não basta para mudar essa realidade, se tal fosse desejado. Ao mesmo tempo, a Alemanha encontra-se a braços com sua reunificação, com a necessidade de expansão para o Leste, notadamente nas áreas onde historicamente exerceu influência.

Uma vista para os demais países europeus mostra dificuldades que não transformam nosso continente nem a África em prioridades para investimentos. Ao contrário, tais dificuldades levam os países desenvolvidos a procurar recursos que as resolvam ou aliviem, como vem acontecendo. A cobrança da dívida do Terceiro Mundo, intensificada nos últimos anos, e o aumento das desigualdades no sistema de trocas, têm sido, entre outras, as armas empregadas para atingir esse objetivo.



Os americanos pregam o neoliberalismo mas seu nacionalismo é um dos mais arraigados do mundo

Estes e outros fatos demonstram que, ao contrário do que prega o liberalismo, o choque de interesses e a intervenção dos Estados Unidos perduram, na medida em que seja necessária a preservação de seus interesses. Para isso, os norte-americanos dispõem de poderosos instrumentos, a começar pelo domínio do sistema financeiro internacional, que lhes permite, mais que as antigas tropas coloniais, sujeitar os povos mais pobres do mundo.

Ainda por cima, usam de dois pesos e duas medidas, como assinala Claude Julien, em *Le Monde Diplomatique* de junho de 1992:

“Bush prometia reduzir o déficit americano a 32 bilhões de dólares, enquanto este atingia 400 bilhões. Em 1981, o déficit acumulado em 205 anos de história não atingia ainda um trilhão de dólares. Dois presidentes republicanos elevaram-no a 4 trilhões de dólares em 11 anos”.

Em contrapartida:

“Os Estados Unidos pressionaram o México a eliminar seu déficit em quatro anos. Pergunta-se a razão pela qual o governo americano não realiza em seu país aquilo que impõe aos outros, com elevado custo social: é através do endividamento público e privado mundial que os americanos conseguem viver acima de suas possibilidades reais”.

Não obstante a pregação liberal de seu governo, o nacionalismo americano sempre foi o mais forte e mais arraigado do mundo inteiro. A imposição ao México também é feita, como foi à Venezuela e a outros países. Com as crescentes dificuldades que enfrenta, esse nacionalismo pode endurecer ainda mais, na medida em que os americanos pretendam continuar vivendo acima de suas possibilidades, como acentua o grande jornalista francês.

O empobrecimento do Terceiro Mundo

Segundo o último relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, “o fosso não cessou de aumentar entre as populações nos últimos trinta anos. Os 30% mais ricos detêm 83% da renda mundial (contra 70% em 1969), enquanto os 20% mais pobres dispõem apenas de 1,4% dessa mesma renda (contra 2,3% em 1960)”.

Todos os dados que possam ser levantados vão nessa direção, sendo que o fosso tem se intensificado na última década, em razão do agravamento da crise nos países ricos, que acentuam, cada vez mais, sua pressão comercial sobre os fornecedores de matérias-primas. O economista e historiador Georges Corm (abril/92) afirma que “o preço dos produtos industrializados sobe continuamente: seu índice atingiu 137 em 1990, contra 100 em 1980, enquanto as matérias-primas caem abaixo de 100, no mesmo período”.

Do mesmo modo, uma nota do FMI indica que “o comércio exterior do conjunto dos países subdesenvolvidos, em 89, revelou um déficit de 24,8 bilhões de dólares, quando havia obtido um superávit de mais de 10 bilhões no ano anterior”.

Devemos reconhecer que a Guerra do Golfo contribuiu para consolidar uma nova ordem econômica internacional, favorável aos países industrializados. É uma ordem inversa àquela pela qual lutaram vários países nos anos 70, que visava desenvolver a industrialização do Terceiro Mundo e sua integração no comércio mundial, em condições mais favoráveis.

O choque do petróleo em 1973 proporcionou a possibilidade de negociações, que começaram em Paris (1974) e se desenvolveram em Genebra (75-77), com a criação de um fundo destinado a estabilizar o preço das matérias-primas, como forma de reduzir as disparidades existentes.

Essas tentativas fracassaram. As matérias-primas não estabilizaram os preços, ao contrário, os produtos manufaturados que o Terceiro Mundo conseguiu produzir chocaram-se com a reorganização da produção do Primeiro Mundo, que lhes retirou as condições de concorrência internacional, e mesmo interna, com as crescentes pressões para a abertura das fronteiras à livre importação.

A única fonte de financiamento ainda aberta, com a entrega ao FMI, pelos bancos, das negociações da dívida, exige condições insuportáveis aos países devedores.



O programa neoliberal agravou a pobreza e a miséria em todos os lugares onde foi aplicado

A crise desses países pode ser vista também uma a uma quando ganha características próprias segundo o poder de resistência de cada economia. No entanto, a tendência é a mesma, no sentido de sua progressiva intensificação.

Quando as receitas do FMI levam a resultados econômicos positivos, as conseqüências são alarmantes. A Venezuela obteve um crescimento de 9% em 1991, mas a metade da população passou a viver na miséria. Cerca de 40% das crianças não têm escolas; os hospitais, o fornecimento de água e a administração pública em geral funcionam precariamente, levando à revolta que fez mais de 300 mortos no levante de Caracas e às rebeliões abortadas de alguns coronéis, contra o governo de Carlos André Perez, que também foi afastado por um *impeachment*, processado e preso.

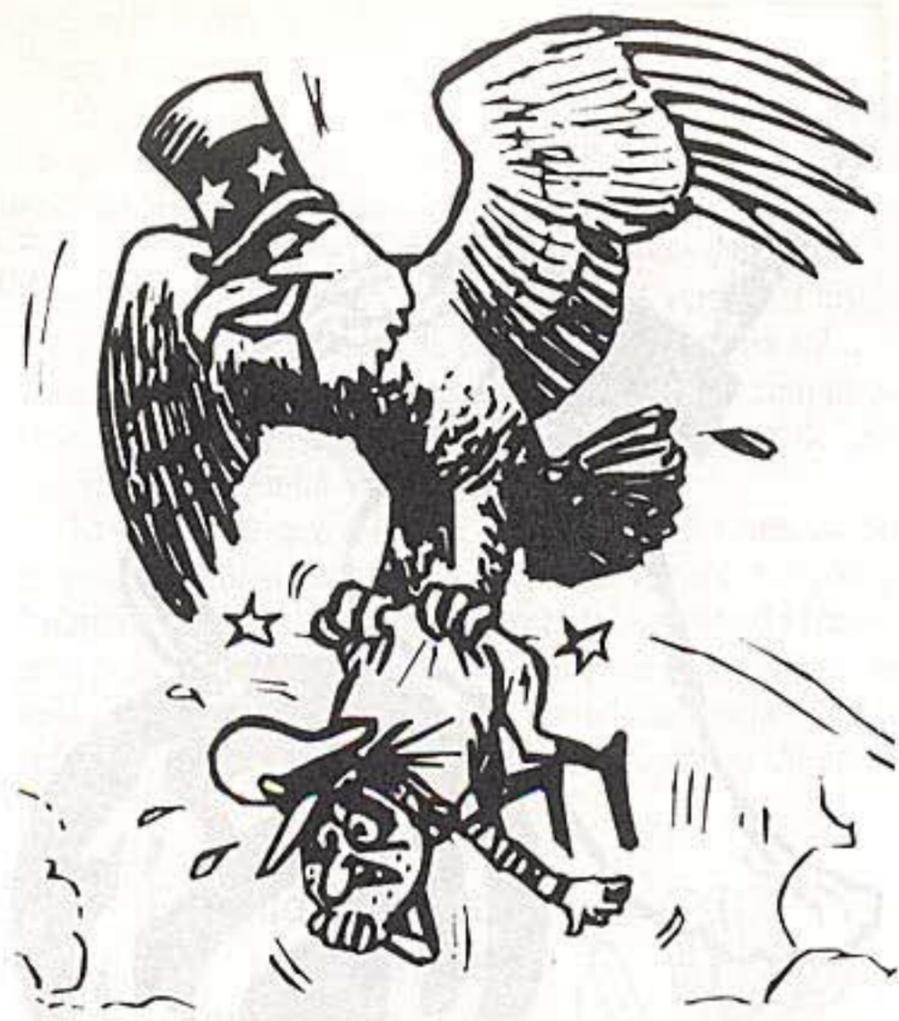


Na Índia, as mudanças acentuadas nos últimos anos levam igualmente a resultados catastróficos. As exigências feitas são idênticas, por sinal, às que existem atualmente no Brasil: redução das despesas sociais e de infra-estrutura, eliminação de subvenções (inclusive dos produtos alimentícios), assim como a venda das empresas públicas mais rentáveis a grandes firmas locais ou estrangeiras. O resultado dessas medidas foi uma violenta baixa no nível de vida, uma elevação de 50% no preço do arroz, alimento básico no país, assim como a falência dos produtores locais provocada pela liberalização do comércio e pela entrada de capital estrangeiro, que se apoderou de parcela de empreendimentos nacionais que tais medidas puseram em dificuldades.

As regras gerais do sistema financeiro internacional, adotadas através de crescentes pressões políticas e econômicas, têm dado, portanto, resultados desastrosos para os mais variados países. Servem, entretanto, aos interesses internacionais e aos nacionais a eles ligados, direta ou indiretamente. Como constata Ignácio Ramonet:

“A adoção cega de receitas liberais para certos países do Sul leva a uma modernização que não se propõe a reduzir as enormes desigualdades existentes e não tem como objetivo – pelo menos num primeiro tempo – a integração da população deserdada no circuito da riqueza”.

Portanto, o que o neoliberalismo acarreta e na verdade defende é exatamente o contrário do que seus propagandistas alardeiam. Não procura garantir a integração dos países periféricos mas, em vez disso, agrava a miséria de seus povos.



Estratégia e designios dos ricos

Há decisões, tomadas anos atrás, que compõem a estratégia posta em prática, frente aos países devedores. Uma delas data de agosto de 1983, tomada numa reunião de banqueiros realizada em Vall, Colorado, Estados Unidos. O coordenador do encontro, Alan Greenspan, diretor do Banco Morgan Guaranty, assim revelou o conteúdo da reunião:

“Está claro que, em lugar dos tradicionais empréstimos bancários privados, deve haver um grande aumento de investimentos diretos e acesso ao mercado de ações nos países menos desenvolvidos. Não podemos continuar a colocar dívida nova nos moldes tradicionais, pois isso cria situação crítica de pagamento que os devedores não poderão cumprir, o que constitui causa principal da atual crise da dívida. Com os ativos tais situações não existem... Devemos converter dívidas em ativos. Esses países devedores têm saldos de exportação e matérias-primas. O problema consiste em saber de que forma os credores teriam acesso aos ativos”.

Evidentemente que a dívida é um instrumento forte de dominação política e econômica. Além disso, vê-se que a privatização de ativos nacionais dos países devedores surge como saída financeira para os bancos credores, uma vez que o pagamento puro e simples da dívida mostra-se insuportável.

São visíveis no país as conseqüências dessa política, que, enfraquecendo-o, serve aos designios de mais longo prazo dos Estados Unidos, mais de uma vez expressos pelo presidente Bush. Em discurso pronunciado em 24-5-89 (citado no artigo de Chapour Haghigat, mestre de conferência na Universidade de Paris):

“Os desafios que enfrentamos hoje não vêm apenas do Leste. A emergência de potências regionais modifica rapidamente a paisagem estratégica. É preocupante que um número crescente de na-

ções esteja se dotando de capacidade moderna altamente destrutiva, em certos casos de armas de destruição maciça e de meios de transportá-las... Devemos ir contra as ambições de regimes renegados”.

Coerente com essa visão, o presidente Reagan, ainda no governo Figueiredo, exprimiu em sua visita ao Brasil várias dessas exigências, que estão sendo pouco a pouco cumpridas: 1) liquidação da Lei de Informática; 2) participação e, portanto, controle sobre a indústria bélica brasileira; 3) abertura do sistema financeiro; 4) solução para a questão dos minérios (inclusive o petróleo, naturalmente), protegidos pelo Código de Minas dos anos 30.

Como se vê, o nacionalismo americano é duro e persistente, na medida em que visa o domínio dos Estados Unidos a curto, médio e longo prazos. É natural que assim ajam, na defesa de seus interesses e de seus objetivos maiores.



O livre comércio dos países ricos não passa da liberdade do mais forte, como no sistema colonial

No entanto, é contraditório e inconseqüente que desejem a aceitação de tais métodos como democráticos e liberais. Tal como a Inglaterra no passado, quando seu império cobria o mundo inteiro, pregam a liberdade do mais forte. Os ingleses exigiam também o livre comércio, portos abertos e oceanos livres, porque dispunham da maior frota marítima e de condições de dominação maiores do que a de qualquer outra nação na época.

Estamos, então, diante de um impasse, submetidos a pressões externas e aos designios de predominância expressos não só por Bush mas pela estrutura estatal americana. Os últimos relatórios do Pentágono, do Departamento de Estado e da Casa Branca não deixam dúvida, por um lado, de que “a ordem internacional deve ser definitivamente garantida pelos Estados Unidos, os quais devem estar em situação de agir de forma independente, quando uma ação coletiva não seja possível, ou em caso de crises que exijam ação imediata”.

Um relatório do Pentágono, redigido pelo subsecretário da defesa, Paul D. Wolfowitz, é claro e incisivo quanto à manutenção da hegemonia indivisível dos Estados Unidos, com ênfase na utilização da força militar como instrumento principal, destinada a enfrentar quaisquer desafios, partam de onde partirem. Por essa visão, a curto, médio ou longo prazo, ninguém deve aspirar a jogar um papel proeminente, nem mesmo as nações industrialmente avançadas.

MIGUEL ARRAES é deputado federal por Pernambuco e presidente nacional do PSB. Este texto é um fragmento de uma separata publicada pelo Senado Federal, em 1993, com o mesmo título.

A dignidade do escritor

GILVAN LEMOS

“Os romancistas atuais desprezam os cânones tradicionais, os modelos das grandes obras universais. É uma ânsia tremenda de estar na lista dos mais vendidos”, diz o escritor pernambucano

No ano passado muito se falou do novo livro de Gilvan Lemos, *Espaço terrestre*, lançado pela Editora Paz e Terra. Trata-se da história de *Sulidade*, uma vila fictícia do agreste, cuja trajetória desde o passado colonial até nossos dias é apresentada como um microcosmo de Pernambuco e do Brasil.

Gilvan Lemos publicou seu primeiro livro, *Noturno sem música*, em 1956. Depois vieram *Jutai menino*, *Emissários do diabo*, *O defunto aventureiro*, *A noite dos abraçados*, *Os olhos da treva*, *Os que se foram lutando*, *O anjo do quarto dia* (agraciado, em 1981, com o 3º Prêmio Érico Veríssimo de Romance) e, agora, *Espaço terrestre*.

Neste artigo ele fala sobre regionalismo; a relação de sua obra com a Geração de 1930; a vida do povo e os dramas contemporâneos como matéria-prima ficcional; Pernambuco como um Brasil em miniatura; colonialismo, racismo e dominação estrangeira; a situação dos escritores brasileiros que estão fora do eixo Rio-São Paulo e que lutam contra a maré do mercado e da indústria cultural; o socialismo e a pretensa falência das utopias; e, finalmente, sobre o que é ser escritor hoje e onde encontrar matéria-prima para uma literatura digna desse nome. No final reproduzimos um trecho do conto “Os que se foram lutando”, de 1976, publicado no livro do mesmo nome.

Este trabalho resultou da conjugação de esforços da redação de PRINCÍPIOS, em São Paulo, e de Maria Antonieta da Trindade Gomes Galvão e Guido Bianchi, que o entrevistaram em Recife.

José Carlos Ruy

Quando se fala em regionalismo, mentaliza-se de imediato o romance de 30 e, ligados a ele, os ficcionistas nordestinos daquela época. Claro está que, por ser nordestino e escrever sobre minha região, algumas pessoas me acham “influenciado pelo regionalismo da Geração de 30”. A meu ver, trata-se duma questão pelo menos relativa. Meus dois primeiros romances localizam-se numa cidadezinha do interior, próxima dos meios rurais. Deste modo eu os classificaria, se necessário fosse, de

“rurbanos”, para usar uma expressão criada por Gilberto Freyre. No terceiro, desenvolvo a narrativa no meio rural propriamente dito. Não obstante, ao apresentá-lo, Leandro Konder informa que: “Nas raízes do conflito, misturam-se interesses econômicos, causas sociais, motivos psicológicos, intrigas de família, circunstâncias históricas. (...) Em *Emissários do diabo*, Gilvan Lemos situa-se a léguas do José Américo de Almeida d’*A bagaceira* e do chamado ‘ciclo do romance nordestino’, bem como de qualquer regionalismo, em geral”.



Sempre houve uma ligação do urbano com o rural. O “rurbano”, como diz Gilberto Freyre

O regionalismo não pertence à década de 30, tampouco é propriedade dos nordestinos. Lúcia Miguel-Pereira, citada por Wilson Martins em *Pontos de vista*, volume 5, página 247, pondera: “Se considerarmos regionalista qualquer livro que, intencionalmente ou não, traduza peculiaridades locais, teremos de classificar desse modo a maior parte da nossa ficção”. Isso, a propósito de Valdomiro Silveira, que era paulista, e Afonso Arinos, mineiro. E que dizer de Simões Lopes Neto, gaúcho, José Veríssimo, amazonense, e outros, anteriores à Semana de Arte Moderna, de 1922? Mesmo em se destacando o romance de 30, convém observar que seus autores principais não formavam um bloco compacto quanto ao regionalismo desse modo compreendido. No meio deles se encontrava um Graciliano Ramos, que, a rigor, não se situa no ciclo do romance regionalista. Talvez nele se inclua, um pouco, com *São Bernardo*, mais com *Vidas secas*, entretanto como se não pertencesse ao mesmo grupo. Sem contar que nessa década já despontava Érico Veríssimo, no extremo Sul, sem qualquer ligação com os nordestinos, conforme assinala Wilson Martins (obra citada, página 285): “Se, nos anos 30, o ‘romance do Nordeste’ contribuiu para a

literatura brasileira com a ficção de fundo sociológico e político, os estados do Sul cooperaram, no mesmo período, com o romance psicológico e urbano: Érico Veríssimo responde sozinho, em termos de grandeza literária, a todo o grupo nordestino que fazia a literatura 'da terra' nos arredores da Rua do Ouvidor".

Em consonância com Lúcia Miguel-Pereira, eu adiantaria que no Brasil há e sempre houve uma ligação inseparável do urbano com o rural, daí o termo "rurbano", que eu tomaria emprestado mais uma vez a Gilberto Freyre, para classificar a maioria dos romances nacionais. O cosmopolitismo dos grandes centros brasileiros é composto, principalmente, dos emigrados do campo. Sabe-se que só em São Paulo vivem cerca de quatro milhões de nordestinos. Mas o que quero salientar é que, a despeito do pouco valor que hoje se dá ao romance de 30, com os nordestinos à frente, acho que foi esse ciclo, como o chamou Leandro Konder, a fase mais importante da literatura brasileira em todos os tempos, haja vista a repercussão que obteve no estrangeiro, influenciando até romancistas portugueses da geração de 40 e invertendo tendências seculares, pois era também de Portugal que nos vinham a inspiração e o modo de escrever. Independência cultural obtida, sem dúvida, em decorrência do modernismo de 22, que embora meio desorganizado, mais ruidoso que profícuo ("não sabemos o que queremos, mas sabemos o que não queremos", teria dito um "deles", não estou lembrado quem), deixou frutos consideráveis. Nesse aspecto, não se pode omitir o Movimento Regionalista comandado por Gilberto Freyre, de menor repercussão, é verdade, em virtude dos meios de divulgação de que não dispunha em igualdade de condições com o pessoal do Sul, mas de grande influência particularmente na obra de José Lins do Rego, assim como na de Luiz Jardim, posteriormente, e, até hoje, na de autores nordestinos.

Não perco tempo em negar que sofri influência do "regionalismo" da Geração de 1930, mas dum regionalismo despojado do documental, da denúncia social, do pitoresco que o norteavam. Porém a sofri igualmente de Érico Veríssimo, Lúcio Cardoso, Gilberto Freyre e, misturando as bolas, de Dostoiévski, Zola, Flaubert, Tolstói, Dos Passos, Miguel Torga, Ferreira de Castro, Cervantes e mais dos diversos autores que me despertaram a sensibilidade, provocaram-me emoções, levaram-me a tentar ser também um escritor.

A matéria-prima da literatura

Nos meus romances, não me distancio, contudo, de minhas raízes. É na "região" que situo os personagens e desenvolvo os temas, porque entendo que ficcionista deve falar do que conhece, focalizar os dramas que estão diante dos seus olhos, oferecidos à sua perspicácia e percuciência, passivos à empatia e interpretação que os devem reger e, por outro lado, serem apreendidos pelo leitor. Escrever sobre seu povo, seu país, sua época é o que concerne ao romancista. Quanto à época, mesmo que remota, deve, entretanto, ter alguma ligação com o presente. Para quem afinal escreve o romancista? Sem dúvida para as pessoas que estão vivas, para as que lutam, ao lado dele,



a fim de sobreviver. Não que o autor se proponha a orientá-las, dar-lhes conselhos, encaminhá-las ao rumo que é o seu, próprio, desviando-as dos que lhes estão destinados. O autor de ficção não se vale de sua obra para doutrinar, perverter, levar alguém ao bem ou ao mal. E a velha questão do engajamento, dispensável, a meu ver, tendo em vista que, focalizando uma situação de miséria ou de horror, sem tomar partido, o autor termina levantando uma questão, acaba por induzir o leitor a reflexões.

Alguém já me perguntou por que nos meus romances e contos dou prevalência à gente miserável. Lembro que respondi que é porque essa gente não tem quase ninguém por ela, e que desse modo me junto aos poucos abnegados que se lembram de minorar-lhes as penas. O escritor nutre-se da miséria não para desfrutá-la, mas para ter meios de contestá-la, clamar contra as injustiças, abrir os olhos dos indiferentes. Isso, repito, sub-repticiamente, sem *parti pris*. De qualquer forma, aqui para nós, sem me arvorar de "defensor da humanidade", "orientador das causas do bem" ou "exorcisador de demônios", meus ou alheios, confesso que, na verdade, escrevo para meu próprio deleite. Regozijo-me comigo mesmo no meu solitário ofício de criar mundos, pessoas, conviver neles ou com elas, inventar histórias. Talvez a maneira que inconscientemente escolhi para liberar minha vocação de mentiroso,

tão reprimida por meu pai, que preferia um ladrão a um mentiroso. Contudo, mesmo diante desse aparente egoísmo, entendo que, por serem minhas narrativas tão verossímeis, palpáveis até, imersas em e emersas do mar das desventuras e venturas, pessimismos e otimismo e, sobretudo, de esperanças, interessam ao leitor comum. Por isso as publico. Mas sem presumíveis vaidades.

Creio que a aspiração de todo autor é alcançar o universalismo. Entretanto, nesse sentido, nunca desprezo a sapiência de Tolstói, que aconselhava, a quem pretendesse realizar uma obra universal, não esquecer a sua aldeia natal.

Ao planejar meu último romance, *Espaço terrestre*, espaço aí significando lugar aprazível, singular, espécie de céu na terra, minhas pretensões eram limitadas. Tencionava apenas contar a história romanceada de São Bento do Una, a cidade onde nasci. Eu havia passado uns dias por lá, matando saudades, revivendo as interessantes narrativas orais de Joaquim Gordo, ainda relatadas por ele próprio, então com mais de noventa anos, mas plenamente lúcido. Um verdadeiro García Marquez iletrado, criador de casos imaginários, de puro realismo mágico. Muitas dessas narrativas estão adaptadas no romance, que é oferecido a ele (Joaquim Gordo infelizmente morreu meses antes de o romance ser publicado). De posse do livro da historiadora local, Ivete de Moraes Cintra – *São Bento do Una, formação histórica* –, verifiquei que São Bento do Una, povoada por portugueses (meus bisavós eram portugueses), foi uma cidade que, devido à sua localização desfavorável, sobreviveu por mais de um século quase completamente isolada, cosendo-se com suas próprias linhas. Para juntar esse povo e conduzi-lo a São Bento do Una, quero dizer, Sulidade, tive de armar a trama, voltar o relógio no tempo, motivar a diáspora, estabelecê-lo numa localidade, torná-lo povoador. Daí as incursões à história oficial, da qual não poderiam ser excluídos os costumes, a luta contra a dominação estrangeira, o racismo disfarçado, as superstições, crendices e outros males ou bens constantes de nossa formação etnológica, social, econômica, financeira, de dependência e/ou sobranceirismo meio desorganizado e mal-orientado. O romance então saiu dos limites a que eu inicialmente o havia destinado, e se não chega a ser uma síntese de Pernambuco, ou até mesmo do Brasil, como propõe Ênio Silveira – tamanha não seria minha pretensão –, poderia ser uma caricatura da história de Pernambuco, extensiva à do Brasil, pelo menos em certos aspectos em que são tratados, com indisfarçável ironia, fatos muitas vezes mal-interpretados de nossa história.

Pernambuco e a luta pela liberdade

Inegavelmente, o pernambucano hoje é uma gente ressentida. Do seu passado de opulência, do vigilante destemor em manter seu território incólume aos assaltos de piratas ingleses, aventureiros franceses, que culminou com a expulsão dos holandeses, que aqui se mantiveram, no século XVII, por mais de vinte anos (isso sem ajuda dos senhores de Portugal, que cruzaram os braços, indiferentes aos esforços nativistas dos pernambucanos); das inúmeras revoluções que promoveram, motivadas por injustiças da corte, especialmente a de 1817, seguida da Confederação

do Equador e da Praieira – de tudo isso o que ganharam como recompensa foi, primeiro, o desmembramento de parte do seu território, que hoje constitui o estado de Alagoas; segundo, o corte duma fatia maior, mais de dois terços do que lhes sobrara, a chamada comarca de São Francisco, inicialmente incorporada ao estado de Minas Gerais, em seguida ao da Bahia, de posse do qual ainda se encontra.

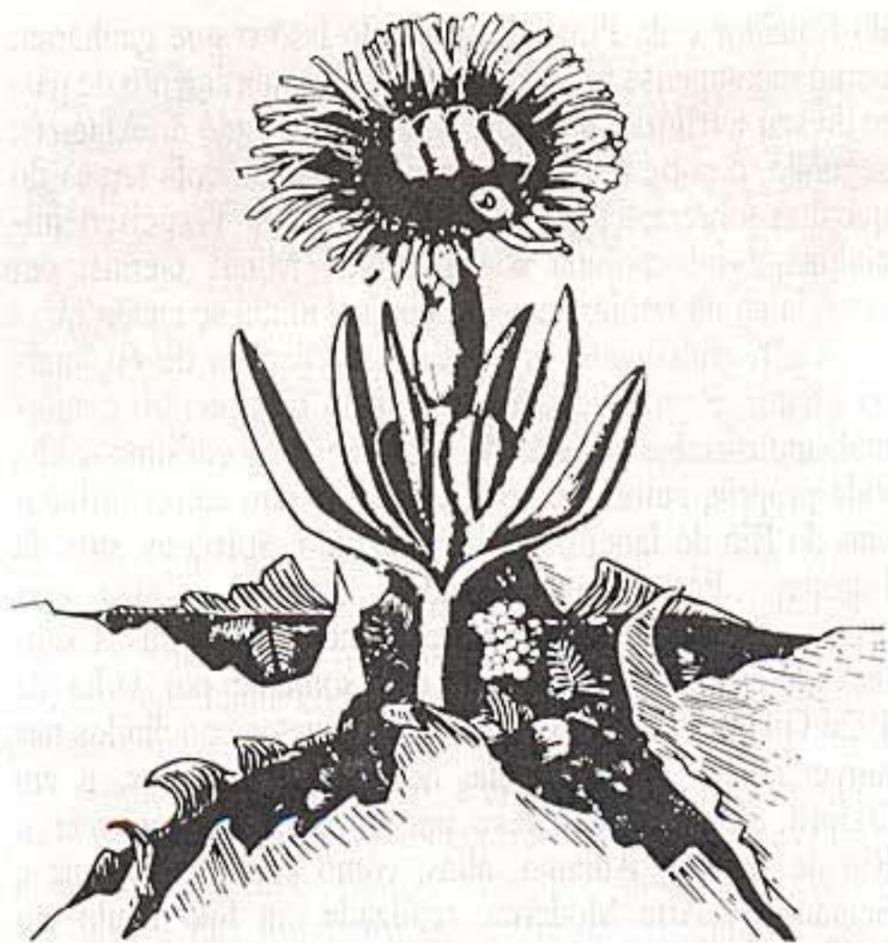
Até recentemente, em meados da década de 60, mais ou menos, Recife, terceira capital do país, centro comercial, industrial e cultural de toda região nordestina, tinha vida própria, cultural e artística, quase sem sofrer influências do Rio de Janeiro ou de São Paulo. Sofria-as, sim, da Europa – Paris, Roma, Londres, Berlim –, onde seus artistas plásticos, cientistas e homens de letras costumavam estagiar. Basta dizer que somente por volta de 1926 Gilberto Freyre, já com alguns cursos concluídos nas universidades de Colúmbia, nos Estados Unidos, e em Oxford, na Inglaterra, teve oportunidade de conhecer o Rio de Janeiro. Adianto, aliás, como curiosidade, que a Semana de Arte Moderna, realizada em São Paulo em 1922, passou meio despercebida em Recife. Na ocasião, Joaquim Inojosa andou convocando adeptos, chegou a publicar uma revista, de duração efêmera.



**Por sua luta e destemor,
Pernambuco
teve como recompensa
a divisão
de seu território**

Tenho a impressão que, em decorrência desses fatos, aliados ao temperamento do pernambucano, nosso estado sofre hoje, considerando que Recife já deve estar lá pelo sexto ou sétimo lugar entre as capitais brasileiras, uma espécie de revanchismo, descrédito, por parte não só dos vizinhos como do resto do país. Veja-se que nada do que aqui se faz merece divulgação lá fora. Até o seu passado histórico é esquecido ou deturpado. Exalta-se Tiradentes em detrimento de Frei Caneca, cuja atuação revolucionária está muito acima da do mineiro. A revolta dos inconfidentes nem chegou a se realizar, enquanto as revoluções de 1817 e 1824 tiveram governo próprio e constituição oficializada. Sobre a Confederação do Equador, desmerecem-na, alegando-se que se tratava dum movimento separatista. Diz isso quem nunca leu Barbosa Lima Sobrinho, que em *Assuntos pernambucanos* (Tempo Brasileiro, Fundarpe, 1986) acaba finalmente com essa balela. Divulga-se o Dois de Julho de 1823, da Bahia, dois meses antes do Grito do Ipiranga, quando os baianos expulsaram os portugueses da cidade de Salvador. Ora, isso se deu em Pernambuco em outubro de 1821, fruto da Convenção de Beberibe, onze meses antes do Grito. E assim por diante.

Meus tipos e temas dramáticos são colhidos dentre a população mais necessitada. Os personagens dos meus livros são pessoas que vejo na rua, no trabalho, gente com quem convivo. E os dramas são os de sempre, aqueles da preferência do autor.



A literatura brasileira e a situação do escritor

Em termos de valores criativos, estéticos e de qualidade romanesca marcante, acredito que a literatura brasileira contemporânea atravessa uma fase realmente lamentável. O que há, hoje, é muita barulheira, muita exaltação em torno de obras que nem merecem ser lidas. Os romancistas da atualidade desprezam os cânones tradicionais, os modelos das grandes obras universais, por superados, desatualizados, “fora do contexto”, e nada criam para substituí-las. É uma ânsia tremenda de ser famoso, constar da lista dos mais vendidos; ânsia de ser original, diferente, como se isso se obtivesse por meio de absurdos, incoerências, textos incompreensíveis, de hermetismo interdito aos próprios autores. Nessa leva, há obras que mais parecem jogos de adivinhação. Uns se perdem em linguagens rebuscadas, verdadeiros torneios semânticos, e nada transmitem; outros, analisam-se e analisam o próximo, com sapiência e erudição, ou, pelo contrário, nas expressões mais chulas, e não contam nenhuma história. Escrevem como se insistissem junto aos leitores, afirmando-lhes: “Sou gênio, você não me entende porque é burro”. E o pobre leitor, temendo mesmo ser tachado de burro, os aprecia, os genializa. Depois, tenta-lhes a oportunidade de serem aproveitados nas telenovelas. Aí, sim, é a glória. Mas são esses, na crista da onda, os preferidos dos editores: representam retorno imediato do capital neles empregado. As próprias editoras se encarregam de promovê-los, usando-os como máquina de fazer dinheiro. Copia-se tudo dos Estados Unidos, o que de pior se escreve por lá. Por que não se imitam os grandes autores norte-americanos, que os há, sem dúvida? Aí são outros quinhentos, esses não são fáceis de serem imitados. Houve um tempo em que editoras como a José Olympio e a Civilização Brasileira, declaradamente, publicavam best-sellers para com o lucro obtido dedicar-se a autores menos rentáveis, revelar novos valores. Hoje não existe tal

idealismo. Quem vive fora do “mercado e do domínio do eixo Rio-São Paulo na indústria cultural”, pretendendo realizar uma obra pelo menos legível, passa por verdadeiro mártir. É o meu caso, por exemplo. Até recentemente eu estava com seis livros prontos e acabados, à procura de editores. Em 1991, a duras penas, consegui publicar dois (em um volume) pela Estação Liberdade, e o mais recente, em 1993, pela Civilização Brasileira, em co-edição com a Fundarpe (do contrário não sairia). O quarto está na Francisco Alves desde 1990, com contrato assinado, à espera da boa vontade daquela casa. Para o quinto, assinei contrato com editora local. E o sexto se encontra com o Ênio Silveira, para análise. De qualquer maneira é uma luzinha, muito tênue, que se avista, tremulante, no fim do túnel (cuja treva faz tudo pra me engolir).

Socialismo e utopia

Não pertenço nem jamais pertenci a qualquer partido político. Contudo, por convicção e esperança, sou socialista. O fracasso do socialismo no Leste Europeu nada representa em demérito para o socialismo. Primeiro é preciso saber se foi mesmo o socialismo que fracassou por lá. Depois, pergunto, há democracia nos países que se dizem democráticos? A religião católica segue ao pé da letra os ensinamentos de Cristo? As utopias, que se tornaram sinônimo de “coisas impossíveis”, não entraram em falência nem jamais entrarão. O destino do homem é lutar contra as injustiças, a prepotência; procurar um lugarzinho de seu para viver em sossego. Tem sido assim desde o princípio do mundo, continuará a ser assim até o fim do último ser humano sobre a terra. Do contrário, valeria a pena viver? Em seu último livro, *Homens e idéias do meu tempo* (Nordestal, Recife, 1993), Paulo Cavalcanti transcreve o discurso pronunciado em 19-4-91, na Assembléia Legislativa, no qual, entre outras coisas, diz: “O fracasso dos países socialistas do Leste Europeu não é o ‘paraíso perdido’ do ideário que o homem alimenta desde Marx. A busca do céu é pontilhada de malogros. E a caminhada para a vitória não tem o traçado retilíneo da Avenida Nevsky, como nos lembrava Lênin. (...) Mas não confundamos o insucesso do ‘socialismo real’ com a doutrina marxista, que há de resistir aos vendavais da história”. E quando a gente ouve isso dum homem de 78 anos de idade, com inúmeras prisões políticas no costado, não pode nem deve perder a esperança de “uma humanidade mais justa, de uma forma superior de organização da vida social”. É o que eu penso.

Ser escritor hoje é penar o que outros pensaram antes de nós. Sem esmorecer, sem se entregar, como nossos antecessores o fizeram. Utopia? Seja. Sonho frustrado? Que continue a sê-lo. A matéria-prima está aí, ao nosso alcance, às nossas mãos. E a dignidade em cada um de nós, é só buscá-la, é só querê-la, é só conservá-la como tal.

Gilvan Lemos

Recife, 14 de janeiro de 1994

“Os que se foram lutando”

(Fragmento)

*Numa enchente em Recife, Zacarias e sua família refugiam-se no telhado da casa.
Zacarias tenta a todo custo salvar a vida de seus galos de briga*

Mas, de noite... De noite foi de doer na alma. Eles, apenas eles, ali trepados, cercados de água, no maior abandono do mundo. Uma luz não havia, um sinal de comunicação não havia. Só água. Muitas casas estavam completamente encobertas. A gente sabia que estavam encobertas porque se lembrava que ali morara Preto Leão, ali Ranulfo, ali Pedro Lima, ali... Possível uma coisa daquela? Zaca, a gente vai morrer mesmo como rato? Zacarias não sabia o que responder, somente aquele bolo de ódio nas entranhas. O clarão do Recife se mostrava lá longe, bem longe. Mas ali por perto era tudo escuridão. Às vezes ouvia-se ruído de motor. Devia ser de lancha, barco, salvando gente. De automóvel é que não podia ser. Ouviam-se também gritos de desespero, de gente pedindo socorro. E choro de mulheres, de crianças. Depois calava tudo. E o silêncio se perdia na indiferença da água escura, da água constante, da água ambiciosa, dessa água puta, pois fora a partir daí que Zacarias passou a odiá-la. Ora, já se viu, tomar tudo assim, sem dar satisfação, passar tudo no rabo? O que a gente guardou com sacrifício, o que juntou para dias melhores, o que sempre manteve familiarmente. E a putáguas vir com toda sem-vergonhez, apossar-se, lambuzando-se de direitos que ela mesma inventou...

Anoiteceu de todo, os meninos pegaram no sono, junto aos galos. A mulher lembrou que podiam pedir socorro. O ruído do motor estava por perto, se gritassem... Eu não peço, protestou Zacarias, cheio de brios. Ridículo. Naquela idade, a gritar feito mocinha: Socorro! Socorro! Morro e não grito. Não era necessariamente socorro, podia ser acudam.

– Grite você.

– Minha voz está fraca, Zaca, estou rouca.

A água ri da gente, a água sabe que domina a gente. Aquele jeito dela, compacto, inchado de prazer, sem arredar uma polegada; aquela consciência do poder... A água tem instinto, tem alma. Tem sim. Mas o homem é mesmo um saco de merda, termina dominado de qualquer maneira. Pois, naquela aflição, Zacarias e a mulher não foram dominados pelo sono? Ele, a mulher, o Maior, o Menor. Todos dormiram. Os galos primeiro. Como também foram os primeiros a acordar. De manhã Zacarias despertou com o barulho de suas asas, seus pés cascudos, seus esporões enfacados, seus brados selvagens. Uns, livres das meias, outros ainda encapuçados, mas todos na agarrança sangrenta. Na cegueira da luta, desequilibrados pelo declive do telhado, iam se dirigindo para fora, para a água, para o fim. Zacarias, estremunhado, não teve tempo de socorrê-los. Um por um, a cada impulso mais violento, foi caindo dentro da água barrenta. Zacarias se preparou para mergulhar na correnteza. Você está doido, homem? Arriscar a vida por causa dessas pestes? Era a mulher, agarrada com ele. E, sem camisa, trêmulo, ofegante, Zacarias acompanhava-lhes a descida. As cabeças vermelhas afundavam, surgiam mais adiante, bicando-se, sempre, ao se encontrarem no balanço das ondas. Raça de macho, não era cabra de peia não. Zacarias não se conteve, inda gritou: Ai é a raça da minha galinha roxa! Sua raça pura, sua marca que nunca fora desmoralizada. Enfim sumiram eles, os galos, num pesadelo, numa visão de adeus inesquecível.

Gilvan Lemos

Obras do autor

- Noturno sem música* (romance). Recife, Nordeste, 1959.
Jutai menino (romance). Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1968.
Emissários do diabo (romance). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968 (1ª ed.). São Paulo, Três, 1974 (2ª ed.). Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987 (3ª ed.).
O defunto aventureiro (contos). Recife, Universitária, 1974.
A noite dos abraçados (novelas). Porto Alegre, Globo, 1975.
Os olhos da treva (romance). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975 (1ª ed.). São Paulo, Circulo do Livro, 1983 (2ª ed.).
Os que se foram lutando (contos). Rio de Janeiro, Artenova, 1976.
O anjo do quarto dia (romance). Porto Alegre, Globo, 1981 (1ª ed.). São Paulo, Globo, 1987 (2ª ed.).
Os pardais estão voltando (romance). Recife, Guararapes, 1983.
Morte ao invasor (contos). Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1984.
A inocente farsa da vingança (contos e novelas). São Paulo, Estação Liberdade, 1991.

Espaço terrestre (romance). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1993.

Enquanto o rio dorme (novela). Recife, Bagaço, 1993.

Em coletâneas

- O urbanismo na literatura*. Rio de Janeiro, Livros do Mundo Inteiro, 1975.
O novo conto brasileiro. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.
Seleção de autores pernambucanos. Rio de Janeiro, Jornal de Letras, 1987.
Memórias de Hollywood. São Paulo, Nobel, 1988.
Contos de Pernambuco. Recife, Massangana, 1988.
Erkundungen 38 Brasilianische Erzähler. Berlin, Verlag Volk und Welt Berlin, 1989.

No prelo

Cecilia entre os leões (romance). Recife, Bagaço.

História Nova do Brasil

RICARDO MARANHÃO

Em 1963, Nelson Werneck Sodré dirigiu um grupo de historiadores na elaboração de um relato da história do Brasil fiel aos fatos e que servisse à luta do povo. Enfrentaram a inquisição!

Em 1993 apareceu, nas livrarias de São Paulo, a reedição de uma obra que, ao ser publicada inicialmente, em março de 1964, antes do golpe militar, provocou verdadeiro furor entre os meios direitistas: a História Nova do Brasil, um esforço coletivo, dirigido por Nelson Werneck Sodré, de revisar em profundidade a história brasileira, recontando nosso passado em novas bases, numa obra que fosse ao mesmo tempo um instrumento de conhecimento, de desmitificação de idéias conservadoras e de luta para as forças políticas progressistas, que naquele momento confrontavam-se com a reação interna e externa.

História Nova foi projetada para ter dez títulos: O descobrimento do Brasil, A sociedade do açúcar, As invasões holandesas, A expansão territorial, A decadência do Regime Colonial, A Independência de 1822, Da Independência à República (evolução da economia brasileira), O sentido da Abolição, O advento da República e O significado do florianismo. A Editora Brasiliense reordenou-os em seis volumes e acrescentou mais dois títulos (República oligárquica e Revolução brasileira), que seriam publicados a partir de 1965. Apenas dois volumes foram publicados, sendo apreendidos por ordem do comandante do Segundo Exército, em São Paulo.

A repressão à História Nova foi uma ignomínia. Os exemplares apreendidos foram destruídos e seus autores presos, torturados, exilados. "A história é isso mesmo", diz Nelson Werneck no texto que escreveu para a atual edição, "uma singular mistura do grande e do pequeno". E ele tem razão. Ao esforço enorme e meritório de, num pioneiro trabalho de equipe, produzir um relato da história do Brasil que ajudasse na luta pela libertação de nosso povo, correspondeu a pequenez dos alcagüetes intelectuais, gente como Américo Jacobina Lacombe, antigo dirigente integralista, cuja família é ligada à mineradora Paranapanema, que ainda hoje é autora de campanhas difamatórias contra a soberania nacional e contra os interesses de nosso povo, particularmente dos direitos dos povos indígenas. Gente como Wanderley Pinho, um historiador ligado à oligarquia baiana cujas raízes se perdem no passado colonial, defensor do latifúndio e de uma

concepção de história que justifica os privilégios de sua classe, ao mesmo tempo que tenta embalar nessa lenda o espírito popular, amortecendo sua rebeldia.

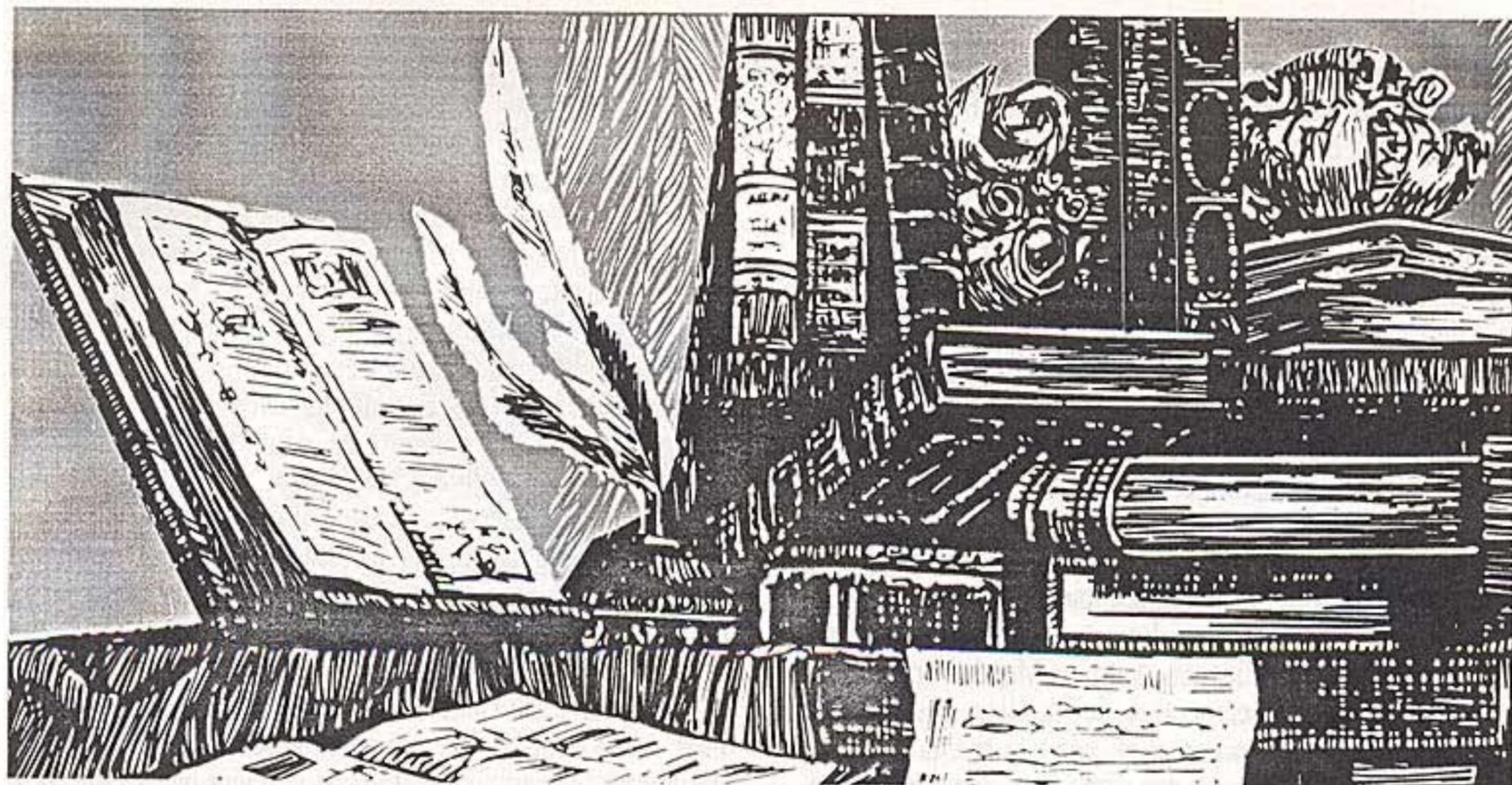
Para falar sobre a História Nova, escolhemos o historiador Ricardo Maranhão devido a uma dupla qualificação: além de marxista e velho militante das lutas populares, ele e Antonio Mendes Jr. também dirigiram, nos anos 70, um esforço semelhante, concretizado na obra Brasil História, também coletiva, destinada a recontar a história do Brasil sob a luz do materialismo dialético, cujo alvo eram professores, estudantes e militantes da luta política do povo. Ironicamente, uma década depois da apreensão da edição de História Nova aparecia, pela mesma Editora Brasiliense, em 1976, o primeiro volume de Brasil História. As idéias não morrem!

José Carlos Ruy

PRINCÍPIOS – O relançamento da História Nova do Brasil, projeto iniciado por Nelson Werneck Sodré e uma equipe de historiadores em 1963, e duramente reprimido pela ditadura militar, recoloca em circulação um marco da historiografia – foi, me parece, a primeira tentativa sistemática de se redigir, para uso de professores, estudantes e do público leigo em geral, uma história do Brasil contada sob uma perspectiva científica. Qual é sua opinião sobre esse empreendimento?

MARANHÃO – Quando o pessoal liderado pelo Nelson Werneck Sodré resolveu escrever uma História Nova do Brasil, a situação da historiografia brasileira era muito mais grave do que hoje, sob o ponto de vista dos interesses de uma historiografia mais científica e da representação política dos interesses de todo o povo e das classes populares, e dentro de uma reconstrução ideológica do passado.

Não tínhamos nada disso. Na verdade, só tínhamos pioneiros, aquela série de pioneiros importantíssimos que tentaram fazer uma historiografia dentro de uma perspectiva que não fosse apenas da historiografia oficial e da ideologia



oficial, mas que não se constituíram num *corpus* grande, num grupo social diferenciado e forte. Esses pioneiros eram os já da década de 1930. Particularmente Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda e Nelson Werneck Sodré. Seguramente o próprio Nelson, que ao tomar essa iniciativa já tinha sua história própria, particular, de um historiador inovador que procurou resgatar uma história científica sem se subordinar a uma ótica ideológica administrada pelas classes dominantes e pelas velhas elites.

É bom lembrar também de Gilberto Freyre. De uma outra perspectiva porque, embora ainda muito vincado o seu trabalho por uma visão aceitável pelas classes tradicionais do Nordeste, mesmo assim é um homem que tem uma contribuição muito grande no sentido da desmistificar a teoria do heroísmo das elites nordestinas, e dessa coisa rançosa do século XIX, essa historiografia rancorosa de Varnhagen, a historiografia colonialista dos historiadores oficiais do antigo Instituto Histórico e Geográfico.

Mas, mesmo com essa ressalva, é importante notar que não havia quase nada, principalmente em termos de livros acessíveis ao grande público. Toda a historiografia didática era absolutamente repetidora de velhas teses racistas e colonialistas, de velhos chavões sobre a cordialidade do povo brasileiro. Na verdade, repetiam-se os velhos mitos de que o índio era preguiçoso, o negro infantil e o mestiço indolente... Isso quando se falava alguma coisa sobre a história social, veja só, porque nem se preocupavam muito com isso.

PRINCÍPIOS – *Lembro da obra de gente como Pedro Calmon, Rocha Pombo, que repetem, de certa forma, na sua organização, os esquemas que vinham do Império...*

MARANHÃO – Mas é claro. Na verdade, depois de Robert Southey, que é até melhorzinho, até por ser estrangeiro, por não ser um homem tão comprometido com a elite do Império. Realmente, depois de Robert Southey, há o esquemão do Varnhagen, do nosso Visconde de Porto Seguro, que

não é alterado substancialmente em nada. A construção histórica do Instituto Histórico e Geográfico é depois muito repetitiva. Na verdade, o que se tem são formas de dourear ainda mais a pílula. Basta lembrar Pedro Calmon, que, ao narrar os episódios da Independência, mantém a mesma perspectiva de criação de um Império por uma elite aristocrática, que – nós sabemos – era mera transposição de uma burocracia portuguesa aos trópicos, fugida da invasão napoleônica, e que já tinha dentro de si – desde a queda de Pombal – traços de total decadência como organização política. Enfim, essa historiografia sobre a fundação do Império, que tenta valorizar D. Pedro etc., em Pedro Calmon virou um delírio, um delírio romântico, em que ele começa a criar um príncipe, arrebatado, chegando a sugerir para o leitor o momento da proclamação da Independência como um momento de bravura, assistido à distância por um povo embevecido com as ações daquele magnífico imperador... Tudo cascata, conversa fiada, sem base em documentação nenhuma.



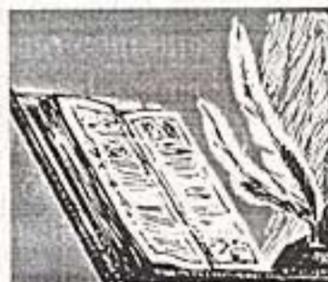
Calmon, ao narrar a Independência, mantém a idéia de criação de um Império pela aristocracia

Voltando então à iniciativa de Nelson Werneck Sodré, ela é importante também pelo seguinte: ele encarou a necessidade de fazer uma história nova como tarefa política de um momento da modernidade brasileira, em que se colocavam condições para uma luta política de caráter moderno e mais avançado das classes trabalhadoras brasileiras. E, como tal, não se propôs apenas a fazer o trabalho. Propôs-se a reunir uma equipe – é muito importante destacar o caráter coletivo da obra. Não por uma valorização ideológica ex-

trema do coletivismo do trabalho. Não vamos cair em ilusões. Tem obras coletivas que são porcaria também. Mas o importante é trazer para o processo de trabalho mais gente, para dar conta da grande complexidade que é a história brasileira, que não é tarefa para um historiador sozinho, nem para uma equipe, nem para uma geração. Principalmente porque, até aquela época, final dos anos 50 e começo dos anos 60, quando surgiu a proposta de *História Nova*, tínhamos um atraso muito grande, monstruoso, em matéria de construção de uma bibliografia acessível às classes populares, aos alunos, às escolas, às universidades.

Então, aquele projeto era uma coisa de longo prazo. E, por isso, tinha que começar de imediato com uma equipe. E, é importante destacar, desse trabalho, desse cadinho de discussões para se produzir uma nova história, surgiu uma série de intelectuais importantes, cujo trabalho foi valioso para o crescimento da cultura brasileira. Nesse ponto, quando, muitos anos depois, Antonio Mendes Jr. e eu resolvemos repetir a perspectiva de ampliar e atualizar a história do Brasil em nossa obra, nós não tivemos dúvida: temos que juntar equipe, botar gente para discutir. E felizmente, dezoito anos passados desde então, temos orgulho em dizer que muita gente que participou do início hoje também contribui para a cultura brasileira. A equipe pioneira de *História Nova* tem gente como Joel Rufino dos Santos, autor de uma série de trabalhos tanto de historiografia quanto de obra ficcional importantes. É um homem que colaborou, também, na luta pela libertação do negro brasileiro. Temos o Rubens César Fernandes, Maurício Martins de Mello, Pedro de Alcântara Figueira, temos o Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto. Não vamos nos estender sobre isso, mas o trabalho historiográfico em equipe abriu a cabeça das pessoas que dela participaram.

A História Nova foi desde o início um instrumento de luta. Surgiu para atender a essa necessidade

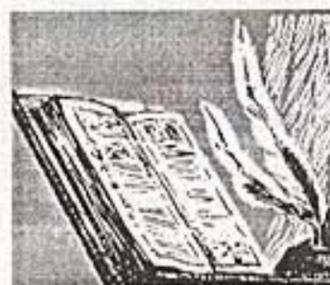


PRINCÍPIOS – *Como o surgimento do projeto da História Nova se liga ao contexto sócio-político brasileiro da época?*

MARANHÃO – O final dos anos 50 foi um momento extremamente importante de retomada em profundidade das lutas democráticas dos trabalhadores brasileiros. Isso me parece decisivo. Na conjuntura dos anos de Juscelino Kubitschek, a própria euforia do desenvolvimento capitalista criou as condições objetivas materiais, de aumento do peso do proletariado na sociedade brasileira. As contradições agravadas pelo próprio processo de desenvolvimento, sem reforma agrária, sem mudanças estruturais, um desenvolvimento acelerado que mantinha as estruturas mais injustas, aprofundando algumas iniquidades e, além disso, o choque de um capitalismo que cresce como sendo nacional mas aprofunda sua dependência externa, essas contradições, agravadas pelo próprio volume do processo de desenvolvimento, ampliaram muito a necessidade de

organização e de luta dos trabalhadores. E a essas necessidades objetivas começou haver uma resposta subjetiva de organização dos trabalhadores brasileiros, inclusive do campo, onde havia um atraso muito grande nesse nível.

Nessa conjuntura, em que o trabalhador rural começa a se organizar de maneira diversificada, desde o crescimento dos sindicatos até as ligas camponesas etc., a demanda por instrumentos de elaboração de uma consciência política dos trabalhadores, uma consciência política democrática, é muito maior, e isso torna mais angustiante o fato de haver carência desse material, carência de uma historiografia com um mínimo de compromisso. Assim, o projeto é mesmo político, ideológico, engajado, militante, e essa é sua característica. O que evidentemente, do ponto de vista de alguns, pode ser visto como algo negativo. Você vai fazer ciência mesmo, vai fazer uma coisa séria, ou vai criar um panfleto, um instrumentozinho de luta? Na verdade, essas coisas não são opostas nem incompatíveis. Na verdade, se no calor da luta pode-se dar tiros para o ar, tiros errados, às vezes até ferir algum companheiro de trincheira, sem armas ideológicas também não existe luta. É necessário, é essencial, que você tenha uma meta desse tipo e procure construir seus instrumentos conceituais...



A história é sempre uma ciência política, mesmo quando se tenta negar essa evidência

PRINCÍPIOS – *E particularmente na história, que sempre é uma ciência política...*

MARANHÃO – Exatamente, a história é sempre absolutamente política, mesmo quando se constrói para negar essa evidência, mesmo quando se tem como meta ideológica negar essa evidência, como essa teoria da microfísica do poder etc., que tenta negar a política e só faz política o tempo todo.

Bom, mas o fato é que, na condução desse processo, além do trabalho de equipe, há o papel a se destacar, específico, de Nelson Werneck Sodré, cuja obra realmente é importantíssima para a historiografia brasileira, com todas as críticas que possamos fazer a ela. Quem sou eu para avaliar a obra de Nelson Werneck Sodré? Não sou juiz de um trabalho tão importante, que trouxe tantas contribuições para a historiografia brasileira. O máximo que posso fazer é dizer, com a maior franqueza e espírito de companheirismo, que realmente Werneck Sodré, no seu processo de elaboração historiográfica, pela generosidade de suas posições políticas, também criou mitos. Foram os chamados tiros dados em direção errada. Um ele nem criou, mas apenas aprofundou um mito que havia sido formulado de maneira vaga e genérica, na década de 1930, sobre o feudalismo brasileiro, que outro marxista, como Caio Prado Júnior, nunca aceitou. Mas, enfim, os documentos políticos da III Internacional, que colocavam a existência do feudalismo e da necessidade da luta antifeudal, falavam na existência de feudalismo no Brasil. E Nelson Werneck So-

dré foi buscar esse feudalismo, e fez uma análise que hoje em dia se considera realmente incorreta. Ele mesmo, hoje em dia, creio que nem mais insiste tanto nesse assunto, quer dizer, na idéia de um feudalismo no Brasil. É um mito que ele apenas aprofundou, não é que ele o criou. E o outro, que realmente criou, é o da vocação democrática do Exército brasileiro, num trabalho magnífico como a *História militar do Brasil*, um trabalho ótimo, excelente. Ninguém até então tinha aberto tão escancaradamente a verdadeira história do Exército brasileiro, com suas mazelas e suas virtudes, sem dúvida muitas. Mas essa teoria do caráter democrático do Exército não se sustenta. Na prática, ela só foi sendo desmentida, freqüentemente, e o nosso querido general insistiu nisso durante muitos anos. Muito mais do que a tese do feudalismo, ele insistiu na tese do caráter democrático, com vontade que seus companheiros fossem democráticos. Não se trata do problema do Exército ser ou não ser antidemocrático, mas sim de que não se pode atribuir a uma categoria social inteira uma virtude. Isso é anticientífico, é anti-histórico. Até mesmo os sonhadores do marxismo mais atrasado e vulgar do início do século, e toda aquela produção teórica de baixo nível daqueles divulgadores do marxismo – mesmo aquelas simplificações todas nunca chegaram a afirmar que todo o proletariado é revolucionário, embora, no fundo, à boca pequena, os comunistas e marxistas dissessem isso e acreditassem. Mas, na verdade, chegar-se a escrever que todo o proletariado é revolucionário é uma estupidez...

PRINCÍPIOS – Nesse caso, não precisaríamos de uma vanguarda!

MARANHÃO – Claro, exatamente. Na verdade, você atribuir a uma classe uma característica fixa é uma coisa anti-histórica, é uma loucura. Isso não tem nada a ver com todos os escritos de Marx, em que a virtualidade histórica de destruição do capitalismo pelo proletariado é uma meta possível. Mas isso não quer dizer que ele vai fazer isso, ninguém pode prever o futuro!



Sodré foi o primeiro historiador brasileiro a levar em conta as fontes latino-americanas

Mas, tirando esses dois grandes mitos que Nelson Werneck Sodré trouxe para a historiografia brasileira durante muitos anos, e que realmente não são corretos, eu considero a obra dele importantíssima. Primeiro por tratar de uma maneira séria coisas como o Segundo Império, que ninguém tratou neste país – só agora, parece, alguns historiadores de formação marxista, ou com uma perspectiva mais crítica, estão tratando de novo desse assunto. Uma de suas obras mais importantes, *Panorama do Segundo Império*, detona uma série de mitos sobre o Império e é um trabalho, como muitos outros de Nelson Werneck Sodré, profundamente baseado em sólida documentação e rica bibliografia, inclusive buscada em outras fontes, como as latino-



americanas, que sempre foram desprezadas pelos historiadores brasileiros. Porque sempre voltamos as costas à América Latina, ao continente, nunca tivemos uma noção muito clara da riquíssima historiografia sobre a Bacia do Prata. Werneck foi o primeiro entre os historiadores brasileiros a levá-la em conta. Claro, tem o trabalho de Joaquim Nabuco, que é um caso à parte. Nabuco teve acesso às posições expressas pelos platinos em função da participação de Nabuco de Araújo, seu pai, na luta política da época, e ele próprio era um diplomata. Depois dele, ninguém mais leu nada do que se escreveu na Argentina, no Paraguai e no Uruguai sobre os conflitos platinos. E que Nelson Werneck Sodré foi buscar no magnífico ensaio que abre o livro *Razões da Independência*, que é um marco na historiografia brasileira. A partir dali é que começamos a ir buscar os argentinos, os paraguaios, importamos inclusive o *Guerra del Paraguay, gran negocio*, escrito por Leon Pomer, hoje professor da PUC de São Paulo. Eu mesmo só pude escrever o capítulo sobre a Guerra do Paraguai do *Brasil História* porque me iluminei por esse artigo de Nelson Werneck Sodré e fui atrás da bibliografia que ele apontava.

PRINCÍPIOS – Um amigo nosso, o Marcos Gomes, me chamava a atenção para o caráter sistemático da obra de Nelson Werneck Sodré. Ele diz que Werneck é um intelectual raro entre nós: ele tem uma história dos militares, uma história da burguesia, uma história da literatura, uma história disso, uma história daquilo...

MARANHÃO – É verdade. Isso mostra um trabalho sistemático de alguém que quer abranger a totalidade, e sabe que é preciso fazer isso com método, definindo muito bem o objeto, sabendo recortar o real. Na verdade, isso faz com que ele não seja como muitos outros intelectuais brasileiros da área das ciências humanas, que chutam grandes teorias. Ele vai aos documentos, vai aos fatos, é um historiador

mesmo, de mão cheia. Mesmo quando erra. Não tem essa coisa fácil do intelectual brasileiro, de traçar grandes teorias, sem nenhum fato, e depois os alunos de pós-graduação que se virem para achar algum fato (risos...). Evidentemente, a partir da publicação da *História Nova*, há 30 anos, muitas coisas aconteceram, inclusive a formação de umas duas gerações de historiadores que, bem ou mal, foram influenciados por ela, ou pelas suas decorrências, ou pelo trabalho de Nelson Werneck Sodré como um todo. É bom lembrar aqui que a *História Nova* foi muito reprimida, inclusive recolhida e proibida...

PRINCÍPIOS – *E seus autores presos...*

MARANHÃO – ... e exilados...

PRINCÍPIOS – ...e o Exército democrático...



De 64 em diante, até meados de 70, *História Nova* era prova de crime. Isso limitou sua influência

MARANHÃO – Exatamente, o Exército democrático desmentindo seu defensor. O Estado caiu sobre a cabeça de todo mundo. A *História Nova* não influenciou mais porque foi recolhida, foi queimada, jogada fora, transformada em sucata. Ter *História Nova* em casa, de 1964 em diante, até meados de 1970, foi sempre argumento para aqueles famosos juízes militares, quando prendiam um cidadão suspeito de ser suspeito. Era prova de crime. É evidente que isso também diminuiu bastante a influência dela. Poderia ter muito mais influência se estivéssemos em uma democracia. Inclusive as influências negativas poderiam ter sido melhor discutidas.

PRINCÍPIOS – *Penso que a repressão à História Nova marcou simbolicamente o desenvolvimento da historiografia brasileira, na medida em que se tem, de um lado, uma historiografia mais à esquerda, de resistência que se formou, e que a obra de vocês é um exemplo. E, do outro lado, a historiografia acadêmica, institucionalizada, que, com exceções, ficou à direita...*

MARANHÃO – Uma boa parte. Se bem que isso até a segunda metade dos anos 70. Nos anos 60 e na primeira metade dos 70, a repressão à *História Nova*, com suas conseqüências secundárias e terciárias, tirou do primeiro plano nas faculdades de História todo o pessoal de esquerda, isso quando eles não foram presos e mortos. Lembro muito bem que até mesmo a História da USP, que tinha alguns nomes importantes da historiografia brasileira, só resistiu de 1964 a 1968, porque logo após o AI-5 houve de cara a cassação da Emília Viotti da Costa – uma perda importantíssima. Fomos enriquecer o conhecimento dos americanos sobre nós, ela foi para Yale. Mais uma vez os EUA se curvam... Demos de presente vários historiadores aos norte-americanos, eles estavam precisando, coitados...

A perda de Emília Viotti, o afastamento compulsório de outros, como Fernando Novaes, Maria Yedda Linhares, tudo isso criou, enfim, uma situação que deixou dentro

das faculdades, em situação de mando, um pessoal muito conservador. Até mesmo um ou outro conservador de bom nível, como Eduardo de Oliveira França, que era um excelente historiador, um homem sério, que inclusive incorporou alguns aspectos da postura marxista em suas análises econômicas, mas que era acima de tudo um conservador. E feliz foi quem nas suas faculdades de História ainda teve gente assim. O pior é que na maioria do Brasil ficaram os mediocres de direita. A mediocridade tomou conta de todas as cadeiras, inclusive na USP. Lembro-me muito bem como um fascistoide da TFP, chamado Cláudio de Cicco, que dava aula de história e era tão ruim que não conseguia sequer ser visto como historiador no Departamento de História da USP, foi para a Faculdade de Comunicações fazer sua pregação fascista. Nem lá foi aceito, embora o diretor da faculdade fosse um homem de extrema direita. Mesmo assim os alunos conseguiram afastá-lo, pois não suportavam sua pregação fascista. No Brasil mais pobre, onde a mediocridade misturada com a bajulação é uma forma de se conseguir o poder nas universidades, isso foi pior. Foi um empobrecimento terrível.

Os *outsiders*, os historiadores de esquerda, ficaram de fora do sistema universitário, mas não deixaram de pressionar. Criaram canais de expressão e chegaram a atrair parcelas da opinião pública universitária. Por exemplo, a imprensa alternativa, que fez um pouco o papel da *História Nova* nos anos 70. Era o jeito de você passar uma postura crítica, seja na historiografia, seja nas outras áreas. Quantas vezes nós não publicamos artigos sobre história, ensaios, acolhemos os artigos dos excluídos da Universidade? Não é à toa que Nelson Werneck Sodré está lá na fundação do jornal *Opinião*. Com essa pressão, com o fato de que as pessoas continuaram a fazer um esforço enorme para publicar alguma coisa, a semente lançada pela *História Nova* não morreu. Na verdade, houve uma inevitável associação entre a resistência democrática contra a ditadura e uma historiografia crítica. Essa associação foi muito leve, matizada, sutil, mas houve. E com isso os conservadores, enquistados nas universidades, começaram a ter que ceder lugar, espaço, porque havia pressão por parte dos alunos. Nós vemos inclusive que com isso alguns bastiões de uma historiografia ultrapassada foram sendo lentamente desalojados, inclusive pelo funcionamento efetivo de associações como a ANPUH (Associação Nacional dos Professores Universitários de História), com seus congressos, os encontros de estudantes de história, a organização de grêmios e centros de história. Tudo isso constituiu uma pressão, que criou o clima para que Antonio Mendes Jr., eu e toda uma série de colaboradores da coleção *Brasil História* pudéssemos dar início, em 1975, à confecção dessa obra, com essa mesma meta de aprofundar o conhecimento histórico, democratizá-lo e torná-lo acessível às camadas populares. Exatamente os propósitos que, penso, animou a equipe que deu início à *História Nova do Brasil*, nos anos 60.

RICARDO MARANHÃO é historiador e professor-titular do Departamento de Política da Universidade de Campinas.

ESPECIAL

RACISMO, ARMA DE DOMINAÇÃO



A questão racial talvez seja a questão social mais antiga do Brasil: ela está no centro de dominação de classe desde o início da colonização e a implantação do escravismo no país. Atravessou toda nossa história. Atualmente, sob o capitalismo moderno, o racismo continua sendo um elemento fundamental para a manutenção de velhos privilégios de classe. O objetivo deste caderno especial é contribuir para o debate desta questão essencial.



O racismo como arma ideológica de dominação

CLÓVIS MOURA

Ao longo da história, o racismo foi a justificação dos privilégios das elites e dos infortúnios das classes subalternas. Agora ele se renova como instrumento de dominação

Sobre o racismo, um dos temas mais polêmicos, instigantes e inesgotáveis do mundo moderno, concentram-se opiniões contraditórias, que discutem, em vários níveis, as conseqüências de sua prática. A discussão sobre as diversas formas de sua atuação, significado e função vem sempre acompanhada de uma carga emocional, o que demonstra como a polêmica que se monta em torno de seu significado transcende em muito as questões acadêmicas, para atingir um significado mais abrangente, de ideologia de dominação. Somente admitindo-se o papel social, ideológico e político do racismo poderemos compreender sua força permanente e seu significado polimórfico e ambivalente.

Apenas desta forma poderemos compreender por que se trata de um conceito tão polêmico e, também, por que em determinados contextos políticos e momentos históricos o racismo adquire tanta vitalidade e se desenvolve com tanta agressividade: ele não é uma conclusão tirada dos dados da ciência, de acordo com pesquisas de laboratório que comprovem a superioridade de um grupo étnico sobre outro, mas uma ideologia deliberadamente montada para justificar a expansão dos grupos de nações dominadoras sobre aquelas áreas por eles dominadas ou a dominar. Expressa portanto uma ideologia de dominação, e somente assim pode-se explicar a sua permanência como tendência de pensamento. Vê-lo como uma questão científica cuja última palavra seria dada pela ciência é plena ingenuidade, pois as conclusões da ciência

condenam o racismo e nem por isso ele deixa de desempenhar um papel agressivo no contexto das relações locais, nacionais e internacionais.

O racismo tem, portanto, em última instância, um conteúdo de dominação, não apenas étnico mas, também, ideológico e político. É por isso ingenuidade, segundo pensamos, combatê-lo apenas através do seu viés acadêmico e estritamente científico, uma vez que ele transcende as conclusões da ciência e funciona como mecanismo de sujeição e não de explicação antropológica. Pelo contrário, superpõe-se a essas conclusões com todo um arsenal ideológico justificatório de dominação. Lapouge, um dos teóricos, dizia: "Estou convencido de que no próximo século milhões de homens se matarão por um ou dois graus do índice cefálico". Isto foi escrito em 1880. O que este teórico do racismo queria expressar eufemisticamente é que a humanidade travaria a maior guerra de sua história e que as diferenças raciais seriam um dos pretextos ideológicos de que os agressores lançariam mão para justificar a conquista de territórios colonizáveis.

É uma constante o traço *antropológico* estar embutido na crista da ofensiva racista de dominação. Com isto não queremos dizer que toda antropologia é racista. Pelo contrário. Mas o que acontece é que a divulgação que se faz desta ciência, especialmente para a opinião pública leiga, é neste sentido. A expressão de Lapouge teve contestadores, mas o que se viu foi a

florescência progressiva desta posição no final do século XIX e início do XX, a ponto de fazer com que milhões de pessoas dela compartilhassem. O racismo é um multiplicador ideológico que se nutre das ambições políticas e expansionistas das nações dominadoras e serve-lhe como arma de combate e de justificativa para os crimes cometidos em nome do direito biológico, psicológico e cultural de "raças eleitas". Há também o racismo interno em várias nações, especialmente nas que fizeram parte do sistema colonial, através do qual suas classes dominantes mantêm o sistema de exploração das camadas trabalhadoras negras e mestiças.

Com a montagem do antigo sistema colonial e a expansão das metrópoles colonizadoras, esse racismo se desenvolveu como arma justificadora da invasão e domínio das áreas consideradas "bárbaras", "inferiores", "selvagens", que por isso mesmo seriam beneficiadas com a ocupação de seus territórios e a destruição de suas populações pelas nações "civilizadas".

O racismo larval que encontramos em todos os povos antes da aventura colonialista passa a revestir-se de uma roupagem científica e ser manipulado como se ciência fosse. No particular podemos dizer que o racismo moderno nasceu com o capitalismo. Referimo-nos ao racismo como o entendemos modernamente, o qual procura justificar a dominação de um povo, nação ou classe sobre outra invocando argumentos "científicos". Antes do aparecimento do capitalismo,



“...as tentativas que foram feitas para justificar a dominação européia sobre os indígenas eram fundadas em crenças sobrenaturais. Como os europeus eram cristãos, ao contrário dos povos submetidos, nada mais lógico e natural de que o Deus todo-poderoso dos cristãos recompensasse os seus adeptos. Os donos de escravos negros podiam inclusive justificar a escravidão em uma passagem do Velho Testamento, no qual se lê que os filhos de Cam foram condenados a ser lenhadores e aguadeiros. Obviamente, essas razões sobrenaturais logo começaram a perder seu valor e em seguida os brancos imaginaram outras justificativas mais de acordo com a natureza. A doutrina da seleção natural e da sobrevivência do mais apto foi um argumento que veio a calhar. A rapidez com que este conceito puramente biológico chegou a dominar em todos os campos e atividades do pensamento europeu nos dá a idéia da necessidade urgente que se precisava para justificar a dominação. Nessa teoria universalmente aceita, a dominação européia encontrou a forma de justificar-se que estava procurando. Já que os brancos haviam conseguido mais êxito que as outras raças, tinham de ser, *per se*, superiores a elas. O fato de que esta dominação tinha data muito recente foi justificado alegando-se que o europeu médio não tinha perspectiva mundial, assim como os outros argumentos que procuravam demonstrar que as raças restantes ocupavam na realidade

uma posição inferior na escala da evolução física”.¹

É exatamente nesta confluência do capitalismo com as doutrinas biológicas da luta pela vida e a sobrevivência do mais apto que o racismo se apresenta como corrente “científica”. Surge então a idéia de *raça como chave da história*. Ela aparece exatamente na Inglaterra com Robert Knox (*Races of Men*, 1850) e na França com Arthur de Gobineau (*Essai sur l'inégalité des races humaines*). Para Alan Davies,

“...do primeiro surgiu o mito do gênio racial saxão – mais tarde anglo-saxão – e do último surgiu o mito do gênio racial ariano; mas ambos os mitos eram variantes do tema geral da superioridade branca européia sobre os não-brancos. Sua gênese foi política. Knox procurava provar que o homem saxão era ‘democrata por natureza’ e por isto o futuro dominador da terra. Gobineau, por outro lado, não gostava da democracia e procurou provar que o seu surgimento era um sinal certo de decadência e da morte iminente da civilização. Em ambos os casos as raças não-brancas eram relegadas a uma posição inferior como símbolos dos elementos primitivos e não-criativos na natureza humana”.²

Deduz-se, portanto, sem muito esforço, que o racismo pode ser considerado – da

forma como o entendemos atualmente – um dos galhos ideológicos do capitalismo. Não foi por acaso que ele nasceu na Inglaterra e na França e depois desenvolveu-se tão dinamicamente na Alemanha. O racismo é atualmente uma ideologia de dominação do imperialismo em escala planetária e de dominação de classes em cada país particular.

Desta forma explica-se o sistema colonial e o pilar de seu êxito: de um lado exterminar as populações autóctones das áreas ocupadas e, de outro, justificar o tráfico negreiro com a África, um dos fatores mais importantes da acumulação capitalista nos países europeus. As populações autóctones não tinham direito aos territórios onde viviam por serem primitivas; e às africanas, que já sofriam a maldição bíblica de Cam, juntava-se agora seu atraso biológico, sua semelhança e proximidade com os mais primitivos espécimes da raça humana, quer dizer, eram antropóides que se desviaram de sua árvore genealógica. Com isto, o chamado processo civilizatório tinha o respaldo da ciência. A afro-América, que compreendia, no século XVIII, o Caribe (Antilhas, Guianas), e grande parte da América espanhola continental (costa do Peru, partes do que são hoje a Venezuela e a Colômbia) já estavam

inteiramente dominadas, e a justificativa para sua dominação era a mesma: a incapacidade inata (biológica) que os nativos tinham para se civilizarem.

Toda essa população nativa ou compulsoriamente trazida da África fazia parte de uma massa sem história, sem máscara, sem cultura, sem moral e sem perspectiva civilizatória. Já no início do século XIX os teóricos racistas substituíram as explicações um pouco vagas por explicações "científicas", como já foi dito, enquanto as demais áreas da Ásia, África e Oceania eram ocupadas com o mesmo pretexto.

Foi a época áurea da antropometria, quando Gobineau, Ammon, Broca, Levi e Quatrefages desenvolviam pesquisas no sentido de saber se os habitantes das cidades eram superiores (por questões biológicas) aos camponeses pela sua capacidade craniana; se os *nórdicos* eram superiores aos *alpinos* ou, como queria Levi, se os *mediterrâneos* eram superiores a outras "raças" europeias. Tais conclusões eram baseadas em pesquisas históricas; na mensuração de crânios e esqueletos; na medição de índices cefálicos; e na capacidade craniana de cada grupo pesquisado. Tudo isto, no entanto, representava, em última instância, as contradições e os conflitos das nações europeias em luta pela dominação continental. Convém notar que alguns deles, como é o caso de Gobineau, chegaram às suas conclusões antes de terem lido *A origem das espécies*, de Darwin, que surgiu em 1859 e deu novo alento a essas hipóteses com sua teoria da "sobrevivência do mais apto", criando a escola do darwinismo social. Como diz uma antropóloga, "havia-se descoberto uma razão 'científica' que santificava o velho axioma 'o poder faz o direito'".

Por outro lado, entrava-se na época aguda do colonialismo e das disputas pelos territórios conquistados ou a serem conquistados. Afirmou Ruth Benedict:

"O racismo converteu-se em grito de guerra durante este período nacionalista. A pátria, que necessitava de uma palavra de ordem aglutinadora, se outorgou um *pedigree* e um vínculo que levava a que qualquer homem podia compreender e sentir-se orgulhoso dele. O racismo foi, a partir daí, uma babel de vozes diferentes. Os franceses, os alemães, os eslavos, os anglo-saxões, todos produziram literatos e políticos consagrados a demonstrar que, desde o princípio da história europeia, os triunfos da

civilização devem-se exclusivamente à sua 'raça'".³

Como se vê, essa antropossociologia era reflexo e rescaldo de uma competição sociopolítica entre as nações da Europa. Era, por isso mesmo, uma ciência eurocêntrica. Com a instalação e o dinamismo do sistema colonial e seu desdobramento imperialista, ela se estende ao resto do mundo e aí procura ter uma visão mais abrangente e sistemática, unindo todas as diferenças étnicas europeias em um bloco compacto – o *branco* –, que passa a se contrapor ao restante das populações não-civilizadas, dependentes e racialmente diversas das matrizes daquele continente. Não se cogita mais nas diferenças entre o *nórdico*, o *alpino*, o *mediterrâneo*, que passam a ser, de modo genérico, componentes da *raça branca*. E esta raça tinha por questões de superioridade biológica o direito de tutelar os demais povos.

A partilha da África, feita por Bismarck na Alemanha, entre 15 de novembro de 1884 e 26 de fevereiro de 1885, criou uma trégua entre as nações conquistadoras, e com isso o mundo ficou dividido entre os brancos civilizados europeus e os povos não-brancos "bárbaros" e "selvagens".

Civilizados que mandam e bárbaros que obedecem

Ordenado o colonialismo, através do racismo, as nações dominantes sentiram-se à vontade para o saque às colônias e para as razias mais odiosas nas regiões da Ásia, América Latina, África e Oceania e para agir contra todos os que compunham a multidão de desamparados e anônimos da história. Não só roubaram-lhes as riquezas, mas suas culturas, crenças, costumes, língua, religião, sistemas de parentesco e tudo o que durante milênios esses povos construíram, estruturaram e dinamizaram.

As explicações eram fáceis e já vinham pré-fabricadas pela sociologia antropológica desenvolvida na Europa para dar aparência de verdade científica ao crime. A própria opinião pública liberal ou pretensamente humanista europeia achava essa espoliação natural e defendia o direito dos ditos civilizados de tutelarem os povos colonizados. Renan, neste sentido, escreveu:

"A regeneração das raças inferiores pelas raças superiores está dentro da ordem provi-



dencial da humanidade. O homem do povo é quase sempre, entre nós, um nobre renegado, sua mão pesada é mais acostumada ao manejo da espada do que ao utensílio servil. Prefere bater-se a trabalhar, isto é, regressa ao seu primeiro estado. *Regere imperio populos*, eis a sua vocação. Derramai esta devorante atividade sobre os países que, como a China, concitam a conquista estrangeira. Dos aventureiros que desinquietam a sociedade europeia, fazei um *ver sacrum*, um enxame como dos francos, dos lombardos, dos normandos, e cada qual estará no seu papel. A natureza gerou uma raça de operários – é a raça chinesa – duma maravilhosa destreza de mão e quase nenhum sentimento de honra; governai-a com justiça, cobrando-lhe pelo benefício de tal governo um amplo erário em proveito da raça conquistadora, e ela ficará satisfeita; uma raça de trabalhadores da terra é o negro, sede para ele bom e humano e tudo estará em ordem; uma raça de senhores e soldados é a raça europeia. Que se reduza esta nobre raça a trabalhar no ergástulo como os negros e os chineses e ela revolta-se. Entre nós todo o revoltado é, mais ou menos, um soldado que errou de vocação, um ser feito para a vida heróica e que constrangeram a uma tarefa contrária à sua raça, mau operário, soldado bom demais. Ora, a vida

que revolta os nossos trabalhadores faria a felicidade de um chinês, dum *fellah*, seres de maneira alguma militares. 'Que cada um faça aquilo para que nasceu e tudo correrá bem'".⁴

Os europeus – *arianos, mediterrâneos, alpinos* etc. – neste contexto eram os *brancos*. A grande massa de povos colonizados era a população indistinta, e o denominador que as igualava era a vocação de servir, trabalhar para os *brancos*, que tinham o dom divino e biológico de governá-la.

Com a passagem do colonialismo para o imperialismo (neocolonialismo), o racismo é remanejado na sua função instrumental. As metrópoles passam a ver as áreas coloniais como habitadas por povos indolentes, incuravelmente incapazes de criar uma poupança interna que os elevasse ao nível dos países brancos, que tinham estes predicados e se desenvolveram, ao contrário do mundo não-branco, que por esta razão permanece subdesenvolvido.

A teoria do pensamento pré-lógico desses povos, criada por L. Lévy Bruhl, condenava-os a uma posição de dependência circular, porque eram atrasados em consequência de sua própria estrutura psicológica, sendo refratários e impermeáveis à experiência e à razão e essencialmente religiosos. Estabelecia-se, assim, uma divisão estanque entre os povos dominados e os dominadores, pois esse pré-logismo impedia-os de passar da economia natural para a economia monetária (lógica) levada pelos dominadores.⁵ Neste sentido, K. Marx e F. Engels escreveram, em 1848:

"...devido ao rápido desenvolvimento dos instrumentos de produção e dos meios de comunicação, a burguesia arrasta na corrente da civilização até as nações mais bárbaras. Os baixos preços de seus produtos são a artilharia pesada que destrói todas as muralhas da China e faz capitular os bárbaros mais tenazmente hostis aos estrangeiros. Sob pena de morte, ela obriga todas as nações a adotar o modo burguês de produção. Numa palavra, modela o mundo à sua imagem."⁶

O imperialismo multiplica as formas do racismo, "moderniza-o" na medida em que há necessidade de uma arma de dominação mais sofisticada. Segundo a teoria de L. Lévy Bruhl, como éramos pré-lógicos, os movimentos de libertação que se dinamizavam nas regiões colonizadas ou dependentes não eram políticos, mas etnocêntricos, chauvinistas, xenófobos, nacionalistas ou messiânicos, ou seja,

eram movimentos pré-políticos. Embora o conceito de movimentos pré-políticos tenha sido cunhado por um historiador grandemente ligado ao pensamento marxista – E.J. Hobsbawm – acreditamos que ele seja eurocêntrico, elitista e uma forma neoliberal de analisar e interpretar a dinâmica social. Se o aceitarmos, seriam excluídos como políticos todos os movimentos do chamado Terceiro Mundo: a luta de Zapata e Pancho Villa, no México; a de Sandino, na Nicarágua; o movimento camponês de Pugachov, na Rússia; todos os movimentos de libertação da África, como o kinganbista, incluindo os Mau Mau e o de Lumbumba. Tudo seria englobado sob o rótulo de milenarismo, salvacionismo ou messianismo, e seria descartada sua essência política. Os povos "inferiores" não tinham condições de entrar no sentido universal da história, eram a-históricos. Com isto justificava-se a repressão contra eles e os seus líderes. Fora dos padrões normativos dos valores políticos europeus, civilizados e "normais", não existiam movimentos que pudessem ser enquadrados como aceitos pelas nações dominadoras, como continuadores do "sentido" da civilização. As próprias lutas de libertação nacional eram (como acontece até hoje) consideradas revoltas intertribais, movimentos atípicos e perturbadores do processo civilizatório. Não tínhamos acesso à história, à civilização e à igualdade de direitos. A nossa inferioridade congênita e inapelável – biológica e psicológica – nos reduzia a satélites do processo civilizatório.

A questão racial é essencialmente política e não apenas científica

Tudo isto era respaldado por uma intelectualidade que se apresentava como tutora do conhecimento, do saber e, ao mesmo tempo, assessora dos mentores metropolitanos.

Como vemos, a chamada "questão racial" não pode ser compreendida se a interpretarmos como uma questão meramente científica, cuja solução será encontrada pelos antropólogos entre as quatro paredes de um laboratório ou nas salas de

congressos de especialistas. Pelo contrário. Devemos partir de uma posição crítica radical, através da reformulação *política*, da modificação dos pólos de poder, especialmente das áreas do chamado Terceiro Mundo. É uma situação que ficará sempre inconclusa se não a analisarmos como um dos componentes de um aparelho de dominação econômica, política e cultural.

No caso da América Latina, o racismo, como *ideologia do colonialismo*, penetrou fundo no pensamento da elite intelectual colonizada. Todo o arsenal "científico" que vinha da Europa sobre a questão racial era aqui repetido sem ser filtrado, não porque fosse a "última palavra da ciência", mas porque já vinha com o julgamento das metrópoles. No lado oposto expressava-se uma visão democrática e não racista do problema; esta corrente progressista era desacreditada pela *intelligenza* colonizada. O cientista russo Tchernichévski, por exemplo, escreveu que "os escravistas eram pessoas da raça branca, os cativos eram negros; por isso a defesa da escravidão nos tratados científicos tomou a forma da teoria da diferença radical entre as diferentes raças humanas". E Jean Finot, em seu livro *O preconceito racial*, declarou que "as raças como categorias irreduzíveis existem somente como ficções nos nossos cérebros". E mais: "as diferenças culturais existem e foram assinaladas neste livro, porém somente são produtos transitórios, como resultado de circunstâncias externas, e desaparecerão do mesmo modo".⁷

No entanto, essas conclusões anti-racistas eram consideradas heresias científicas. Silvio Romero, depois de citar o antropólogo alemão Lapouge, endossando-lhe a tese da superioridade do alemão em relação ao francês, escreve sobre o pensamento de Finot: "Fugir das tolices do russo que se assina Finot, e cujo nome antigo é João Finkelhaus, literato de segunda ordem, ignorantíssimo em antropologia e ciência em geral".⁸

Mas não era somente Silvio Romero quem endossava o racismo no Brasil da época. E convém esclarecer que estávamos em pleno processo abolicionista e os escravistas e senhores de escravos tinham, como um dos suportes que legitimava a escravidão, a inferioridade biológica e cultural do africano. Euclides da Cunha, outro importante representante de nossa cultura dominante, repetia o mesmo pen-

samento racista. Sua posição em relação ao mestiço e ao negro não deixa dúvidas. Estuda o negro afirmando que “a raça dominada (negra) teve aqui dirimidas, pela situação social, as facilidades de desenvolvimento. Organização potente afeita à humanidade extrema, sem as rebeldias do índio, o negro teve, sobre os ombros, toda a pressão da vida colonial”.⁹

Para ele o negro é a “besta de carga”, o “filho das paisagens adustas e bárbaras”; Palmares é “grosseira odisséia” e por isto a ação dos bandeirantes destruindo-o foi um benefício à nossa civilização; são “vencidos e infelizes”; o escravo negro é “humilde”, mesmo sendo quilomba, “temeroso”, “aguilhado à terra”; são “foragidos”, a raça é “humilhada e sucumbida”. Para ele a desigualdade racial era um fato provado “ante as conclusões do evolucionismo”. O negro, como vemos, era o componente de uma raça inferior. O índio, por seu lado, não tinha a capacidade de “se afeiçoar às mais simples concepções do mundo”. E, quanto ao mestiço desses cruzamentos, no seu “parêntesis irritante” não há lugar para ele, é um desequilibrado, de um desequilíbrio incurável, pois “não há terapêutica para este embate de tendências antagonistas”.¹⁰

A ideologia do colonialismo era e ainda é alimentada por toda uma literatura racista que nos vinha, ou nos vem, das metrópoles colonizadoras, para nos inferiorizar através da nossa própria auto-análise.

O racismo brasileiro quer um país “eugênico”

Passada a fase da abolição, com sua conclusão negativa para a população negra, e concluído o golpe militar republicano, com a persistência das oligarquias agrárias, o racismo brasileiro procura novas roupagens “científicas”. Na Europa o racismo entra em ascensão e transforma-se em força agressiva, agressividade que terá a sua conclusão na vitória do nazismo na Alemanha. No Brasil há uma recomposição ideológica do mesmo sentido. Essa tendência racista-elitista de nossa intelectualidade tradicional se revigora.

Na época da ascensão do nazismo e do fascismo, houve aqui no Brasil um trabalho ideológico racista feito pela nossa intelectualidade. Essa divulgação e essa prática concentraram-se na Liga da Higiene Mental, que congregou grandes nomes da

ciência. Jurandir Freire Costa, autor do livro *História da psiquiatria no Brasil*, afirmou que o programa dessa entidade tinha como objetivo a intolerância e o obscurantismo. Fundada em 1923 e dedicada à prevenção de doenças mentais, longe de estabelecer uma abordagem científica de doença mental, adotava e enfatizava posições nitidamente ideológicas, elaborando propostas no sentido da adoção apaixonada e integral do arianismo, da superioridade racial, justamente as que prevaleceram na Alemanha nazista. Seus membros mais conspícuos passaram a defender na área profissional, e publicamente, a esterilização e a segregação perpétua de todos os indivíduos considerados loucos ou desequilibrados, segundo os critérios de sua avaliação; daí passaram a pregar o mesmo destino para as pessoas de “raça inferior”, ainda segundo os padrões que adotavam e que definiam como tais os não-brancos puros.¹¹

Já se quis uma reforma “eugênica” dos salários: maiores para os brancos, menores para os negros

A pregação da Liga concentrou seus fogos particularmente na imigração: o Brasil deveria, nesse campo, adotar rigorosos critérios seletivos, em que se inseria a condenação à entrada de negros e asiáticos em nosso país – “rebutalho de raças inferiores” –, alegando que “já nos bastavam os nordestinos, os híbridos e os planaltinos miscigenados com negros”. Xavier de Oliveira, um dos membros da Liga, partidário do que entendia por eugenia, manifestava sua satisfação pela decadência incontestável e pela “extinção não muito remota” dos índios da Amazônia. A condenação ao fim próximo alcançava, também, os mestiços, cuja proibição de entrada no Brasil era recomendada pela Liga em 1928. Outra de suas reivindicações: a reforma eugênica dos salários, privilegiando os brancos. Reivindicava também concessão de benefícios econômicos e financeiros às famílias que procriassem indivíduos “superiores”. A mais audaciosa foi a criação de Tribunais de Eugenia, que decidiriam sobre a esterilização e confinamento de membros

das raças inferiores. Em 1934 a revista *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, editada pela Liga, publicava a lei alemã de esterilização dos “doentes transmissores de taras”, com entusiástica introdução ao seu texto. “O mundo culto”, dizia a publicação, “tomava conhecimento da nova e grande lei alemã de esterilização dos degenerados”. A citada lei, de 14 de julho de 1933, era assinada por Hitler, além de Frick e Gurther, ministros do Interior e da Justiça, respectivamente.

Outro artigo esclarecedor dos *Arquivos* foi aquele no qual o seu autor procurava demonstrar que a Inquisição operara a partir de uma “filosofia eugênica”, pois as suas torturas e sacrifícios “tiveram uma conseqüência benéfica para a raça”. Em 1934, conta ainda Jurandir Freire Costa, a Liga associava-se à polícia em ações “sempre caracterizadas pela truculência”; a polícia fornecia, confidencialmente, nomes e endereços de alcoólatras, que eram, então, procurados pelos psiquiatras da Liga e internados em hospitais e centros ditos de saúde mental; ali eram submetidos a tratamentos de acordo com os métodos da Liga, que funcionou, ostensivamente, durante três décadas. Nela pontificavam médicos de renome, particularmente psiquiatras: representavam a ciência oficial, isto é, a ciência das classes dominantes, numa época em que o nazismo já se manifestava e apresentava a raça alemã como “raça eleita”.

Entre esses nomes famosos, figuravam Renato Kehl, presidente da Sociedade de Eugenia em 1929; Alberto Farani, presidente da Seção de Estudos de Cirurgia e Sistema Nervoso da Liga de Higiene Mental e chefe do serviço dos ambulatórios de Profilaxia Mental do Hospital Rivadávia Correia; Xavier de Oliveira, docente de Clínica Psiquiátrica da Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro e médico do Hospital Nacional de Psicopatas.

À época da Liga de Higiene Mental, a década de 20 e a primeira metade da década de 30, surgiram e se ampliaram consideravelmente em nosso país, no campo quase virgem das ciências sociais, as teses de Oliveira Vianna, com uma obra toda ela de cunho racista, elitista e neocolonialista. Assim como aconteceu na época de Silvío Romero, a produção cultural dominante espelhava a alienação social e, conseqüentemente, cultural a qual estava submetida.



A obra de Oliveira Vianna, em particular, é um marco significativo de como a intelectualidade brasileira deixava-se vergar ideologicamente e refletia em sua produção uma rejeição à sua própria condição de ser humano e social. Esta atitude representava, e atualmente ainda representa, uma negação e/ou fuga de nosso ser étnico, cultural e político, expressa através de uma produção estimulada pelo neocolonialismo; em outras palavras, o imperialismo tecnocrático.

Da derrota do nazismo ao aparecimento da Guerra Fria

Derrotado o nazismo, o pensamento de direita e especialmente o racismo entraram em recesso, e no âmbito das ciências bio-

lógicas e sociais houve toda uma rearticulação contra tais idéias. Foi o momento dos grandes pronunciamentos dos antropólogos e sociólogos, que repuseram a questão racial em termos científicos. Em 1950 divulgou-se uma declaração redigida na casa da Unesco por oito dos maiores nomes da antropologia e da sociologia mundiais, entre eles: Juan Comas, do México; Levi-Strauss, da França; Morris Ginsberg, da Inglaterra; A. Montagu (relator), dos Estados Unidos, e L.A. Costa Pinto, do Brasil. Nas suas *Conclusões* diziam:

- a) Os antropólogos só podem estabelecer classificação racial sobre características puramente físicas e fisiológicas.
- b) No estado atual dos nossos conhecimentos, não foi ainda provada a validade da

tese segundo a qual os grupos humanos diferem uns dos outros pelos traços psicologicamente inatos, quer se trate da inteligência ou do temperamento. As pesquisas científicas revelam que o nível de aptidões mentais é quase o mesmo em todos os grupos étnicos.

c) Os estudos históricos e sociológicos corroboram a opinião segundo a qual as diferenças genéticas não têm importância na determinação das diferenças sociais e culturais existentes entre diferentes grupos da espécie *Homo sapiens*, e as mudanças sociais e culturais no seio de diferentes grupos foram, no conjunto, independentes das modificações na sua constituição hereditária. Vimos produzirem-se transformações sociais consideráveis que não coincidem de maneira alguma com as alterações de tipo racial.

d) Nada prova que a mestiçagem, por si própria, produza maus resultados no plano biológico. No plano social, os resultados, bons ou maus, que alcançou são devido a fatores de ordem social.

e) Todo indivíduo normal é capaz de participar da vida em comum, compreender a natureza dos deveres recíprocos e respeitar as obrigações e os compromissos mútuos. As diferenças biológicas que existem entre os membros de diversos grupos étnicos não afetam de maneira nenhuma a organização política ou social, a vida moral ou as relações sociais.

Enfim, as pesquisas biológicas vêm escorar a ética da fraternidade universal; pois o homem é, por tendência inata, levado à cooperação e, se este instinto não encontra em que se satisfazer, indivíduos e nações padecem igualmente por isso. O homem é por natureza um ser social, que só chega ao pleno desenvolvimento de sua personalidade por trocas com os seus semelhantes. Toda recusa de reconhecer este laço social entre os homens é causa de desintegração. É neste sentido que todo homem é o guardião de seu irmão. Cada ser humano é apenas uma parcela da humanidade, à qual está indissoluvelmente ligado.

Depois deste documento saiu a Declaração de 1951, assinada por um grupo de antropólogos e geneticistas, que ampliava mais analiticamente o texto do primeiro, com as mesmas conclusões. Outro documento da Unesco, e nos parece que o último, redigido em Moscou, ainda é mais enfático na condenação ao racismo.

No Brasil a reação não é diferente. Em 1935 surge o *Manifesto dos intelectuais contra o preconceito racial*, em que se enfatiza o racismo como anticientífico:

“O movimento contra o preconceito racial visa apenas combater as influências es-

tranhas que nos querem arrastar para o turbilhão dos racismos truculentos, como também contribuir por todos os meios para o estudo dos problemas surgidos na própria formação étnica, tendo sempre em mira promover maior harmonia e mais fraternal cordialidade entre os elementos que se vão caldeando na etnia brasileira”.

Assinam o documento, entre outros, Roquete Pinto, Maurício de Medeiros, Artur Ramos, Gilberto Freyre, Hermes Lima, Leônidas de Rezende e Joaquim Pimenta. Em seguida podemos citar o *Manifesto contra o racismo*, da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia, que foi aprovado por aclamação no dia 3 de setembro de 1942. O documento terminava nos seguintes termos:

“...queremos oferecer a todo o mundo civilizado a nossa magnífica filosofia no tratamento das raças como o maior protesto científico e humano e a maior arma espiritual contra as ameaças sombrias da concepção nazista da vida, este estado patológico de espírito que pretende envolver a humanidade numa espessa e irrespirável atmosfera de luto”.

Era a volta, também no Brasil, de uma ciência social que repudiava os postulados nazistas no julgamento das raças e a sua função e papel no processo civilizatório.

Já havia se realizado, nessa ocasião, dois congressos afro-brasileiros: o primeiro em Recife, em 1934, por iniciativa de Gilberto Freyre; e o segundo em Salvador, por iniciativa de Edson Carneiro, em 1937. Nos anais de ambos podemos ver a preocupação de muitos congressistas em relação ao problema racial e o seu dilema no Brasil. Dos anais do primeiro podemos destacar as comunicações de Mário de Andrade, Alfredo Brandão, Gilberto Freyre, Adhemar Vidal, Jovelino M. de Camargo Jr., Mário Melo, Rui Coutinho, Rodrigues de Carvalho e outros. Nesses autores nota-se a preocupação de descartar a inferiorização do negro, via fatores biológicos (inatos), e ressaltar a escravidão como causa de nosso atraso. No segundo congresso vemos a preocupação de Edson Carneiro, Artur Ramos, Donald Pierson, Aydano do Couto Ferraz, Alfredo Brandão e Jorge Amado, cada um a seu modo procurando encaminhar o tema no mesmo sentido.

No terceiro congresso, realizado em 1982, as intervenções de Décio Freitas, Raimundo de Souza Dantas, Clóvis Moura, Gilberto Freyre e outros vão na direção

de reabilitar o processo miscigenatório e destacar a participação social do negro em nossa história, posição contrária à dos eugenistas da década de 30, que consideravam este fenômeno um fator de degenerescência da sociedade brasileira. A postura democrática em relação ao problema racial, que teve nos antropólogos e sociólogos da Unesco a expressão mais lúcida, começa, em determinado momento, a ser contestada.¹²

No plano político internacional, por outro lado, saía-se da política de colaboração dos quatro grandes vencedores da II Guerra Mundial – Inglaterra, França, União Soviética e Estados Unidos – para o confronto da Guerra Fria. Assistia-se, ao mesmo tempo, os movimentos de libertação da África, dentro do processo de descolonização que se dinamizava. Nesse contexto político iniciam-se os ataques às conclusões dos cientistas da Unesco.

O mais relevante sintoma deste protesto e o que mais repercussão alcançou foi o de Arthur Jensen, professor de psi-

ciologia educacional da Universidade de Bekerley. Ele combate as conclusões da Declaração da Unesco de 1951 e a de 1964. Afirma textualmente:

“O fato de que diferentes grupos raciais neste país tenham origens geográficas largamente diferenciadas e tenham tido histórias largamente diferentes, o que os submeteu a diferentes pressões seletivas econômicas e sociais, faz com que seja altamente provável que seus acervos genéticos difiram em algumas características comportamentais geneticamente condicionadas, inclusive inteligência ou capacidade de raciocínio abstrato. Quase todo o sistema anatômico, fisiológico e bioquímico investigado apresenta diferenças raciais. Por que seria o cérebro uma exceção?”

Já o professor de psicologia da Universidade de Londres e entusiasta de Jensen, H.J. Eysenck, baseando-se em testes de QI de jovens negros americanos, conclui pela existência de diferenças que, dentro da estrutura social atual (julgamen-



tos de valor) significam inferioridade. Este cruzamento de resultados de testes com resultados de pesquisas de geneticistas é uma forma deliberada de confundir os fatos e chegar-se a uma conclusão preestabelecida. Por outro lado, todos sabem que as técnicas de medir a inteligência pelo nível do QI são cada vez mais contestadas.

A antropóloga Ruth Benedict, antes dos professores citados, já punha em dúvida essas técnicas, especialmente quando aplicadas sem os diferenciais culturais e sociais. Cita o exemplo de uma comparação feita entre brancos do Mississippi, Kentucky e Arcansas com negros de Nova York, Illinois e Ohio. O QI dos brancos do Sul é inferior ao QI dos negros do Norte. Os resultados foram os seguintes:

<i>Branco</i>	<i>Negro</i>
Mississippi 41,25	N. York 45,02
Kentucky 41,50	Illinois 47,35
Arcansas 41,55	Ohio 49,50

Fonte: Raza: ciencia y política, Ruth Benedict, México, Fondo de Cultura Económica, p. 97.

Contra estes dados, H.J. Eysenck conclui um de seus livros dizendo:

“...o reconhecimento da natureza biológica do homem e o reconhecimento da desigualdade geneticamente determinada, associados inevitavelmente ao seu desenvolvimento, é um começo absolutamente necessário a qualquer tentativa de utilizar os métodos da ciência e a razão, num esforço destinado a nos salvar dos perigos (sic) efetivamente reais com que nos defrontamos”.¹³

Racismo e determinismo genético

É exatamente em continuação a essa biologização da história e da sociedade que, na década de 70, surge uma nova ciência: a sociobiologia, sistematizada por Edward Wilson, da Universidade de Harvard, e assim definida:

“...uma ideologia biológica que, empenhada em provar que todo o comportamento humano é determinado geneticamente, como nos animais, deu uma roupagem moderna ao velho darwinismo social. A partir daí a bibliografia só faz aumentar a lista iniciada com o *Macaco nu* e a *História natural da monogamia, do adultério e do divórcio*, da antropóloga norte-americana Helen Fischer, para quem há uma lei natural, inscrita em

nossos genes, que molda o relacionamento afetivo e o acasalamento entre os seres da espécie humana. Outro livro deste gênero é *Personas sexuais*, de Camille Paglia, que considera os papéis sexuais, o machismo e a *femilidade* decorrentes apenas de nossa natureza biológica e não, também, das relações culturais, históricas, estabelecidas entre homens e mulheres; relações condicionadas pelas peculiaridades das épocas e dos lugares onde ocorreram”.¹⁴

Como o velho racismo, a sociobiologia procura explicações biológicas para fenômenos sociais

Poderíamos citar mais de uma centena de obras da nova sociobiologia, mas o que se viu dá para perceber o renascimento do racismo via genética. O preocupante é que essas idéias não se exprimem apenas através de livros, mas de uma prática universitária na direção da dominação ideológica do conhecimento. Neste sentido estava prevista, na Universidade de Maryland, a realização da conferência intitulada “Fatores Genéticos no Crime: Descobertas, Usos e Implicações”, cujo prospecto referia-se ao “aparente fracasso do enfoque social para o crime” e sugeria a realização de pesquisas genéticas para o desenvolvimento de métodos capazes de identificar – e tratar quimicamente – criminosos em potencial. A Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos, por sua vez, publicou em novembro de 1992 o relatório *Compreender e Prevenir a Violência*, sugerindo a realização de mais pesquisas desse tipo e na mesma direção, com investigações sobre marcadores bioquímicos e tratamento com drogas para comportamentos violentos e anti-sociais, embora admitindo a escassez de evidências substantivas para uma propensão ao crime de *per si*. Como se pode ver é a volta disfarçada aos métodos eugênicos dos cientistas do III Reich. Analisando tal situação, escreveu Patrick Bateson:

“...as diferenças existentes entre as pessoas são muitas vezes pensadas como adaptações, como produtos da evolução darwiniana, e, portanto, como atribuíveis a diferenças genéticas. Para o não biólogo, ‘diferença gené-

tica’ é sinônimo de inevitabilidade – o problema começa aí. Às pessoas claramente exploradas ou oprimidas é dito que devem aceitar essa situação porque nada podem fazer para alterar os seus genes. Esse tipo de idéias, que penso não serem geralmente partilhadas pelos cientistas que parecem dar-lhes credibilidade, é agora parte de nossa vida política. Por esta razão, e talvez injustamente, o determinismo genético tornou-se o grande tema de muitas discussões públicas sobre sociobiologia. (...) A ênfase no egoísmo e na luta pela existência na evolução biológica teve um efeito de confirmação insidiosa na opinião pública (Bateson, 1989). A competição foi encarada como o motor da atividade humana. A experiência nas universidades e nas artes é avaliada pelos mesmos parâmetros que supostamente resultam tão bem no campo do esporte ou na feira. Os indivíduos prosperam competindo e vencendo. Esta visão da natureza humana, popular entre os políticos de direita, foi justificada pelo recurso à biologia, e os próprios biólogos foram, por sua vez, algo influenciados pelo movimento de opinião pública. (...) Nenhum de nós sabe tudo, e a nossa tendência para as generalizações tolas está sujeita à rápida correção por outros cuja experiência tenha sido diferente. (...) Tal como as coisas estão, o apelo à biologia feito pela Nova Direita não se dirige tanto ao corpo coerente de idéias científicas como a um mito confuso. Pensa-se na biologia como tratando da competição – e isso significa luta. O conceito darwiniano da sobrevivência diferencial nutre-se da crença na importância do individualismo”.¹⁵

Discutindo o lado ético da aplicação da sociobiologia ou da biologia em particular, escreveu Hilton Japiassu:

“...aliás, nos dias de hoje, parece inegável o impacto social na biologia sobre a vida de cada um de nós. Ela não constitui apenas uma pesquisa sem freios da verdade, isenta de toda e qualquer crítica política ou moral. Já se foi o tempo em que se podia declarar, como H.R. Oppenheimer, um dos responsáveis pela construção das primeiras bombas atômicas, que ‘...nosso trabalho mudou as condições da vida humana; mas a utilização feita dessas mudanças é uma questão dos governos, não dos cientistas’. Ora, a palavra de ordem ‘a verdade pelo amor à verdade’ torna-se hoje insustentável. Porque a ciência não é mais e tampouco pode ser considerada um domínio da exclusiva competência dos cientistas. Os trabalhos dos microbiologistas, por exemplo, que decodificaram as moléculas de ADN, dão-nos a esperança de um controle genético de numerosos males surgidos no nascimento. Mas essas pesquisas já

foram utilizadas, como testemunham os cientistas americanos Zimmerman, Radinsky, Rothemberg e Mayers, pelo governo dos Estados Unidos, para cultivar micróbios violentos destinados à guerra bacteriológica: "Essa pesquisa conduz a uma produção genética capaz de gerar subpopulações variadas, que poderão ser utilizadas pelos que detêm o controle tecnológico. Essas subpopulações poderão compreender soldados combativos, robôs resistentes para executar as tarefas físicas peníveis, ou filósofos-reis aos quais seriam transmitidos poderes hereditários". (*Autocritique de la science*, Seuil, 1975)¹⁶

Estamos nas fronteiras do *Admirável mundo novo*, de Aldous Huxley, quando um dos seus personagens define felicidade: "E esse, acrescentou sentenciosamente o Diretor, é o segredo da felicidade e da virtude – gostar daquilo que se *tem* de fazer. Este é o propósito de tudo: fazer as pessoas amarem o destino social do qual não podem escapar". Estaríamos plenamente na era do determinismo genético.

O mundo apresentado por Huxley pode ser o objetivo desses cientistas. Mas a biologia genética, via engenharia genética, tem objetivos ainda mais seletivos e ideologicamente racistas. Sobre a visão de radicalismo epistemológico dessa postura científica, escreveu Hilton Japiassu:

"...os gigantescos progressos da biologia e da engenharia genética já tornaram possível uma outra forma de neo-eugenismo, desta feita bastante mais sofisticado. Diria que um neo-eugenismo fundado nas ciências biogenéticas já se anuncia, sem que possamos predizer de modo seguro quais serão as grandes opções para o futuro. O fato é que, nesse domínio, já existem sofisticados métodos permitindo a detecção dos 'maus genes', vale dizer, dos genes que, direta ou indiretamente, são responsáveis por certas doenças. Como nos lembra P. Tuiller, '...quaisquer que sejam os limites atuais da ciência médica em matéria de diagnóstico e de terapêutica, criou-se uma situação nova; doravante é possível concebermos a longo prazo um gigantesco empreendimento de purificação do capital genético da humanidade (ou de certas populações). O que levanta numerosas questões ao mesmo tempo técnicas e éticas'". (*Les passions du savoir*, Fayard, 1988, p. 154)¹⁷

Em outras palavras, os detentores dessa sofisticada tecnologia podem programar, por exemplo, a cor da humanidade ou de alguns grupos ou populações (de acordo

com os seus critérios de valor étnicos) considerados de "maus genes". Se considerarmos a ideologia de quem monopoliza essa tecnologia, os negros e os não-brancos serão o objetivo desse projeto e tentarão projetar um mundo branco e de robôs.

A Europa ergue um muro contra não-brancos e pobres

Além deste racismo, há aquele que está se disseminando de forma crescente e cada vez mais agressiva. Em todo o chamado Primeiro Mundo (capitalismo imperialista central) ele vem se afirmando, quer por legislações que tornam indesejáveis no seu território membros de determinadas etnias, quer pela incorporação por parte de partidos políticos que endossam essa ideologia e, finalmente, pelo comportamento irracional de grande parte da população desses países. Na Inglaterra, na França, na Áustria e especialmente na Alemanha, o racismo vem aumentando assustadoramente, especialmente neste último país, onde se manifesta através do neonazismo, cuja violência tem feito desaparecer centenas de vidas e cujos métodos de ação são idênticos aos de Hitler.

Auschwitz Total, Hitler Superditador, Antiturcos à Prova: alguns títulos de jogos neonazistas

Esses países começam a proteger-se dos "genes maus", representados pelas populações não-brancas em geral, que procuram "invadir" o recinto intocável das nações brancas. Esta ideologia racista cresce juntamente com a idéia da unificação da Europa. Há movimentos de extrema direita por toda parte, como a Frente Nacional da França e os republicanos e neonazistas da Alemanha. Nos países nórdicos, como a Noruega, há parlamentares de extrema direita ostensivamente racistas. Segundo Harlen Désir, para alguém eleger-se basta dizer: "Chega de árabes, jamaicanos e turcos!" Na França, segundo ele, parte da população não aceita a fusão e a formação de uma nação plurinacional e sem barreiras. Esta resistência é sentida principal-

mente nas regiões fronteiriças, onde o discurso de Jean-Marie Le Pen, líder da Frente Nacional, tem forte penetração.

Na Alemanha e na Suécia estão virando moda videogames distribuídos pela extrema direita britânica, com os sugestivos nomes *Jogar em Reblinka* ou *Quando o Gás Tiver Terminado o Trabalho Você Terá Ganho*.¹⁸ O jogador consegue pontos matando judeus, turcos, homossexuais e ecologistas ao som de *Deutschland über Alles* (Alemanha acima de tudo), estrofe glorificada por Hitler e depois da guerra suprimida do hino nacional alemão.

Os ataques racistas se multiplicam e a ultradireita ganha terreno. Os governos da Comunidade Européia mantêm leis discriminatórias contra os imigrantes dos países não-europeus, apesar de lá se encontrarem há mais de 15 anos. Não é de estranhar que os jovens transformem o videogame em propaganda racista, pois não é apenas na Alemanha e na Suécia que a juventude assim se diverte. Na Áustria o fato se repete: *Auschwitz Total... Hitler Superditador... Antiturcos à Prova...* Segundo Sandra Lacut, da *France Press*, de Viena:

"...as escolas da Áustria e de outros países europeus foram invadidas por uma série de jogos de computador racistas e neonazistas, nos quais as crianças 'dirigem' campos de extermínio de judeus ou 'compram' gás para matar os imigrantes turcos. (...) Um estudo realizado pelo Ministério de Educação revela que na cidade austríaca de Lintz, onde Hitler passou parte de sua juventude, 39% dos jovens sabem que existem esses jogos neonazistas e 22% já os jogaram. Em Salzburgo, um em cada cinco jovens que tem um computador já viu publicidade neonazista em sua tela. Os videogames trivializam o Holocausto (assassinato em massa de judeus, ciganos, homossexuais, comunistas e dissidentes durante o nazismo) e incitam ao ódio contra os judeus e turcos. O jogo *Administrador de Campo de Concentração* consiste em dirigir o campo de Treblinka (Polônia) e conseguir bastante dinheiro – por exemplo, arrancando os dentes de ouro dos judeus mortos – para adquirir o gás necessário para aniquilar os turcos. Outro, chamado *Prova Ariana*, coloca perguntas que revelam ao jogador seu grau de pureza racial. Aquele que for apenas 'meio ariano' pode se desferrar 'matando comunistas'. De acordo com o grau de 'impureza do sangue', o jogador pode ser varredor ou limpador de privadas. E o 'judeu' é automaticamente atirado na câmara de gás".



O que à primeira vista parece ser apenas um detalhe vem demonstrar até que nível a propaganda neonazista está se aproveitando da nova tecnologia e da comunicação avançada nos mesmos moldes de Hitler. Segundo *El País*, os alemães e os belgas, de acordo com pesquisas feitas pela Comunidade Européia, são os cidadãos europeus que mais admitem os seus sentimentos racistas. Mas é na França e na Grã-Bretanha que a xenofobia e a violência racial se mostram mais intensas. Nos últimos quatro anos (a pesquisa vai até 1990) houve 20 assassinatos motivados por racismo na França. As vítimas eram norte-africanos de nacionalidade ou de origem.

Seis jovens cabeças raspadas (*skin-heads*) mataram a ponta-pés um tunisiano pai de quatro filhos. O policial que os deteve contou que aquilo que mais o chocou foi o fato de eles terem a sensação de nada terem praticado de condenável. Outros três jovens mataram a tiros um jovem *harki* (francês de origem argelina) "para se divertir". Cerca de 76% das pessoas entrevistadas depois do assassinato dos três norte-africanos declararam: "O comportamento deles pode justificar as reações racistas".

Em 1989 ocorreram, em Londres, em média seis incidentes racistas por dia. O Instituto de Estudos da Polícia estimou em sete mil os casos conhecidos de racismo no

país, mas sugeriu que a cifra poderia ser dez vezes superior. Isto porque as vítimas temiam denunciar as agressões "por falta de confiança na polícia". Uma mãe asiática suportou que seus filhos fossem esfaqueados e apedrejados – "Pensei que fosse um comportamento normal em relação aos estrangeiros.." – e não procurou ajuda.

Na Itália, os ataques a estrangeiros estão adquirindo uma seqüência e um furor inesperados, acalentados por uma crescente onda de imigrantes clandestinos. Na Espanha, a fúria contra marroquinos, portugueses e africanos é uma reação social em alta, mas a discriminação elege como presa também uma minoria espanhola: os ciganos. Estes últimos são hoje na Espanha cerca de meio milhão de pessoas e, como no caso dos negros nos Estados Unidos, sua dança e sua música são muito apreciadas.

Longe de melhorar, as coisas pioraram, assinala o volumoso estudo de oito capítulos elaborado e aprovado pela Comissão de Investigação do Racismo e Xenofobia criado pelo Parlamento Europeu, presidido pelo eurodeputado Glyn Ford. Nem a Comunidade Européia, nem os governos dos seus estados-membros tomaram medidas para corrigir a situação alarmante, já denunciada em 1986. O mito da Europa como terra de asilo caiu por terra.

A Alemanha é o país onde os sentimentos racistas são mais claramente ex-

pressos. Em 1989 (e daí para cá este sentimento aumentou), cerca de 75% dos alemães ocidentais achavam que havia estrangeiros demais no país e 93% eram favoráveis a reduzir o número de trabalhadores imigrantes. Cerca de 60% da população da ex-Alemanha Ocidental admitem ter sentimentos anti-semitas. As pesquisas revelam, também, que um quinto dos alemães tem ódio racial contra africanos e asiáticos e opiniões muito negativas sobre os turcos.

O racismo como ideologia neocolonial

Falta agora nos referirmos ao racismo político dos países do chamado Primeiro Mundo (capitalismo central) contra os países dependentes que fizeram parte do antigo sistema colonial, que não foi desmontado até hoje. Uma das particularidades é que são, em sua totalidade, países que têm populações não-brancas.

À medida que se aguçava a luta entre os Estados Unidos e a ex-União Soviética, os norte-americanos concentraram suas atividades de dominação nas áreas incluídas em seu leque de influências. Com o pretexto de combater a subversão, estabeleceram governos subalternos externamente e ditatoriais internamente. Como norma, ditaduras militares. Com isso consolidaram sua dominação neocolonial. Mas, por uma série de circunstâncias, na América Latina, Ásia, Oriente Médio e África houve movimentos que conseguiram se afastar de sua órbita. Por coincidência, movimentos de países que haviam participado da aventura colonial como dominados. Em outras palavras: surgiram principalmente em territórios onde houve o tráfico negreiro, a escravidão ou outras formas de trabalho compulsório típicas do sistema colonial. Grande parte de suas populações, ou melhor, de sua composição demográfica, é esmagadoramente não-branca.

Com a crise estrutural do sistema capitalista, na fase de imperialismo tecnocrático, houve a necessidade de uma reciclagem no processo e nas táticas de dominação. De um lado para consolidar o seu domínio econômico e, de outro, como manifestação de racismo.

A primeira manifestação mais aguda deste comportamento foi a operação que os Estados Unidos organizaram contra a Líbia em 1981. Foi preparada uma operação de

terrorismo de Estado para assassinar seu líder. Depois de várias operações de agressão militar, nas quais foram abatidos dois aviões libios (em território líbio), constatou-se que um dos filhos de Kadafi havia sido assassinado. Isto porém não sensibilizou a opinião pública mundial. A mídia criou para consumo internacional a imagem de que Kadafi era o líder do terrorismo internacional, o que os fatos desmentiram.

Depois veio a invasão da ilha de Granada. A pretexto de obedecer aos apelos de uma entidade fantasma, os norte-americanos ocuparam a ilha, assassinaram seu presidente e centenas de seus habitantes. A opinião internacional não se mobilizou nem denunciou o crime, possivelmente por se tratar de um país de negros.

Registramos também a invasão do Panamá, com o pretexto de combater o narcotráfico. Em 1989 a 82ª Divisão Aero-transportadora dos Estados Unidos invadiu seu território, prendeu o presidente Noriega, seqüestrou-o e levou-o para ser condenado pelos tribunais norte-americanos. A intervenção norte-americana destruiu a economia do país, tentou extinguir o Exército e colocou um de seus representantes como chefe de Estado. Mas a opinião pública não se emocionou. Pelo contrário. Toda a imprensa mundial teceu elogios ao ato. O Panamá é também um país de negros, mestiços e índios.

Por fim, os casos mais recentes: a Guerra do Golfo contra o Iraque, a invasão da Somália, a tentativa (que persiste) de ocupar o Haiti e os massacres de Ruanda passam como acontecimentos sem relevância. As razões apresentadas são de "ação humanitária", "restauração da democracia", "combate ao narcotráfico", pois não cola mais o "perigo comunista".

É uma reciclagem hipócrita do antigo sistema colonial, que se reestrutura no neo-colonialismo tecnocrático, racista. Para justificá-lo utilizam-se não só da sociobiologia, da engenharia genética e das hipóteses que procuram demonstrar a existência de raças inferiores, mas também de canhões, aviões e tanques de guerra.

Estamos às vésperas do terceiro milênio. Vamos entrar numa época em que as ordenações sociais serão radicalmente reformuladas. Nesse processo as atuais nações atrasadas, dependentes e espoliadas, vindas do antigo sistema colonial, assumirão um papel novo, resgatando o passado de dominação. É o realinhamento social

também será étnico, pois as raças não-brancas habitam por herança desse sistema as regiões espoliadas. Este é o desafio do milênio que se avizinha e que não será outro senão a realidade do socialismo em dimensão planetária.

CLÓVIS MOURA é sociólogo e escritor, examinador de pós-graduação da Universidade de São Paulo e presidente do Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas (IBEA).

Notas

(1) Linton, R. *Estudio del hombre*. México, Fondo de Cultura Económica, 1942, p. 69.

(2) Daves, Alain. "A ideologia do racismo", in *A Igreja e o racismo*. Rio de Janeiro, Vozes, 1982, pp. 18-19.

(3) Benedict, Ruth. *Raza: ciencia y politica*. México, Fondo de Cultura Económica, 1941, p. 26.

(4) Citado por Aimé Césaire in *Discurso sobre o colonialismo*. Lisboa, Sá da Costa, 1974.

(5) Aceitando a teoria de L. Levy Bruhl como científica, o escritor Jamil Halmansur Hadad assim procura caracterizar o homem brasileiro: "...o caráter primitivo do (brasileiro) aparece às vezes com outros nomes, porém ao primitivismo podem ser reconduzidos muitos dos seustos e taras nacionalmente citados. (...) Acabamos por verificar no Brasil e pelos tempos afora um dos traços da mentalidade primitiva classicamente apontados em Levy Bruhl: a dificuldade de acreditar no invisível. O próprio Deus se viabiliza como as almas dos familiares: daí a difusão extrema do espiritismo, principalmente prestigiadas as sessões de materialidade. (...) O mesmo conceito poderia ter sido formulado por um Anchieta entre os nossos selvagens. Daí que desde os primórdios da nacionalidade, os elementos religiosos passaram a hibridar-se poderosamente de estratos profanos. E não só com os índios antropófagos como com brasileiros urbanos e civilizados. (...) Aponta Levy Bruhl no primitivo: a ausência em princípio de qualquer sentido de ligação causal profunda. Ai a gênese de todo o nosso tremendo repositório de superstições e milagres: as salas cobertas de ex-votos: peitos de cera, pernas, pescoços e olhos às vezes sangrando, outras com tumores. (...) Manifestações de primitivismo no predomínio do exterior sobre a essência: o seusto do fogo de artifício, do aparato, do farol. (...) O que impressiona fundamentalmente a Ewbank são os nossos fogos de artifício. Rojões e buscapés num esplendor ígneo de fazer o norte-americano babar. (...) Imaginemos que, se se disser que somos realmente o país do farol, isto corresponderá a uma validade das mais estranhamente arraigadas da nossa psique mais íntima e mais tradicional. Preponderância do acessório em relação ao substancial. E do exterior em detrimento do profundo. Da cortiça em detrimento da medula. Amor portanto ao esplendor efêmero da fascinação inteiramente rápida, ofuscante mas transitória. E que marca to-

das as vicissitudes de nossa vida nacional." (Hadad, Jamil Halmansur: "Ewbank e a sua descoberta do Brasil", in *Anhembi*, ano VII, nº 78, maio de 1957 pp. 496-504.)

(6) Marx, K. e Engels, F. *Le manifeste communiste*. Paris, Alfred Costes, 1935, p. 62. Evidentemente, quando Marx e Engels usam o termo "bárbaro" não há nenhum julgamento de valor na expressão. Referem-se a uma fase de periodização da civilização segundo o marxismo. É uma fase pré-capitalista, que Engels dividiu em três períodos: *barbarie inferior*, que se inicia com a introdução da cerâmica; a *fase média*, que começa com a domesticação de animais e, no Oeste da Europa, com o cultivo de hortaliças por meio de irrigação e pelo emprego do tijolo (secado ao sol) e da pedra nas construções; e a *fase superior*, que se inicia com a fundição do minério de ferro e passa à civilização com a invenção da escrita alfabética e seu emprego nos registros literários. Nada tem a ver, portanto, com a conotação pejorativa que as nações capitalistas colonizadoras davam àqueles povos que eram por ela colonizados. Era uma classificação objetiva baseada na etapa do desenvolvimento cultural. Uma das etapas pré-capitalistas da evolução da humanidade. (Ver: Engels, F.: "A origem da família, da propriedade privada e do Estado", in Marx, K. e Engels, F., *Obras escolhidas*, São Paulo, Alfa-Omega, s/d; e Terry, Emmanuel: *O marxismo diante das sociedades "primitivas"*, Rio de Janeiro, Graal, 1979.)

(7) Sobre a obra de Finot ver Benedict, R., op. cit.

(8) Romero, Silvio. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1943, vol. 5, p. 671.

(9) Cunha, Euclides da. *Os sertões*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1933, *passim*.

(10) Cunha, Euclides da, op. cit.

(11) Este capítulo é resumo de um trabalho de Nelson Werneck Sodré: *O fascismo cotidiano*. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990.

(12) Ver *Estudos afro-brasileiros*, prefácio de Roquete Pinto. Rio de Janeiro, Ariel, 1935; *Novos estudos afro-brasileiros*, Gilberto Freyre et alii, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1937; *O negro no Brasil* (vários autores), Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1940; *Os afro-brasileiros*, Roberto Motta (org.), Recife, Massangana, 1985.

(13) Eysenck, H.J. *A desigualdade do homem*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979, p. 252.

(14) Ruy, José Carlos e Bercht, Verônica: "A busca infrutífera do gene de Caim", in *PRINCÍPIOS* nº 29, maio/junho de 1993.

(15) Bateson, Patrick. "Sociobiologia e política humana", in Rose, Steven e Appignanesi (org.), *Para uma nova ciência*, Lisboa, Gradina, 1989, pp. 105-106, 112-113.

(16) Japiassu, Hilton. "A origem pseudo-científica do racismo", in *As paixões da ciência*, São Paulo, Letras e Letras, 1991, p. 255.

(17) Japiassu, Hilton, op. cit., p. 257.

(18) Lacut, Sandra. "Videogames racistas e neonazistas viram mania em escolas da Áustria", *FSP*, 17-8-91.



Relações raciais e poder

DENNIS DE OLIVEIRA

O racismo transcende sua origem material e constitui-se uma ideologia e um perfil de exercício de poder que legitima as injustiças sociais contemporâneas

A presença do elemento racial nos processos de exclusão é uma discussão freqüente no movimento social. Nos tempos atuais, de avalanche neoliberal, fica nítido o processo de extermínio praticado pelas classes dominantes, e isto ocorre devido à impossibilidade de o projeto capitalista incorporar ao estatuto da cidadania as populações marginalizadas. Vários documentos de instituições estratégicas, como por exemplo a CIA, a OTAN e até mesmo a brasileira Escola Superior de Guerra, apontam mecanismos de extermínio como necessários para consolidar a atual estrutura de poder.

Esta política de extermínio é a radicalização da “seleção natural” apregoada pelos teóricos liberais, entre eles Keynes, que disse, em 1926:

“...os economistas têm pressuposto um estado de coisas no qual a distribuição ideal de recursos produtivos pode ser conseguida através de indivíduos que agem de maneira independente, pelo método de tentativa e erro, de tal maneira que os indivíduos que se movimentam na direção correta destruirão pela competição aqueles que se movimentam na direção errada. Isso implica que não deve haver clemência ou proteção para os que investem seu capital ou trabalho na direção errada. Desenvolve-se uma luta cruel pela sobrevivência, que seleciona os mais eficientes através da falência dos menos eficientes. Não se leva em conta os custos da luta, mas apenas os lucros do resultado final que se supõe serem permanentes. Como o objetivo é colher as folhas dos galhos mais altos, a maneira mais provável de alcançá-lo é deixar que as girafas com os pescoços mais longos façam morrer à míngua as de pescoços mais curtos”.¹

Os últimos dados sobre violência e miséria no Brasil comprovam o extermínio das populações excluídas do sistema. O neoliberalismo, no seu processo de consolidação, acirra os mecanismos de violência social e aponta para a necessidade de redução do contingente populacional, especialmente nos países do chamado Terceiro Mundo, onde se concentram as populações não-brancas.

Entretanto, o debate torna-se acirrado quando se coloca o elemento racial. Seria a questão racial mera ocasionalidade neste processo de extermínio? Ou, em outras palavras, o extermínio é dirigido às populações pobres, indistintamente da etnia, sendo os negros, em virtude de ocuparem a base da pirâmide social, os mais atingidos? Deste fato se depreende que a exclusão é social e não racial.

Em contrapartida, considera-se que a exclusão – assim como todos os mecanismos de violência social – tem na raça o elemento chave, sendo a questão social, de classe, sua subordinada.

Tal polarização é ainda mais acirrada entre as correntes revolucionárias, em consequência de o pensamento marxista não ter elaborado conceitualmente a dinâmica das relações raciais. Isto tem levado muitas correntes de esquerda a pensarem a questão racial como mera manifestação da luta de classes do capitalismo, subordinando mecanicamente as relações raciais às relações de classe. As lacunas deixadas por tal concepção levaram a outro extremo, tão mecanicista quanto o primeiro: subordinar todas as relações sociais às relações de raça. Pretendemos, neste artigo, não colocar um ponto final neste debate, mas levantar algumas considerações e diretrizes para avançar

na discussão e chegar a uma concepção que supere a lógica destes mecanicismos, que são totalmente opostos à teoria marxista, apesar de utilizarem seu palavreado.

Além do mais, ambas as concepções não conseguem explicar certos fenômenos, como a discriminação praticada contra negros que não pertencem à classe operária (como foi o caso da filha do governador Albuino Azeredo, do Espírito Santo) ou a participação de negros (de origem proletária, inclusive) nos processos de repressão às populações periféricas.

Uma abordagem revolucionária do problema do racismo exige os seguintes pressupostos: 1) considerar o racismo como algo socialmente criado – portanto, que atenda a determinadas necessidades de um segmento ou classe social – e, conseqüentemente, socialmente superável; 2) rejeitar o mito da democracia racial em sociedades como a brasileira, pois tal formulação considera a possibilidade de diferentes segmentos sociais terem o mesmo status em diferentes hierarquias sociais e, portanto, conviverem harmonicamente; esta harmonia não existe nem em termos de cultura, apesar de diversos teóricos considerarem o Brasil como um “tritador de culturas” (acredito ser mais um triturador das culturas não-brancas); 3) diferenciar racismo de preconceito ou discriminação: o primeiro é a ação sistêmica ou a construção material e simbólica que justifica e legitima as desigualdades sociais e, portanto, o seu produto são as conseqüências sociais – ou um “apartheid social”; já o preconceito ou a discriminação originam-se do racismo sistêmico, são práticas pontuais e assistemáticas que se reproduzem no âmbito das relações cotidianas.

Como sistema de relação social, o racismo enseja uma práxis política de exclusão do diferente, com o objetivo de manter uma ordem dominante. O que move simbolicamente tal práxis é o temor da perda do poder, ainda que esse “poder” seja meramente microestrutural ou pontual. Assim, mais que mera manifestação da luta de classes, racismo é o exercício do poder excludente. Num país como o Brasil, onde uma ilha de prosperidade vive em função da espoliação de um extrato marginal cada vez mais numeroso, esta exclusão torna-se uma das ferramentas principais para a manutenção desse capitalismo dependente.²

Consideramos a luta de classes a chave para o entendimento das relações sociais, dos sistemas de poder, porém é necessário que tal compreensão leve em conta a transcendência da questão infra-estrutural para o domínio da superestrutura social. Em outras palavras, a luta de classes não se manifesta apenas no domínio do plano econômico, mas também no plano simbólico – e é nesse simbólico, dada a complexidade dos modernos sistemas de poder, cuja violência sistêmica se concentra muito mais no plano imaginário (ideológico), que proliferam subsistemas de poder, que ganham autonomia e se reproduzem no âmbito das relações inter e intraclasse.

A análise das relações políticas leva em consideração as práticas de classe, porém seus atores não se vinculam mecanicamente à divisão clássica das classes sociais do período. Segundo Poulantzas, “a homogeneidade de campo da conjuntura consiste na consideração das práticas de classe relativas à sua ação sobre a estrutura como forças sociais”.³ Ou seja, a ação política a ser levada em consideração está diretamente vinculada à capacidade de os segmentos – classe, frações de classe ou grupos sociais – serem forças sociais. Ainda Poulantzas:

“Portanto, se nós quisermos delimitar os elementos de conjuntura, poderemos dizer: a) são, em primeiro lugar, classes distintas e frações autônomas de classe que se refletem na prática política por efeitos pertinentes, e isto caracteriza-se precisamente como forças sociais; b) além disto, podem constituir forças sociais e categorias específicas que chegam, num determinado momento concreto, a ter ‘efeitos pertinentes’, como foram definidos na prática política, sem no entanto serem classes nem frações de classe”.⁴

A lógica da exclusão sempre esteve presente na formação do capitalismo brasileiro. Segundo Otávio Ianni, a convivência entre uma ilha de prosperidade (dada pelo fato de o Brasil ser a oitava economia do mundo) e uma massa imensa de miseráveis (que supera as dos países mais pobres da América Latina) atravessou vários períodos históricos. Porém, Ianni não considera isso apenas uma convivência, mas uma interdependência: os chamados dois “brasis” existem um em função do outro.⁵

Desde seu início o sistema capitalista do país convive com grande contingente de população marginalizada

A interdependência dos dois brasis passa pelas características particulares do capitalismo brasileiro. Podemos apontar três que mais se ligam ao problema aqui tratado:

1) *A prioridade dada ao atendimento das demandas externas* – No período da predominância da agricultura, esta desenvolveu-se sob o sistema extensivo, monocultural, latifundiário, típico da agricultura de exportação. Por isso, apesar da grande dimensão territorial do país e de se priorizar a agricultura, faltavam alimentos. No período industrial após a década de 50, o mesmo aconteceu. As indústrias transnacionais que aqui se instalaram aproveitaram o baixo custo da mão-de-obra para auferir lucros para as suas matrizes no exterior. Por esse motivo, uma das leis mais combatidas pelas transnacionais nas vésperas do golpe de 1964 foi a Lei de Remessa de Lucros.

2) *A conformação com um mercado consumidor restrito* – Esta característica decorre da primeira. A agricultura extensiva dos tempos coloniais e do início da República era exportada, e com a renda importavam-se produtos manufaturados destinados prioritariamente ao consumo das classes média e alta. No período industrial, o incremento do setor de produção de bens de consumo duráveis segue a mesma direção. Segundo Ricardo Antunes, o produto real da indústria de transporte (inclusive

da automobilística) cresceu 549,9% e a de material elétrico e telecomunicações (incluindo o ramo de eletrodomésticos) 367,7%, entre 1955 e 1961. No mesmo período, a indústria de alimentos cresceu apenas 46,4% e a têxtil 28,9%.⁶ Os bens de consumo não-duráveis, cujo consumo é realizado em maior escala pela classe operária, tiveram um incremento bem menor no processo de industrialização do país, fato que denuncia um caráter elitista e anti-social.

3) *A formação de um grande contingente de população marginalizada* – Em consequência da prioridade dada às demandas externas, de conformação com um mercado consumidor “restrito”, o capitalismo brasileiro convive, desde o seu início, com um grande contingente de população marginalizada. O caráter “descartável” dessa população – ou seja, ela não é necessária para as classes dominantes, pois não é consumidora nem tem perspectivas de ser integrada ao mercado de trabalho, que cresce em ritmos inferiores ao crescimento dessa população – a diferencia do conceito clássico de “exército industrial de reserva”. O exército industrial de reserva implica uma certa mobilidade e sazonalidade; o contingente de população marginalizada não, pois é fruto de um modelo de capitalismo que, na sua gênese, já é excludente. A existência desse contingente de marginalizados é permanente na história do Brasil, o que cria constantes crises sociais.

Conceito racista de nação

No Brasil, a formação do conceito de nação, que começa a ser elaborado a partir da metade do século XIX, impôs a exclusão dos setores que estão na base da pirâmide social. Há que se considerar, na formulação deste conceito, que o Brasil surge como nação soberana em 1822, abole o trabalho escravo em 1888 e proclama a República somente em 1889. Nesse período, os países europeus já se encontravam numa fase adiantada do sistema capitalista e já haviam surgido as primeiras organizações operárias e socialistas.

Com este retardamento histórico, as classes dominantes brasileiras tenderam a optar pela realização de um desenvolvimento capitalista “associado” ao grande capital internacional, mesmo porque o sistema de trabalho escravo e a economia centrada na agricultura extensiva não acumularam capital suficiente para a edificação de um capitalismo independente.



No entanto, principalmente após a Guerra do Paraguai, a necessidade de uma autoafirmação nacional era imperiosa nas elites. O atraso do país em relação à Europa incomodava os pensadores da época, que buscavam uma explicação para o fato. Foi assim que os teóricos conservadores passaram a identificar a “chave” dos problemas com a predominância do elemento negro na população brasileira. As teorias da eugenia e da antropometria ganharam corpo entre os intelectuais conservadores brasileiros. Daí, tanto a defesa da miscigenação para ocultar a presença do negro como a defesa explícita do extermínio dos não-brancos são apresentadas como soluções para o problema e contribuem para formar um conceito de nação. Estas idéias vão povoar os tratados dos teóricos conservadores Gilberto Freire e Silvio Romero.

O branqueamento da população era uma prática evidente. A abolição dos escravos em 13 de maio de 1888 significou tirar os negros da escravidão e jogá-los na marginalidade. Incentivou-se a imigração de europeus para trabalharem como assalariados. Leis como a

criminalização do desemprego (a chamada “Lei da Vadiagem”) institucionalizavam a exclusão. 1850 a 1930 foi o período da consolidação de um conceito racista de nação brasileira e da legitimação do racismo como ideologia justificadora da exclusão social.

Por isso a questão racial é um elemento de vital importância para a compreensão do poder capitalista brasileiro. Em outras palavras, o discurso anti-racista é uma força social em potencial a ser considerada na análise da sociedade brasileira. Tornou-se força social pelas variantes históricas da formação do poder capitalista brasileiro, pela configuração racista da sociedade e pela presença dos mecanismos racistas nos processos de exclusão social. Assim, pode-se definir o poder capitalista brasileiro como classista e racista.

A transcendência das suas práticas e da visão de mundo do âmbito interno de suas relações imediatas para uma interferência na dinâmica social é que eleva a classe social para o nível de força social, da mesma forma que se tornam forças sociais as frações de

classe ou segmentos sociais que não são propriamente classes mas que, dada a sua importância na movimentação das engrenagens sociais, também se tornam agentes políticos coletivos.

Segregados, os marginalizados desenvolvem uma tecnologia de sobrevivência. A luta cotidiana para suprir as necessidades básicas de se defender dos vários mecanismos de violência sistêmica e não sistêmica cria uma cultura própria deste extrato marginal. Na sua autodefesa, a identidade racial aparece como um elemento de agregação, de autoconhecimento e de diferenciação da sua condição da condição dos “incluídos”. Por isso, neste contingente, organizações de recuperação da identidade racial proliferam com muito mais intensidade que as clássicas organizações da sociedade civil. Exemplos: terreiros de candomblé, grupos de capoeira, posses de rap, escolas de samba.

Esta “cultura da marginalidade” cria demandas próprias, muitas vezes aproveitadas pela indústria cultural. Um exemplo é a penetração do capital nas escolas de samba

através da indústria do turismo. Mas a relação da indústria cultural com a cultura da marginalidade é realizada muito mais no sentido de ressaltar os aspectos estéticos da marginalidade, esvaziando assim o seu conteúdo político. Em geral, a identidade racial, um dos pilares mais fortes da agregação e da autodefesa destes segmentos, é diluída. Daí a promoção de sambistas brancos, mães-de-santo brancas, rappers brancos, capoeiristas brancos. Tudo isto vem no sentido de impedir a expressão política destes segmentos.

O racismo, como exercício do poder, foi construído historicamente e não é mera manifestação pontual e pessoal ou derivada de uma discriminação social, embora esses elementos a potencializem. Nunca é demais lembrar que a humanidade não conseguiu constituir sistemas sociais em que várias culturas convivessem harmonicamente: em maior ou menor grau, a exclusão do outro sempre esteve presente.

Racismo e acumulação de capitais

Segundo Eduardo Galeano, “graças ao sacrifício dos escravos do Caribe, nasceram a máquina de James Watt e os canhões de Washington”. De fato, durante a colonização da América, a Inglaterra conseguiu a acumulação de capital necessária para realizar a sua Revolução Industrial, graças ao mercado de escravos e à intermediação no comércio dos produtos das colônias produzidos com a

mão-de-obra escrava. No século XVIII, os mercadores de escravos de Liverpool somavam lucros anuais de 1 milhão e 100 mil libras esterlinas. Quem financiou e subvencionou a invenção da máquina a vapor por James Watt foram mercadores de escravos. A riqueza aflorou tanto na Inglaterra desse período que bancos se propagaram nas cidades de Liverpool, Manchester, Bristol, Londres e Glasgow. Até mesmo indústrias de aparelhos para castigar escravos prosperaram nas cidades de Birmigham e Sheffield.⁷

O escravismo na América foi, além de um sistema de produção desumano, uma das formas de espoliação das economias do continente latino-americano e africano. Segundo Clóvis Moura, entre as características que marcaram o escravismo no Brasil, uma delas é a “subordinação total da economia colonial à metrópole e a impossibilidade de uma acumulação primitiva do capital interno em nível que pudesse determinar a passagem do escravismo ao capitalismo não dependente”.⁸

Tal relação econômica se materializa politicamente na constituição de um aparelho de Estado “voltado fundamentalmente para defender os direitos dos senhores e seus privilégios (...) exportadores de tudo ou quase tudo o que se produzia no Brasil”.⁹

A manutenção desse sistema deve-se ao tráfico intermitente de escravos entre a África e a colônia, mecanismo que rendeu os lucros já mencionados para a Inglaterra e, em contrapartida, selou a ruína da África, que sofreu índices altíssimos de despovoamento, destruição de nações e perda de lideranças.

Nota-se, com estas constatações, que os Estados coloniais se firmaram com a ideologia do racismo, da mesma forma que as elites da época, e que as relações sociais e econômicas do escravismo permitiram uma concentração de riquezas na Europa e o empobrecimento da América Latina e da África.

No Brasil, particularmente, a passagem do escravismo para o sistema de mão-de-obra assalariada não se deu por uma ruptura, mas por um rearranjo das elites, e aqui deve-se levar em consideração as pressões do imperialismo britânico. A mudança “por decreto” do sistema de mão-de-obra possibilitou a manutenção de um sistema ultra-explorador e, simbolicamente, a manutenção da ideologia racista, que, se antes justificava a escravidão, passou a legitimar a marginalização do povo negro, que deixou de ser escravo mas não foi incorporado à indústria como assalariado, nem recebeu terras para plantar – o latifúndio permaneceu firme e forte. Quem continuou dirigindo o país no moderno sistema de mão-de-obra assalariada foram os velhos escravistas e seus descendentes.

A ideologia racista permite, por exemplo, uma intensificação da exploração da mão-de-obra assalariada ao impor critérios racistas no ingresso ao mercado formal de trabalho ou nos salários. Segundo pesquisas do Dieese de 1987, o desemprego entre os negros é 35% maior que entre os brancos. Em termos salariais, o trabalhador negro recebia, nesse mesmo ano, 57,84% do que seu equivalente branco.

Além de atingir o mercado de trabalho, a ideologia racista é um mecanismo de restrição ao acesso à cidadania, o que legitima a desobrigação social do Poder Público. O acesso seletivo à instrução resultou num analfabetismo maior entre os negros (30,1%) que entre os brancos (12,1%), segundo o Anuário Estatístico do IBGE de 1992.

Ideologia racista modela perfil das classes

Além de ser um mecanismo de legitimação da exclusão social e de um Estado autoritário e desobrigado das questões sociais, a ideologia racista é um elemento modelador do perfil das classes sociais brasileiras, particularmente da classe dominante.

Gestada numa economia predatória, submetida aos interesses da Metrópole e originária das elites dessa mesma Metrópole, a classe dominante brasileira tem um



perfil antinacional e centrado em referências externas. Figuras como Roberto Campos são emblemáticas e os melhores exemplos para definir o perfil das elites brasileiras: o ódio ao país em que vivem, a exaltação do Primeiro Mundo, a subserviência às elites dessas grandes potências.

Assim, a mesma ideologia racista que legitimou o escravismo permanece justificando outras formas de exclusão. Esta é a prova de que o racismo não é mera manifestação pontual, mas sistêmica, que engendra uma ideologia social modeladora do perfil das relações sociais, econômicas, de classes sociais e até mesmo do Estado autoritário.

Luta anti-racista é luta contra o sistema

Inversamente à perspectiva das elites escravistas e de sua ideologia racista, as lutas dos negros contra a escravidão sempre buscaram transformações profundas nas relações sociais e de poder. Um destes exemplos é Palmares. Segundo Clóvis Moura, a República de Palmares, formada inicialmente por quarenta negros que fugiram do cativeiro dos engenhos de Pernambuco no início do século XVII, era um embrião de uma nova nação "surpreendentemente progressista para a economia e os sistemas de ordenação social da época".¹⁰

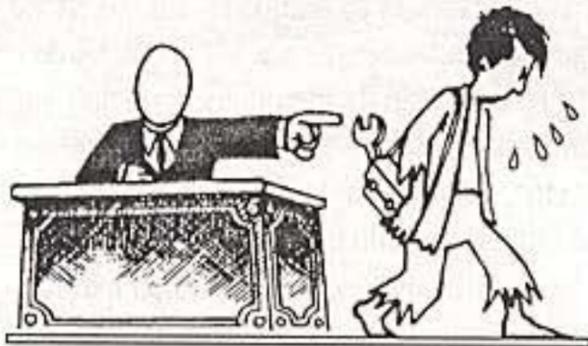
A afirmação do sociólogo Clóvis Moura baseia-se no fato de a organização social da República de Palmares ensejar uma lógica radicalmente oposta à existente na Colônia. Em primeiro lugar, a economia palmarina era voltada para o consumo interno, ao contrário da economia colonial, destinada totalmente à exportação. Esta lógica impôs uma diferença no tipo de agricultura: em Palmares predominou a policultura de alimentos e a propriedade coletiva da terra. Na Colônia, a monocultura, a agricultura extensiva e a propriedade latifundiária. Resultado: enquanto na colônia faltavam alimentos, em Palmares, ao contrário, havia fartura. Em segundo lugar, Palmares não foi uma perspectiva apenas para os escravos negros fugidos do cativeiro, mas recebeu outros setores marginalizados da sociedade colonial – para lá também se dirigiram índios e brancos pobres.¹¹

Para melhor entender o significado de Palmares é preciso estudá-lo em perspectiva. As várias lutas dos negros contra a escravidão tinham como propósito não ape-

nas a sua libertação imediata mas transformações na estrutura social e política do país. A Revolta dos Malês e as várias insurreições armadas de escravos ocorridas no Recôncavo Baiano tinham um caráter fundamentalista, trazido pelos negros hauçás.

A participação dos negros em outras insurreições, como a Sabinada e a Confederação do Equador, já vinham com o propósito republicano e de luta contra os projetos políticos das elites imperiais.

Estas lutas armadas diferenciaram-se do projeto abolicionista dos "liberais". Estes, vendo a impossibilidade de manutenção do sistema de trabalho escravo, traçaram uma política de abolição gradual e controlada. O eixo da luta contra a escravidão, ao se deslocar das insurreições para o parlamento imperial, passa a sinalizar nessa perspectiva. Por isso, paralelamente ao projeto de abolição gradual, começam a ser elaborados os conceitos racistas de nação brasileira. Era a preparação da legitimação ideológica da exclusão do negro, agora já não mais escravo. Portanto, a luta do negro contra o racismo sempre tem um fundo libertador, ainda que a ideologia revolucionária não esteja totalmente elaborada em seu seio.



A participação dos negros em outros movimentos populares da libertação só vem corroborar isto: a luta do negro contra o racismo não é apenas um movimento contra uma discriminação específica e pontual, mas contra uma ideologia cristalizada, que legitima um poder excludente e uma elite entreguista e superexploradora.

Se a destruição do poder excludente e da ideologia racista implica a necessidade de uma transformação social revolucionária, é correto supor que qualquer transformação social revolucionária só é possível com a superação da ideologia racista e do poder excludente.

Lutar contra o racismo é, portanto, lutar contra o sistema de exploração, contra a concentração de renda e contra o imperialismo. É, enfim, lutar por uma sociedade verdadeiramente igualitária. A ideologia libertária da luta anti-racista resgata o valor do

diferente como possibilidade de ampliação dos horizontes do conhecimento humano. Contrariamente, a ideologia racista vê no diferente o perigo da instabilidade, do questionamento e, assim, necessita da sua destruição.

DENNIS DE OLIVEIRA é jornalista, professor da Unimep e coordenador da União de Negros pela Igualdade, de São Paulo.

Notas

- (1) Citado por Reginaldo Correa Moraes, "Exterminadores do Futuro, a lógica dos neoliberais". In: *Universidade e Sociedade* nº 6, p. 11.
- (2) Ver, a este respeito, o artigo de Francisco de Oliveira "Crítica à razão dualista". In: *Estudos Cebrap* nº 2, de 1972.
- (3) Nicos Poulantzas, *Poder político e classes sociais*, p. 90.
- (4) Idem, p. 91.
- (5) Otávio Ianni, *A idéia de Brasil moderno*.
- (6) Ricardo Antunes, *A rebeldia do trabalho*, pp. 105/106.
- (7) Eduardo Galeano, *As veias abertas da América Latina*, pp. 92/93.
- (8) Clóvis Moura, *Sociologia do negro brasileiro*, p. 221.
- (9) Idem, p. 221.
- (10) Clóvis Moura, *Sociologia do negro brasileiro*, p. 184.
- (11) Sobre Palmares, ver Edison Carneiro, *O quilombo dos Palmares* (São Paulo, Brasiliense, 1947), e Décio Freitas, *Palmares – a guerra dos escravos* (Porto Alegre, Mercado Aberto, 1984).

Bibliografia

- ANTUNES, Ricardo. *A rebeldia do trabalho*. São Paulo, Ensaio, 1988.
- BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 1992.
- DIEESE/SEADE. *Relatório sobre Emprego e Desemprego*, 1988.
- GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. São Paulo, Paz e Terra, 1992.
- IANNI, Otávio. *A idéia de Brasil moderno*. São Paulo, Brasiliense, 1993.
- IBGE. *Anuário Estatístico de 1992*.
- MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo, Ática, 1988.
- POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. São Paulo, Martins Fontes, 1986.
- UNEGRO. *Exterminio do povo negro e pobre no Brasil* (Caderno publicado em 1990 pela União de Negros pela Igualdade de São Paulo).



Cultura, política e racismo

ARIM SOARES DO BEM

As distinções entre os Estados manifestam diferentes relações institucionais com suas majorias étnicas. As reflexões teóricas sobre o racismo não podem ser universalizadas

Gostaria de problematizar aqui alguns aspectos da reflexão desenvolvida por Marilena Chauí em um artigo intitulado "Cultura e racismo", publicado no nº 29 desta revista, por julgá-los passíveis de críticas, correções e especificações. O texto dá margem a uma série de falsas interpretações e generalizações problemáticas.

Antes de fazer maiores considerações, gostaria de explicitar a natureza do trabalho acadêmico que venho realizando na Alemanha, fornecendo de antemão elementos que contribuirão para a compreensão do ponto central a partir do qual se articulam minhas críticas.

Ministrei, no semestre de inverno 93/94, um seminário sobre as formas e funções do racismo no Brasil e na Alemanha, como professor convidado do Instituto Latino-Americano da Universidade Livre de Berlim. Fundamental neste trabalho (que terá continuidade no próximo inverno berlinense) foi a abordagem da problemática de uma perspectiva histórica, social, econômica, política e cultural, que privilegiou questões de método, análise e interpretação de material bibliográfico produzido sobre o assunto em ambos os contextos. O objetivo central deste seminário foi, e continuará sendo, fornecer um paradigma de trabalho para estudantes e pesquisadores que se dedicam a estudos comparados sobre o racismo, uma vez que não existem investigações congêneres que, sobretudo, confrontem o tema do racismo no Primeiro e no chamado Terceiro Mundo. O seminário pretende, portanto, ser um primeiro passo para superar esta omissão da pesquisa cien-

tífica concernente ao confronto de realidades históricas, culturais, políticas e econômicas dispares.

Relações políticas e racismo

A minha primeira crítica ao texto de Chauí dirige-se, na realidade, a uma grande parte de textos brasileiros sobre o racismo e sobre a questão da identidade nacional que tenho consultado. Na maior parte desses textos, como no texto de Chauí, procura-se abordar o racismo e a questão nacional brasileira utilizando-se, de modo não mediado, textos de autores europeus, como se estes textos não fossem produzidos em contextos nacionais específicos, com problemas e horizontes teóricos particulares.

Os autores que Chauí utiliza para refletir o problema proposto, Hobsbawm e Taguieff, produziram suas reflexões teóricas tendo como *background* dois países, Inglaterra e França, que têm lugar na história como agentes ativos do colonialismo e do imperialismo e que contam com uma população específica de estrangeiros, diante dos quais o racismo adquire uma forma *sui generis*. Tais reflexões teóricas não podem portanto ser universalizadas; elas demonstram-se precárias mesmo quando se pretende aplicá-las a outros países europeus, como os países do sul, que são fornecedores de emigrantes para os países "altamente" industrializados – população que também é objeto de racismo; e no caso da Alemanha tais reflexões teóricas precisam ser especialmente relativizadas, em vista do fato de a Alemanha não ter uma

história colonialista nos moldes da história inglesa, francesa, holandesa, portuguesa e espanhola,¹ contar com outro tipo de população emigrante e apresentar outros problemas de ordem política, religiosa (em sentido estrito) e cultural (em sentido amplo); sem contar que a Alemanha tem uma história que gira, após a II Grande Guerra, em torno do holocausto, que funciona até hoje de modo extremamente ativo na produção de práticas discursivas, jurídico-legais etc.

Com efeito, a distinção básica entre estes estados nacionais manifesta-se fundamentalmente no modo como eles se relacionam institucionalmente com suas minorias étnicas. Que o racismo desempenha papel central no modo de articulação das relações político-institucionais e cotidianas nestes países é uma evidência, que qualquer integrante de grupos minoritários, mesmo em tenra idade, pode perceber sem grande esforço. A separação étnica é estrutural e está inscrita no modo de vivência cultural, perpassando tanto experiências propriamente institucionais como lúdicas. Entretanto, este modo universal pelo qual as nações altamente industrializadas constituíram historicamente, através do racismo, um modelo que colabora, em última instância, para a reprodução da desigualdade e leva, conseqüentemente, à estabilização de suas relações políticas e econômicas² só se realiza de modo particular. Se é verdade, como diz Etienne Balibar, que o racismo é também um universalismo justamente por ter sido universalizado empiricamente e se transformado numa "visão de mundo" transnacional,³ não é

menos verdadeiro afirmar que seu modo de realização limita-se aos modos de constituição das práticas de subjeção nacionais e adquire, em cada contexto em que se manifesta como ideologia, como estrutura e como prática social, uma configuração *sui generis*.

As diferenças entre estes contextos nacionais se evidenciam também (mas não exclusivamente) em torno das leis instituídas contra o racismo. Estas leis demonstram como cada uma destas nações se relaciona com o próprio racismo inscrito em suas bases culturais, societárias. Ao mesmo tempo que a criação de leis antidiscriminatórias demonstra a evidência do racismo como prática empírica, que se pretende “descolada” de qualquer instrumentalização política, e como expressão de um automatismo regulado pelas leis “naturais” do mercado, ela permite antever de que modo os diferentes estados nacionais abrem, em seu próprio interior, brechas que possibilitam a reclamação jurídico-legal, por parte dos grupos etnicamente oprimidos, dos direitos universais por igualdade, em detrimento – e em consequência – das diferenças que os constituem.⁴

Dos três países em questão, a Alemanha é o único que, fora a afirmação positiva e abstrata dos direitos de igualdade constantes do artigo 3, parágrafo 3 de sua Constituição, não desenvolveu mecanismos para realizar na prática tais princípios jurídicos formais: afirmar que ninguém pode, em consequência de sua origem, sexo, “raça”, língua, fé religiosa ou postura política, ser prejudicado ou preferido⁵ só pode soar, para aqueles que vivem o particularismo da exclusão como condição *sine qua non* de sua integração estrutural ao sistema de hierarquização étnica, como pura fraseologia. Com relação à França e à Inglaterra, desde a década de 70 vêm sendo instituídos mecanismos jurídico-legais com vistas a punir discriminações ocorridas no setor de formação profissional, no mercado de trabalho e em situações informais. Tal é o caso da lei francesa de 1º de julho de 1972, que, pelo menos virtualmente, pressupõe a pena de até um ano de prisão para recusa de prestação de serviços, vendagem de mercadorias, boicote econômico e demissões fundadas em “preconceitos raciais”; é o caso também do Race Relations Act, instituído na Inglaterra em 1976, que entre outras medidas procura definir a forma das discriminações expressas em palavras, comportamentos, textos escritos e programas de TV, rádio e teatro.⁶

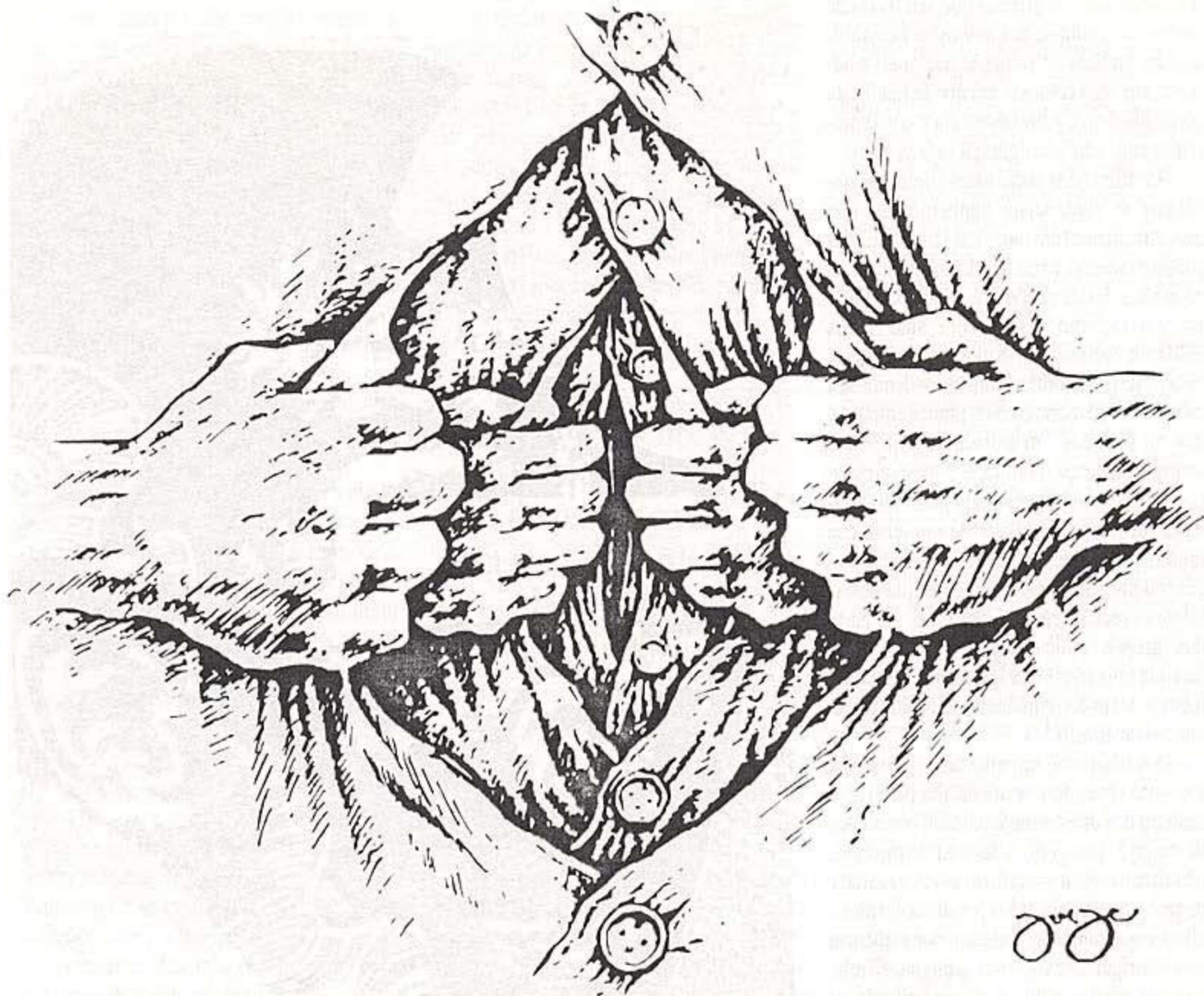
Tendo em vista as diferenças básicas no modo de instrumentalização da questão que



gira em torno das minorias étnicas nestes contextos nacionais, os modos de legitimação de discursos e práticas racistas ou anti-racistas são também distintos. Marilena Chauí afirma, de modo generalizado, a existência de um determinado discurso anti-racista nas décadas de 60 e 70, como se este tivesse existido da mesma forma em todos os países europeus – evidentemente, para o contexto brasileiro tal generalização demonstra-se ainda mais inadequada. Além das diferenças históricas, cabe ressaltar que não existe e nunca existiu um único discurso anti-racista em nenhum país europeu industrializado do pós-guerra. Não existe sequer uma direita uniforme ou uma esquerda unida por tendências teóricas idênticas. Discursos racistas ou anti-racistas são práticas históricas que refletem, na elaboração teórica, os conflitos ideológicos manifestos pelos diferentes grupos em luta permanente.

As ambigüidades da resistência

Outro problema no texto de Chauí para o qual gostaria de chamar a atenção apresenta-se onde a autora afirma que “foi o discurso anti-racista que ofereceu ao neo-racismo os elementos para sua aparição” (*PRINCÍPIOS* nº 29, p. 60). Neste aspecto, a autora parece ignorar o papel histórico da resistência concreta implícita nos discursos anti-racistas do pós-guerra. Tem-se a impressão de que os discursos anti-racistas (no plural!) trabalharam efetiva e objetivamente para a perpetuação do racismo, quando de fato eles surgiram num momento histórico, impondo delimitações teóricas críticas e rejeitando a banalização emanada dos discursos conservadores pós-holocausto. Eles realizaram primordialmente a função de negar tais discursos quando rejeitaram a noção de raça neles implícita, opondo a esta o conceito



de etnia. O fato de a direita se apropriar instrumentalmente de conceitos da esquerda, encampando-os e absorvendo-os para propósitos alheios, não define uma prática explicitamente relacionada ao campo teórico do racismo, mas uma prática generalizada, infelizmente aplicável a outros campos.

Ademais, foi-se o tempo em que se acreditava que as práticas de resistência se opunham, necessariamente, de maneira radical e frontal, às ideologias instrumentais de dominação. O autor inglês Paul Willis demonstrou, por meio de pesquisa empírica realizada com jovens da classe trabalhadora inglesa no final da década de 70, que a resistência pode adquirir as mais perigosas formas, podendo em alguns casos concretos condenar objetivamente aqueles que a praticam.⁷ Aliás, este aspecto da resistência incorporada na base é tematizado em um artigo de minha autoria,⁸ em que analiso uma entrevista realizada com um jovem alemão de 17 anos de idade, Alex, que ao mesmo tempo

que se manifesta solidário para com a população de estrangeiros residentes em Berlim pleiteia pela extinção dos “neonazistas” através da câmara de gás (ele identifica os “neonazistas” como sendo os alemães orientais, que passaram a competir com alemães ocidentais após a “queda” do muro, e os emigrantes residentes desde a segunda metade da década de 50, pelas escassas vagas no mercado de trabalho). Alex procura solucionar os conflitos oriundos dos novos processos de interação no mercado de trabalho com a aplicação dos mesmos métodos utilizados na extinção de milhões de judeus durante os anos 40. Isto se combina, como observei acima, com o seu gesto de solidariedade para com os “estrangeiros”.

Portanto, resistência não se coloca, necessariamente, em nenhum espaço político-geográfico específico como prática frontalmente oposta à dominação. É preciso compreendê-la, onde quer que ela se manifeste, em seu modo específico de estru-

turação histórica, com seus condicionantes e formas de manifestação particulares.

A base empírica para se discutir o racismo brasileiro

Na minha opinião, a discussão do racismo brasileiro passa pela discussão do racismo português – e desde as origens da colonização, quando este foi especialmente determinado pelo anti-semitismo, o que resgatou as formas específicas da constituição de uma práxis desde as suas bases históricas. (A “conquista” da América não se deu exatamente à época da Inquisição? Numa época em que muitos cristãos-novos, por exemplo, foram forçados a emigrar para a própria colônia?) O “encontro das civilizações” ocorreu num momento em que Portugal colocava em ação o Estatuto de Pureza de Sangue, que legitimava a exclusão dos judeus e traçava o quadro institucional para classificar, também, primeiramente os índios e

posteriormente os negros e “mestiços” como seres inferiores.⁹ A forma dos racismos que se desenvolveram ao longo dos diferentes ciclos econômicos brasileiros e que perseveraram, transformados e reincorporados ao fazer político e ao cotidiano da atualidade, difere em absoluto dos racismos europeus característicos de países como a França e a Inglaterra, a partir dos quais Marilena Chaui extrai suas ilações teóricas.

Racismo genético e diferencialista

Pesquisas recentes na Alemanha, inclusive a pesquisa empírica que realizou com jovens alemães ocidentais e orientais, estes considerados “estrangeiros” – entre aspas, pois estes jovens “estrangeiros” nasceram em Berlim; eles não são, no entanto, aceitos pelo Estado alemão e pela população “nativa” como cidadãos alemães; permanecem “eles” sem de fato o serem –, comprovam que não há ruptura histórica no modo de articulação dos discursos “universalistas” e “diferencialistas” (Taguieff), mas uma interpenetração entre eles. Seria ingenuidade teórica acreditar que, com a mudança de posições políticas estratégicas, o racismo “genético” teria dado lugar ao racismo “diferencialista” e, conseqüentemente, desaparecido da face da terra. (Prefiro o termo “genético” ao termo “universalista”, pois não acho pertinente associar um conceito que contém em seu cerne elementos progressistas a uma noção puramente regressiva.) O racismo diferencialista articula-se, de fato, sobre a base do primeiro. Como a massa da população vê a esfera social como esfera natural, é impossível que consiga realizar um corte operacional entre o racismo genético e o diferencialista. Se a sociedade é apreendida como natureza e a história como puro crescimento orgânico, como argumentam Margret e Siegfried Jaeger, as diferenças sociais entre os *homens* são também tomadas como diferenças naturais.¹⁰ O racismo permanece “genético”, como ideologia naturalizante, mas é sobredeterminado por uma categoria historicamente necessária após o holocausto.

Como bem observa Jost Mueller, o fato de a expressão “raça” ter desaparecido (mas não absolutamente) não quer dizer que a constituição do sentido “raça” tenha sido superada. Numa análise semiológica de discursos pode-se verificar que é perfeitamente possível reconstruir a idéia de “raça”: “um ‘complexo semiológico’, uma ‘rede de sentidos’, através da qual se fundem indícios

somáticos, sociológicos, simbólicos e fantasmáticos”.¹¹ Complementando a idéia de Mueller, Guillaumin observa que o desaparecimento da palavra “raça” apresenta-se como um “efeito de superfície” na transformação do racismo. Se preservarmos o “complexo semiológico” básico, verificaremos que a palavra “cultura” instaura-se como sucedânea do conceito de “raça”.¹² Pode-se dizer assim que o conceito “raça” permanece como “pré-constructo”,¹³ como categoria ontológica no discurso do racismo “diferencialista” da Nova Direita. Evidentemente, quando o chefe da Nouvelle Droite francesa, Alain de Benoist, critica o racismo genético como uma forma de “reducionismo biológico”, ele o faz deixando intocado o conceito de “raça” como pré-constructo e em seu lugar institui, numa operação “efeito de superfície”, o conceito de cultura como elemento de legitimação da desigualdade. Precisamos, evidentemente, de uma dose de maldade sociológica para compreender o que ele realmente quer dizer com a seguinte formulação: “reivindicar o direito à diferença inclui a obrigação de exercer este direito”.¹⁴

Para a Nova Direita francesa, reivindicar o direito à diferença inclui a obrigação de exercê-lo

Para o caso específico da Alemanha, cabe mais uma observação: discursos diferencialistas não são específicos do pós-guerra, mas já existiam à época da República de Weimar no círculo da *Konservative Revolution*. A formulação de um de seus integrantes, Arthur Moeller van den Bruck, de 1924, deixa entrever como a Nova Direita da República Federal alemã se apropriou ativamente dos “pré-constructos” ali lançados: “o pertencimento à raça espiritual obedece a outros princípios que o pertencimento à raça biológica. A perspectiva da raça não deve se tornar uma problemática alemã, induzindo à exclusão por razões biológicas de seres humanos que pertencem espiritualmente à sua raça”.¹⁵

Na Alemanha, foram as classes dominantes os primeiros grupos que não falaram mais em “racismo” no pós-guerra, naquele ambíguo momento de restauração das relações burguesas pós-holocausto, quando foi

necessário realizar o projeto da chamada “desnazificação” (imposto em parte pelos aliados e que nunca se efetivou completamente na prática) sem, no entanto, dar profundidade política àquela ação normalizadora. O racismo genético sofreu, portanto, a partir de 1945, uma crise sistemática de legitimação, fazendo com que na França, Holanda e principalmente na Alemanha o conceito de “raça” desaparecesse do discurso político oficial. Na Alemanha, a impossibilidade para as classes dominantes de realizar uma desnazificação real – uma vez que isto implicaria privilegiar a desconstrução das relações políticas que levaram à “solução final” – deu origem a uma permanente tabuização de toda forma de argumentação explícita sobre a inferioridade racial. Como diz Robert Miles: “o descrédito da teoria ‘racial’ e do racismo a partir dela definido (...) impôs uma revisão do discurso público. Conseqüentemente foram descobertos ‘novos caminhos’ para expressar os ‘velhos significados’”.¹⁶

Na Alemanha, práticas de exclusão foram substituídas pela expressão *Ausländerfeindlichkeit* (literalmente: hostilidade ao estrangeiro). As autoras Kalpaka e Raethzel, pesquisadoras do racismo no Institut fuer Migrationsforschung, de Hamburgo, discutem a utilização do conceito de *Ausländerfeindlichkeit* adotado no pós-guerra em detrimento do conceito de “racismo” que desapareceu do imaginário político alemão: “É uma forma de banalizar formas concretas de comportamento racistas: isto tem a ver com o fato de a República Federal alemã ser uma sociedade na qual o racismo está vinculado à forma do anti-semitismo, que levou milhões de seres humanos à câmara de gás. Hoje em dia tenta-se reprimir uma certa continuidade, que seria sugerida através da nomeação de formas de comportamento atuais com o conceito de racismo”.¹⁷

Os atores das sociedades européias que se interessaram pela produção de discursos “diferencialistas” foram, além das elites intelectuais críticas, as classes dominantes. Como veremos adiante, o diferencialismo tem, entretanto, uma função política qualitativamente distinta entre os dois grupos. É preciso ver o discurso “diferencialista” como um projeto que tentou, também da perspectiva da dominação, varrer da Europa o fantasma sempre presente do racismo que levou ao holocausto: basta observarmos a quantidade de túmulos judeus e campos de concentração que são objetos da mais bárbara violência simbólica desde a decadência do

“império de mil anos” para compreendermos como o “diferencialismo culturalista” não possui nenhuma ingenuidade. De qualquer modo, parece que nos esquecemos de que, também na Alemanha, houve resistência antes e durante o nacional-socialismo, regionalizada e infelizmente de restrito alcance entre a grande massa da população. Importa salientar que discursos não genéticos, articulados pela esquerda resistente, existiam já antes do final da guerra.

Existem ainda outras contradições que merecem ser apontadas: o anti-iluminismo prussiano pré-Bismarck combina-se com a conotação culturalista de um Fichte, com o esteticismo de um Schiller, com o romantismo de um Goethe, com o ódio étnico de um Arndt e convergiu, já no século passado, para uma construção multifacetada em torno da unidade nacional, transformando esta em espaço de instrumentalização política para as gerações da época e para as gerações futuras. São formas e propósitos que influenciaram Hitler no nosso século. Culturalismo e geneticismo compõem um quadro praticamente intercomunicante já desde as origens do “universalismo” racista hitleriano. Gobi-neau não nasceu na década de 30 deste século, muito menos o diferencialismo lingüístico-culturalista de um Fichte ou o naturalismo lingüístico de um Herder são elaborações do pós-guerra. A ideologia expressa por Hitler em seu *Mein Kampf* deixa entrever que também ali “raça” e cultura eram idéias que se influenciavam mutuamente. Gostaria de chamar a atenção para uma passagem do volume 2 de *Mein Kampf*, no qual esta relação se evidencia. Neste contexto, cultura deve ser compreendida como “desenvolvimento espiritual” (*geistige Entwicklung*): “O Estado é um meio com vistas a um fim. Sua finalidade reside na preservação e promoção de uma comunidade física e espiritual de seres homogêneos. Esta preservação compreende em primeiro lugar a estabilidade racial e possibilita o livre desenvolvimento de todas as forças nela dormentes. *Uma parte destas forças servirá em primeiro plano para a preservação da vida física e somente a outra para a promoção de um desenvolvimento espiritual. Mas de fato uma cria sempre as condições de existência da outra*¹⁸ (o grifo é meu).

Dizer, como Chauí o faz, que o racismo “diferencialista” “prefere formas legais de separação e exclusão para não ter que chegar à violência do genocídio” (*PRINCÍPIOS* nº 29,

p. 66) só pode soar como uma sinistra banalização do que ocorre hoje na Alemanha ideologicamente chamada de “reunificada”. Marilena Chauí parece não estar atenta para o fato de que existe no cenário da Alemanha unificada uma onda de racismo chauvinista que leva centenas de pessoas ao terror da morte, sem a possibilidade da autodefesa. Como dizer que o “diferencialismo” se furta à violência se defrontamos diariamente com cenas da mais “bárbara” violência (se bárbaros eram, para os helenos, os estrangeiros, agora são os “nativos” ditos *skinheads* que querem limpar, sanear a área do lixo assimétrico “racial” e religioso-cultural, com a anuência, claro, dos poderes oficialmente constituídos) contra fugitivos e exilados políticos, que ao chegar ao paraíso do “bem-estar social” das denominadas “social-democracias” européias são recebidos por bombas molotov e pela indiferença da população “diferencialista” – ou encontram aí a morte, na pior e na mais dramática das hipóteses.

“Marilena Chauí faz uma leitura dogmática de Taguieff sem reconstruir seu núcleo central”

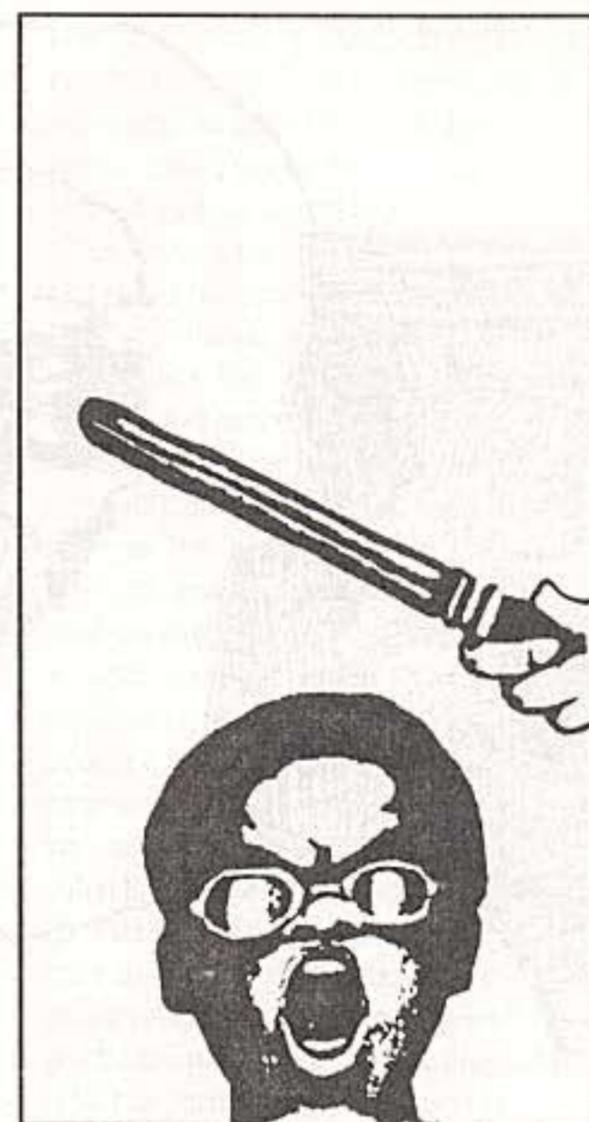
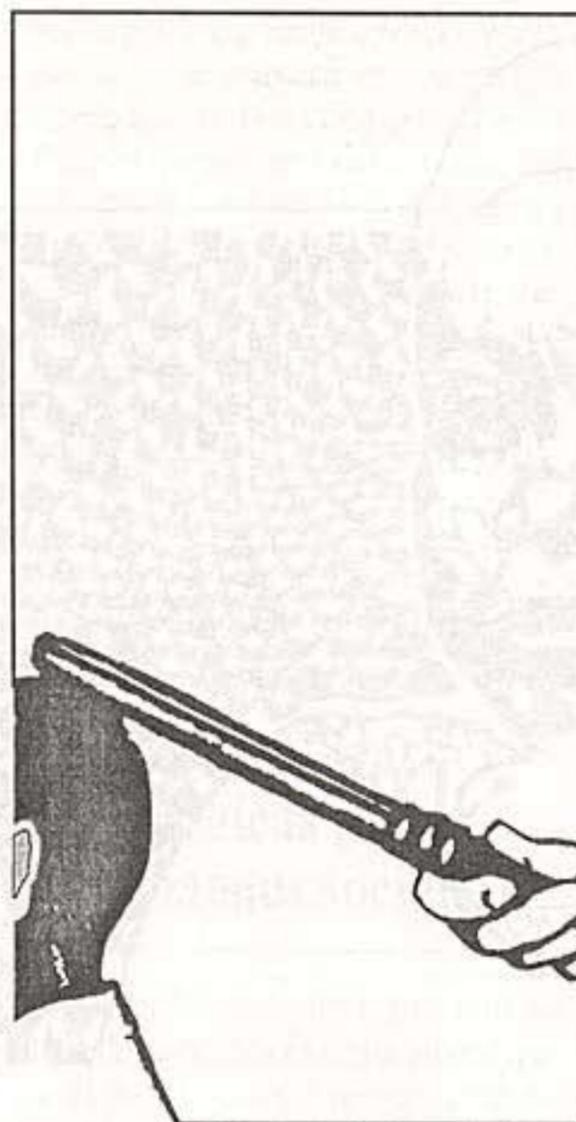
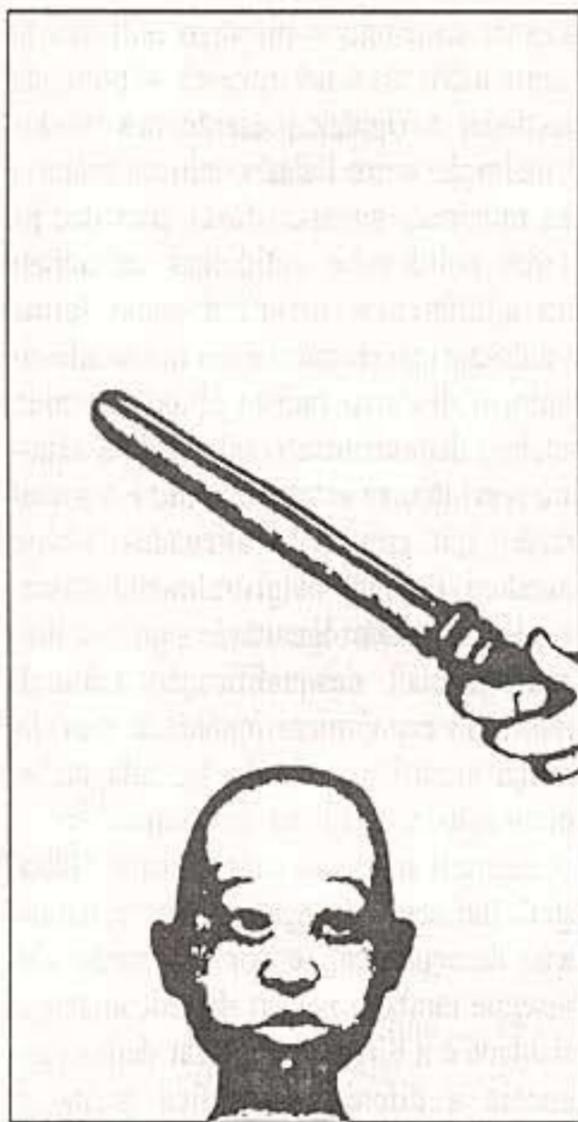
Hoyerswerda foi o começo da “nova ordem mundial” alemã, depois seguiu-se Rostock, depois veio Moelln (com três mortos) e recentemente Solingen, com cinco mulheres turcas chacinadas, somente para citar alguns dados mais destacados pela imprensa. Os ataques a estrangeiros, com mortes e ferimentos, na nova ordem “diferencialista” alemã poderiam encher páginas e mais páginas de jornais se a recorrência dos fatos não contribuísse também para transformá-los em normalidade cotidiana. Nos últimos dois anos ocorreram na Alemanha vinte assassinatos com motivações racistas e milhares (!) de ataques noturnos às residências de estrangeiros.¹⁹

Evidentemente não sou ingênuo para querer comparar a situação do presente com a situação das décadas de 30 e 40. Não devemos, entretanto, fechar os olhos para as continuidades, pois são estas que, principalmente no caso alemão, têm animado as rupturas. Com esta observação, gostaria de refutar

a posição de Chauí, segundo a qual “todos os racismos possuem em comum a idéia da nação una e indivisa no espaço e o tempo” (*PRINCÍPIOS* nº 29, p. 64). Para o caso da Alemanha unificada pós-89, pude verificar, por meio de pesquisa empírica, que ao racismo contra estrangeiros na República Federal alemã segue-se uma forma de racismo contra indivíduos pertencentes à mesma nação – os alemães da antiga Alemanha Oriental, pejorativamente chamados pelos alemães ocidentais de *Ossis*. Assim, postulei a tese de que os estrangeiros não são tomados por ameaçadores por serem tão “estranhos” (ou seja, por serem culturalmente identificados como os “outros”), mas porque, no interior de uma configuração política específica (leis restritivas, discriminação institucional, discursos e práticas políticas oficiais, meios de comunicação etc.) são transformados em objetos de projeção para a solução dos conflitos da maioria. Em outros contextos, podem integrantes da maioria, os “alemães orientais”, assumirem a função dos estrangeiros, sendo também objetos de discriminação.²⁰ Outro argumento contra a idéia de que o racismo precisa de uma “nação una no espaço e no tempo” foi fornecido por Adorno em seus *Studien zum autoritären Charakter*, em que demonstrou a existência de discriminação entre judeus residentes na Alemanha contra judeus provenientes do leste na condição de fugitivos ou de emigrantes – os pejorativamente chamados *Kikes*.²¹ Para que a afirmação de Chauí tivesse validade empírica seria necessário que os judeus, dispersos em diferentes comunidades nacionais (antes e após a criação do Estado de Israel), estivessem livres de qualquer forma de racismo na condição de agentes.

Contra o assimilacionismo à la Taguieff

Se Pierre-André Taguieff não resvalou completamente no “mar de ambigüidades”²² que ele atribui à suposta fusão de pressupostos cognitivos característicos do racismo e do anti-racismo fundados no diferencialismo cultural, isto se deve ao fato de ser o seu “universalismo” inequívoco, semelhante aos dos colonizadores portugueses na América, que “dilataram”, com a invasão de vastos territórios, tanto o império como a fé.²³ De modo semelhante Taguieff pretende, naturalmente com argumentos humanitários e civilizatórios, colonizar os “estrangeiros” que habitam o solo francês, transferindo para



estes os altos valores com os quais ele julga poder defender sua "civilização". Começamos com suas últimas palavras: "aquilo que foi pensado ou criado 'entre nós' ('entre nós franceses' – ASB) não tem nenhuma determinação interna para valer somente 'para nós' ou para ser somente para nós um valor: eis o conteúdo formal do direito à universalidade".²⁴ Vejamos como Taguieff articula sua crítica ao anti-racismo "comemorativo"²⁵ até chegar a uma tão generosa proclamação do "direito à universalidade".

Parte da crítica que Taguieff dirige ao anti-racismo²⁶ pode ser considerada legítima e necessária, como quando ele chama a atenção para o modo indiferenciado com que muitos grupos anti-racistas insurgem-se contra todas as manifestações discriminatórias, rotulando-as sem maiores esforços analíticos de "racismo". Este tipo de postura transforma o que deveria ser uma crítica metodologicamente bem fundamentada num tipo de anti-racismo moralista, uma vez que os agentes do racismo aí aparecem, não como partes integrantes de uma estrutura social, com seus complexos mecânicos de inclusão e exclusão, mas como meros objetos de censura. Esta postura reducionista do racismo denunciativo, ao personalizar as relações sociais através da censura individual a supostos "racistas", bloqueia evidentemente o trabalho de compreensão dos elementos casuais do racismo, bem como dificulta a

análise das funções internas do racismo para determinados grupos sociais.

Os problemas em Taguieff começam, entretanto, quando ele afirma que o anti-racismo culturalista, fundado na reivindicação do *respeito à diferença*, apresenta-se como um determinismo igualmente problemático, à semelhança do determinismo biológico (racista) implícito no *direito à diferença* da Nova Direita. Segundo ele, ambos os polos argumentativos aprisionam os indivíduos num determinismo, transformando-os em representantes de uma ou de outra totalidade: "seja a prisão da raça" (*Rassen-Gefaengnis*), seja o "organismo populista" (*Volks-Organismus*), seja a "cela da sociedade" (*Gesellschafts-Zelle*) ou o "cárcere cultural" (*Kultur-Kerker*), todos estes fatores transformariam, na sua opinião, as fronteiras entre o racismo e o anti-racismo em fronteiras pouco definidas.²⁷

Para Taguieff, o culturalismo diferencialista presente no discurso da esquerda anti-racista produziria necessariamente um tipo de racismo essencialista, isto porque "a invocação do direito à diferença, o apelo à 'consideração do outro' ou à identidade cultural, a reclamação por heterofilia ou 'xenofilia' (Lévinas) podem ser instrumentalizados através de atores racistas individuais ou coletivos".²⁸ Na opinião do autor, o apelo ao valor normativo da diferença, que se situa no centro das argumentações anti-

racistas, seria responsável pelo surgimento de um racismo "invertido", que teria alimentado assim o neo-racismo atual: "a *absolutização da diferença* leva à idéia de que determinados 'grupos humanos' (...) exatamente em decorrência de sua diferença radical sejam não-assimiláveis".²⁹ Note-se que assimilar, para ele, é um valor positivo.

Para Taguieff, reconhecer a diferença seria, portanto, uma forma de contribuir para a exclusão daquilo que se "diferencia absolutamente", pois para ele a categorização racista não se expressa mais atualmente através de uma classificação hierárquica fundada em termos de diferenças "raciais", mas em termos de um "critério menos brutal: o assimilável contra o não-assimilável".³⁰ Segundo ele, o discurso anti-racista, ao privilegiar o respeito à diferença, teria dado origem à idéia de que os imigrantes provenientes de contextos não europeus seriam inassimiláveis, fornecendo assim o material proto-ideológico para o neo-racismo: "O novo racismo da diferença cultural pode se representar assim como um autêntico anti-racismo, cheio de respeito pelas diferenças grupais".³¹

Na parte final de sua reflexão, Taguieff reporta-se a uma passagem constante de um texto de Castoriadis, que aqui reproduzo: "Um dia, em Paris, você descobre que o seu empregado doméstico (sic!) (trabalhador, colaborador, colega), a quem você muito preza, prepara-se para a cerimônia de inci-



são do clitóris de sua filha mais jovem. Se você não diz nada, você viola os direitos humanos (o *habeas corpus* dessa jovem moça). Se você discute com o pai, você o 'acultura' e transcende o princípio da incomparabilidade das culturas".³² Segundo Taguieff, encontramos-nos diante de um dilema entre universalismo e particularismo, diante de duas formas (antinômicas) de "corrupção ideológica": 1) ou agimos a partir do princípio de que todos os valores da civilização ocidental precisam ser incorporados por todos os homens ou; 2) não agimos nem arriscamos sequer um juízo de valor, para seguir a norma relativista do respeito a todas as formas e práticas culturais.³³ Não é difícil verificar como Taguieff vai "solucionar a antinomia". Evidentemente, ele irá optar pela primeira solução: "a solução da antinomia consiste em afirmar que determinados valores que se desenvolveram no ocidente precisam ser defendidos como universalizáveis".³⁴

Com esta reconstrução algo esquemática, gostaria de salientar que não apenas a leitura que Marilena Chauí fez de Taguieff mas também a interpretação que Taguieff faz do processo de inter-relação cultural numa sociedade que tem no racismo uma das formas centrais de estabilização de suas relações políticas precisam ser refutadas. Marilena Chauí utiliza o texto de Taguieff de modo dogmático, sem reconstruir o núcleo central a partir do qual este orga-

niza sua crítica ao anti-racismo. Taguieff, por sua vez, ao adotar a assimilação como alternativa para a superação do racismo, deixa intocado o eixo estrutural a partir do qual o racismo se articula como forma de desprezo – diria mais, de ódio – à diferença. Ele se faz cego para processos de mudanças de comportamento da maioria "étnica", uma vez que, ao julgar seus valores os únicos válidos, contribui para a legitimação e perpetuação de seu racismo latente. Ele quer fazer o racismo desaparecer ao fazer desaparecer a diferença. Ilusório seria, de todo modo, pensar que, com a assimilação religioso-cultural, o racismo tenderia a desaparecer: a cor da pele e outros indícios físicos, língua e outras evidências concretas poderiam continuar funcionando como elementos de constituição de diferenças, gerando a exclusão daqueles que não são reconhecidos como legítimos "franco-franceses".³⁵ A crítica de Taguieff se torna estéril onde ele não consegue distinguir o núcleo sócio-histórico específico, qualitativamente distinto, nas duas formas de articulações diferencialistas. O discurso diferencialista anti-racista pretende respeitar a diferença para *incluir*, para negar a colonização autoritária dos estrangeiros; o discurso racista diferencialista, pelo contrário, pretende *excluir*, rebaixando o elemento "discrepante" à condição de culturalmente inferior, para fazer prevalecer a sociedade etnicamente hierar-

quizada; enquanto o discurso anti-racista – com todos os seus reverses – pretende questionar a rigidez presente nos modos de interação entre Estado, entre a maioria e as minorias, tentando fazer com que as esferas políticas e cotidianas se abram para a diferença, inclusive como forma de auto-enriquecimento e de autoconhecimento, o discurso racista abdica de todo princípio democrático, condenando a maioria à servidão, ao estranhamento e à socialização sob condições alienadas. Como Annedore Prengel magistralmente observa, "diferença sem igualdade significa hierarquia social, desqualificação cultural, exploração econômica; igualdade sem diferença significa assimilação, adaptação, sincronização, exclusão do 'outro'".³⁶

Taguieff não consegue separar "ideologia" (no sentido negativo) de "reivindicação democrática", e por esta razão não consegue também pensar dialeticamente a igualdade e a diferença. Pensar democraticamente a diferença significa aceitar a pluralidade cultural como riqueza, da qual todos podem tirar algum proveito. Diferenças culturais não existem nunca em estado puro (como o quer Taguieff), mas descrevem processos dinâmicos e se influenciam mutuamente. Não existe nunca o lugar de uma unidade original. Todas as culturas são perpassadas por relações de dominação, no interior das quais os conflitos de interesses ocupam um lugar privilegiado. Uma política democrática da diferença só pode ser construída como uma política cosmopolita e não orientada em bases separatistas ou nacionalistas³⁷ – mesmo que estas últimas venham travestidas de "universalismo".

Com seu universalismo etnocêntrico (assimilacionista), Taguieff resvala em novas contradições: o conceito de assimilação tem origem na história da "biologia" do século XVI, que se referia a processos de absorção e incorporação de organismos vivos. Como salienta Bauman, "assimilação relacionava-se inequivocamente à transformação provocada de fora, nunca a uma mudança autoproduzida; referia-se a uma ação de adaptação de organismos vivos a um meio ambiente passivo. Significava 'transformar sua própria natureza através de uma substância' ou 'a transformação de um animal ou de uma planta, de uma matéria, em líquido ou em material idêntico'. (...) O organismo ao mesmo tempo como *causa finalis*, *causa formalis* e *causa efficiens* do processo e de seus resulta-

dos".³⁸ Ao prosseguir suas argumentações, Bauman fornece-nos material para estabelecermos elucidativas analogias: "Este processo transformou o conceito biológico em conceito extremamente útil para novas funções sociais e semânticas. (...) A função metafórica incluiu a nova acentuação da uniformidade, que se expressou através das amplas cruzadas culturais que deram origem ao novo, moderno Estado nacional. Esta orientação antecipou a subsequente intolerância diante das diferenças".³⁹ Do mesmo modo que na biologia, Taguieff postula a universalização dos valores de modo unilateral, sem que a influência do elemento "assimilado" seja sequer cogitada. Em vez de refletir as condições, no interior das quais se encontram a maior parte da população de imigrantes, e de se perguntar sob quais condições eles devem (e podem objetivamente) incorporar os novos valores característicos de uma sociedade industrial moderna, ele se limita à pregação de mandamentos abstratos, que são dirigidos exclusivamente às minorias étnicas. É o caso de perguntar se os valores universais que ele defende não devem também ser adotados pela maioria étnica, de forma que o *habeas corpus* dos estrangeiros, emigrantes e exilados políticos pudesse ser garantido, não apenas por dispositivos constitucionais abstratos, mas pelo respeito humano à vida e ao direito de autodeterminação de todos os membros da comunidade.

ARIM SOARES DO BEM é mestre em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicação e Artes da USP, doutorando em Filosofia pela Universidade de Berlim e professor convidado do Instituto Latino-Americano da Universidade Livre de Berlim para a cadeira de Sociologia – Racismo Comparado Brasil-Alemanha.

Notas

- (1) A respeito do colonialismo alemão vide especialmente o capítulo V, "Die Epoche des Wilhelminismus". In: Goettermaker, Manfred. *Deutschland im 19. Jahrhundert – Entwicklungslinien*. Bundeszentrale fuer politische Bildung, Band 274, Bonn, 1989.
- (2) Vide a este respeito Soares do Bem, Arim. "Para uma crítica da política de integração da segunda geração de estrangeiros na Alemanha". In: *Comunicação & Política na América Latina* nº 17, Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, São Paulo, 1993.

- (3) Vide Balibar, Etienne. "Der Rassismus: auch noch ein Universalismus". In: Bielefeld, Uli (org.). *Das Eigens und das Fremde. Neuer Rassismus in der Alten Welt?* Junius, Hamburgo, 1991.
- (4) Vide a este respeito Guillaumin, Colette. "Rasse. Das Wort und die Vorstellung". In: Bielefeld, Uli (org.). Op. cit.
- (5) Leiprecht, Rudolf. "da baut sich ja in uns ein Hass auf...". Zur subjektiven Funktionalität von Rassismus und Ethnozentrismus bei abhaengig beschaefigten Jugendlichen. Edition Philosophie und Sozialwissenschaften 19, Argument, Bamberg/Berlin, 1990, p. 23. Todas as citações constantes deste texto foram por mim traduzidas do original alemão para o português.
- (6) Vide a este respeito Costa-Lascoux, Jacqueline. "Gesetze gegen Rassismus". In: Bielefeld, Uli (org.). Op. cit., p. 287.
- (7) Willis, Paul, edição original: *Learning to labour. How working class kids get working class jobs*. Saxou House, 1977; edição alemã: *Spas am Widerstand – Gegenkultur in der Arbeiterklasse*, Syndikat, Frankfurt/Main, 1982.
- (8) Soares do Bem, Arim. "Kreuzberger Jugendliche zwischen Revolte und Autoritarismus". In: *Das Argument* nº 191/1992.
- (9) Remeto o leitor a um excelente trabalho de reconstrução histórica sobre o preconceito racial em Portugal no séc. XVI e séculos seguintes, onde se encontra um rico material para se refletir a questão da transferência do racismo para o Brasil Colônia. Tucci Carneiro, M. Luiza. *Preconceito racial – Portugal e Brasil Colônia*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1988.
- (10) Jaeger, Margret e Jaeger, Siegfried. "Rassistische Alltagsdiskurse – Zum Stellenwert empirischer Untersuchungen". In: *Das Argument – Zeitschrift fuer Philosophie und Sozialwissenschaften* nº 195/1992.
- (11) Mueller, Jost. "Rassismus und Nationalismus der 'Neuen Rechten' in der Bundesrepublik – Die Aktualisierung der 'Konservativen Revolution' in Kontext des Neo-Rassismus". In: *Das Argument*, nº 195/1992, p. 723.
- (12) Guillaumin, Colette. "Rasse. Das Wort und die Vorstellung". In: Bielefeld, Uli (org.), op. cit.. Vide, a este respeito, da mesma autora, "Zur Bedeutung des Begriffs 'Rasse'". In: *Rassismus und Migration in Europa*. Institut fuer Migrations und Rassismusforschung (org.), Hamburgo, 1992.
- (13) Pêcheux, Michel. "Ueber die Rolle des Gedächtnisses als interdiskursives Material. Ein Forschungsprojekt im Rahmen der Diskursanalyse und Archivlektüre". In: Geier, Manfred; Woetzel, Harold (org.). *Das Subjekt des Diskurses*, Argument Sonderband nº 98, Berlim, 1983.
- (14) Benoist, Alain de. "Rassismus – Was is das?" In: Ulbrich (org.), p. 208.
- (15) Citação extraída de Schwierskott, Hans-Joachim. Arthur Moeller van den Bruck und der Revolutionaere Nationalismus in der Weimarer Republik, Goettingen, Berlim/Frankfurt, 1962, p. 103.
- (16) Miles, Robert. "Die Idee der 'Rasse' und Theorien ueber Rassismus: Ueberlegungen zur britischen Diskussion". In: Bielefeld, Uli (org.), op. cit., p. 195.

- (17) Kalpaka, A.; Raethzel, N. "Wirkungsweisen von Rassismus und Ethnozentrismus". In: *Die Schwierigkeit, nicht Rassistisch zu sein*, Berlim, 1986, p. 86.
- (18) Hitler, Adolf. *Mein Kampf*. Zentralverlag der NSDAP, Franz Eher Nachf., GmbH, Munique, 1942.
- (19) Taz. Sonderheft "Rostok, Moelln, Solingen – Nachbarn und Moerder", Berlim, 1/93, p. 36.
- (20) Soares do Bem, Arim. "Kreuzberger Jugendliche zwischen Revolte und Autoritarismus", op. cit.
- (21) Adorno, Theodor W. *Studien zum autoritaeren Charakter*, Suhrkamp, Frankfurt/Main, 1973, p. 132. Vide também o subtítulo "Dois tipos de judeus", pp. 129-135.
- (22) Taguieff, Pierre-André. "Die Metamorphosen des Rassismus und die Krise des Antirassismus". In: Bielefeld, Uli (org.), op. cit., p. 249.
- (23) Bosi, Alfredo. *Dialética da colonização*, Companhia das Letras, São Paulo, 1992, p. 15.
- (24) Taguieff, Pierre-André, op. cit., p. 259.
- (25) Idem, ibidem, p. 226.
- (26) Taguieff não especifica qual a corrente do anti-racismo que critica. Se ele se entende também como um anti-racista, então poder-se-ia falar de pelo menos dois tipos de anti-racismo francês. Com uma tal classificação, deixar-se-ia de considerar grupos ou autores individuais que têm posturas práticas ou teóricas opostas.
- (27) Taguieff, Pierre-André. Op. cit., p. 239.
- (28) Idem, ibidem, p. 242.
- (29) Idem, ibidem, p. 242.
- (30) Idem, ibidem, p. 243.
- (31) Idem, ibidem, p. 249.
- (32) Idem, ibidem, p. 256. O texto de C. Castoriades a que Taguieff se refere foi publicado em *Connexions: Psychosociologie, Sciences humaines* nº 48, sob o título "Notations sur le racisme", p. 107-118.
- (33) Taguieff, Pierre-André. Op. cit., p. 256.
- (34) Idem, ibidem, p. 257.
- (35) Etienne Balibar comenta ironicamente: "Primariamente dever-se-ia reconhecer através de algum critério seguro de comportamento ou da aparência física quem é o 'verdadeiro cidadão': o 'franco-francês', o 'inglês britânico', o real alemão 'germânico'". In: Balibar, Etienne; Wallerstein, Immanuel. *Rasse Klasse Nation, Ambivalente Identitaeten*, Argument, Hamburgo/Berlim, 1990, p. 76.
- (36) Prengel, Annedore. "Annaehrung an eine egalitaere Politik der Differenzgedanken gegen Sexismus und Rassismus". In: *Beitraege zur feministischen Theorie und Praxis*, 27/1990, p. 131.
- (37) Idem, ibidem, p. 130.
- (38) Bauman, Zygmunt. "Moderne und Ambivalenz". In: Bielefeld, Uli (org.), p. 37.
- (39) Idem, ibidem, p. 37.



Origens, modalidades e formas de racismo

MARTINIANO J. SILVA

Do racismo explícito da Antigüidade ao racismo mascarado à brasileira, os períodos históricos revelam-se interessantes para a compreensão da desigualdade entre os homens

Apresentar as várias modalidades de racismo e suas formas de atuação, no Brasil e na diáspora, contra povos negros ou não, exige, de início, que se tente desvendar as suas origens históricas e o seu polêmico significado.

Há pelo menos três maneiras de abordar o racismo: a atitude histórica, que considera o racismo uma ideologia que se constituiu apenas no século XIX, quando a idéia de raça, em sentido biológico e genético, tornou-se critério social e político de diferenciação; a atitude a-histórica, que considera o racismo uma forma milenar e difusa de estabelecer diferenças, classificações e hierarquias entre os seres humanos; e a atitude que opera com análise de ideologias e as considera temporais e dinâmicas, portanto sujeitas a transformações históricas, de tal modo que o racismo difuso dos gregos e romanos, na Antigüidade, ou o racismo explícito do século XIX sejam momentos de uma história ideológica.¹

Nota-se também que há divergências sobre a origem da palavra *raça*, da qual se deriva racismo, com as suas implicações ideológicas, lingüísticas, históricas, genéticas etc., chegando a se justificar em fundamentos consuetudinários, jurídicos, econômicos, religiosos e científicos.²

Para alguns historiadores, o racismo surgiu com o colonialismo, sendo filho, portanto, das imposturas e indecências do capitalismo. Eric Williams chega a dizer que "a escravidão não nasceu do racismo; ao contrário, o racismo foi a consequência da escravidão".³ O próprio vocábulo racismo,

que o mestre Aurélio registra como doutrina que sustenta a superioridade de certas raças, resulta da falsidade científica defendida por inveterados racistas, destacando-se, entre outros, o conde Arthur Joseph de Gobineau, H.S. Chamberlain e Robert Knox, cujas obras editadas no século XIX cristalizaram o chamado "racismo científico". Vale dizer que os principais teóricos do racismo, no âmbito ideológico-científico, são o francês Gobineau e o inglês Chamberlain, daí *racisme* e *racism*, registrados por Aurélio.

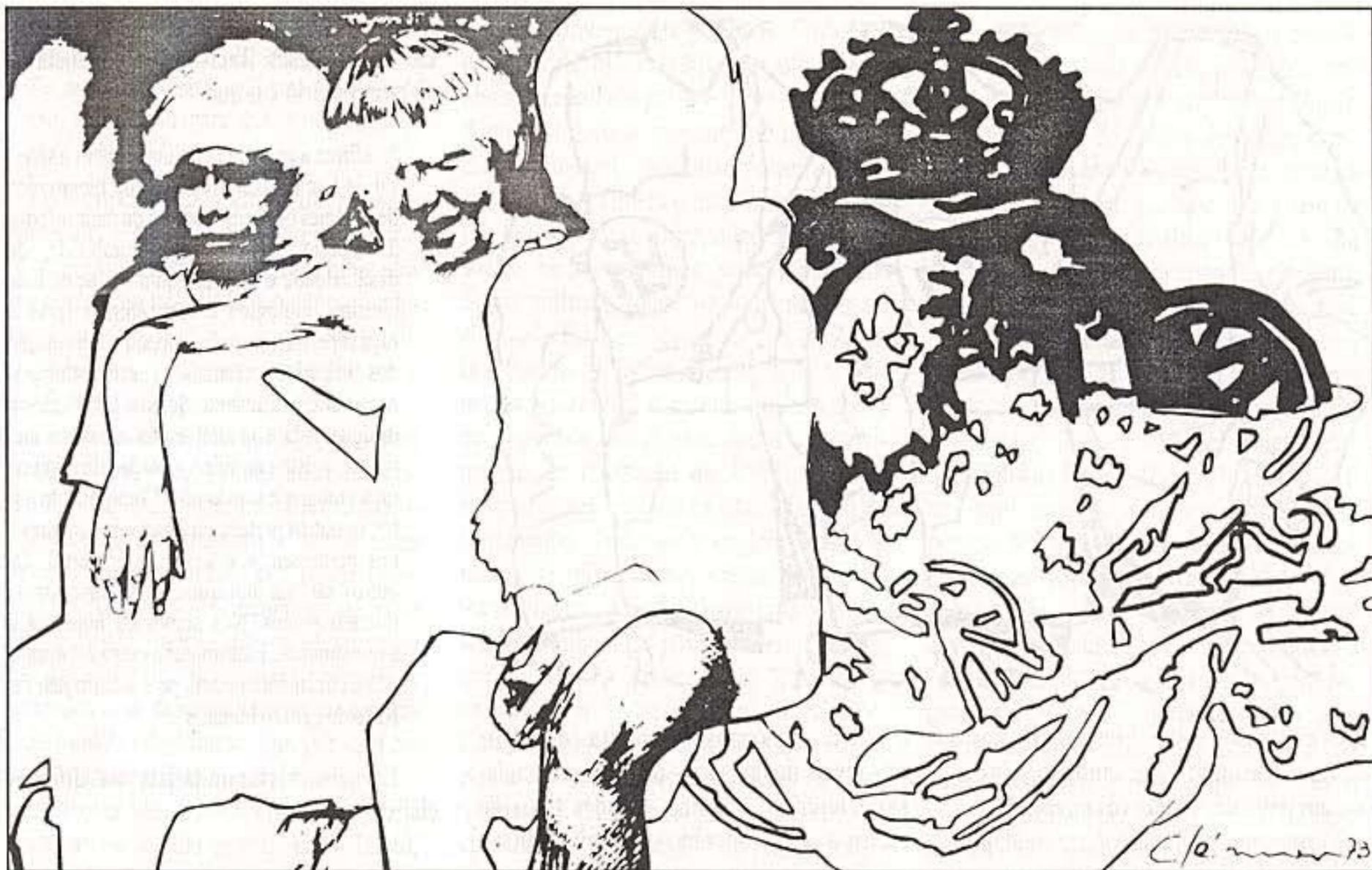
No século passado, o etnocentrismo euro-ocidental destacou-se como uma perigosa arma ideológica a serviço do imperialismo, mas o estigma contra os negros tem origens bem mais remotas. Há uma idéia negativa e convenientemente elaborada a respeito dos povos negros com raízes na Antigüidade clássica, conforme assinala o insuspeito Kapengele Munanga. De acordo com esse pensamento, os seres humanos negros não se transformaram em escravos apenas por causa da cor ou da diferença de cores e o racismo não decorreu somente do interesse econômico – no qual aliás alcança níveis e requintes os mais absurdos e cruéis.

As raízes históricas do racismo antecedem o regime escravocrata e a sociedade de classes. Muito antes dessa fase, incrivelmente acumuladora de capital, a própria história grega já tratava os negros como verdadeiros monstros. Sobre os negros africanos, escreveu o historiador grego Heródoto: "São seres que se alimentam de gafanhotos e de cobras, partilham as mesmas esposas e

se comunicam através de gritos agudos, como os morcegos".⁴ Ainda nesse sentido, o etnólogo Kapengele Munanga afirma que a "...idéia de gente sem cabeça ou com chifre na testa, com cabeça no peito ou com um olho na testa, gente com o rosto do cão faminto e coisas desta natureza dominam os escritos ocidentais sobre a África nos séculos XV, XVI e XVII".⁵

Na ciência, no âmbito filosófico, na teologia etc., a velhíssima idéia perversa e maligna contra os negros não é muito diferente, como se pode verificar no pensamento político e filosófico de luminares da Antigüidade. Aristóteles, por exemplo, que minimizou tanto a mulher ao ponto de chamá-la de "homem imperfeito", interpretou a escravidão como algo que faz parte da natureza e mencionou duas raças de homens: uma para mandar e ser servida, outra para servir e ser dominada. Para ele, o escravo nasceu para ser escravo e é na sua função de escravo que realiza a finalidade para a qual existe. Vai mais longe: vê no escravo apenas um instrumento vivo, que não tem direitos perante quem o utiliza.⁶ Certos interpretadores de nossa história social, de tão comprometidos com os interesses dominantes, confirmam esse pensamento ao defender a tese de que seríamos um povo cordial e conformado.

Os escritos dos sábios talmúdicos do século VI, portanto anteriores à "descoberta" da África e à dominação das Américas pelos europeus, também transmitiam uma idéia negativa a respeito dos povos negros. Eis um texto infamante:



“E já que você me desrespeitou (...) fazendo coisas feias na negrura da noite, os filhos de Canaã nascerão feios e negros! Ademais, porque você torceu a cabeça para ver a minha nudez, o cabelo de seus netos será enrolado em carapinhas e seus olhos serão vermelhos; outra vez, porque seus lábios ridicularizaram a minha má fortuna, os deles incharão; e porque você descuidou de minha nudez, eles andarão nus, e seus membros masculinos serão vergonhosamente alongados! Os homens dessa raça serão chamados negros, seu ancestral Canaã os mandou amar o roubo e a fornicção, juntarem-se em bandos para odiar os seus senhores e nunca dizer a verdade”.⁷

Essa aviltante e incrível imagem atribuída aos negros, que a participação religiosa, por irônico que pareça, só conseguiu “complicar”, nos remete a velhos argumentos de natureza lendária. Segundo uma lenda hebraica, nascida do mito camítico, os negros africanos descendem de Cam, filho de Noé, que foi amaldiçoado pelo pai por causa de sua irreverência para com ele, ao assumir uma postura indecente. Por isso destinou-se ao sofrimento (“saber sofrer é uma forma de ser feliz”, dizem “demiurgos” e anacrônicos escravistas) no tórrido e horrível continente africano, como aliás assevera o livro bíblico: “Amaldiçoado seja Canaã; dos seus irmãos será o mais vil dos escravos”. (cf. Gn 9,27)

Mesmo sem retomar o pensamento da Antigüidade ou da Idade Média, é fácil concluir que não há contradição em ser cristão e proprietário de escravos – e mantê-los à abundância em fazendas pertencentes a instituições religiosas. (Aliás, a escravidão presente em grande parte do texto bíblico já mereceu tese de doutoramento: “A escravidão na Bíblia”, de Calisto Vendrame, 1981). Pode-se então afirmar que o escravismo mediterrâneo, conforme elucidado Jacob Gouderer,⁸ provém de expressões literárias e ideológicas de dois povos diferentes: os judeus e os gregos. O Eclesiastes, por exemplo, um dos livros do Antigo Testamento, recomenda que se dê “ao escravo pão, correção e trabalho”, o que obviamente não difere do ensinamento do festejado pensador Aristóteles, que apontou três coisas a serem consideradas no escravo: “o trabalho, o castigo e o alimento”.

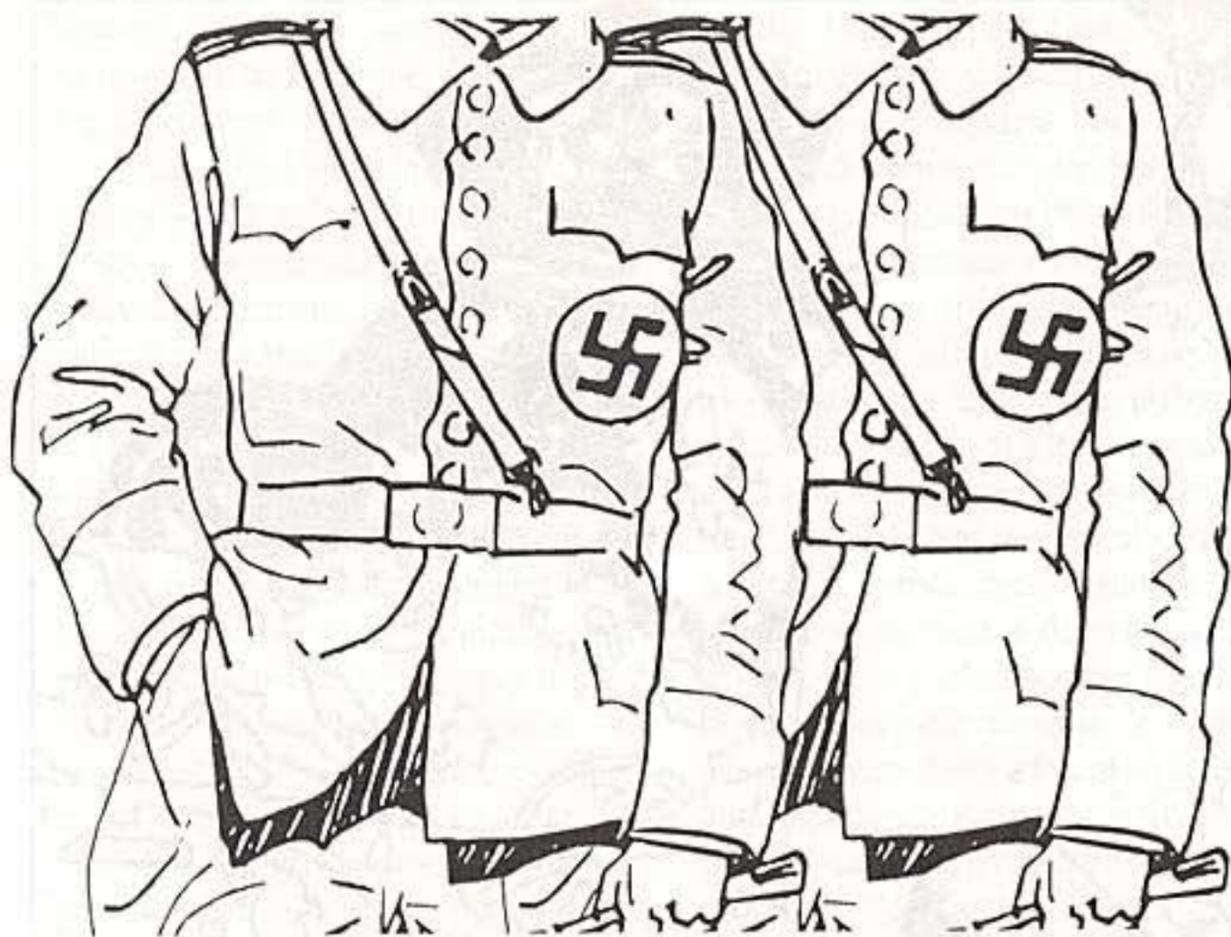
É forte e infamante esse estigma contra os negros, tanto de um lado como de outro do Atlântico. No primitivo e mais remoto processo de valorização das cores, a negra ou “preta” foi maldosamente identificada com o Diabo, inclusive no ambiente religioso, passando a representar, pelo mundo afora, o mais lídimo chefe dos demônios, o mais arguto gênio do mal e, até os nossos dias, tudo o que existe de ruim,

todo tipo de miséria. Por isso, os altos valores históricos, religiosos, ideológicos, éticos, estéticos etc. seriam exclusivamente brancos. Em suma, o fenômeno denominado “cultura”, seja de ordem material, seja “espiritual”, para ser reconhecido, ter valor e prestígio precisa estar identificado e de acordo com os desejos “santos” dos povos brancos. Certamente por esse motivo, até hoje o negro é a representação de quem não entra no céu. Os versos a seguir, declamados com freqüência no sudeste de Goiás, ilustram a assertiva:

*Negro não vai pro céu,
nem que seja rezador.
Quem tem cabelo duro
espeta Nosso Senhor.*

Essa idéia difundida nas Américas com o rótulo de “inferioridade africana” é denominada racismo individual por quase todos os autores, e dela derivam outras modalidades, destacando-se o racismo institucional e o cultural,⁹ temas que já fazem parte de estudos de psicologia social em vários países, como os Estados Unidos.

O *racismo individual*, ou modalidade individual, evidencia-se nos estereótipos mais estranhos, nas atitudes, nos comportamentos e até nos interesses pessoais que es-



Marilena Chauí e Taguieff, vejamos o que são tais discursos. Racismo universalista ou discriminatório é o que

“...afirma a existência de um modelo universal de humanidade numa escala hierárquica de espécies ou raças, que vão da mais inferior à superior; afirma a naturalidade da desigualdade e da hierarquia de raças. Este racismo, biológico e etnocêntrico (pois a raça superior é a minha), presidiu a formação dos impérios coloniais, a escravatura, o nazismo e o fascismo. Seus axiomas são: a desigualdade é natural e nós somos os melhores; existe um único e verdadeiro tipo ou raça humana e somos nós. Como diz um autor, os outros pertencem a raças particulares e nós pertencemos e somos o universal. Os outros são não-humanos, semi-humanos ou quase-humanos. Nós somos os humanos e a humanidade. Exterminar o outro é natural e não é eticamente imoral, pois o outro não faz parte do gênero humano”.¹²

E racismo comunitarista ou diferencialista

“...é o racismo contemporâneo que se apropriou dos pontos centrais do anti-racismo, isto é, que raça não é natureza, mas cultura ou etnia, e que todos temos o direito à diferença. Agora, afirma-se o caráter sagrado da comunidade, a identidade do grupo ou da nação, a obrigação de defender a integridade, a identidade e a especificidade da nação ou comunidade e, portanto, sua diferença. Cada comunidade-nação tem sua tradição, sua história, seus costumes, sua origem, sua língua, sua religião, sua sexualidade – essa diferença tanto pode ser genético-hereditária quanto puramente histórico-cultural, pois o importante não é a causa ou origem dessa diferença e sim sua existência visível (vejo a diferença da cor da pele, da textura da pele e do cabelo, dos gestos culinários, do modo de vestir, do formato dos olhos, dos deuses adorados, das formas de parentesco e de casamento, da música, da dança, da pintura, dos modos de pensar, a diferença é um fato dado, o outro é um fato dado). Ora, cada comunidade-nação (por ser tomada como mito e não como criação histórica) tem sua verdade própria, milenar, tem sua língua materna, seus símbolos pátrios, seus costumes. Cada Estado-nação existe, desde todo o sempre, como uma realidade cultural inquestionada. É obrigação de cada um deles preservar sua diferença, sua alteridade, sua autenticidade. Portanto, somos contra a imigração, a migração, a mestiçagem, o sincretismo religioso, o sincretismo nas artes, a importação de idéias, pois tudo isto retira de nossa comunidade nacional sua vida verdadeira. Se

tão socializados entre brancos, negros e indivíduos de outros segmentos sociais (somos um povo de “mente colonizada”).

O *racismo institucional*, ou modalidade institucional, é claramente demonstrado em dados oficiais, como os fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O negro, o índio, o judeu, o cigano, os retirantes, os bóias-frias, os garimpeiros, os peões, os mendigos, os bêbados, os gigolôs, os homossexuais, a mulher – sobretudo negra – e toda sorte de marginalizados, destituídos e enfeitados, são oculta ou abertamente discriminados em nosso sistema de trabalho, na Justiça, na Economia, na Política e nas demais instituições.

O *racismo cultural*, ou modalidade cultural, que traz elementos do racismo individual e do institucional, manifesta-se nos valores, nas crenças, na religião, na língua, na música, na filosofia, na estética etc. Exemplos clássicos foram as atitudes que extirparam e eliminaram a cultura indígena, como as leis portuguesas – e portarias, bandos, avisos, ordens –, destacando-se a provisão de 1727, que proibia o bilingüismo no Brasil – e, conseqüentemente, impedia que o índio falasse a sua própria língua, denominada “língua geral” pelos jesuítas. Como não poderia deixar de acontecer, essa língua geral – guarani, tupi da costa, nheengatu, ou “língua boa”, que é como os índios chamavam a sua fala, que haveria de ser a nossa – foi dizimada pelo sistema repressor colonial-imperialista.

Pierre André Taguieff, citado pela brilhante Marilena Chauí,¹⁰ ao escrever sobre

o novo nacionalismo racista distingue três níveis de racismo – primário, secundário e terciário – e dois grandes tipos de racismo contemporâneo – universalista, ou discriminatório, e comunitarista, ou diferencialista.

O *racismo primário* é um fenômeno psicossocial, emocional ou passional, sem qualquer elaboração ou justificação; corresponde ao que chamo de mito. Há uma mitologia racista, que é um estado de espírito passional, irracional, que exprime medo e cólera, terror e ódio. O *racismo secundário*, que consiste no etnocentrismo, é um fenômeno psicossocial mais sofisticado. O *racismo terciário* é o que desenvolve justificativas científicas – no século XIX e início deste século, a justificativa vinha da biologia e da genética; atualmente, vem da antropologia e da psicologia social. Curiosamente, esses três níveis de racismo têm como adversários argumentos anti-racistas, que na maioria das vezes são também racistas.

Assim, além dos níveis demonstrados, o discurso racista se distribui em tipos, conforme ensina Taguieff: o *racista universalista*, filho bastardo da Revolução Francesa, ou do que os marxistas chamam de revolução burguesa, que se fez presente sobretudo no século XIX e no século XX, até os anos 60; e o *racista comunitarista* ou *diferencialista*, que segundo os autores citados¹¹ se evidencia sobretudo no final deste século, como filho bastardo do pós-modernismo. Também, estranhamente, estes dois tipos são legitimados pelos discursos anti-racistas. Ainda conforme

os imigrantes, os migrantes, os negros, os índios, os judeus tiverem amor à sua diferença e à sua comunidade, serão os primeiros a concordar conosco. Como a negritude, como a indianidade, como a orientalidade, como o arabismo e o judaísmo haverão de permanecer em sua pureza e integridade, se deixarmos imigrações, migrações e miscigenações acontecerem? Para o nosso bem e para o bem dos outros, respeitemos o direito democrático à diferença. Sem dúvida, somos desiguais e ninguém há de negar que alguns são superiores a outros, mas ninguém precisa ser exterminado, desde que não venha contaminar a minha diferença. Os movimentos nacionalistas ganham a tonalidade do fundamentalismo religioso porque a religião é a mais pura e autêntica guardiã da raça — muçulmanos (e suas divisões), católicos (e suas divisões), ortodoxos, judeus, budistas, cada religião exprime a nação e a raça, no mesmo momento em que o Estado nacional está desaparecendo”.¹³

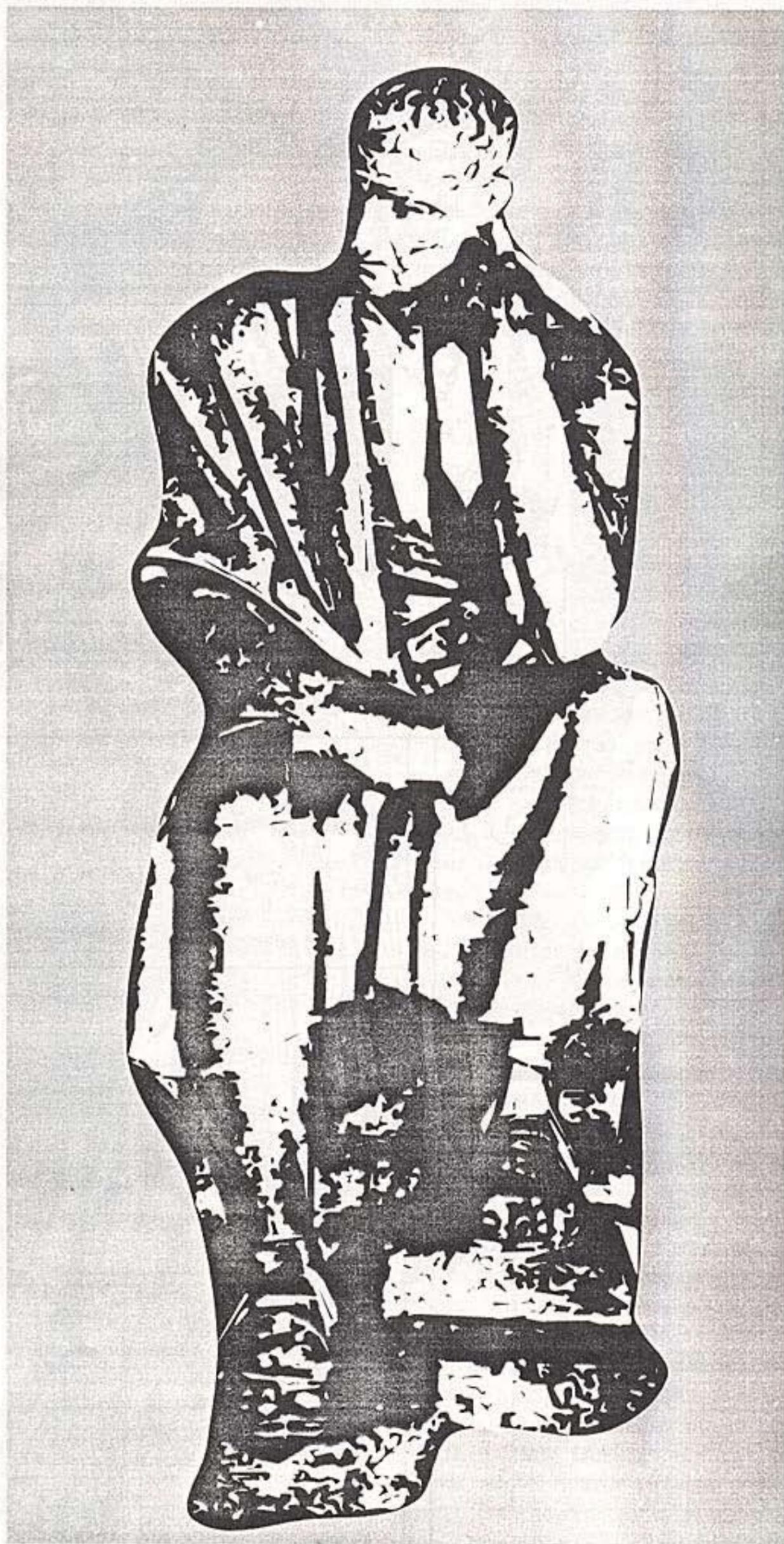
Quer dizer, o racismo universalista, etnocêntrico, rumava para a escravatura e para o genocídio, efetivando a violência física, fundado nos valores mais caros à democracia nascida da Revolução Francesa: o indivíduo e a universalidade; enquanto o discurso racista comunitarista e/ou diferencialista é xenófobo e prefere formas legais de separação e exclusão, “para não ter que chegar à violência do genocídio,”¹⁴ fundado, por ironia histórica, nas duas principais armas que as minorias criaram para sua autodefesa anti-racista: a comunidade e a alteridade. O primeiro efetivou principalmente a violência física, trazendo o genocídio, o extermínio; enquanto o segundo, embora alcance o mesmo objetivo, age de maneira simbólica, incrivelmente disfarçada. Apesar de históricos e conceitualmente diferentes, todos os racismos, consoante os autores citados,

“...possuem em comum a idéia da nação una e indivisa no espaço e no tempo; a idéia de raças inferiores e superiores por hereditariedade; o conservadorismo reacionário, antidemocrático e autoritário. São ideologias etnocêntricas e xenófobas. São ideologias biológicas, psicológicas e políticas. São nacionalistas e erguem mitos nacionais, operam com a identidade nacional mítica, o caráter nacional mítico”.¹⁵

Realmente, das modalidades mencionadas deriva toda uma gama de modelos e subespécies discriminatórias, cuja existência sempre decorre de emergenciais interesses político-ideológicos e econômicos.

Essas subespécies são as atitudes racistas em seus traços mais visíveis, e os piores exemplos são o nazismo, o apartheid (ora formalmente eliminado) e o sionismo, que também por ironia histórica foi transfor-

mado em uma subespécie racista muito eficiente. Ao lado da modalidade ou subespécie ecológica, ainda em elaboração teórica, aí estão as mais perigosas manifestações de racismo do mundo moderno,



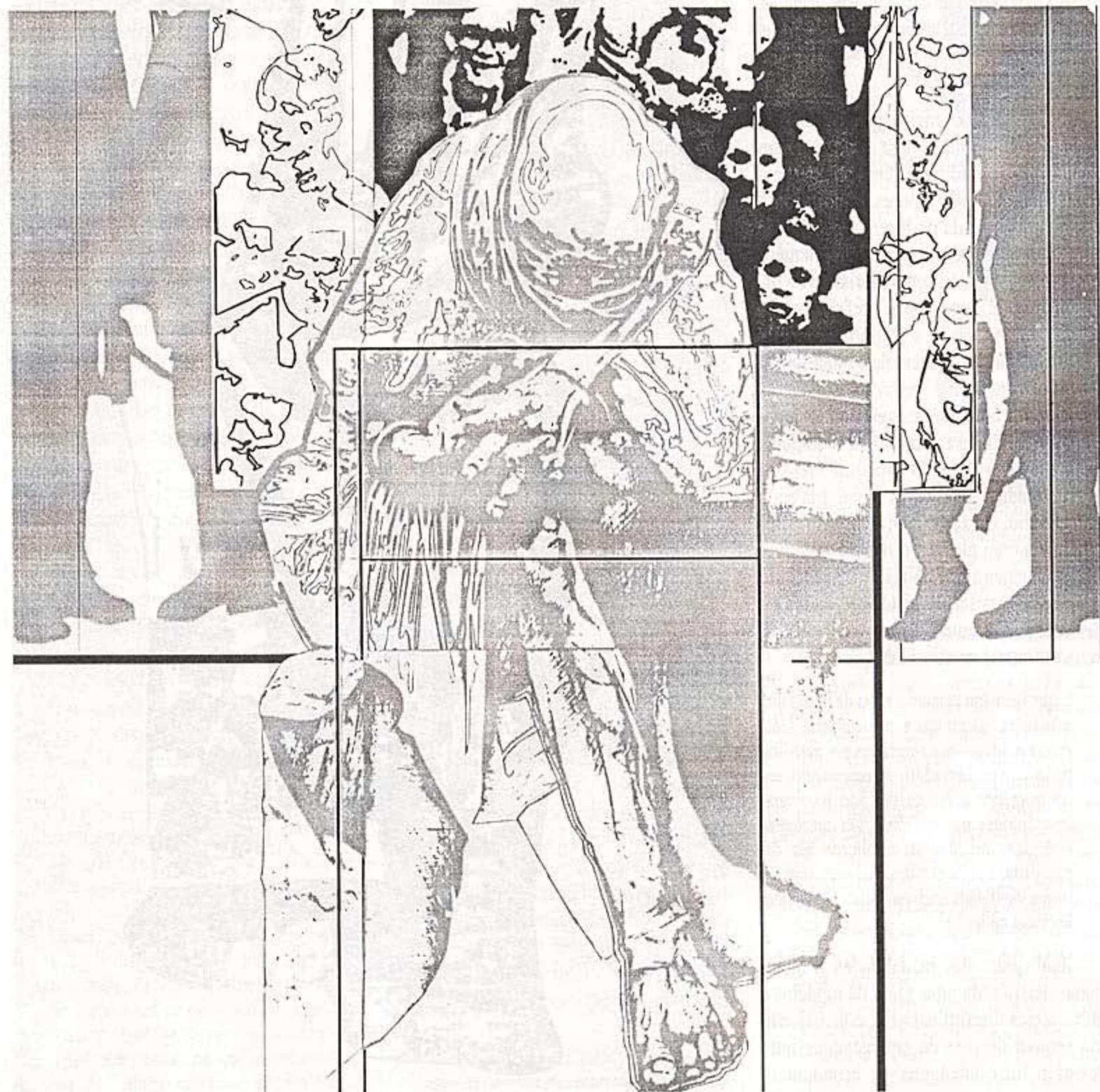
que por isso merecem as mais variadas e polêmicas interpretações, inclusive a recente concepção histórico-filosófica de se elaborar um discurso não-racista, oposta aos anacrônicos e convenientes discursos antira-cistas, dos quais se deriva uma das formas mais sutis de racismo, o neo-racismo do direito à diferença.

Nazismo – Mesmo abominado e repreendido pela Comunidade Universal e com seus crimes sentenciados e condenados pelo Tribunal Militar (TMI) de Nuremberg, o nazismo continua vivo, fundado sobretudo no chamado direito à diferença. É portanto inimigo da verdadeira democracia e não tolera qualquer iniciativa ou articulação política dos oprimidos, mormente do chamado Ter-

ceiro Mundo. Está por isso ao lado da “nova ordem” mundial, imaginada e forjada pelos homens do *haver*, que sonha, engendra e reproduz catástrofes, como um Estado Policial Econômico e Militar da Terra, no qual só os mais ricos possam comandar e manipular os interesses dos mais pobres. Depois da “destruição” do Muro de Berlim, essa “nova ordem” está construindo um novo muro, invisível mas bastante palpável: o muro do racismo, da xenofobia e do neonazismo. Um muro da vergonha, que como um relógio digital está em todas as esquinas do mundo.

Sionismo – Movimento nacionalista judaico, cujo propósito era fundar um Estado na Terra Santa, como pátria do povo judeu. Fundado em 1897, o sionismo alcançou seu

principal objetivo político com a criação, em 1948, do Estado de Israel. Desde então, concentrou-se em proporcionar ajuda financeira a Israel, sustentando imigrantes judeus de todo o mundo que para lá se dirigiram e educando judeus da diáspora. Segundo o jornalista e jurista russo Vichinsky Mikhail Pavlovitch,¹⁶ o que se justificava como instituição de efetivo estudo, defesa e resgate da cultura judaica foi transformado “numa doutrina oficial de arbitrariedade e aventuras militares incessantes dos círculos dirigentes de Israel no Próximo Oriente”. Além disso, o que dizer dos muitos anti-semitismos através da história? Recentemente, com a ajuda de alguns países, árabes e judeus assinaram um acordo de paz.



Apartheid – Com a recente eleição de Nelson Mandela à presidência da África do Sul, o apartheid vira uma triste lembrança de uma variante moderna do nazismo, no que ele tinha e tem de mais abominável. Em língua holandesa e em sentido político-ideológico, significa separação, ou anacrônica manutenção da supremacia de uma aristocracia branca, baseada numa rígida hierarquia de castas raciais, para as quais existe uma correlação direta entre a cor da pele e possibilidades de acesso aos direitos e ao poder social e político. Ainda, como o define mestre Aurélio, apartheid “é o sistema oficial de segregação racial praticada na África do Sul para proteger a minoria branca”. Suas raízes fazem parte do desenvolvimento histórico da sociedade sul-africana, com a chegada (1692) e a expansão dos europeus, que passaram a discriminar e eliminar as populações autóctones.¹⁷

A grosso modo, eram 25 milhões de negros segregados e dominados militar, cultural, econômica e tecnologicamente por 5 milhões de brancos! Por quê? Porque o racismo foi transformado numa teoria – mesmo sem qualquer fundamento científico – que tentava preservar a unidade de uma raça, supostamente superior, numa nação. Nelson Mandela é, precisamente, o maior exemplo de resistência contra essa miséria imposta aos negros sul-africanos, repudiada pelo mundo.

Racismo ecológico ou ambiental – É a modalidade ou subespécie mais recente de discriminação – ecológica, racial, econômica, política, social, tecnológica etc. – contra a “Mãe Terra”, seus ecossistemas e, sobretudo, os povos mais pobres. Surge no contexto do fim da Guerra Fria e da nova concepção histórica do mundo ocidental, polarizado entre os ricos do Norte e os pobres do Sul. Decorre da nova divisão política do mundo, de acordo com a qual os valores mais caros à existência humana e à vida em geral dependem do respeito ao meio ambiente. A ecologia é o axioma desse novo tempo. A Rio-92 apresentou dados que apontam uma nova visão de mundo: 60% da população pobre, de maioria negra, vive em áreas ecologicamente vulneráveis do planeta: terras áridas ou pouco produtivas, topos de montanhas, mangues, pântanos; nos centros urbanos, morros e lugares inadequados para a construção de moradias; no meio rural, onde dependem da natureza para sobreviver, são desestruturados por modelos de desenvolvimento predatórios, baseados na busca do lucro a todo

custo e na exploração desenfreada dos recursos naturais, de acordo com os interesses do Norte. Com a “prática da descarga desproporcional dos resíduos tóxicos e perigosos”,¹⁸ o racismo ecológico, além de se efetivar contra a “Mãe Terra”, atinge diretamente as nações e comunidades do Terceiro Mundo, os “pobres do Sul”.

Racismo à brasileira – Nas Américas e pelo mundo afora, talvez seja este o racismo mais sutil e disfarçado. Aliás, de tão estereotipado e hipócrita, deixa a impressão de nem sequer existir. Ironicamente, pode ser chamado de “democracia racial”, como se nada justificasse combatê-lo. O povo negro, por exemplo, tem sido transformado em assunto de laboratório e tema para ser usado como material de estudo, sobretudo nos meios acadêmicos, onde se fala em “preconceito de marca”, como se, através da “marca” (preconceito contra a cor, modelo estético), não se atingisse a origem (preconceito racial). A recusa seria então somente ao elemento físico, à cor, ao fenótipo, e a origem estaria salva! Essa tese, porém, não retrata a verdade, não passa de uma bem-engendrada e perenizada desculpa com a qual se tenta justificar e, por efeito, negar a existência do racismo, quando o real e incontrovertido é o fato de que sempre houve um repúdio, uma dissimulada mas inegável recusa ao povo negro. Aliás, num país onde a cor branca ainda é atestado de boa conduta, dissimular o racismo vem sendo uma das suas principais táticas e estratégias. Tem razão o escritor Abdias do Nascimento ao asseverar que o racismo no Brasil toma as cores de um camaleão. Tanto toma a forma do paternalismo, da cordialidade, da benevolência, da boa vontade, como se denomina mestiçagem, aculturação, assimilação. Na verdade, é bem eficiente nos seus objetivos.¹⁹

MARTINIANO J. SILVA é escritor, professor da Fundação Universitária de Mineiros (FIMES), membro do Movimento Negro Unificado (MNU), advogado e conselheiro da OAB de Goiás, onde coordena a comissão do meio ambiente.

Notas

- (1) Marilena Chauí, “Cultura e racismo”. In: *PRINCÍPIOS* nº 29, p. 60 ss.
- (2) José Oiliam, *Racismo em Minas Gerais*, p. 27. Cf. também Michel Panoff e Michel Perrin, *Dicionário de etiologia*, p. 149.
- (3) Eric Williams, *Capitalismo e escravidão*, p. 24.

- (4) Kapengele Munanga, “Raízes científicas do mito do negro e do racismo”. In: revista *Temas*, p. 40 ss.
- (5) *Ibid.*, p. 40 ss.
- (6) Calisto Vendrame, *A escravidão na Bíblia*, p. 44. Cf. também Jacob Gorender, *O escravismo colonial*, p. 69.
- (7) Kapengele Munanga, “Raízes científicas do mito do negro e do racismo”. In: revista *Temas*, p. 40.
- (8) Jacob Gorender, *O escravismo colonial*, p. 69.
- (9) James M. Jones, *Racismo e preconceito*, pp. 105, 115 e 132.
- (10) Marilena Chauí, “Cultura e racismo”. In: *PRINCÍPIOS* nº 29, p. 64.
- (11) *Ibid.*, p. 65.
- (12) *Ibid.*, p. 65.
- (13) *Ibid.*, pp. 65 e 66.
- (14) *Ibid.*, p. 65.
- (15) *Ibid.*, p. 64.
- (16) Vichinsky Mikhail Pavlovitch, *O apartheid, o colonialismo, a agressão*, pp. 20-22.
- (17) Norberto Bobbio et alii, *Dicionário de política*, p. 53.
- (18) Ana Lúcia La Rovere Liszt Vieira (org.), *Tratado das ONGs*, p. 179.
- (19) Cf. a respeito do tema: Martiniano J. Silva, *Racismo à brasileira*; Clóvis Moura, *Dialética radical do Brasil negro*; e Abdias do Nascimento, *O genocídio do negro brasileiro – processo de um racismo mascarado*.

Bibliografia

- BOBBIO, Norberto, MATTEUCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília, UNB, 1986.
- CHAUÍ, Marilena. “Cultura e racismo”. In: *PRINCÍPIOS* nº 29, São Paulo, Anita, 1993.
- GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo, Ática, 1978.
- JONES, James M. *Racismo e preconceito*. Trad. Dante Moreira Leite. São Paulo, USP, 1973.
- MOURA, Clóvis. *Dialética radical do Brasil negro*. São Paulo, Anita, 1994.
- MUNANGA, Kapengele. “Raízes científicas do mito do negro e do racismo ocidental”. In: *Temas*. São Paulo, v. 1 a. 1, 1994.
- OILIAM, José. *Racismo em Minas Gerais*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1981.
- PANOFF, Michel, PERRIN, Michel. *Dicionário de etiologia*. São Paulo, Edições 70, s/d.
- PAVLOVITCH, Vichinsky Mikhail. *O apartheid, o colonialismo, a agressão*. Trad. J. Chalágruna e G. Mélnika. Rússia, Progresso, 1987.
- SILVA, Martiniano J. *Racismo à brasileira*. Brasília, Thesaurus, 1986.
- VENDRAME, Calisto. *A escravidão na Bíblia*. São Paulo, Ática, 1981.
- VIEIRA, Ana Lúcia La Rovere Liszt (org.). *Tratado das ONGs*. Santos, Fórum Internacional de ONGs e Movimentos Sociais, 1993.
- WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. Trad. Carlos Nayfeld. Rio, CEA, 1975.

CRISTÓVÃO-QUILOMBOS

Fez-se a ganância
diabólicos destinos de um caminho sem volta
espíritos e corpos armados nascem do imenso ventre das
águas fantásticas
o outro lado do mundo possível
Terrágua uma bola de vida no cosmo
1942, Colombo!

Naus enormes, engenhocas inéditas – a roda, arma de
fogo –
múltiplos poderes desconhecidos
homens-deuses barbados, brancos, loiros e ruivos
e seus olhos coloridos de cobiça

Piratas no paraíso
Europa rouba tudo
ouro e prata, milho, batata
cana e canga em corpos de América e África

Pós impacto do primeiro engano
– a visita era conquista e seus horrores –
deuses invadidos trovejam tambores
e cospem flechas de rebeldia

Depois de Colombo e sua maldita herança
– calombos e mutilações em milhões de corpos –
Quilombos por toda parte.

O Estado, a ética e a política

ROLAND CORBISIER

Estado, ética e política continuam no centro da polêmica sobre a realidade atual. Desta disputa dependem os caminhos futuros de toda a sociedade, que estão em xeque na atualidade

ESTADO

Os constitucionalistas liberais definem *Estado* como sociedade juridicamente organizada ou como a organização jurídica da sociedade. A definição não é satisfatória porque menciona apenas um aspecto daquilo que define, e a definição, para ser correta, como ensina Aristóteles, deve compreender, ou incluir, todo o definido. A organização, ou estrutura jurídica, é uma forma, não um conteúdo, de tal sorte que a definição em apreço refere-se somente ao aspecto formal e deixa de mencionar os demais aspectos dessa realidade ou da noção que a ela corresponde.

A realidade, como também ensina Aristóteles, é sempre forma e conteúdo, ou matéria, quer dizer, forma materializada e matéria informada. A forma sem matéria é uma abstração e a matéria sem forma é outra abstração. E essa é a razão pela qual a lógica dialética, lógica da realidade, é ao mesmo tempo a lógica da forma e do conteúdo, ou da matéria, e não apenas a da forma. Tal é a diferença entre a lógica formal, abstrata ou da identidade e a lógica dialética, material, concreta e da contradição. Separadas da matéria, ou do conteúdo, as formas "puras" são abstraídas do tempo e do espaço, permanecendo imóveis e imutáveis, sempre idênticas a elas mesmas. Ora, o que se trata de apreender, pelo pensamento, não é o próprio pensamento, em suas formas "puras", mas a realidade, que, sendo sempre processo, envolve necessariamente contradição.

Isto porque a contradição é a mola de qualquer processo, seja ele qual for. A realidade, seja natural, seja histórica, não é uma e imóvel, como pretendiam os eleatas, mas, ao contrário, múltipla e móvel, como compreendeu Heráclito. O pensamento que pretenda apreender a realidade não poderá, portanto, limitar-se à apreensão da forma, mas deverá apreender a totalidade do ser, do objeto pensado, tanto em sua forma quanto em seu conteúdo.

Observemos, a propósito, que a dialética não é propriamente um método, mas a estrutura da própria realidade, movediça, múltipla e contraditória por definição. Em que consiste o movimento, o deslocamento de um corpo no espaço? Consiste em estar deixando de estar, quer dizer, não estando, ao mesmo tempo, no mesmo lugar. O movimento local, portanto, já implica a contradição, sem a qual não há movimento. Por que nos movimentamos, ou movemos? Para estar onde não estamos, ter o que não temos e ser o que não somos. E a contradição também está no tempo. O que é o tempo? "Se não me perguntam, sei. Se me perguntam, não sei", dizia Santo Agostinho. O passado não é mais, o futuro ainda não é e o presente o que é? O momento incapturável da duração, ao longo do qual o futuro se converte continuamente em passado. O tempo é na medida em que deixa de ser, em que o futuro se converte em seu contrário, quer dizer, no passado. Porque se o tempo se imobilizasse no presente, deixaria de ser tempo e se converteria em eternidade.



A realidade é sempre histórica e para compreender a sociedade é preciso historicizá-la

Ora, o que chamamos de realidade, natureza e história, está sempre no espaço e no tempo, e sendo sempre processo implica sempre a contradição. A natureza não é hoje o que era há milênios, porque há uma história natural, história das transformações sofridas pela natureza ao longo do tempo. E há, como é óbvio, uma história dos homens, ou da humanidade, história das mudanças das sociedades humanas no decorrer do tempo. A realidade, ou a condição humana, é, pois, sempre histórica, situada e datada, e para

compreender o homem, a sociedade humana (pois o homem sempre nos é dado em sociedade), é indispensável situar a realidade humana no tempo e no espaço, quer dizer, historicizá-la. Impossível compreender Platão e Aristóteles, por exemplo, fazendo abstração dessa totalidade histórica que chamamos de cultura grega. Impossível compreender Santo Tomás de Aquino fazendo abstração dessa totalidade histórica que chamamos de Idade Média. E, generalizando, impossível compreender qualquer obra humana, filosofia, ciência, arte, técnica, quaisquer instituições políticas, usos e costumes fazendo abstração do tempo e do espaço, quer dizer, do momento histórico em que tais obras foram criadas. Essa é, a nosso ver, a grande, senão a principal, conquista do pensamento moderno, da filosofia moderna, a tomada de consciência de que não há uma “natureza humana”, pré-fabricada na eternidade, porque o Homem é a história do Homem.

“O Estado é fruto de uma contradição entre os interesses antagônicos de duas classes”



Nem sempre existiu o que chamamos de Estado. A respeito do assunto, é fundamental o livro de Engels sobre *A origem da família, da propriedade e do Estado*. Nesse livro, Engels nos mostra que o Estado é uma realidade histórica contemporânea da propriedade privada, ou da apropriação privada dos meios de produção e, em consequência, da divisão da sociedade em classes. Nas sociedades primitivas, em que não havia apropriação privada dos meios de produção, da terra, dos animais e dos utensílios, não havendo, portanto, divisão da sociedade em proprietários e não-proprietários, senhores e servos, não havia Estado porque não havia necessidade de Estado, que não surge como fruto do acaso, dos azares da história, mas de uma exigência da estrutura social.

A partir do momento em que a sociedade se divide em proprietários e não-proprietários, ricos e pobres, senhores e servos, o Estado se torna indispensável. O Estado, historicamente considerado – e não há outra maneira correta de considerá-lo –, é portanto fruto de uma contradição entre os interesses antagônicos das duas classes em que a sociedade se dividiu. É um engano supor que a divisão da sociedade em classes e a luta de classes como principal motor da história tenham sido uma descoberta de Marx e Engels. No século IV a.C., Platão alude às duas cidades, a dos ricos e a dos pobres, que viviam em luta constante, ora latente, ora ostensiva – como ocorreu com a revolução dos escravos, liderados por Espártacus, no ano 71 a.C., ou com a dos camponeses, liderados por Thomas Munzer, no tempo de Lutero. Os interesses são antagônicos porque a riqueza dos ricos pressupõe a pobreza dos pobres e vice-versa: a pobreza dos pobres pressupõe a riqueza dos ricos. É evidente que, se todos fossem ricos, ninguém seria rico e, se todos fossem pobres, ninguém seria pobre. Quer dizer, a

riqueza, para ser o que é, implica o seu contrário, a pobreza, que por sua vez implica o seu contrário, a riqueza.

Fruto de uma contradição, o Estado sempre procurou mascarar e ocultar essa contradição, sendo concebido e definido, pelo pensamento liberal, como uma entidade superior às classes e aos seus interesses. Ora, historicamente, não é a sociedade que pressupõe o Estado mas, ao contrário, o Estado que pressupõe a sociedade. E não qualquer sociedade mas, como acabamos de observar, a sociedade dividida em classes. Não houvesse irreduzível antagonismo entre as classes sociais, o Estado seria desnecessário, como instrumento que preserva os interesses das classes dominantes. Dir-se-ia que o conteúdo do Direito, que deve ser racional, transcende os interesses de classe, sendo também, por definição, universal. Ocorre que, historicamente, a lei sempre consagrou, homologou privilégios, leis privadas, porque quem faz as leis, as edita, promulga e faz cumprir é a classe dominante, que por isso mesmo é dominante. O povo, a massa, o maior número não interfere na elaboração e na promulgação das leis, que não são feitas para atender aos seus interesses, mas aos interesses do menor número, dos proprietários, dos ricos, dos senhores. E essa é a razão pela qual há sempre uma ideologia dominante, a ideologia da classe dominante, que procura apresentar como se fossem universais, de toda a sociedade, os interesses particulares de classe. Pois, o que é a ideologia senão a justificação, a tentativa de racionalização dos interesses da classe dominante? Não basta, à classe dominante, deter o poder econômico, social, político, militar e policial; precisa também deter o poder espiritual, digamos assim, forjando a ideologia que justifica, ou procura justificar, seus privilégios de classe.



“A democracia meramente formal e jurídica não suprimiu as desigualdades sociais”

A definição de Estado como organização jurídica da sociedade menciona, como vimos, apenas o seu aspecto formal, abstraindo, ou ocultando, deliberadamente, seu conteúdo econômico e social. O Estado é, sem dúvida, a sociedade juridicamente organizada, mas o que importa saber é qual o conteúdo dessa estrutura, qual a classe social que, efetivamente, exerce os poderes do Estado, quer dizer, o legislativo, o executivo e o judiciário. O Estado democrático, ou a democracia, é geralmente definido como o governo do povo, pelo povo e para o povo. Definição que não corresponde, de modo algum, à realidade das democracias historicamente existentes. A democracia que se instaurou na Europa e em vários países do mundo, após a Revolução Francesa, não foi qualquer democracia, mas uma democracia determinada, burguesa e capitalista. Ora, essa democracia, meramente formal e jurídica, que proclama a igualdade de todos perante a lei, não suprimiu as desigualdades econômicas e sociais, substituindo a divisão da sociedade



entre nobres e plebeus pela divisão entre burgueses e proletários. A democracia burguesa e capitalista é, pois, uma falsa democracia, na qual a igualdade perante a lei coexiste com as mais flagrantes desigualdades econômicas e sociais. Falsa democracia também era a grega, que até hoje nos serve de inspiração e de modelo. Na cidade de Péricles, havia cem mil cidadãos e trezentos mil escravos; todo cidadão era livre, mas nem todos eram cidadãos.

A democracia está longe de ser, como pretendem alguns equivocados, um “valor universal”



Já se falou em democracia como “valor universal”. Ora, que significa universal? A palavra é, em si mesma, dialética, significa a unidade vertida na alteridade, o mesmo no outro. Não nos parece que a democracia seja um valor universal porque não encontramos essa universalidade, quer como fato, quer como idéia, ou ideal, nem no espaço, nem no tempo. No Oriente jamais houve democracia, mas sociedade rigidamente estruturada em classes e em castas, como até hoje ocorre na Índia, por exemplo. Em Roma, na República e no Império, não havia democracia, mas divisão entre patrícios e plebeus, proprietários e não-proprietários, ricos e pobres, senhores e servos, ou escravos. Durante toda a Idade Média, um milênio de história, também não houve democracia, mas principados, baronatos, condados, repúblicas, e não se falou na palavra Estado. A democracia, como já observamos, instaura-se na Europa e em vários países do mundo após a Revolução Francesa, que aboliu o Antigo Regime e os restos do feudalismo medieval. Ora, a Revolução Francesa corresponde à conquista do poder político pela burguesia capitalista, detentora do poder econômico. Napoleão dizia que suas quarenta vitórias seriam esquecidas por uma derrota, Waterloo, mas ficaria o Código Civil, em cuja elaboração interferiu pessoalmente. Ora, o que é o Código Civil napoleônico senão a codifi-

cação, a institucionalização, em termos jurídicos, dos interesses da nova classe social em ascensão, a burguesia capitalista? E apesar de todas as emendas que tem sofrido – aditivas, modificativas ou supressivas, como se diz no jargão parlamentar –, por que permanece em vigor o Código senão pelo fato de que permanece no poder a classe capitalista e burguesa, cujos interesses esse Código institucionalizou? A democracia está longe de ser, como pretendem alguns equivocados, um “valor universal”, continua a ser um ideal ainda não realizado.

O Estado não é apenas, repetimos, a organização jurídica da sociedade. Nem, tampouco, “a realidade da idéia moral”, como pretendia Hegel. Os juristas burgueses são remunerados para ensinar que o Estado é a sociedade juridicamente organizada e para elaborar doutrinas e construções teóricas que, embora diverjam umas das outras, coincidam em ocultar os fundamentos econômicos e sociais do Estado, bem como sua natureza de aparelho opressor a serviço dos interesses da classe dominante. Hans Kelsen nos diz, por exemplo, que “o específico desse objeto espiritual que chamamos de Estado consiste em ser um sistema de normas”. E Hermann Heller, embora discorde de Kelsen, sustenta que “a teoria do Estado deve ser o conhecimento autônomo do Estado e de suas leis específicas” e mostra-nos o Estado como um “fenômeno substantivo”.



O pressuposto do direito burguês é a propriedade privada dos meios de produção

Do ponto de vista em que nos situamos, o Estado não tem existência própria, não é uma entidade autônoma, um “fenômeno substantivo” ou, muito menos, um “objeto espiritual”, mas, ao contrário, uma superestrutura que reflete a infra-estrutura econômica e social em que se fundamenta e da qual é a expressão em termos institucionais. O pressuposto fundamental do direito burguês não é o direito em abstrato, por hipótese absoluto e intemporal, pois tal direito não existe, mas o direito de propriedade e, em particular, da propriedade privada dos meios de produção. Todo o mecanismo dos poderes, harmônicos e independentes entre si, a complicada engrenagem da máquina burocrática e os dispositivos armados, militares e policiais não exprimem e não representam senão os interesses das classes dominantes, que, por serem dominantes, controlam o aparelho do Estado. O Estado é, portanto, uma estrutura jurídica, administrativa, política e burocrática, militar e policial, que pressupõe, ou implica, uma infra-estrutura econômica e social.

Coube a Marx e a Engels revelar, ou desvelar, o que até então estava oculto ou velado, esses interesses de classe, essa infra-estrutura econômica e social que a superestrutura do Estado consagra e homologa. Devemos aos fundadores do socialismo científico, do materialismo histórico e dialético, a verdadeira definição de Estado,

como aparelho que assegura a opressão e a exploração de uma classe por outra. Se os interesses das duas classes fundamentais da sociedade, a burguesia e o proletariado, são antagônicos e irreduzíveis, a “paz social” só pode ser mantida pela força das armas. O aparelho coercitivo, essencial na estrutura do Estado, não tem outra razão de ser senão a defesa, a manutenção do *status quo*, a dominação e a exploração de uma classe por outra.

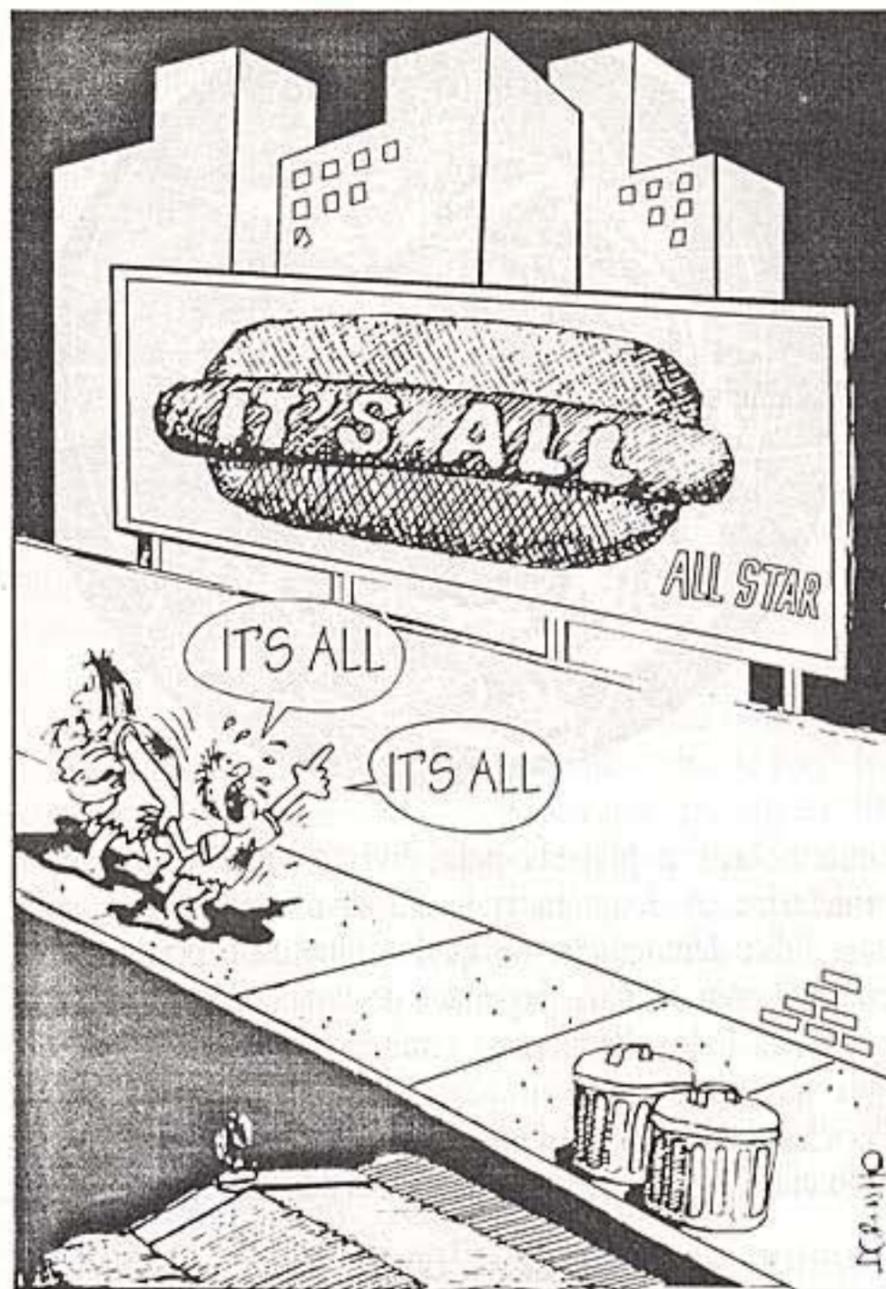
Embora seja um direito assegurado pela Constituição, a greve ou as greves são freqüentemente consideradas ilegais e, em consequência, reprimidas com violência pela polícia e mesmo pelas forças armadas. Ora, que é a greve senão manifestação de luta de classes? Paralisação do trabalhador durante a qual a classe trabalhadora, ou assalariada, tenta obter dos patrões o que não conseguiu por meio de acordo entre as partes? Observe-se que os ricos não fazem greve. No Estado, não são eles ou os seus representantes e testas-de-ferro que fixam o preço das mercadorias e o valor dos salários, que, no capitalismo, são também mercadorias?

Não existe, portanto, Estado como instância superior e transcendente aos interesses de classe. O Estado, assim compreendido, é uma ficção, um dos ingredientes, senão o principal, da ideologia burguesa de dominação. Não apenas como idéia, ou noção, mas como realidade histórica, o Estado sempre foi e continua sendo o instrumento de opressão e de exploração de uma classe por outra. Como diz Lênin em seu livro fundamental, intitulado *O Estado e a revolução*, “O Estado é o produto e a manifestação do fato de que as contradições de classe são inconciliáveis. O Estado surge onde e no momento em que, objetivamente, as contradições de classe não podem ser conciliadas. E, inversamente, a existência do Estado prova que as contradições de classe são inconciliáveis”. E, diz ainda Lenin, “a libertação da classe oprimida é impossível sem a supressão do aparelho de poder do Estado criado pelas classes dominantes” e “somente a revolução pode suprimir o Estado burguês”.

ÉTICA

De origem grega, a palavra ética vem de *ethos*, que quer dizer costume ou costumes. Todavia, mesmo entre os gregos, a palavra passou a ter significações diferentes, deixando de aludir aos usos e costumes e passando a designar a ciência do *dever ser* humano. Antes porém de definir, ou tentar definir, o que entendemos pelo termo ética, devemos indicar seu postulado fundamental ou, em linguagem kantiana, sua principal condição de possibilidade. Porque o pressuposto da ética é a antropologia filosófica, ou seja, o conhecimento filosófico da condição humana. A propósito de assunto conexo já tivemos oportunidade de observar que o homem propriamente dito, como ser humano, começa onde o animal acaba, mas nem por isso deixa de ser também um animal, embora racional.

Essa definição clássica do ser humano deve ser bem entendida. Quando assim definimos o homem, indicando a racionalidade como o traço específico que o distingue no



gênero animal, não queremos dizer que o homem seja sempre racional e sempre se comporte racionalmente, de acordo com a razão. Quase sempre é o contrário que acontece. Queremos apenas dizer que, dotado de razão, o homem pode comportar-se racionalmente e que tal comportamento não é necessário, mas depende de sua liberdade.

Que é o Homem? Um ser harmonioso, coerente, equilibrado ou, ao inverso, um ser contraditório, incoerente, desequilibrado? Nenhum de nós fabricou a própria natureza. Quando tomamos consciência de nós mesmos, o que pode ocorrer mais cedo ou mais tarde, ou até mesmo não ocorrer, verificamos que temos um “temperamento”, determinada estrutura fisiológica e psicológica e graus diversos de sensibilidade, inteligência e vontade. Podemos, inclusive, não estar satisfeitos com o temperamento com que nascemos, com a alma e o corpo que nos foram dados – e que não podemos substituir por outros. Mas o que importa salientar, a propósito da ética, é que o Homem não é apenas razão porque, se fosse razão pura, ou pura razão, comportar-se-ia sempre racionalmente e a história da humanidade não seria o que tem sido, história de violência, crimes, guerras etc. Ora, dizer que o Homem não é apenas razão corresponde a dizer que sua “natureza” inclui elementos não racionais, ou irracionais, embora, em tese, redutíveis à razão. No sentido platônico, a irracionalidade é a região “colérica” do ser humano, o que nele subsiste de animalidade, que nos animais é pura porque não são livres, mas determinados, e por isso se encontram não acima, mas aquém da ética.

Ora, o homem é um animal ético porque é um ser dotado de razão, capaz de submeter sua animalidade aos imperativos da razão, que é sua diferença específica. Como se comportam os animais, uns em relação aos outros? No estado de natureza, a vida dos animais é a luta de todos contra todos, os mais fortes devorando os mais fracos. No entanto, a violência animal não nos surpreende nem escandaliza porque os animais não sabem o que fazem, não têm “consciência de si”, como diz Hegel, mas apenas “sentimento de si”. Toda sua conduta está rigorosamente predefinida em seus instintos, que asseguram sua conservação e a da espécie, do grupo e da família de que fazem parte.

O homem não nasce pronto. Para humanizar-se, depende de educação, cultura



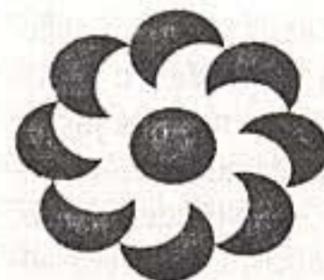
O Homem tem os instintos dos animais, o de conservação e o de reprodução, mas, porque é “consciência de si”, quer dizer, liberdade, não pode entregar a direção de sua conduta aos instintos, que nele são cegos. No ser humano, a luz não está nos instintos mas na razão. Consistindo nessa contradição, o Homem está sempre diante da alternativa de satisfazer o instinto, à revelia ou contra a razão, ou de contrariar, conter o instinto, permitindo que sua conduta se submeta à regra da razão. A “tentação”, que tão freqüentemente atormentou os santos e mesmo os filósofos, em sua luta pela pureza, o que é senão a presença, a pressão do instinto, da irracionalidade, em choque com a racionalidade? Ninguém melhor que São Paulo expressou essa contradição: “Não faço o bem que quero e faço o mal que não quero”.

Tal é o pressuposto fundamental, ou a principal condição humana, a disjunção ou a cisão, entre aquilo que o Homem é e aquilo que deve ser. Ao contrário dos animais, que nascem prontos e sempre são o que devem ser, o Homem, ao nascer, é mera possibilidade de humanização e depende, para humanizar-se, da educação e da cultura. Não é, desde logo, e uma vez por todas, o que deve ser. E seu ser não coincide espontaneamente com seu dever ser, e essa coincidência, que jamais é total e definitiva, depende de sua liberdade. Consciência de si significa consciência reflexa, que reflete sobre si mesma: o ser humano se desdobra em sujeito e objeto, no ser que se ouve e se vê e, por isso, é capaz de realizar o “exame de consciência”, no qual pode aprovar ou condenar a própria conduta.¹ Que sentido teria o arrependimento, o remorso, a confissão de culpa, se não fôssemos seres divididos, em constante contradição, em constante conflito não só com os outros, mas com nós mesmos? Perplexo com as contradições do Homem, disse Pascal: “Se ele se eleva, eu o rebaixo; se ele se rebaixa, eu o elevo, até que compreenda que é um ser incompreensível”.

O que é, então, ética? O código daquilo que o Homem deve ser para tornar-se plenamente o que é. Um código que implica, ou contém, ideais, valores e normas a que o

Homem deve submeter-se a fim de comportar-se como um ser racional e livre. A ética é, portanto, da ordem do dever ser e não do ser. Já se disse, com razão, que o Homem é biografia e não biologia, processo e projeto, condenado que se acha a projetar constantemente o que pretende ser em função do que é. Em outras palavras, para tornar-se o que deve ser, não pode viver de qualquer maneira, mas de maneira determinada pela ética de acordo com a qual procura comportar-se. A ética é, pois, esse esforço, essa tensão, entre o ser e o dever ser, na tentativa, constantemente reiterada, de promover a coincidência entre dois planos: o da realidade empírica e o da regra, ou norma ética. Seja qual for seu conteúdo, do ponto de vista formal a ética sempre consiste nesse esforço, nessa tentativa de fazer coincidir o ser com o dever ser.

Como todas as coisas humanas, a ética é também uma realidade histórica. E a história nos mostra que não há apenas uma mas várias éticas, com diferentes fundamentos. Há a ética, ou melhor, as éticas de fundamento racional, filosófico e religioso e outras que poderíamos chamar de consuetudinárias, porque se confundem com os usos e costumes. Examinemos, em primeiro lugar, algumas éticas de fundamento racional ou filosófico, como as de Platão e Aristóteles.



“A ética é o caminho que o Homem deve seguir para vir-a-ser o que deve ser”

A ética platônica está implícita na antropologia de Platão, em sua concepção do Homem. O Homem é feito de alma, incriada e imortal, e de corpo, perecível e mortal. Ora, a alma é o que há de superior no Homem, o que nele há de divino; se a alma está presa ao corpo, a exigência (ou o imperativo fundamental da ética) só poderá ser sua libertação, por ser esta a realização no Homem do que ele tem de melhor. Portanto, a ordem envolve uma hierarquia e exige que as partes inferiores da alma, a concupiscência e o coração, ou a coragem, se submetam à razão. Tal exigência não é arbitrária, pois a ética não consiste em um conjunto de regras a serem impostas, como uma camisa de força, à “natureza” humana. A ética é o caminho que o Homem deve seguir, como já dissemos, para vir-a-ser, ou tornar-se, o que deve ser, realizando plenamente aquilo que nele é propriamente humano. Não podendo deixar de querer o bem, em cuja contemplação consistem a sabedoria e a felicidade, o Homem só poderá alcançá-lo vivendo de acordo com a razão, a verdade e a justiça. As três partes da alma – a racional, a irascível e a concupiscível – correspondem três virtudes: a temperança, a moderação e a fortaleza, ou a coragem e a prudência, ou sabedoria. A justiça entre as partes da alma consistirá em estabelecer uma hierarquia, que subordine as inferiores às superiores.

No “Livro I” da *Ética a Nicômaco*, obra principal de Aristóteles a respeito do assunto, o filósofo nos diz que “o

bem é aquilo a que todas as coisas tendem”, observando que nossas atividades e nossas obras tendem sempre para um fim, o bem, havendo uma hierarquia entre os fins, o fim último sendo o soberano bem. O bem do indivíduo, o bem propriamente humano, identifica-se com o fim da política, da cidade (*pólis*, em grego), que é a felicidade. Mas em que consiste a felicidade? Nos prazeres, nas honrarias, nas riquezas? “Perfeito, no sentido absoluto”, diz Aristóteles, “é o que é desejável em si mesmo (por si mesmo) e jamais em vista de outra coisa. É o que ocorre com a felicidade, objeto perfeito, bastando-se a si própria, fim e razão de ser de nossos atos, de tudo o que fazemos. Sendo um bem, consiste em uma atividade da alma de acordo com a virtude”. Então, o que é a virtude? “Por virtude humana”, diz o filósofo, “entendemos não a excelência do corpo, mas da alma”. E a alma inclui a parte racional, propriamente dita, e a que obedece, ou deve obedecer, à razão, a irracional.

Para Aristóteles a virtude é um meio termo entre dois extremos, como a coragem e o medo



As virtudes são, portanto, intelectuais, como a sabedoria e a prudência, e morais, como a liberdade e a moderação. “É praticando ações justas que nos tornamos justos, ações moderadas que nos tornamos moderados, ações corajosas que nos tornamos corajosos.” A virtude é, pois, um fruto, um resultado dos atos virtuosos, e uma vez adquirida torna mais fácil a execução dos atos que lhe deram origem. Não sendo um estado ou uma faculdade, a virtude é uma disposição. “A virtude”, diz Aristóteles, “é a disposição pela qual o Homem se torna bom e pela qual sua própria obra se torna boa.” Disposição para agir, comportar-se, “de modo deliberado, consistindo em uma mediania (meio termo) relativamente a nós, racionalmente determinada, tal como a determinaria o Homem prudente”. A virtude é, pois, segundo Aristóteles, “um meio termo entre dois extremos. A coragem, por exemplo, é o meio termo entre a pusilanimidade (covardia) e a temeridade; a liberdade, um meio termo entre a avareza e a prodigalidade; e a reserva, um meio termo entre a timidez e a imprudência. Há, portanto, três disposições, duas em relação aos extremos e uma em relação ao meio termo; dois vícios, por excesso ou por carência, e uma virtude apenas, meio termo certo entre dois vícios, um por excesso diz que é ‘todo um trabalho (uma trabalhadora) ser virtuoso’. Assim sendo, dada a dificuldade em alcançar e manter a mediania, ‘devemos nos impelir na direção contrária, pois é nos afastando das faltas que cometemos que chegaremos à posição mediana, como fazem aqueles que endireitam uma madeira empenada”. Para ser feliz não é necessário ter fortuna nem bens materiais, “basta ter a quantidade de meios estritamente necessários à ação virtuosa”. Não basta, porém, saber o que é a virtude, sendo indispensável adquiri-la e pô-la em prática. Consistindo

na educação da vontade, a virtude exige que nos entreguemos à “justa solicitude” da autoridade pública, pois é pelas leis que podemos nos tornar bons.

Como diz Kant, as éticas religiosas, ao contrário das filosóficas, são todas “heterônomas, isto é, fundamentam-se não no próprio Homem, em sua razão e em sua vontade, mas em instâncias exteriores e superiores, transcendentais ao Homem. Em que consiste a ética do cristianismo? Em obedecer à vontade de Deus, à lei de Deus, expressa nos Dez Mandamentos. As palavras do Cristo são muito significativas: “Eu sou o caminho, a verdade e a vida”. Ora, a ética é sempre um caminho que o Homem deve percorrer para alcançar um fim que está além da própria ética. Nas éticas religiosas, como acabamos de observar, esse caminho não está preestabelecido na estrutura da condição humana mas resulta de uma vontade superior, que a ela se impõe como a vontade dos soberanos em relação aos súditos. Como essa vontade não pode ser conhecida pela luz natural da razão, só pode ser objeto de revelação divina. A ética do cristianismo não depende, pois, da razão mas da fé, da crença em Deus, na divindade do Cristo e na justiça de seus mandamentos. Não é, portanto, uma ética autônoma, que repouse na razão e na vontade do Homem, mas uma ética heterônoma, que repousa na razão e na vontade de Deus. Ludwig Feurbach, em seu importantíssimo livro *A essência do cristianismo*, denunciou a alienação religiosa, mostrando que a teologia é uma antropologia que se ignora ao falar de Deus atribuindo-lhe virtudes como a sabedoria, a justiça, a misericórdia etc. O Homem atribui a Deus, elevando-se ao infinito, qualidades ou virtudes do próprio Homem. Pois não foi Deus que criou o Homem, mas o Homem que criou Deus, à sua imagem e semelhança, atribuindo-lhe, como acabamos de dizer, suas qualidades elevadas à última potência.



Os costumes variam no tempo e no espaço. O que é ético para um povo pode não ser para outro

Além das éticas filosóficas e religiosas, mencionamos as que poderíamos chamar de consuetudinárias, porque se confundem com os usos e costumes. Não é segredo para ninguém que os usos e costumes variam no tempo e no espaço – o ético em um país pode ser imoral em outro e vice-versa. Os costumes variam também de acordo com as religiões que lhe servem de fundamento. A monogamia, por exemplo, é um costume ocidental derivado da moral cristã e a poligamia, um costume oriental derivado da religião muçulmana. Além disso, no mesmo país, na vigência, ao menos aparente, da mesma religião, como acontece entre nós, os costumes também mudam ao longo do tempo, e tais mudanças acompanham as transformações que se operam na infra-estrutura econômica e social do país. Assim, por exemplo, a virgindade da mulher era uma exigência para o casamento, exigência que desapareceu em

nossos dias, pois as mulheres tornaram-se sexualmente tão livres quanto os homens. E na raiz dessa independência sexual está a independência econômica, conquistada pela mulher na moderna sociedade urbana industrial. As mulheres passaram a trabalhar, provendo a própria subsistência e contribuindo para a da família. O casamento deixou de ser um sacramento para tornar-se um mero contrato civil, que pode ser rescindido a qualquer momento, por vontade, aliás unilateral, de qualquer das partes – sem que o interessado na separação seja obrigado a cumprir o aviso prévio de trinta dias. No que se refere ao que chamáramos de pudor, a transformação é radical. Não só nas praias e piscinas, mas nas ruas e praças públicas, mesmo as mulheres que se consideram ou são consideradas cristãs deambulam quase nuas em trajes edênicos, o que era inadmissível, impensável, há três ou quatro décadas, quando elas só exibiam os glúteos no chamado “teatro rebolado”. Torna-se moral aquilo que a maioria faz, aquilo que se tornou hábito, ou costume, da maior parte das pessoas, seja compatível com a ética religiosa que essas pessoas pretendem seguir, seja incompatível, como o desnudamento em público.

Política passou a significar poder. Desde a estrutura até sua expansão



Finalmente, mencionamos a ética da qual os filósofos tradicionais não se ocuparam: a ética revolucionária. Toda a filosofia tradicional é conservadora, e conservadora também tem sido a Igreja Católica, sempre aliada aos poderosos, às classes dominantes. A Teologia da Libertação é, sem dúvida, a corrente progressista da Igreja, desaprovada por isso pelo Vaticano e pelo órgão incumbido de zelar pela ortodoxia da fé. O conservadorismo da maior das éticas filosóficas traduz o seu coeficiente ideológico. Aristóteles justifica a escravidão, a pretexto de que os Homens são “por pura natureza” diferentes, pois uns nascem senhores e outros escravos. Hegel defende o direito divino dos reis em *Filosofia do Direito*, em flagrante contradição com o que diz no mesmo texto, quando afirma que os Homens não se acham, por natureza, destinados a ocupar estes ou aqueles cargos. Só não há contradições, nem apologia do *status quo*, nas obras de pensadores revolucionários, como Marx, Engels, Lênin, Gramsci, Lukes, e tantos outros.

O dever do revolucionário, a norma principal de sua ética, portanto, é contribuir para que a revolução se faça, pois sua razão de ser, o fim de tudo o que diz e faz é a destruição da sociedade presente, fundada na injustiça, na opressão e na espoliação de uma classe por outra, e a construção de uma sociedade fundada na justiça, na qual o bem-estar, o conforto e a felicidade deixem de ser o privilégio de poucos, tornando-se a condição de todos os que trabalham e vivem de seu trabalho.

POLÍTICA

De origem grega, a palavra política refere-se a *pólis*, que significa cidade. De origem grega, aliás, são quase todos os termos de nosso léxico político, como monarquia, aristocracia, democracia, tirania, oligarquia, plutocracia, demagogia, anarquia etc. Além do sentido etimológico, a palavra política passou a significar tudo o que se refere a poder; a luta pela conquista, pela manutenção, consolidação e expansão do poder; as instituições por meio das quais o poder é exercido; e ainda a reflexão sobre a origem, a estrutura e a razão de ser do poder. Há, sem dúvida, diferentes poderes, como o poder espiritual, da Igreja ou das igrejas, o poder econômico e o poder militar, das armas. Todavia, quando empregamos a palavra sem adjetivos, subentendemos que se trata de poder político. Dizemos que os militares, este ou aquele grupo ou partido tomaram o poder, querendo dizer, implicitamente, que se trata do poder político.

O poder, sem adjetivos, é pois o poder político, a capacidade governar, de decidir em última instância, de determinar, inclusive coercitivamente, a conduta dos governados. Não conhecemos sociedade alguma que não seja regida por leis e não tenha um governo, este ou aquele, pouco importa. Verificamos, anteriormente, que o advento do Estado é contemporâneo da propriedade privada e da divisão da sociedade em classes – como nem sempre houve apropriação privada dos meios de produção, nem sempre houve divisão da sociedade em classes e, portanto, necessidade de Estado. Na Grécia, em Roma, durante toda a Idade Média e também no Renascimento, não se usou a palavra Estado, que pertence à modernidade.

O que acabamos de dizer a respeito da palavra política também poderia ser dito a respeito da história. Há uma história da religião, da filosofia, da ciência, da técnica, do trabalho, dos usos e costumes etc. Todavia, quando usamos a palavra sem adjetivos, subentendemos que se trata de história política. Dizemos, por exemplo, história do Brasil, história da França, da Inglaterra etc., querendo dizer que se trata da história política desses países.



Para Platão a justiça virá no dia em que reis forem filósofos ou filósofos forem reis

História, sem adjetivos, tem por objeto a totalidade dos mundos criados pelo Homem ao longo do tempo, assim como a política tem por objeto a sociedade humana considerada em sua totalidade. Já em Platão, na *República*, encontramos uma crítica do que mais tarde viria a chamar-se tecnocracia, governo dos técnicos, ou especialistas. Contestando esse contra-senso, Platão nos diz, em vários trechos de sua obra, que só haverá justiça na cidade no dia em que reis forem filósofos ou filósofos forem reis.



Ora, o filósofo é precisamente o contrário do técnico, uma vez que a filosofia pode ser definida como a consciência crítica da totalidade. E o que se pode e deve exigir do político é que tenha consciência crítica da sociedade considerada em sua totalidade.

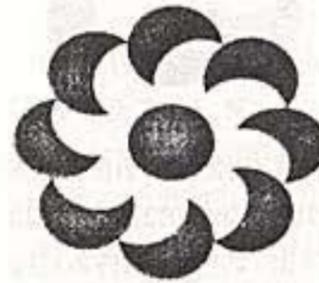
A política, como dissemos, é antes de mais nada a luta pelo poder. Não só dos servos contra os senhores, mas dos senhores, uns com os outros. Por parte dos servos, dos oprimidos, a luta implica a exigência do “reconhecimento”, pois os escravos na Antiguidade e os servos de gleba na Idade Média não foram reconhecidos pelos senhores como seres humanos, mas como utensílios de trabalho. A luta pelo poder tem sido sempre, ou quase sempre, violenta porque os senhores não abrem mão, pacificamente, de suas propriedades, de seus privilégios, de sua condição de senhores. Ora, a violência é o que caracteriza o comportamento dos animais, e a racionalidade e a obediência ao direito é o que deve caracterizar o comportamento dos Homens. As formas de luta pelo poder correspondem, portanto, aos diferentes estágios da racionalidade alcançados pelo ser humano ao longo da história.

A violência na luta pelo poder assume diferentes formas, como assassinios de dirigentes, insurreições populares, golpes de Estado, guerras e revoluções. César é assassinado por Brutus no Senado romano, o arquiduque Francisco Ferdinando em Sarajevo e o presidente John Kennedy no Texas, além de tantos outros. Já fizemos referências a insurreições populares, como a revolta dos escravos liderados por Espártacus e a dos camponeses, por Thomas Munzer, e lembremos também a Comuna de Paris. O golpe de Estado é outra forma violenta de tomada de poder. Lembremos a Marcha sobre Roma, em 1922, quando Mussolini assumiu o governo, e os inumeráveis golpes de Estado na América Latina, inclusive em nosso país, quando os militares tomaram o poder, em 64.

As guerras são formas extremas de luta pelo poder, já se tornaram objeto de uma nova ciência, a polemologia, palavra derivada grego *pólemos*, que significa conflito. Devemos distinguir as guerras internas, como as do Peloponeso, das externas, como as Médicas, dos gregos com os persas. As guerras internas, como as do Peloponeso, entre Esparta e Atenas, podem destruir e arruinar uma nação, como de fato ocorreu na Grécia, ao passo que as externas contribuem para consolidar a unidade, despertando a consciência nacional contra o inimigo comum. A guerra significa a persistência da barbárie nas relações internacionais, é o duelo entre as nações. O duelo que foi

abolido pelas nações modernas, juridicamente organizadas. A história da guerra reflete o progresso da ciência e da técnica; é importante, a esse respeito, o texto de Engels sobre “a violência na história”. A invenção das armas de fogo, conseqüente à descoberta da pólvora, tornou anacrônicas as fortificações das cidades e dos castelos medievais. Em nosso tempo, a fabricação das bombas atômicas, ainda mais poderosas, tornaram anacrônicas todas as outras armas convencionais. E não nos esqueçamos de que as bombas atômicas não permaneceram como relíquias nos arsenais norte-americanos porque foram jogadas em Hiroxima e Nagasáqui.

A revolução não consiste na substituição, no poder, de grupos civis ou militares. Se assim fosse, o golpe militar de 64 teria sido uma revolução e qualquer golpe de Estado seria sempre revolução. Definida tecnicamente, revolução consiste na transformação das estruturas econômicas e sociais. Portanto, quando essas transformações não ocorrem, não há revolução. A violência não é um ingrediente essencial da revolução, porque pode haver violência sem revolução, como ocorreu em nosso país após o golpe militar de 64. As revoluções se fazem com violência porque as classes dominantes não abrem mão, suasoriamente, de suas propriedades, de seus privilégios, enfim, de sua condição. Para apeá-las do poder não há outro recurso senão a violência, que já foi considerada a parteira da história.



**Na democracia
burguesa,
o processo eleitoral
é corrompido
pelo poder econômico**

Há também formas pacíficas de luta pelo poder, como greves, eleições e plebiscitos. Já fizemos referência à greve: interrupção, ou paralisação do trabalho, por meio da qual a classe assalariada procura compelir o patronato a atender às suas reivindicações no que se refere a salários, condições de trabalho, assistência social etc. Há muito tempo a greve é um dispositivo constitucional, embora até hoje não tenha sido regulamentada por lei complementar. Embora pacífica, a greve é uma manifestação de luta de classes e, por isso, é freqüentemente considerada ilegal e reprimida com violência.

As eleições são o processo pacífico, normal, de luta pelo poder nas modernas democracias burguesas e capitalistas. O povo, o colégio eleitoral, é periodicamente convocado a escolher, entre candidatos que não escolheu, os que considera melhores e mais aptos ao exercício das funções legislativas e executivas. É a democracia indireta, na qual o povo, por hipótese, não governa por si mesmo, mas por meio de seus representantes. Ocorre que, na democracia burguesa, o processo eleitoral é corrompido pelo dinheiro e as chances de um candidato eleger-se são proporcionais à propaganda que for capaz de promover. O candidato torna-se uma mercadoria, que agências especializadas se incumbem de vender ao eleitorado. O impro-

priamente chamado corpo-a-corpo não tem mais sentido algum, uma vez que o candidato não pode apertar a mão e abraçar os milhares de eleitores de cujo voto precisa para eleger-se. Os fatores decisivos são os grandes meios de comunicação de massa: o rádio e, principalmente, a televisão. Ora, os minutos, os segundos, no rádio e na televisão, são caríssimos, de tal sorte que um candidato pobre, por melhor que seja, não tem chance de eleger-se. Aliás, a rigor o povo não elege os candidatos, mas ratifica escolhas prévias das quais não participa. Como já dissemos, sua liberdade reduz-se a escolher entre candidatos que não escolheu.

“Do ventre materno, o personagem nascia rei, embora pudesse ser louco ou débil mental”



O plebiscito é uma terceira forma de luta pacífica pelo poder. Em que consiste? Na convicção do eleitorado de decidir sobre um assunto determinado. Lembremos duas experiências recentes. A do plebiscito que, no governo João Goulart, restabeleceu o presidencialismo e a última, em que o eleitorado teve de decidir entre monarquia e república. Nas democracias burguesas, os plebiscitos comportam as mesmas críticas que as eleições, especialmente em um país como o nosso, em que a maioria do eleitorado é desinformada e alienada. A democracia pressupõe informação e esclarecimento, pois não tem sentido que o voto do cidadão informado e consciente, que sabe por que vota e em quem vota, seja neutralizado pelo voto do cidadão desinformado e inconsciente.

Consideremos, agora, as instituições políticas. Até a Revolução Francesa, que destruiu o Antigo Regime, o poder era pessoal e identificava-se com a pessoa do titular. Luís XIV não dizia: “L’Etat c’est moi”? Além de identificar-se com o titular, por direito divino, o poder era de sua propriedade e vitalício. Do ventre materno, sem nada ter dito, ou feito, o personagem nascia rei, embora pudesse ser débil mental, louco ou enfermo. Poder de fato e não de direito, porque o direito divino dos reis é uma irracionalidade, uma impostura. O poder pessoal caracterizava-se, assim, pela instabilidade e descontinuidade, e a única maneira de substituir o titular do poder era assassiná-lo. Nada mais tenebroso do que a crônica das monarquias européias: filhos matando os pais, pais matando os filhos, irmãos matando-se uns aos outros na implacável luta pelo poder.

A Revolução institucionalizou o poder. Os iluministas, ou enciclopedistas, prepararam a Revolução nas consciências, criticando o Antigo Regime, denunciando o direito divino dos reis, o poder pessoal e os injustos privilégios da aristocracia. O poder foi laicizado, sendo transferido da nobreza hereditária para o povo, que passou a exercê-lo por intermédio de seus representantes. A institucionalização do poder está, pois, na confluência da negação do poder hereditário com o desenvolvimento comercial, in-

dustrial e tecnológico, quer dizer, nas exigências da racionalização. Os ideólogos da Revolução tornaram-se, também, e não por coincidência, os teóricos da institucionalização do poder.

Novos princípios foram criados: a soberania popular tornou-se inalienável, sendo alienável apenas seu exercício; a instituição fundamental da democracia passou a ser o sistema eleitoral e a Constituição, a Magna Carta que iria definir e regular a estrutura e o funcionamento dos poderes legislativo, executivo e judiciário, de acordo com a divisão de Montesquieu; o poder dividiu-se em três poderes, que por hipótese, embora fossem independentes, deveriam funcionar harmoniosamente, de tal sorte que controlassem e equilibrassem uns aos outros; a instância suprema, à qual todos deveriam submeter-se, inclusive os governantes, deixou de ser a vontade do monarca e passou a ser a lei, que era, ou deveria ser, como pretendia Rousseau, expressão da vontade geral.

Há, finalmente, os poderes parapolíticos: os sindicatos de classe, as associações profissionais, os clubes políticos, as sociedades secretas, os grupos de pressão, a imprensa, o rádio e a televisão – que os franceses chamam de quarto poder – e a opinião pública. Os sindicatos são os principais instrumentos de luta da classe trabalhadora, pois contribuem não só para a defesa de seus interesses mas também para a conscientização da classe, que nas greves por exemplo, exerce sua força, seu poder. As associações profissionais podem também interferir no processo político, o que tem se verificado, entre outros exemplos, com a Associação Brasileira de Imprensa. As sociedades secretas, como a Maçonaria, sempre interferiram, ou tentaram interferir, na política, não sendo segredo para ninguém que o imperador Pedro II era maçom e que a maçonaria desempenhou importante papel na questão religiosa no tempo de D. Vital. Os grupos de pressão são constantemente mencionados pela imprensa quando, nas casas legislativas, procuram influir na votação de matérias de seu interesse. Sobre a imprensa, o rádio e a televisão, cabe observar, como já dissemos, que constituem o quarto poder. Poder, aliás, permanente, embora o rádio e a televisão sejam concessões do poder público. Aludiríamos, em último lugar, à opinião pública, poder difuso, subproduto da imprensa, do rádio e da televisão, que a formam ou deformam – pois são os meios de comunicação de massa que denunciam os escândalos que levam à renúncia de um presidente da república ou ao impedimento do exercício de seu mandato, como aconteceu com Nixon nos Estados Unidos e com Fernando Collor no Brasil.

ROLAND CORBISIER é professor de filosofia, fundador e ex-diretor do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, ex-deputado estadual constituinte e ex-deputado federal pelo Rio de Janeiro. Este artigo é a edição da intervenção do autor no seminário Rumos da Modernidade, realizado no Rio de Janeiro em 1994.

A linguagem como traço distintivo do humano

MARIA LOURDES MOTTER

*A língua veicula uma ideologia, pode corresponder à objetividade dos fatos ou encobrir o real. Fabiano, personagem do livro Vidas secas, de Graciliano Ramos, ilustra esse fato**

A especificidade do pensamento humano consiste no seu caráter conceitual irredutivelmente ligado à linguagem, entendida como sistema de sinais. Como estágio superior de orientação no mundo, o pensamento mantém-se solidário aos estágios inferiores de que procede, tanto que os aparelhos que servem à relação com o meio são os mesmos para os homens e para os animais: os sentidos.

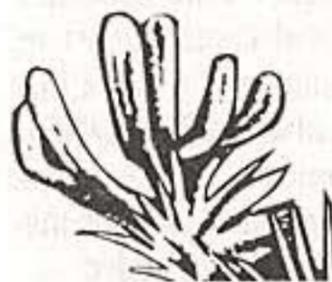
Se os animais não pensam, pelo menos em certa medida operam com meios análogos àqueles de que o homem dispõe para se orientar no mundo. Associando imagens e estabelecendo entre elas relações mais ou menos duráveis, os animais orientam-se no ambiente em que vivem, adaptam as suas reações aos estímulos externos e agem, em conseqüência, por vezes melhor e mais habilmente que o homem. Um filhote abandonado pode adotar naturalmente uma nova mãe e garantir a sua sobrevivência, o que seria impossível para um bebê; são comuns os casos de gatinhos criados por cachorros, patinhos por galinhas etc.

Esse mecanismo de orientação – associação de imagens sensíveis por meio da experiência – não desaparece no homem, mas sofre uma modificação fundamental. O pensamento, como força humana de orientação no mundo, está unido à linguagem, pois sem sinais lingüísticos os conceitos são irrealizáveis. Mas o pensamento contém também a etapa pré-verbal.

Nos processos de pensamento, a linguagem verbal não se manifesta sempre sob uma forma desenvolvida, em conformidade com as regras gramaticais. Certos saltos se produzem devido ao caráter sintético das operações mentais. Em *Vidas secas*, Fabiano e os outros personagens de sua família "...iam exibindo as imagens que lhes vinham ao espírito, e as imagens sucediam-se, deformavam-se, não havia meio de dominá-las". (p. 80)

Se o universo sensível se apresenta de modo contínuo, é a linguagem que vai recortá-lo e torná-lo compreensível. Esse universo sensível é registrado nas formas da língua, que retêm o seu sentido e lhe atribuem uma materialidade sonora (ou gráfica, no caso da escrita). A linguagem é o suporte material de um sistema de sinais e dos conteúdos semânticos desses sinais (sem os quais os sinais deixariam de ser uma linguagem). Portanto, a palavra não pode existir sem o pensamento.

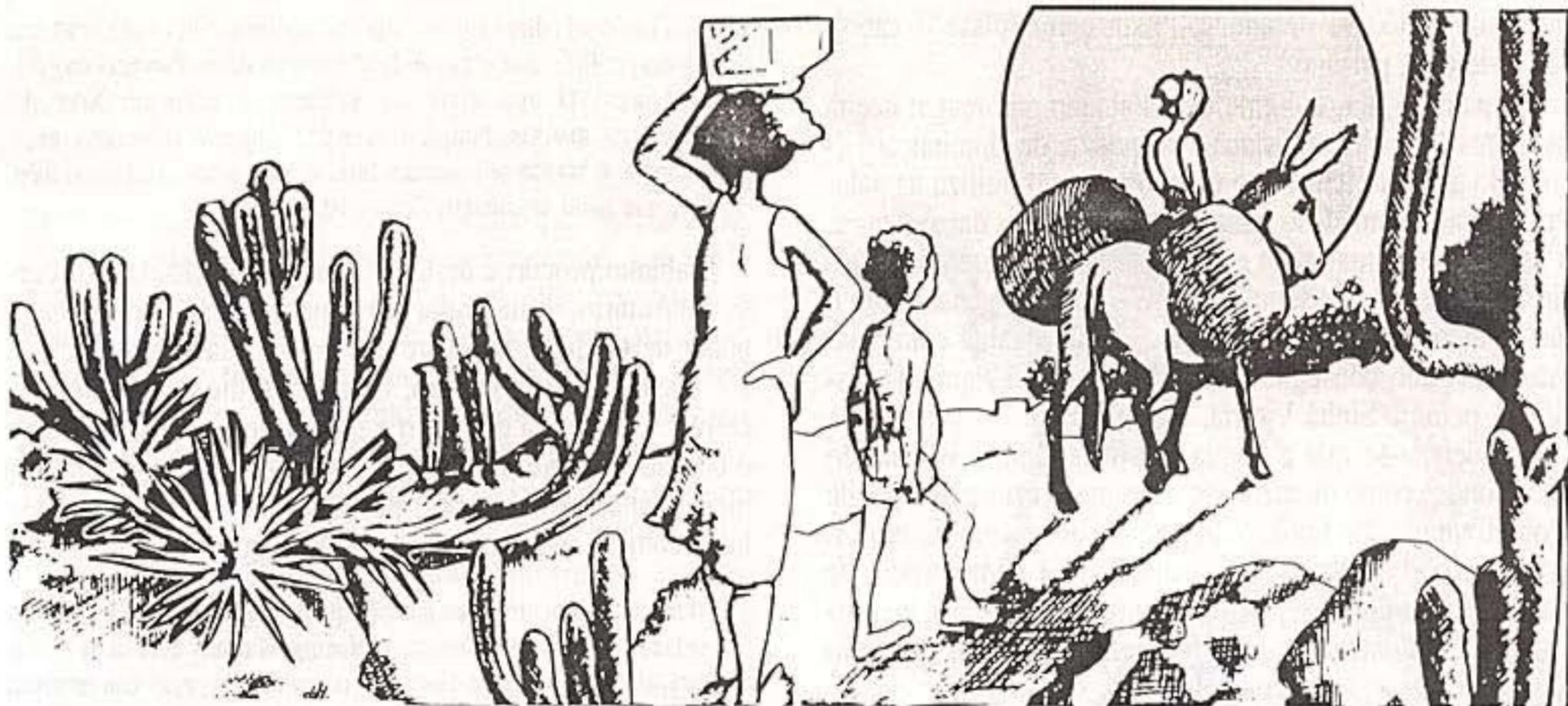
Quando Fabiano repete as "palavras" que ouviu do Seu Tomás da bolandeira, ele percebe a inutilidade daquele esforço, pois não vai além da produção de sons articula-dos, que não chegam a ser palavras porque não veiculam um conteúdo. É nesse sentido que Fabiano se sente inútil. Como o papagaio, não consegue apropriar da linguagem, não consegue se adequar ao mundo na condição de sujeito. E como pensar o mundo sem o aparato que coloca os homens em relação a si mesmos, aos outros homens e ao próprio mundo?



A língua é uma forma de classificar o pensamento, possibilita a expressão dos sentimentos e a ação

A língua é mais que um instrumento de comunicar idéias, permite agir sobre os sentimentos dos outros e exprimir os próprios sentimentos. Cada língua é também uma maneira de classificar o que se pensa e o que se sente e uma maneira de se referir ao que se pensa e ao que se sente – e é, indubitavelmente, condicionada pelo estado fisiológico do indivíduo, pela sua história, cultura, classe social, por tudo o que se passa no mundo exterior.

*A primeira parte deste artigo, "Consciência lingüística de Fabiano", foi publicada no número 32 da revista *PRINCÍPIOS*.



Há também outro fator dominante: o modelo lingüístico que a pessoa adquire como membro de uma sociedade, de um grupo. O homem não registra maquinalmente os acontecimentos do mundo. Ocorre um processo seletivo e uma interpretação desse ato de apreensão: certas características da situação exterior são valorizadas, outras ignoradas ou parcialmente distinguidas.

Na apreensão dos fenômenos há um processo seletivo e uma interpretação



Cada comunidade lingüística tem as suas categorias, nas quais os indivíduos podem agrupar as suas experiências. A linguagem estabelece essas categorias: tipos de objetos (nomes), tipos de processos (verbos), qualidades (adjetivos) e também, mais sutilmente, tipos de diferenciação ou de atividade, que são distinguidos pelas formas gramaticais. Uma sociedade na qual a caça é elemento fundamental de sobrevivência tenderá a distinguir elementos ligados a essa atividade e enriquecerá a categoria dos verbos com palavras que dêem conta desse tipo de ação.

Uma vez que os indivíduos são educados desde a infância para reagir diante do mundo de uma determinada maneira, consideram sua apreensão do real como dada e fazendo parte do vivido. Toda língua tem um efeito sobre o que vêem aqueles que a empregam, sobre o que sentem, sobre a maneira como pensam, sobre aquilo de que falam.

“A manhã sem pássaros, sem folhas e sem vento progredia num silêncio de morte. A faixa vermelha desaparecera, diluíra-se no azul que enchia o céu. Sinhá Vitória precisava falar. Se ficasse calada, seria como um pé de mandacaru, secando, morrendo. Queria enganar-se, gritar, dizer que era forte, e a quentura medonha, as árvores transformadas em garranchos, a imobilidade e o silêncio não valiam nada.” (pp. 150-151)

A experiência social fixada na língua impõe-se, de maneira indiscutível, sobre os membros da comunidade. Assim Fabiano, na incapacidade de compreender o mecanismo da linguagem, vê-se limitado na sua expressão. A língua afigura-se como uma entidade que Fabiano respeita, admira, mas sobre a qual não tem nenhum poder. Durante todo o desenrolar do romance, o personagem tenta convencer-se de que é um “bicho” (sujeito forte, senhor de si), embora se sinta como um “animal” (fraco, submetido, inferior). As palavras nesse contexto assumem um caráter mágico, quase sobrenatural, capazes de desencadear forças estranhas. Para Fabiano, mencionar a seca seria uma forma de atrair sobre sua cabeça e a dos seus essa desgraça tão temida: “Examinou o polvarinho e o chumbeiro, pensou na viagem, estremeceu. Tentou iludir-se, imaginou que ela não se realizaria se ele não a provocasse com idéias ruins”. (p. 139)

Como criação de um grupo de indivíduos, a linguagem tem um caráter eminentemente social. É a língua que veicula a ideologia do grupo que a utiliza e é nela que se cristalizam as aspirações desse grupo.

Fabiano não conhece os recursos que a língua oferece, todavia os percebe nas relações que se estabelecem entre ele e os membros da comunidade urbana. O patrão atual, por exemplo, “berrava sem precisão”. (p. 25) O gado aumentava, o serviço ia bem, mas o proprietário descompunha o vaqueiro. Natural. Descompunha porque podia descompor, e Fabiano ouvia as descomposturas com o chapéu de couro debaixo do braço, desculpava-se e prometia emendar-se. Mentalmente jurava não emendar nada, porque estava tudo em ordem, e o amo só queria mostrar autoridade, gritar que era dono. Quem tinha dúvida?

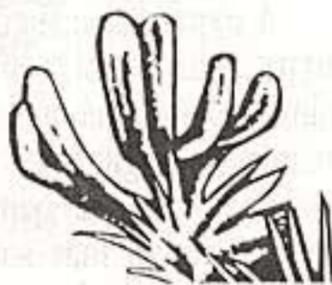
Do soldado amarelo Fabiano recebe um tratamento que, no início, tem um tom de camaradagem: “Como é, camarada? Vamos jogar um trinta-e-um lá dentro?” E logo depois do jogo: “Desafasta” (bradou a polícia). “Toca já pra frente” (berrou o cabo). Fabiano marchou desorientado, entrou na cadeia, ouviu sem compreender uma acusação

medonha e não se defendeu. “Está certo”(disse o cabo). “Faça lombo, paisano.”

O patrão grita, e diante dele Fabiano não reage: aceita os gritos como manifestação de poder, de dominação. O soldado amarelo tem outro comportamento: utiliza as palavras de modo amistoso para persuadir, depois dar ordens e, a seguir, ele as manipula para contar a sua versão da história. Durante esse episódio da prisão, Fabiano pensa sobre o ato de mentir, sobre sua incapacidade de enganar com palavras, pois não consegue criar uma desculpa capaz de justificar, perante Sinhá Vitória, o acontecido.

Evidencia-se que a língua se presta tanto à veiculação de verdades como de mentiras. Algumas vezes corresponde à objetividade dos fatos, outras ao encobrimento do real. É pois o uso abstrato da língua que foge à competência de Fabiano, e assim a verdade fica prejudicada pela incapacidade de argumentar contra o “inefável”, apesar do apoio que ele teria nos fatos concretos.

Fabiano foi calado pelo discurso autoritário, pela mentira com poder de verdade



No episódio do patrão, são manipulados em prejuízo de Fabiano não apenas o lingüístico mas os elementos simbólicos em geral. Fabiano percebia que o patrão o roubava nos cálculos matemáticos e ainda tentava convencê-lo de que estava correto. Novamente a linguagem é utilizada para carregar a mentira e o esbulho. “No dia seguinte Fabiano voltou à cidade, mas ao fechar o negócio notou que as operações de Sinhá Vitória, como de costume, diferiam das do patrão.” Reclamou e obteve a explicação habitual: “...a diferença era proveniente dos juros”. (p. 118)

“Não se conformou, devia haver engano. Não se descobriu o erro, e Fabiano perdeu os estribos. Passar a vida inteira assim, no toco, entregando o que era dele de mão beijada! Estava direito aquilo? Trabalhar como negro e nunca arranjar carta de alforria!” (pp. 118-119)

O patrão zangou-se, repeliu a insolência, achou bom que o vaqueiro fosse procurar serviço noutra fazenda.

“Aí Fabiano baixou a pancada e amunhecou. Bem, bem. Não era preciso barulho não. Se havia dito palavra à toa, pedia desculpa. Era bruto, não fora ensinado. Atrevimento não tinha, conhecia o seu lugar. Um cabra. Ia lá puxar questão com gente rica? Bruto, sim senhor, mas sabia respeitar os homens. Devia ser ignorância da mulher (...) Até estranhara as contas dela. Enfim, como não sabia ler (um bruto, sim senhor), acreditava na velha. Mas pediu desculpa e jurou não cair noutra.” (pp. 118-119)

O esboço de defesa de Fabiano tem como resultado a intimidação e a ameaça do patrão. Fabiano desiste de defender-se, recua, pede desculpas, embora convencido de estar sendo enganado:

“...não podia dizer em voz alta que aquilo era um furto, mas era. Tomavam-lhe o gado quase de graça e ainda acrescentavam juro. Que juro! O que havia era safadeza – ladroeira. Nem lhe permitiam queixas. Porque reclamara, achara a coisa uma exorbitância, o branco se levantara furioso, com quatro pedras na mão. Por que tanto espalhafato?” (p. 119)

Fabiano procurou dialogar, mas foi calado pelo discurso autoritário, instaurador de uma mentira com força e poder de verdade. Sua verdade sem defesa transformou-se em engano. Nesse sentido, outro episódio parece significativo: o da venda do porco e o confronto de Fabiano com o cobrador da prefeitura. Como a língua constitui um problema fundamental para o personagem, ele não consegue lidar com as instituições que a linguagem legitima.

“Fabiano matou um porco que não queria engordar e foi vendê-lo na cidade. Mas o cobrador da prefeitura chegara com o recibo e atrapalhara-o. Fabiano fingia-se desentendido: não compreendia nada, era bruto. Como o outro lhe explicasse que, para vender o porco, devia pagar imposto, tentara convencê-lo de que ali não havia porco, havia quartos de porco, pedaços de carne. O agente se aborrecera, insultara-o, e Fabiano se encolhera. Bem, bem. Deus o livrasse de história com o governo. Julgava que podia dispor dos seus troços. Não entendia de imposto.” (pp. 119-120)

Fabiano também manifesta medo e admiração pelas palavras:

“Ouvira falar em juros e em prazos. Isto lhe dera uma impressão bastante penosa: sempre que os homens sabidos lhe diziam palavras difíceis, ele saía logrado. Sobressaltava-se escutando-as. Evidentemente só serviam para encobrir ladroeiras. Mas eram bonitas”. (p. 122)

No intercâmbio que tenta estabelecer com o grupo social urbano, Fabiano está sempre em posição de inferioridade, porque se defronta com instituições sociais, abstrações que não sabe bem para que servem mas que estão sempre contra ele:

“Comparando-se aos tipos da cidade, Fabiano reconhecia-se inferior. Por isso desconfiava que os outros mangavam dele. Fazia-se carrancudo e evitava conversas. Só lhe falavam com o fim de tirar-lhe qualquer coisa. Os negociantes furtavam na medida, no preço e na conta”. (pp. 96-97)

A estrutura agrária decadente, a não-propriedade da terra, a exploração social, a solidão e o baixo nível tecnológico de exploração da terra são responsáveis pela impotência de Fabiano, que é obrigado a transigir com as diversas condições que o mundo lhe impõe: não pôde comprar a cama; não pôde reagir à cobrança de impostos, manifestação imediata de um governo do qual não participa e que lhe parece um fetiche distante e exterior; não pôde se livrar da absurda prisão, daquela irrupção em sua vida de um ordenamento social que ele não tem condições de compreender, já que não contribuiu para criá-lo. Segundo Carlos Nelson Coutinho:

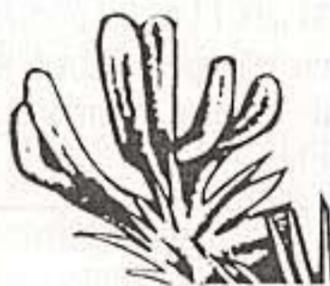
“...a sua solidão radical, a sua marginalização involuntária da comunidade humana, da integração com os semelhantes o tornam impotente e passivo, obrigado a aceitar, a capitular em face das



regras de um jogo absurdo, regras que ele não discutiu, de cuja confecção não participou e cujos autores ignora”.

Durante todo o romance, o que se evidencia é o personagem buscando sua identidade. Nos momentos de desânimo, a tendência de integração é com o ambiente natural. Nos momentos de euforia, de melhores condições, quando a natureza dá uma trégua, Fabiano se permite, como permite à família, aspirar à condição de homem. É suficiente estarem por algum tempo afastados do perigo da seca, para sonharem. Todos sonham: Fabiano sonha ser homem, ter uma terra sua, andar de cabeça erguida como os “brancos”, matar o soldado amarelo; Sinhá Vitória sonha ter uma cama de verdade; o filho mais novo sonha entender o sentido da palavra inferno e o mais velho sonha ser vaqueiro como o pai; a cachorra Baleia sonha com um osso suculento. É tão restrito o mundo em que vivem, tão pequeno, o horizonte tão próximo, que não há imaginação sequer para sonhar, o sonho tem que caber na realidade.

O problema do significado está presente em todos os signos culturais



A busca de integração com a comunidade evidencia-se, entre outras maneiras, nas inúmeras tentativas de diálogo e de argumentação, que infelizmente nunca chegam a bom termo, e na imitação do vestuário e dos hábitos dos homens da cidade. A problemática do significado estende-se ao vestuário: Fabiano busca, através de um comportamento citadino, integrar-se ao grupo social mais próximo. Vai com a família à festa na cidade, todos vestidos de acordo com a norma indumentária vigente naquele contexto social:

“...constrangido na roupa nova, o pescoço esticado, pisando em brasas”. (p. 95) “Fabiano apertado na roupa de brim feita por Sinhá Terta, com chapéu de baeta, colarinho, gravata, botinas de vaqueta e elástico, procurava erguer o espinhaço, o que ordinariamente não fazia. Sinhá Vitória, enfronhada no vestido vermelho de ramagens, equilibra-se mal nos sapatos de salto enorme. Teimava em calçar-se como as moças da rua – e dava topada no caminho. Os meninos estreavam calça e paletó. Em casa usavam sempre camisinhas de riscado ou andavam nus.”

Mas logo esses padrões mostram-se sufocantes, e aos poucos os personagens vão se despojando, libertando-se daquela norma de vestuário e do signo social que elas representam:

“E ao pisar a areia do rio, notam que assim não poderiam vencer as três léguas que os separavam da cidade. Descalçou-se, meteu as meias no bolso, tirou o paletó, a gravata e o colarinho, roncou aliviado. Sinhá Vitória decidiu imitá-lo: arrancou os sapatos e as meias, que amarrou no lenço. Os meninos puseram as chinelinhas debaixo do braço e sentiram-se à vontade. (...) Retomou a posição natural: andou cambaio, a cabeça inclinada”. (p. 92)

Na realidade, o signo social que as roupas representam só tem sentido para o grupo urbano; para Fabiano e sua família, não recobrem uma substância do domínio de sua experiência. O esforço de se vestirem de acordo com as regras da comunidade demonstra a busca de integração, que no entanto se esvazia pela incapacidade de assimilarem de uma só vez um complexo de normas sociais. A incompetência leva a uma performance insatisfatória, que acaba por ressaltar o aspecto grotesco: “Sabia que a roupa nova cortada e cosida por Sinhá Terta, o colarinho, a gravata, as botinas e o chapéu de baeta o tornavam ridículo, mas não queria pensar nisto”. (p.97)

“E o colarinho furava-lhe o pescoço. As botinas e o colarinho eram indispensáveis. Não poderia assistir à novena calçado em alpercatas, a camisa de algodão aberta, mostrando o peito cabeludo. Seria desrespeito. (...) Não se arriscava a prejudicar a tradição, embora sofresse com ela.” (p. 96)

A utilização da sombrinha, de modo peculiar, por Sinhá Vitória, também ressalta o desejo de integração:

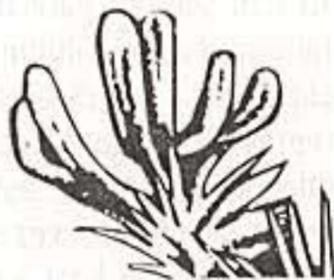
“Atravessaram a pinguela e alcançaram a rua. Sinhá Vitória caminhava aos tombos, por causa dos saltos dos sapatos, e conservava o guarda-chuva suspenso, com o castão para baixo e a biqueira para cima, enrolada no lenço. Impossível dizer por que Sinhá Vitória levava o guarda-chuva com a biqueira para cima e castão para baixo. Ela própria não saberia explicar-se, mas sempre vira as outras matutas procederem assim e adotava o costume”. (pp. 93-94)

A sombrinha não tem, nesse contexto, seu significado comum: objeto de proteção contra o sol ou a chuva. É carregada de modo particular, como imitação de um comportamento. Esse gesto é um signo cujo significado Sinhá Terta não compreende. Portanto, o que é signo para o grupo urbano para ela é mera imitação, porque esvaziado do seu sentido social. De certa maneira é o que faz Fabiano quando pronuncia palavras sem conhecer-lhes o significado, reduzindo-as à mera expressão.

Fabiano percebe que a linguagem pode ser uma arma, uma arma que está sempre contra ele, contra os fracos, indefesos e oprimidos. Na prisão não consegue montar a própria história, definir o sentimento de revolta surda que toma conta de seu espírito: "O demônio daquela história entrava-lhe na cabeça e saía". (p. 40) Mas reconhece também que, se soubesse usar a linguagem, teria poderes sobre essa arma e poderia usá-la para sua defesa, para gritar por seus direitos, e assim ser homem.

É ainda nesse estado de confusão que opõe instintivamente as duas fórmulas mágicas que lhe permitiriam romper a estrutura que o degrada: o poder do saber lingüístico, instrumento de conhecimento do mundo que permite ao homem atuar sobre ele e modificá-lo; e o poder da violência, sob a forma de adesão ao cangaço, para destruir os opressores: "Entraria num bando de cangaceiros e faria estrago nos homens que dirigem o soldado amarelo. Não ficaria um para semente". (p. 42) Se a primeira saída lhe foi vedada, a segunda implica abandonar a família. Portanto, ele continuará dependendo da sorte: se um dia acabarem as secas, então seus filhos poderão romper com a herança trágica de várias gerações.

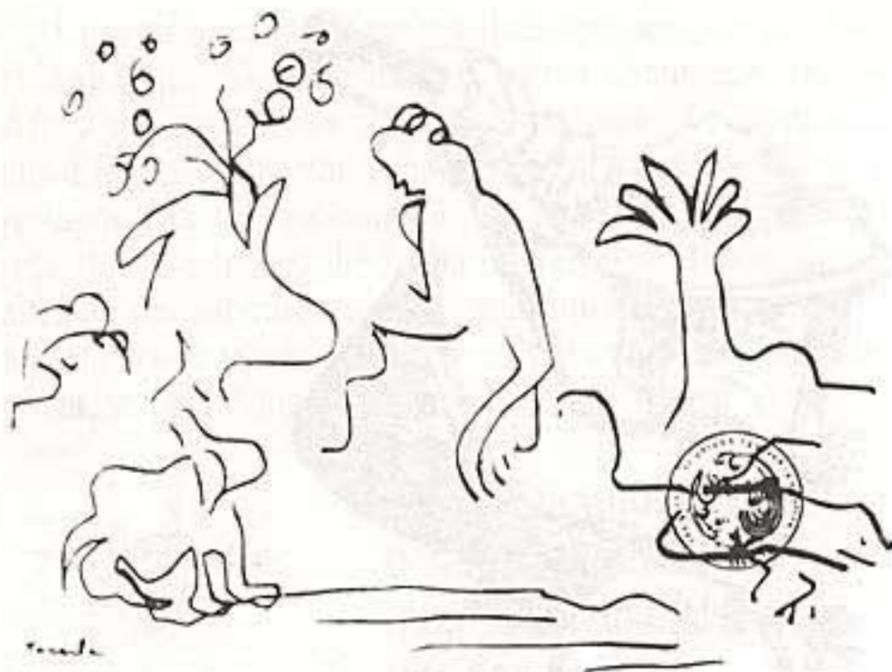
Há uma relação entre o conhecimento lingüístico de um indivíduo e seu grau de desempenho



A consciência lingüística de Fabiano reduz-se às funções mais gerais da língua. Muitas vezes não consegue juntar uma seqüência sonora a um conceito, um significante social ao seu significado. Da mesma maneira, não consegue unir o fator biológico ao cultural e obter uma síntese, ou seja, uma identidade humana. Em última instância, há uma dissociação de forma e conteúdo. Por não conseguir ver-se como indivíduo, não se realiza como ser social. Trabalha, produz, mas nada recebe em troca. É fruto de uma sociedade injusta, que com sua dinâmica cria seres mutilados e, assim, mantém a "indústria da seca e da fome".

Inegavelmente nosso "herói" é um homem, e como tal possui aptidão lingüística, um potencial que pode ou não ser desenvolvido, dependendo dos fatores externos. Tal aptidão se realiza numa competência e numa performance que variam em função do meio social. Quanto maior for o conhecimento do sistema lingüístico, de suas possibilidades, de suas formas, melhor será a competência do indivíduo e, conseqüentemente, o seu desempenho.

Isolado da comunidade lingüística, nosso personagem carrega uma história em que o silêncio é uma contingência. Fabiano é fruto de um sistema de educação pragmática, cuja meta é a preservação da vida biológica. Tem certeza da inutilidade da palavra no contexto em que vive, e por isso estabelece para os filhos o mesmo padrão de comportamento verbal – evita que eles alcancem respostas para questões lingüísticas que os desviassem da luta pela subsistência, obrigatória para uma perfeita adaptação ao



ambiente hostil. Essa educação exclui o desenvolvimento da linguagem verbal para além dos limites em que estão confinados os personagens. Não exclui, todavia, o sonho e a perspectiva utópica de viverem num mundo no qual, tendo sua sobrevivência assegurada, lhes seria possível realizarem-se como homens e falarem a sua linguagem em igualdade de condições.

Vidas secas possibilita pelo menos duas leituras. Uma determinista, no nível da denotação, na qual o meio, a raça e a história seriam os elementos responsáveis pela situação de carência do "herói". No nível da conotação, que responde pela atualidade da obra, pode-se interpretá-la como uma denúncia social: trata do problema do abandono do nosso homem do campo, do desenvolvimento do aparato tecnológico voltado apenas para os grandes centros industriais, enquanto se eterniza o problema da seca e do desvio das verbas destinadas aos flagelados.

A problemática que levou Graciliano Ramos a escrever *Vidas secas*, obra publicada em 1938, permanece como uma realidade não superada, nem superável num futuro próximo. Com extraordinária capacidade, o autor concretizou o inferno da seca, o drama humano do retirante e a miséria que o Brasil desenvolvido procura ignorar. A história que Graciliano considerou "mesquinha", certamente não é apenas ficção.

MARIA LOURDES MOTTER é doutora em Ciências da Comunicação pela ECA/USP. Este trabalho teve a colaboração de Vicente Francisco da Silva, mestre em lingüística pela FFLCH/USP.

Bibliografia

- BRAYNER, S. *Graciliano Ramos – Seleção de textos*. Coleção Fortuna Crítica 2, direção de Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- COUTINHO, C.N. *Literatura e humanismo*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967.
- RAMOS, G. *Mestre Graciliano – Confirmação humana de uma obra*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- RAMOS, G. *Linhas tortas*. São Paulo, Livraria Martins, 1976.
- RAMOS, G. *Vidas secas*. São Paulo, Livraria Martins, 13ª ed.

Os paradoxos do regime militar

J.W. BAUTISTA VIDAL

*Há um paradoxo na história da ditadura militar de 1964: apesar do entreguismo daqueles governos, o nacionalismo de alguns setores militares conseguiu se manter**

Os trinta anos da instauração do regime militar têm motivado várias avaliações, em círculos políticos, jornalísticos e acadêmicos, sobre aquele período de nossa história. PRINCÍPIOS tem contribuído para este debate publicando artigos de Haroldo Lima (nº 32, "Forças Armadas no limiar do século XXI") e de José Carlos Ruy (nº 33 "A modernização conservadora de 64 e o projeto neoliberal"). O depoimento de J.W. Bautista Vidal, que foi secretário de Tecnologia Industrial do ministério Severo Gomes (governo Geisel), contribui especialmente para as discussões referentes ao esquema político-tecnológico do regime militar. O texto, que publicaremos em duas partes, em edições sucessivas, é parte do livro O desmonte do Estado brasileiro, a ser lançado brevemente. Desnecessário frisar que as opiniões emitidas são de exclusiva responsabilidade do autor.

Acreditamos não haver decorrido tempo suficiente para se poder realizar análise isenta e completa sobre o período militar, embora já se tenha passado dez anos de seu término. Feridas ainda estão abertas e muitos de seus atores e vítimas estão vivos, sujeitos às emoções de suas vivências, aos preconceitos ideológicos da época e a uma visão dos acontecimentos ainda não depurada pelo tempo.

É, entretanto, muito oportuno e necessário que os depoimentos desses atores e vítimas sejam recolhidos porque será necessariamente sobre eles que se irá recompor os fatos e escrever a história. Os depoimentos são sempre de natureza pessoal, nas circunstâncias vividas, mesmo porque, como afirma José Ortega y Gasset: "O homem é visto de modo amplo e profundo quando considerado no contexto de suas circunstâncias. É do conjunto das ações dos homens e suas circunstâncias que se faz a história".

* A segunda parte deste artigo será publicada no próximo número da revista PRINCÍPIOS.

Este depoimento pessoal se restringe ao setor específico da tecnologia, que, embora amplo, estratégico e decisivo no jogo de poder mundial, não se localizava no centro dos conflitos de 64. Depois, com a evolução do regime, ele foi se tornando mais e mais importante, a ponto de tornar-se o primeiro setor do Estado brasileiro a ser objeto de desmonte, o que foi iniciado no último governo militar.

Em março e abril de 1964, com 29 anos de idade, dirigia o Departamento de Física do Instituto de Matemática e Física e ensinava física na Escola de Engenharia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), tendo regressado de um longo período nos Estados Unidos, em programa de pós-graduação (doutorado) na Universidade de Stanford.



Jovens que lutavam para construir um Brasil melhor eram colocados na categoria de suspeitos

Para nossa desvantagem, em todo o período de graduação e pós-graduação não tivemos participação efetiva em política estudantil, embora vissemos com simpatia quem dela participava. A condição de filho de emigrantes, que tiveram de enfrentar inicialmente condições adversas, aspirando sempre ver seus filhos com educação superior, talvez explique parcialmente essa tendência.

Assim, em 64 não fomos diretamente atingidos. O mesmo não ocorreu com alguns auxiliares na Escola de Engenharia, que procuramos proteger. Jovens, como eu, lutavam para construir um Brasil melhor, não colonizado. Isto era suficiente para que fossem colocados na categoria de suspeitos.

Pertencemos a uma geração de jovens estudantes universitários que, muito antes de obter o diploma, já vis-

lumbrava muitas alternativas de trabalho. Cerca de 60% de meus colegas na Escola Politécnica da Bahia já estavam compromissados em trabalhar na Petrobrás, em plena expansão e com grandes desafios pela frente. Optamos por realizar a pós-graduação em física, não por falta de trabalho mas por aspiração profissional. A energia nuclear estava então em grande destaque mundial. Relembramos estes aspectos com tristeza para constatar o que fizeram com o Brasil e lamentar a absoluta falta de perspectivas que têm hoje os jovens brasileiros, sem nenhuma necessidade, fruto de um modelo perverso, antinacional.

No período entre 1964 e 1969 nos dedicamos integralmente a atividades acadêmicas, objetivando criar na UFBA o ensino e a pesquisa da física. Para isso trouxemos da Universidade de São Paulo um grupo de jovens físicos e enviamos estudantes brilhantes para realizarem pós-graduação em física em centros mais avançados. Entre eles, 29 terminaram o doutorado em algumas das melhores universidades do Ocidente.

“O regime militar não se constituía num sistema monolítico, sua ação dependia dos atores envolvidos”



Simultaneamente, fundamos: o Instituto de Física, como instituto básico da Universidade; o Centro de Computação, com a instalação do primeiro computador, um IBM-1130; o Centro de Pesquisa em Fracas Radioatividades e o Centro de Ensino de Ciências da Bahia (Ceciba), este último para treinar professores secundários em ciências e matemática nos novos métodos de ensino, resultante da reação do Ocidente ao vitorioso lançamento do *sputnik* pela União Soviética. Mais de duzentos professores foram treinados, o que ocasionou um grande entusiasmo na mocidade sobre o conhecimento das ciências. Como decorrência, as feiras de ciências proliferaram. O Ceciba, porém, foi posteriormente desmontado.

Com o objetivo de darmos vocação local ao ensino e à pesquisa em física, montamos, em convênio com a Petrobrás, o Curso de Especialização em Geofísica, por meio do qual treinamos os 67 geofísicos dessa empresa, que tiveram papel importante na descoberta de petróleo na plataforma continental e, mais tarde, em mar profundo. Até então os serviços de geofísica da empresa eram realizados por firmas estrangeiras. Posteriormente, esse curso se transformou em centro de pós-graduação e pesquisa em geofísica, o mais importante do hemisfério sul, com contribuições no desenvolvimento de novos métodos de prospecção no continente.

Na mesma época, foram construídos, no campus universitário, os edifícios das ciências básicas e da matemática, ao tempo em que se implantava a reforma universitária. Como se pode verificar, foi um período de trabalho frenético, de avanço, e que teve como paradigma a experiência da Universidade de Brasília. A equipe que na Bahia

enfrentou a reforma universitária não abria mão dos princípios que nortearam a criação dessa inovadora Universidade, embora ela estivesse, então, em processo de desmonte. Quando a excelente equipe de físicos da UnB pediu demissão, o reitor da UFBA, Miguel Calmon du Pin e Almeida, por nossa indicação, convidou a equipe para ir para a UFBA. Os professores Tiomno e Salmerón estiveram na Bahia para discutir o deslocamento. Infelizmente, por vários problemas pessoais, a transferência da equipe não ocorreu. O fato de a UnB estar sofrendo um processo de desmantelamento, por ação do regime militar, não impediu que outras universidades a tomassem como modelo, revivendo o que estava sendo destruído. Este exemplo mostra que o regime militar não se constituía em sistema monolítico, sua ação dependia dos atores envolvidos. Ainda que o regime tivesse componentes nitidamente vinculados a interesses antinacionais, muitos militares da ativa e de participação direta em 64 tinham postura nacionalista. O primeiro governo militar, no entanto, entregou parcela ponderável do poder a conhecido agente de interesses externos, o Sr. Roberto Campos, de tenebrosa história. Esta tendência se tornou quase uma constante nos governos que deram prosseguimento ao regime, com Delfin Neto, Mário Simonsen, Mailson da Nóbrega, entre outros; o mesmo ocorreu na chamada fase de abertura, com Francisco Dornelles e outros, e perdura até hoje, cada vez com mais concentração de poder nas mãos desses prepostos, diretos ou indiretos, de interesses antinacionais. Ou seja, os tecnocratas foram levados ao poder pelos militares, enraizaram-se nele e hoje dominam a vida nacional pela ditadura financeira, que destrói o econômico, sem qualquer vinculação com a realidade do país e sem compromissos com seu povo e sua cultura.



A regra da Guerra Fria (quem não está comigo é meu “inimigo”) foi aplicada também aos cientistas

Após termos nos diplomado em engenharia civil e antes de ir para Stanford, realizamos, entre 1959 e 1961, pesquisas em física no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), sob a orientação do cientista austriaco Guido Beck. Esse centro reunia um grupo extraordinário de físicos brasileiros, de nível internacional, como César Lattes, Jayme Tiomno, José Leite Lopes, entre vários outros, todos imbuídos de ideais patrióticos de dar ao Brasil um nível científico comparável aos melhores do mundo. As idéias sobre a futura Universidade de Brasília fervilhavam entre os cientistas e jovens estudantes do CBPF. Esses cientistas, muito conceituados internacionalmente, sofriam restrições de dirigentes conservadores, que só conservavam o que era contra nosso futuro, nossa gente, nossa cultura, deslumbrados com tudo o que vinha de fora, do mundo hegemônico. Mais do que conservadores, eram principalmente deslumbrados e servis. Não admitiam, entre os brasileiros, aqueles



que se iguallassem com os melhores dos países ricos e até os superassem. Assim, consideravam nossos melhores cientistas, por serem homens independentes, admirados e respeitados em toda parte, como homens de “esquerda”, havendo nisso uma conotação pejorativa, que às vezes extrapolava para outras mais perigosas, como a de serem comunistas. Esses cientistas eram cidadãos brasileiros que tinham trabalhado em organizações de elevado prestígio internacional, como o Instituto de Estudos Avançados de Princeton e algumas das melhores universidades do mundo, alguns com seus nomes inscritos na história da ciência. Na verdade, eram indivíduos altamente capacitados, profundamente comprometidos com o futuro do Brasil, e por isso não se subordinavam à mentalidade colonial da classe dirigente brasileira. Por tudo isso eram considerados inimigos do poder que subjuga o nosso país e, portanto, classificados como comunistas, em terminologia típica da Guerra Fria: “Ou se subordinavam a um dos lados ou eram classificados como pertencentes ao lado oposto”. Não havia a hipótese de serem colocados na categoria daqueles que, vinculados à cultura e aos interesses de seu povo, não aceitavam ideologias de dominação exógena. Quando ocorreu 64, alguns desses cientistas foram presos e tiveram de responder inquéritos policial-militares, outros foram para o exterior, para os principais países capitalistas, onde eram muito bem-recebidos. Sucedia, entretanto, que alguns inquiridores, entre aqueles de maior visão, identificavam-se com o idealismo patriótico dos acusados, admiravam sua coragem e dignidade e terminavam os inquéritos congratulando-se com os supostos acusados. Não esqueçamos, no entanto, que o ambiente estava envenenado, de parte a parte, o que permitia radicalismos e arbitrariedades.

Foi a convivência com esse grupo excepcional de cientistas que começou a despertar nossa atenção para o verdadeiro jogo do poder, em que alguns países se atribuíam o papel de subjugar outros, contando para isso com a conivência de muitos nativos servís, sem amor à sua terra. Esse entendimento foi aprofundado em Stanford, cujo Departamento de Física estava diretamente envolvido nos fundamentos científicos de algumas das principais armas da Guerra Fria. Wolfgang Panosky, uma espécie de ministro de assuntos nucleares do presidente Kennedy, era nosso professor, assim como três prêmios Nobel de física. Viviam-se no departamento questões centrais do poder mundial. Nas proximidades de Stanford, estavam localizados alguns dos principais centros industrial-tecnológicos da Guerra Fria. Em torno da Universidade estava sendo montado o que depois se chamou “vale do silício”, que liderou a revolução mundial da informática. Eram nossos colegas da universidade, que, com o suporte essencial dos grandes programas do governo norte-americano (nuclear, espacial, de mísseis etc.), começavam a montar esse sofisticado parque industrial e de serviços. Hoje, o “vale do silício” representa um faturamento anual de cerca de cem bilhões de dólares.

Pelo Departamento de Física de Stanford circulavam, no início da década de 60, algumas das figuras centrais do poder mundial. É curioso que em Stanford se respirava a mesma atmosfera de sentimento nacional que tínhamos vivido no CBPF, no Rio. No entanto, lá ninguém se atrevia a chamar os cientistas do departamento de comunistas; pelo contrário, eram reverenciados como heróis de luta contra o comunismo, que na visão deles era o inimigo. Esta constatação põe em evidência que as coisas ocorrem diferentemente nas colônias e nas metrópoles. E todos os que vivemos essas circunstâncias e que não estávamos deslumbrados com os Estados Unidos, revigoramos nosso patriotismo, ainda que fôssemos induzidos pelo exemplo. Somos antes de tudo brasileiros e temos de honrar essa condição, por uma questão de dignidade pessoal e compromisso com nossos filhos.



1964 consolidou a Petrobrás, rompeu o acordo militar com os EUA e fomentou a indústria

É necessário entendermos, uma vez por todas, a questão que está no âmago do paradoxo entre o nacionalismo dos militares e o entreguismo do regime militar de 64. Há muitas evidências que mostram que os mais perseguidos durante o regime militar foram os nacionalistas, inclusive dentro da própria corporação. A bipolaridade entre o comunismo e o capitalismo como ideologias das duas grandes potências colocava todo aquele que não servia aos interesses do Tio Sam como estando do outro lado, ou seja, como comunista, mesmo que fosse um fervoroso católico. A campanha “O petróleo é nosso” é um exemplo

claro. Todo aquele que participou ativamente dessa campanha patriótica veio a sofrer posteriormente perseguições da “direita”, identificada com o regime militar. O mais paradoxal é que foi no período militar que a Petrobrás teve a sua estrutura consolidada e ampliada, com a criação dos parques petroquímicos, a descoberta de importantes reservas e, principalmente, o desenvolvimento de competência necessária para enfrentar as descobertas da plataforma continental e do mar profundo, transformando-se em detentora da melhor tecnologia mundial. Ademais, sua política de substituição de importações permitiu um amplo desenvolvimento da indústria nacional, especialmente no setor de bens de capital. Igualmente, foi no período militar que as empresas e estatais básicas e estratégicas ocuparam espaços econômicos importantes, de outra maneira em mãos de corporações transnacionais. Foi ainda nesse período que o Brasil rompeu os acordos militar e nuclear com os Estados Unidos, rompimentos que permitiram um amplo desenvolvimento industrial, especialmente em áreas sensíveis, algumas delas posteriormente desmanteladas com o avanço do neoliberalismo.

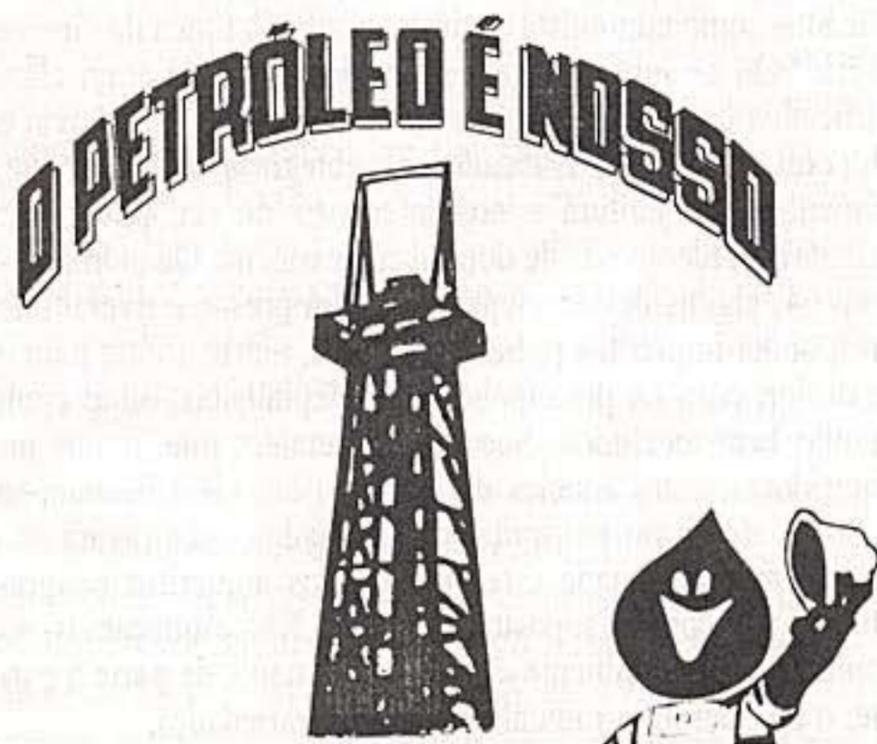
**Henry Kissinger, em
1979: “Não
admitiremos outro
Japão ao
sul do Equador”**



O acordo militar resultou de pressão norte-americana sobre Getúlio Vargas em período prévio à entrada do Brasil na II Guerra Mundial. O cumprimento desse acordo imobilizou, durante longo período, o desenvolvimento industrial e tecnológico brasileiro em setores essenciais à competição e autonomia produtivas. A ruptura do acordo nuclear com os Estados Unidos libertou nosso país da camisa-de-força em que se encontrava nesse setor, que vem definindo o poder mundial desde o lançamento, pelos americanos, das bombas atômicas sobre o Japão. O acordo nuclear com a República Federal da Alemanha não deixou de ser um ato de soberania. Infelizmente, porém, seguiu a norma do modelo econômico dependente do ponto de vista tecnológico, o que veio a se constituir em opção energética equivocada e alienante e, também, em péssimo negócio. Foi, entretanto, no período militar que se autorizaram os “contratos de risco”, em afronta ao monopólio estatal do petróleo, posteriormente rejeitados pela Constituição de 1988. Foi, entretanto, nesse período que se começou a implantar um modelo energético independente, com fontes renováveis nacionais, e se instalou um parque produtivo de bens de capital com empresas de capital brasileiro. Dizia Getúlio Vargas que a independência de uma nação somente pode ser alcançada quando o seu povo sabe fazer suas máquinas, ou seja, dispõe de uma indústria de bens de capital própria. Esses exemplos mostram que existiu, portanto, nesse período, uma forte dicotomia de poder dentro do regime, que promoveu paradoxais resultados.

É sintomático que a derrocada dos regimes militares na América Ibérica se deu de modo quase simultâneo, como parte de um mesmo processo (Argentina, Brasil, Chile etc.). Assim como se deram, de modo simultâneo, os movimentos militares que resultaram nesses regimes. E, sempre, em suas implantações e declínio, com a participação, para não dizer a intervenção direta norte-americana. Em alguns casos de modo ostensivo. Por outro lado, a abertura, a “democratização”, veio associada à intensificação do devastador processo neoliberal, que destruiu a indústria argentina, fez o Chile voltar ao século XIX e está desmontando, desestruturando o nosso parque produtivo. Felizmente, no caso brasileiro, estão havendo resistências, que se opõem fortemente ao avanço neoliberal, como no caso da ilegítima revisão constitucional, que entrou em tumultuado processo de inviabilidade. Ela visava transferir para o controle externo nossos grandes patrimônios naturais, mineral e energético, assim como instrumentos essenciais ao nosso desenvolvimento, que são as empresas estatais estratégicas, além de pretender controlar de modo absoluto a grande mídia, pela ruptura do monopólio das comunicações. Como se fosse pouco, ainda queriam descaracterizar, por alteração constitucional, a conceituação vernacular e jurídica de empresa nacional. Tudo isto acompanhado do estabelecimento de reserva de mercado monopólica sobre nosso excepcional patrimônio genético (avaliado em 80% do patrimônio do planeta) para um grupo de corporações transnacionais, por meio da chamada “lei de patentes”. Essas pretendidas mudanças constitucionais, naturalmente, definiam um quadro assustador pois, como sabemos, promoviam a perda de alguns dos patrimônios essenciais da nacionalidade. E, como sabemos, não existe pátria sem patrimônio.

Reportando-nos ao período militar, e ainda antes de seu último governo, no qual, em 1979, começou a desagregação nacional, é digna de lembrança a famosa frase de





Henry Kissinger: “Não admitiremos outro Japão ao sul do equador”, em clara advertência ao Brasil. A partir daí, e ainda dentro do regime militar, começou o processo de descrédito e desmonte do Estado, que teve sua culminância no governo Collor e prossegue, como se nada de grave estivesse ocorrendo, no governo Itamar Franco.

Essas evidências nos levam à necessidade de aprofundar a questão dos militares ante a soberania nacional. Enquanto muitos militares tinham posição nacionalista, o regime militar, com ilhas de exceção, seguia política entreguista. Há portanto que se compreender as razões desse paradoxo, resultantes em parte da existência da Guerra Fria e do temor ao comunismo. Evidentemente, nem todos os militares eram nacionalistas. Distinguiam-se os que se diziam exclusivamente profissionais, como se isso fosse possível no contexto da Guerra Fria ou como se pudessem abrir mão de seus compromissos constitucionais de cidadania, quando está em jogo a soberania nacional, e serem usados passivamente como instrumentos de interesses antinacionais; e os que adotavam a defesa de interesses hegemônicos, em detrimento dessa soberania. Por tudo isso, merece destaque os militares da linha nacionalista, que tiveram papel importante em todo o período como intransigentes defensores de nossos interesses em um regime que, sendo militar, tinha forte componente entreguista. Muitos deles pagaram, com prejuízo de suas carreiras, a patriótica atitude adotada.

Ao confundir tudo o que não fosse capitalismo a serviço dos Estados Unidos como desvio à esquerda, permitiu-se descaracterizar, nos países dependentes, o que representava suas necessidades, interesses e cultura. Assim ocorrendo, a procura dos caminhos nacionais e as ações que objetivavam construí-los entravam em confronto com a orientação ideológica de servir à metrópole hegemônica. As classes dirigentes desses países, formadas nessa ideologia, excluem

todos aqueles que não seguem essa cartilha. Quando os militares tomaram o poder em 1964, rompendo a ordem constitucional, com o suporte dos Estados Unidos, entregaram o poder real, já no primeiro governo militar, a um preposto de poucos escrúpulos dos americanos, o Sr. Roberto Campos – como vimos, ele e o que ele representa encaminharam a indicação de seus sucessores e, deste modo, mantiveram desde então parcela ponderável desse poder. Assim, os principais marcos institucionais da dependência – o Tratado de Bretton Woods, em 1944, e o “modelo” de crescimento econômico dependente, da era Juscelino – tinham agora agentes credenciados, que comandavam a máquina governamental. Um alto funcionário do governo norte-americano chegou a afirmar que o Brasil era uma nação muito importante para ser controlada de longe, como o fez o mercantilismo inglês no século XIX. Era necessário, portanto, ter nos principais postos governamentais colaboradores, ou seja, agentes do poder hegemônico. Evidentemente, esta sistemática não é exclusiva do período militar, tendo ocorrido antes e depois desse período.

Outra questão que necessita ser esclarecida é que o regime militar não implantou um modelo econômico novo, mas apenas exacerbou o modelo dependente existente desde a era Juscelino. Por esse modelo, abriu-se o mercado brasileiro a grandes corporações transnacionais, que aqui se implantaram com elevado protecionismo e concessões de imensas benesses: subsídios, incentivos de toda ordem e garantia de rigorosa reserva de mercado. Essas corporações se instalaram e cresceram, ocupando estrategicamente as áreas dinâmicas de nossa economia, praticamente a custa de poupança interna. A proteção que lhes foi dada jamais alcançou idêntica proporção quando se relacionava com a empresa nacional.



O regime militar exacerbou o modelo dependente existente desde a era Juscelino

Foi porém no campo tecnológico que o modelo estabeleceu processo perverso e suicida para nossa autonomia, definindo-o como dependente das nações hegemônicas. Isto era colocado para a população sob o chamariz idiota do slogan eleitoral: “Crescer cinquenta anos em cinco”. Infelizmente Juscelino Kubitschek somente veio a dar-se conta dessa dinâmica quando já tinha deixado o governo. Tentou voltar para corrigir e não conseguiu. Em 1968, como diretor do Instituto de Física da UFBA, vivemos a revolta estudantil de âmbito mundial. O Instituto foi ocupado pelos estudantes, que lá se estabeleceram por um longo período. Só um pequeno grupo de professores eram aceitos pelos estudantes, entre os quais o diretor. Depois disso veio o trágico Ato Institucional V.

Em 1969, fui designado membro titular do Conselho Deliberativo da Coordenação do Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior (Capes), órgão principal da pro-

moção da pós-graduação nas universidades brasileiras. Desse Conselho faziam parte cinco reitores e pesquisadores de reconhecida independência. A Capes, instituição fundada por Anísio Teixeira, foi a grande responsável pelo aperfeiçoamento do corpo docente de nossas universidades e pela estruturação dos seus cursos de pós-graduação. Depois vieram, com mais recursos, o CNPq e o Funtec do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Com esses instrumentos conseguiu-se montar, em tempo recorde, um extenso programa de pós-graduação. Não havia falta de recursos financeiros para esse fim. É interessante ressaltar que o Conselho da Capes, que mantinha o comando da instituição, não aceitava intromissão da Diretoria de Ensino Superior, a quem supostamente estaria subordinada, nem de qualquer outra origem. Em várias ocasiões, enfrentamos, vigorosamente, tentativas de intervenções externas.

Ainda em 1969 fomos designados pelo governador Luís Viana Filho, secretário de Estado de Ciência e Tecnologia da Bahia, a primeira Secretaria de Estado dessa natureza criada no país. Minha reação inicial foi recusar o cargo, porque considerava impossível levar avante a missão de um órgão dessa natureza no contexto político da época. Manifestei, então, ao governador, essa posição. Sua reação foi imediata: "Você está se referindo à politicalha e não à política. Se não tivesse condições de criar essa Secretaria isenta de politicalha, eu não a criaria. Foi precisamente por isso que o chamei para ocupá-la". Luís Viana cumpriu rigorosamente sua palavra. Tinha sido a primeira vez que o encontrava, o que ocorreu no saguão do Copacabana Palace, no Rio. Realmente, todos os equívocos que cometi como secretário, no governo da Bahia, são de minha exclusiva responsabilidade. Não sofri, então, qualquer tipo de interveniência externa ao governo civil.

No final dos anos 60, ocorreram os primeiros contatos com industriais nacionais e estrangeiros



Em 1970, quando se realizou na Bahia a reunião anual dessa sociedade, acumulei as funções de secretário de Estado com a de secretário regional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Tive a responsabilidade local de coordenar essa reunião, com mais de três mil participantes de fora do Estado, quando a rede hoteleira não dispunha de quinhentas acomodações. A sociedade baiana foi generosa em acolher em suas residências, conventos e escolas esse excedente. Não preciso dizer que o mundo científico, na sua habitual irreverência, não poupou a natureza do regime. Isto não impediu que seus trabalhos fossem encerrados serenamente pelo governador do Estado.

Nessa fase, final dos anos 60, estava-se iniciando a implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari, na Bahia, com a elaboração dos estudos necessários pelo grupo de Rômulo Almeida. Tivemos então os primeiros contactos

com industriais, nacionais e estrangeiros. Para planejar a ação da secretaria, formamos um grupo de ex-alunos; estudamos as potencialidades do Estado e levantamos suas prioridades. Identificamos que cerca de 80% de sua riqueza potencial estava relacionada aos setores químico-petroquímico e metalúrgico e, no campo social, ao setor de alimentos tropicais, especialmente frutas. Para esse fim planejamos o Centro de Pesquisas e Desenvolvimento da Bahia (Ceped), que atuaria basicamente nessas áreas de vocação do Estado. No campo da metalurgia, o Ceped dedicou-se ao desenvolvimento do projeto tecnológico-industrial da Cariba Metais, transformando-se rapidamente na mais importante instituição nacional com competência internacional no setor. No campo petroquímico, a grande vocação do Estado, o objetivo do Ceped com a implantação do complexo petroquímico de Camaçari era capacitar-se para enfrentar a expansão do pólo e, então, libertar-se da dependência de tecnologia externa.



Os sócios externos da petroquímica detinham a tecnologia. Mandavam, sendo minoritários

Não se esperava, porém, a forte rejeição dos sócios estrangeiros, sempre minoritários no caso petroquímico, ao desenvolvimento tecnológico autônomo. Vale a pena ressaltar que, nos pacotes tecnológicos que compõem o Pólo, existem vários contratos com cláusula de sigilo por tempo indeterminado. Ou seja, o controlador externo da tecnologia sempre terá a última palavra. Eis a razão da rejeição do sócio externo minoritário, que, detendo a tecnologia, tem o controle da empresa, qualquer que seja sua participação acionária. Passaram-se 23 anos desde a criação do Ceped, e seu principal objetivo, que seria sua vocação petroquímica, não pôde ser levado avante. A expansão do Pólo, quando sucedeu, se deu com custos tecnológicos relativos muito superiores aos dispendidos na fase de instalação. E a dependência tecnológica decorrente da imprudência de como se negociaram, ou não se negociaram, os pacotes tecnológicos externos somente fez crescer esses custos, que cresceram consideravelmente com a expansão.

Com este exemplo, fica evidente que pouco vale o controle acionário, se não se tem o controle do processo tecnológico. No caso do Complexo Petroquímico de Camaçari, o lado nacional do capital tinha maioria. É o modelo chamado "tripartite, com dois terços de capital privado e estatal (Petroquisa, subsidiária da Petrobrás) nacionais e um terço de capital estrangeiro. Este modelo trouxe grandes esperanças em termos de autonomia. Posteriormente comprovou-se ser inadequado, pois o controle tecnológico, que é decisivo, ficou em mãos estrangeiras, ou seja, foi esquecido como instrumento essencial de controle. Daí a rejeição dos sócios estrangeiros à existência no Pólo de um centro tecnológico, cujo objetivo era precisamente dar autonomia aos acionistas majoritários. Esta experiência deveria servir de alerta

para certos incautos, ou muito sabidos, que pretendem flexibilizar o monopólio estatal do petróleo ou promover parcerias. Desfeito o monopólio, é muito fácil, nas circunstâncias impostas pelo modelo dependente, o controle ser tomado pelo sócio minoritário externo.

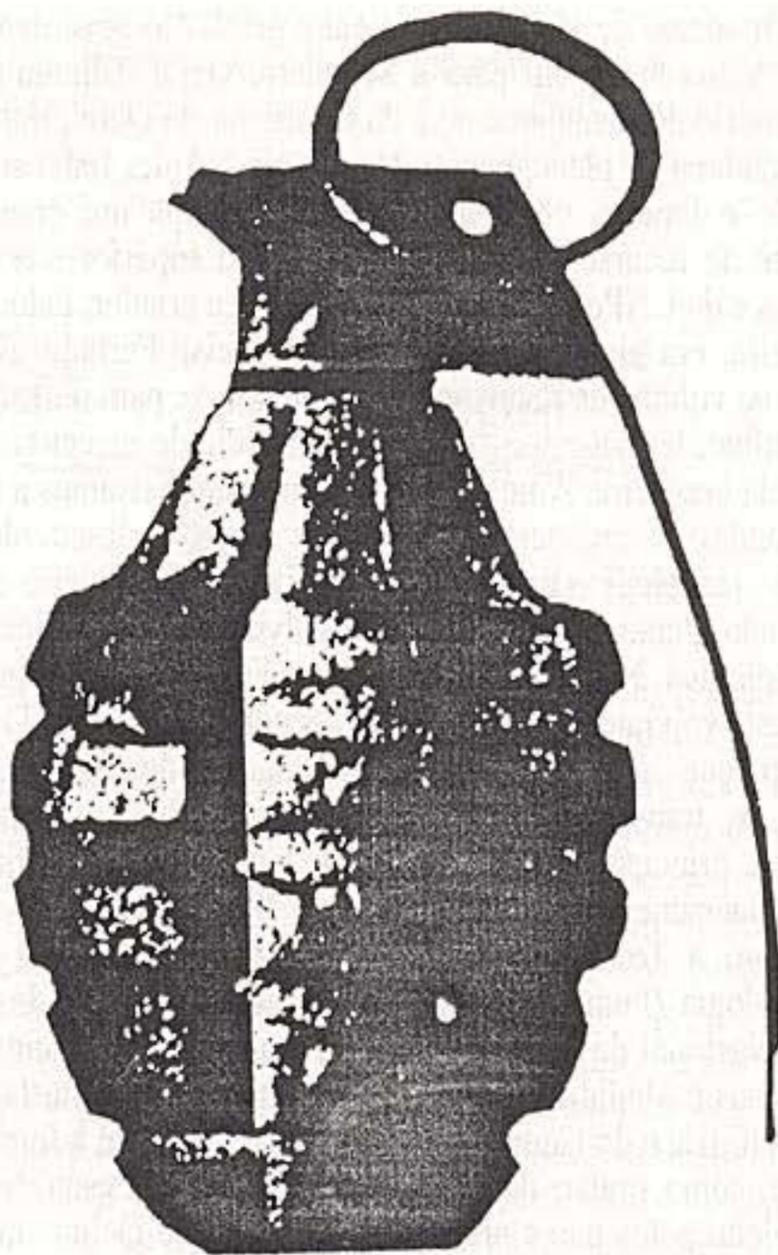
Com a "privatização" da Petroquisa – subsidiária da Petrobrás para a área petroquímica – desmonta-se um dos setores mais fortes entre empresas de capital nacional, precisamente pela presença da Petrobrás como sócia da empresa privada nacional, em associação com poderosas corporações estrangeiras. O curioso é que o modelo tripartite tinha por objetivo garantir, sem grandes riscos, a participação do capital privado brasileiro na petroquímica, pois esse capital não tinha condições de enfrentar sozinho as grandes corporações estrangeiras. Daí a presença da Petrobrás, via Petroquisa. O modelo, entretanto, mostrou-se mais frágil do que se esperava, por causa do componente tecnológico, sempre dominado pelo lado externo. Por acaso, nas circunstâncias atuais, após os efeitos devastadores do neoliberalismo, após profunda e longa recessão, após o esvaziamento do Estado em seu papel regulador e defensor dos interesses do país, a situação das empresas de capital nacional melhorou ou piorou substancialmente? Melhorou a ponto de poder dispensar sua aliada nacional, o peso-pesado Petrobrás, fornecedora de matéria-prima subsidiada e única capaz de desenvolver no país um poder tecnológico próprio?

**Privatizações ilegais:
os responsáveis
por esse crime deverão
receber
exemplar punição**



Há muitas coisas que estão mal contadas nesta história das "privatizações"! No final, com essas espúrias e desonestas "privatizações", verdadeiras entregas criminosas de essenciais instrumentos estratégicos públicos, tudo convergirá para a formação de oligopólios privados e para o controle externo. Nessas condições, a hipótese de autonomia tecnológica para grupo de capital nacional fica praticamente inviabilizada. E essa autonomia é condição essencial para qualquer poder competitivo, interno ou externo. Falar em inserção na economia mundial, sem essa competência, é não saber de que se está falando. É coisa de "contador" ignorante ou empresário tipo PC Farias, nunca de industrial ou produtor sério. O Sr. Roberto Campos e seus seguidores sempre propugnaram a intrínseca incompetência dos brasileiros, por definição, especialmente no campo tecnológico, setor no qual desfruta de absoluta ignorância, se considerarmos o que escreve e o que diz. Essa monstruosidade, que nos classifica como raça inferior, não é, evidentemente, apenas fruto de seu despreparo nessas questões.

O Programa Nacional de Desestatização (PND), do modo como tem sido executado, representa um crime contra o país e a dilapidação de imenso patrimônio, acumu-



lado em meio século de sacrifícios do povo brasileiro. A privatização de empresas estatais básicas e estratégicas não poderia prescindir de uma profunda discussão sobre o papel do Estado na economia. Afinal, trata-se de um patrimônio público que jamais poderia ser submetido a um processo dessa natureza. Essas empresas surgiram como peças cruciais de um Projeto Nacional de desenvolvimento que nos levou à posição de oitava economia mundial. Com as privatizações realizadas e o que ainda se pretende, o que subsiste desse projeto? Foi o Estado que, à falta da iniciativa privada, construiu os alicerces desse projeto. Afinal, o que o substituirá? O que resultará desse processo, senão a dilapidação de imensos patrimônios e a criação de odiosos oligopólios privados? Os propugnadores, promotores e beneficiários dessa política, além de corruptos, colocam todos os brasileiros responsáveis na condição de idiotas. A esperança é que, sendo essas "privatizações" processadas em condições de absoluta ilegalidade, quando a direção do país for assumida por estadista que mereça a confiança da nação, seja revertida toda essa imoralidade, esse crime de lesa-pátria, a favor do povo brasileiro, lesado em seus patrimônios fundamentais. E os responsáveis por esses crimes deverão receber exemplar punição...

Como secretário de Estado, não tive interação com a área militar, salvo quando, após tomar posse, fui visitar as autoridades constituídas, entre as quais o comandante da Região Militar da Bahia, que nos recebeu gentilmente, demonstrando-se ardoroso nacionalista. Em nenhum momento tive que submeter nomes de auxiliares ao odioso julgamento ideológico do sistema de informações.

Em março de 1971, ao terminar a gestão do governador Luís Viana Filho, fui para a Secretaria Geral Adjunta do Ministério do Planejamento e da Coordenação Geral, trabalhar na área de planejamento tecnológico. Antes tinha sido criado o Funtec, no BNDE, que representou um grande aporte de recursos para essa área, muito superior aos da Capes e do CNPq. A visão de Brasil de seu criador, Pelúcio Ferreira, era nacionalista, na linha de Celso Furtado. Devido ao volume de recursos novos que trouxe para o campo científico, transformou-se em uma espécie de mecenas da ciência brasileira. Ainda que posteriormente passamos a ter profundas divergências conceituais sobre o desenvolvimento tecnológico nacional, juntos fizemos o primeiro e o segundo Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Nessa época foi criado o Fundo Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT); a Finep, que se restringia ao financiamento de estudos de projetos, transformou-se em gestora do FNDCT e, portanto, na principal instituição de financiamento científico. Simultaneamente representávamos a Seplan no Fundo de Amparo à Tecnologia (Funat) e no Fundo Nacional de Metrologia (Fumet), vinculados respectivamente ao Instituto Nacional de Tecnologia (INT) e ao Instituto Nacional de Pesos e Medidas (INPM), ambos situados no Ministério da Indústria e do Comércio (MIC). Passei também a formar parte, como titular, do Conselho Nacional de Pesquisas e fui eleito pelos pares presidente do Conselho Deliberativo da Capes. Nesta última função tivemos o primeiro relacionamento pessoal com o regime militar, por meio de um de seus representantes, o coronel Jarbas Passarinho, ministro da Educação.

O longo processo de dependência de países estrangeiros tem causado efeitos devastadores



Embora a Capes garantisse sua autonomia por meio de um Conselho Deliberativo independente, com mandato individual de dois anos, dependia do Ministério da Educação e Cultura para as questões orçamentárias. Quando presidente do Conselho, em duas ocasiões, fui como colegiado discutir com o ministro da área as questões da preparação do corpo docente e das pesquisas científicas nas universidades brasileiras. Nessas ocasiões, o ministro não demonstrava muita motivação. Sabíamos de sua responsabilidade com a implantação do projeto MEC/Usaid, que praticamente desestruturou o ensino secundário público brasileiro de todo o país, que há mais de um século era de melhor qualidade que o privado. O interesse maior do ministro era discursar longamente, sem possibilidade de intervenção, sobre a aplicação do Decreto-lei 477 em estudantes, objetivando suas punições por motivos ideológicos. Posteriormente, soube-se que o ministro não simpatizava com a existência de um Conselho independente, que tomava suas decisões de modo coletivo; isto o levou

a extingui-lo, deixando a Capes nas mãos de burocratas, como está até hoje. Medidas semelhantes e até mais arditas foram tomadas pelo ministro do planejamento Reis Veloso – sem dúvida um dos tecnocratas principais do período militar –, em relação ao antigo Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), órgão que vinha funcionando a contento, cumprindo plenamente seus objetivos, como a Capes, graças a um certo grau de autonomia de seus conselhos, que tinham poder deliberativo e que sempre foram representativos da comunidade acadêmica e científica. O CNPq, desde a sua criação, estava vinculado à presidência da República, o que dava a suas atividades certo status ou, pelo menos, uma situação especial. O Sr. Reis Veloso, que dominava de modo absoluto os fundos federais, desejava o controle de órgãos estratégicos, como os das áreas científica e tecnológica. Não lhe bastava o poder que lhe dava o planejamento nacional, queria também o controle da execução, em acúmulo de atividades incompatíveis. Deste modo, passou o CNPq para o seu âmbito, com o nome pomposo de Conselho para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico, e retirou do seu Conselho sua função deliberativa; assim, limitou o órgão a funções de assessoria ao governo (entenda-se, a ele, Reis Veloso). Deste modo, o CNPq, que era órgão autônomo de primeira linha, transformou-se em órgão assessor do Sr. Reis Veloso, e de terceira linha. Assim, o poderoso tecnocrata retirou o CNPq da presidência da República (área militar) e colocou-o sob sua jurisdição. O presidente do CNPq, também um tecnocrata, passou a despachar com o secretário geral do Ministério, cujo titular era Reis Veloso. E tudo isso foi feito com o aplauso da chamada comunidade científica, ou de seus eternos mandarins, deslumbrados com o poder financeiro do tecnocrata. A partir daí, o Ministério (ou secretaria) de Planejamento passou a dar cada vez menos importância ao estratégico setor. O antigo Conselho de Deliberação do CNPq converteu-se em uma espécie de “Ateneu literário”. As altas funções, que para ele tinham sido pensadas pelo almirante Álvaro Alberto e seus pares fundadores, estavam aniquiladas pela ação de um tecnocrata menor, sentado em baú de dinheiro.

Essas medidas foram os primeiros sinais do processo que veio depois a ocorrer, de maneira avassaladora, em todas as áreas do Executivo. Essa dinâmica, que designamos como “a ditadura das finanças”, teve efeitos devastadores sobre a vida econômica, social e política do país e é decorrente de um longo processo de dependência de países hegemônicos, que foi ocorrendo em um crescendo, exacerbando-se com a doutrina neoliberal. Como vemos, nossa concepção de desenvolvimento tecnológico autônomo ia se aprofundando em atritos, na área do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral.

J.W. BAUTISTA VIDAL é engenheiro e professor universitário. Foi secretário de Tecnologia Industrial do ministro Severo Gomes (governo Geisel). É autor do livro *De estado servil à nação soberana*.

RESENHAS

Pensamento conservador

O modernismo reacionário, Jeffrey Herf, e *Por que não somos nietzscheanos*, vários autores, São Paulo, Editora Ensaio, 1994.

Poucas vezes se destaca a enorme herança que muitas teses correntes em nosso tempo têm com o pensamento conservador europeu do período que vai da Comuna de Paris até a ascensão do nazismo na Europa. Mas esse parentesco existe, e seu elitismo, individualismo e desprezo pelo progresso é muito maior do que se possa imaginar.

Dois livros publicados recentemente desvendam esse enraizamento: *O modernismo reacionário*, de Jeffrey Herf, e *Por que não somos nietzscheanos*, coletânea de ensaios de Alain Boyer, Luc Ferry, Robert Legros e outros.

São livros que cobrem um período turbulento da vida intelectual européia. *Por que não somos nietzscheanos* faz uma apresentação crítica extremamente viva do pensamento de Nietzsche, um dos pais do irracionalismo contemporâneo, e um balanço de sua influência no pensamento francês pós-1968. "É preciso parar de interpretar Nietzsche e tomá-lo ao pé da letra", diz Alain Boyer. É preciso apresentar o pensador alemão com a carranca autoritária que lhe é própria. André Comte-Sponville relembra as passagens em que Nietzsche defendeu a escravidão, a opressão, o racismo, o extermínio dos fracos, atacou o progresso, o socialismo, a democracia. Passagens de seu louvor à "soberba *besta loura* que ronda à procura de presas e de carnificinas" deve ter soado como música aos ouvidos nazistas.

O modernismo reacionário descreve o pensamento alemão em um período posterior a Nietzsche. A ação dos autores que analisa vai da República de Weimar ao III Reich – do final da I Grande Guerra à II Grande Guerra. Até então, o pensamento conservador – como o de Nietzsche – havia condenado o industrialismo e o progresso como prenúncio de um mundo sem alma. O passado pré-capitalista, onde a elite rural predominava, era idealizado como um cenário de glória, cuja ordem fora profanada. O mundo profundamente hierarquizado, onde os privilégios da aristocracia eram baseados no nascimento, e onde as massas mantinham-se respeitavelmente submissas, era rapidamente substituído por novas relações, em que o dinheiro era o novo senhor.

A cultura elitista alemã do entre-guerra, pensa Jeffrey Herf, foi capaz de combinar o industrialismo com o *espírito* alemão. Criaram a ideologia que moveu fanáticos com o espírito dos cavaleiros teutônicos, armados com máquinas produzidas pela tecnologia mais avançada dos anos 30 e 40. Ernst Junger foi talvez o escritor de mais sucesso, neste particular. Antiparlamentar e antidemocrático, irracionalista e romântico, ele desprezava as massas e exaltava o mito de uma elite carismática. Pregando um "nacionalismo novo", ele fazia a apologia da guerra, e defendia uma terceira via (contra o comunismo e o capitalismo), uma forma de

organização social baseada na militarização do trabalho. O trabalhador-soldado de Junger, diz Herf, "foi um dos mais duradouros símbolos modernistas reacionários. Apresentava uma mistura vivida, facilmente inteligível, de tradição cultural e modernismo técnico, mistura que se tornou tema comum na propaganda do regime de Hitler". Além de Junger, Herf analisa autores como Oswald Spengler, Martin Heidegger, Carl Schmitt, Hans Freyer, Werner Sombart.

José Carlos Ruy

Contraponto à epopéia e às histórias de aventuras

A paródia em O Louco do Cati, Márcia Helena Saldanha Barbosa, Porto Alegre, EDIPUCRS/Prefeitura Municipal de Quaraí, 1994.

O trabalho de Márcia Helena tem a marca da contemporaneidade; alia, à reflexão sobre uma obra singular, o romance *O Louco do Cati*, de Dyonélio Machado, a intertextualidade a que todo esse texto remete o leitor. A doutoranda de Teoria da Literatura da PUCRS dialoga com a crítica e o mercado editorial, que, com raras exceções, mantiveram a produção de Dyonélio no exílio do silêncio. Ela provoca os que o deixaram engavetado por sua condição de comunista ou porque ele se afastou do padrão estético do regionalismo. O questionamento também se dirige aos que o acusaram por não se enquadrar no realismo socialista. Sua interpretação tem ainda outro mérito: rompe com a imagem cristalizada do escritor gaúcho como o grande autor de um livro só, *Os ratos*.

Quais os vínculos entre as epopéias de Ulisses e as aventuras de Robinson Crusóe com a história de um homem que, à falta de nome, recebe a alcunha de Louco do Cati? Márcia os aproxima por meio da noção de paródia legada por Mikhail Bakhtin (1895-1975). Ao contrário do conceito de ridicularização divulgado pelos dicionários correntes, para Bakhtin parodiar é "falar a linguagem do outro, invertendo sua orientação semântica original". Essa noção se combina com sua visão de romance: "o único gênero inacabado, ainda em fase de evolução, motivo pelo qual se realiza como paródia dos demais gêneros literários".

Os vínculos paródicos do romance *O Louco do Cati* com a epopéia e o relato de aventuras estabelecem, como mostra Márcia, um processo simultâneo de aproximação e afastamento em relação a essas formas. Na instauração do processo paródico Dyonélio se vale dos fenômenos da loucura e da metamorfose que envolvem o protagonista. Ao associá-los, ele se coloca, conforme a teórica da literatura Regina Zilberman, "de um lado na esteira de clássicos como o *D. Quixote*, de Miguel de Cervantes, de outro na linhagem de Kafka; é uma vanguarda artística do século

RESENHAS

XX". *O Louco do Cati* se estrutura sobre a viagem e a busca, ao mesmo tempo que, parodicamente, deles diverge.

O exame das divergências, que se verificam nos planos da história em si e da composição, constitui o núcleo da análise. Um trabalho minucioso, que sustenta a conclusão sobre os recursos complexos que Dyonélio utiliza para colocar em questão o sistema capitalista e a ditadura do Estado Novo. Ao mostrar, com base em Bakhtin, o caráter polifônico da obra de Dyonélio, Márcia reconhece seu imenso potencial de renovação.

Na apresentação do estudo de Márcia, a crítica literária Maria da Glória Bordini lembra que, no passado, a "narrativa de feição caótica e o tema aflitivo (de *O Louco do Cati*) produziram mais silêncio do que palavras em nossos meios intelectuais". Estamos portanto diante de um livro que reverte essa tendência, pois recupera as vozes da obra de Dyonélio e as torna audíveis para o leitor atual.

Nea de Castro

Resgate da negritude em poesias

Cadernos negros 17, vários autores, São Paulo, Quilombhoje e Editora Anita, 1994.

A série *Cadernos negros*, criada em 1978, "tem trazido à luz uma literatura não oferecida pela grande maioria das editoras nacionais. Autores procedentes de vários lugares vêm publicando aqui seus poemas e contos", assim Márcio Barbosa fala sobre a importância desta obra para a literatura brasileira. Para Clóvis Moura, que apresenta este volume, são dezessete anos de produção literária ininterrupta, fato quase inédito na militância cultural dos negros em São Paulo".

O livro traz obras de cinco poetas, nas quais pode-se sentir a força da palavra para uma "afirmação literária do negro", explica Clóvis Moura. Já Márcio Barbosa acredita que "a importância literária da poesia negra não é algo que possa ser atestado por apenas um volume". Ele acentua que "a leitura deste *Cadernos negros 17* (Editora Anita em parceria com o grupo Quilombhoje), entretanto, mostra muito a favor da afirmação dessa importância".

Poemas como "Serão sempre as terras do senhor?", de Esmeralda Ribeiro, atestam essa força e qualidade:

*É invasão
o homem
fincar os pés na terra, pois
será a própria Terra que
vai devorá-lo como
um João-ninguém?*

Ou do poeta Jamu Minka, José Carlos de Andrade, que possuem a mesma força e graça de sua colega, como em

"Novembro, 20", data de aniversário da morte do líder dos Palmares, Zumbi, e Dia nacional da Consciência Negra:

*Canhões do racismo contra a fartura
lições da brutal branquira: o negro negar-se sempre
gerações famintas de corpo e espírito
Rebelião, este sonho é bicho de mil fôlegos
antigas trilhas da mata renascem no século XX*

Os editores explicam que "os textos passaram por uma avaliação – feita por escrito, com utilização de pseudônimos –, que envolveu todos os escritores e teve por objetivo estimular a discussão literária". Colaboraram nesse processo a professora de teoria literária Marisa Lajolo e o leitor Eraldo M. Ferreira.

A poeta Miriam Alves também deixa sua marca de indelével lirismo, mostrando sua realidade particular que atinge o universal, devido ao seu caráter de cunho social. Um exemplo é o poema "Abandonados":

*Eram meninos
menores
errantes na terra dos homens
Eram meninos menores
agonizantes
sedentos nus
Eram meninos
menores
agora..... não eram
nenhum*

Ou a beleza original das obras de Oubi Inaê Kibuko, Aparecido Tadeu dos Santos, na poesia "Tranças":

*rasta búzios kanekalon
crespa estética assentada
laço traço toque afro
magia apaixonando meu olho
num entrelaçar de seduções pretinhas*

Para finalizar, a poeta Sônia Fátima da Conceição destila seus versos como quem prepara uma aguardente rara e muito especial. Sinta o sabor no poema "O Dia":

*Mau-comunado
com pré-conceitos
não-concebe*

*no
negro*

*Esperanças
nascendo
na noite.*

Marcos Ruy



DIFERENÇA NÃO É
FORMA SÓ DE



PRINCÍPIOS

A DIFERENÇA É
CONTEÚDO

Nome _____

Endereço _____ Telefone _____

CEP _____ Cidade _____ Estado _____

Assinatura anual: 4 edições (nº 34 a 37) - R\$ 20,00

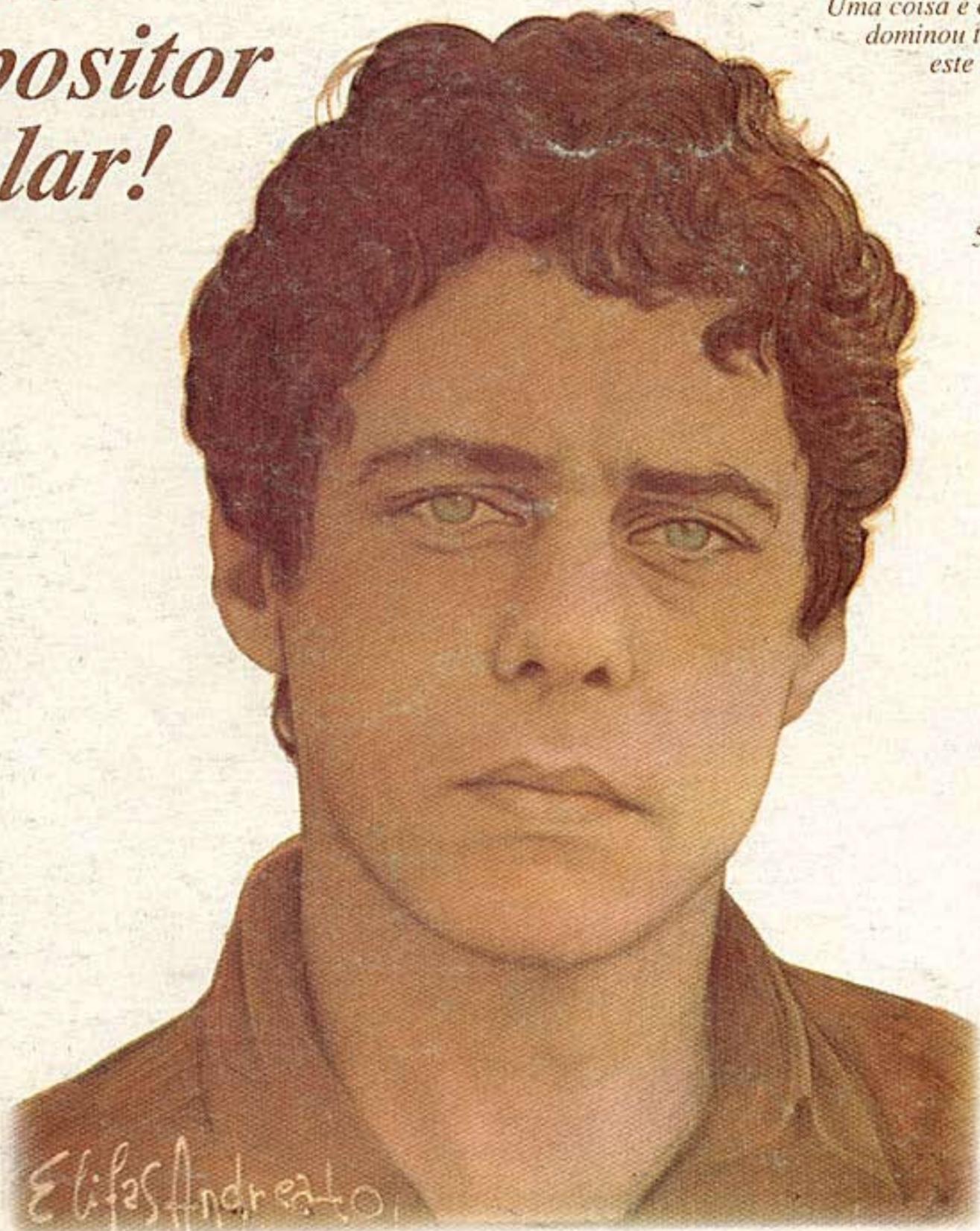
Assinatura anual de apoio: 9 edições (nº 34 a 37 mais 5 anteriores) - R\$ 30,00

Copie os dados acima e envie junto com cheque nominal à Editora Anita Ltda. Ou efetue o pagamento com cartão CREDICARD. Neste caso anexe ao pedido dados do cartão: Nº _____ Validade: mês _____ ano _____

Rua dos Bororós, 51 - 1º andar - CEP 01320-020 - São Paulo - SP - Tel.: (011) 605-8150

Salve o compositor popular!

É difícil definir Chico Buarque de Hollanda.
Compositor? Poeta? Escritor? Dramaturgo?
Uma coisa é certa: raramente um autor
dominou tanto nossa língua. E ligou
este domínio a um refinamento
musical cada vez maior.
Tudo isso para exprimir,
em prosa, verso e música,
a alma brasileira.
Chico Buarque completou
50 anos de idade no último
dia 19 de junho.
Esta homenagem,
aproveita outra,
feita anos atrás
por outro poeta.



Festa Imodesta

(Caetano Veloso)

Minha gente era triste e amargurada
inventou a batucada
pra deixar de padecer.
Salve o prazer, salve o prazer!
Numa festa imodesta como esta
vamos homenagear
todo aquele que nos empresta sua testa
construindo coisas pra se cantar.
Tudo aquilo que o malandro pronuncia
que o otário silencia

toda festa que se dá ou não se dá
passa pela fresta de cesta e resta a vida.
Acima do coração que sofre com razão
a razão que volta no coração
E acima da razão a rima
e acima da rima a nota da canção
bemol natural sustentada no ar.
Viva aquele que se presta
a essa ocupação:
Salve o compositor popular!